

Marcos Aurelio Saquet

OS TEMPOS E OS TERRITÓRIOS DA COLONIZAÇÃO ITALIANA

Porto Alegre, 2002.

Ao meu pai, Edl, com muita saudade

À minha mãe, Antonieta, uma grande lutadora

Ao meu irmão, Adriano, pela luta e incentivo

À Luana, minha filha

E à Edinés, minha companheira.

SUMÁRIO

Introdução	05
PARTE I	
A re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul	33
1. A gênese da Colônia Silveira Martins	35
2. A des-territorialização italiana para o Brasil	53
PARTE II	
A re-territorialização na Colônia Silveira Martins	79
3. A formação da sede colonial	82
4. A expansão territorial e os territórios	98
5. O desenvolvimento e os tempos; mudanças territoriais e a política regional ...	143
6. Os tempos e os territórios da colonização italiana	194
Considerações Finais	234
Bibliografia	235
Anexos	253

INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, é importante mencionar que este texto corresponde, com algumas adaptações e revisões, à nossa tese de doutoramento em Geografia, defendida na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente em 2001. O processo de pesquisa, no Brasil e no exterior (doutorado sandwich na Università Ca'Foscari di Venezia), foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a quem agradecemos. Também agradecemos as contribuições do prof. Eliseu Savério Sposito, orientador, e, dos membros da banca examinadora: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), Jairo Gonçalves de Melo (UNESP – P. Prudente), Rogério Haesbaert (UFF) e Alessandro Gallo (Università Ca'Foscari).

Desse modo, apresentamos os resultados das indagações, pesquisas e reflexões que fizemos a partir de 1998, no intuito de socializarmos nossa produção e de provocarmos o debate sobre a problemática territorial do desenvolvimento econômico, este, efetivado no tempo histórico, desigual e contraditoriamente, como produto e condição da dinâmica socioespacial, *sob* o tripé economia, política e cultura (EPC) e *sob* a articulação tempo-espaco-território. Iniciemos, então, nossa apresentação.

Em meio ao século XVIII, para garantir a posse das terras do extremo Sul do Brasil ameaçadas constantemente pelos espanhóis, para diversificar a economia sulista e fomentar o processo de formação do mercado interno, era preciso povoá-las fixando o homem à terra através da prática agrícola, pois até então predominavam, na economia da província do Rio Grande de São Pedro, a pecuária extensiva e as charqueadas. E foi o que o governo metropolitano tentou fazer ao promover a vinda de açorianos a partir de 1748. Estes fundaram várias cidades como Viamão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Mostardas, Osório, Rio Pardo e outras, porém os resultados, em termos de povoamento e economia, não foram muito positivos.

No início do século XIX, o Norte do Rio Grande do Sul e a encosta do planalto rio-grandense ainda não estavam ocupados efetivamente. Para tanto, o governo brasileiro trouxe os colonizadores alemães a partir de 1824. Eles produziram várias cidades como Novo Hamburgo, São Leopoldo, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul. Posteriormente, foi promovida a colonização de parte do território *gaúcho* pelos imigrantes italianos, que também contribuíram no processo de formação territorial do Rio Grande do Sul. A colonização com imigrantes europeus e seus descendentes deu forma e conteúdo a um *novo* processo no

movimento de diferenciação territorial no Rio Grande do Sul. Outro, foi substantivado no decorrer do século XX, com a industrialização.

No que se refere à colonização italiana no Rio Grande do Sul, as primeiras colônias agrícolas produzidas em 1870 pelo governo provincial foram *Conde d'Eu* (atual Município de Garibaldi) e *Dona Isabel* (Município de Bento Gonçalves), transferidas ao governo geral em 1876. Em 1875, o governo imperial fundou *Nova Palmira* ou *Caxias* (atual Município de Caxias do Sul) também no Nordeste do Rio Grande do Sul. Três anos depois, a partir da mesma política de distribuição e ocupação dos lotes coloniais, também em plena encosta e em terras “*devolutas*”¹, entretanto já na porção “central” da província², funda-se uma quarta colônia agrícola de imigração italiana: *Silveira Martins*³, conforme a figura n. 1. É nesse território que fizemos nossa investigação. Posteriormente, outras colônias foram construídas, oficiais e particulares⁴. Todas elas contribuíram na constituição do território no

¹ Conforme a Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul (1961), na Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, que autoriza o governo a promover a colonização e regulamenta em termos gerais a colonização em *Silveira Martins*, *terras devolutas* são: “§1. – As que não se acharem aplicadas a algum uso público, nacional, provincial ou municipal.

§2. – As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comissão por falta de cumprimento das condições de medição e cultural.

§3. – As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comissão, forem revalidadas por esta Lei.

§4. – As que não se acharem ocupadas por posses, que apesar de não se fundarem em título legal, forem, legitimadas por esta Lei”(p.5).

² De Porto Alegre, segundo Carvalho (1886), as distâncias até as sedes das colônias italianas eram as seguintes: Conde d'Eu: 156.400m; Dona Isabel: 170.400m; Caxias: 198.000m; Silveira Martins: 262.172m.

³ *Silveira Martins*, nome que perdura até hoje, foi em homenagem ao líder do Partido Liberal e anti-republicano *gaúcho*, Gaspar de Silveira Martins, Conselheiro do Império, Deputado na Província do Rio Grande de São Pedro, Ministro da Fazenda e Presidente do Rio Grande de São Pedro por 3 meses em 1889. Era natural de Bagé e defensor da vinda de imigrantes europeus para o Brasil. *Colônia*, porque os imigrantes colonizaram aquele espaço ocupando as terras através dos chamados lotes coloniais. E, “em verdade, *colono* era, na Roma antiga, o trabalhador rural e o pequeno lavrador, ordinariamente livre e rendeiro” (Azevedo, 1975, p. 81). Para este autor, no Rio Grande do Sul, a denominação *colono* refere-se aos agricultores e artesãos rurais. Além disso, cabe salientar dois aspectos: 1) a partir da leitura da Legislação pertinente, de Roche (1969) e de Carvalho (1886), podemos considerar que uma *colônia* era entendida pelo Governo Imperial como um lugar que resultava do processo de colonização por imigrantes estrangeiros, em terras “*devolutas*” ou não, para a prática da agricultura e povoamento; 2) inicialmente foi chamada de Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte. A fundação oficial da *Colônia Silveira Martins* aconteceu em 20/09/1878, aprovada em 19/09 pelo Presidente da província. Ou seja, oficialmente, *Silveira Martins* foi criada pelo Governo Provincial. Conforme Carvalho (1886), essa colônia foi fundada em 1877 e só foi ocupada por italianos posteriormente. Corte (1884) e Ancarani (1914), afirmam que a primeira turma de imigrantes italianos chegou em *Silveira Martins* no início de 1877. Manfroi (1975) confunde-se e apresenta duas datas: 1887 e 1877. Porém, mesmo com essas afirmações, concordamos com Sponchiado e com a documentação que atesta a chegada da primeira turma de italianos no início de 1878. Portanto, consideramos 1878 como ano da fundação de *Silveira Martins*, em decorrência da ocupação efetiva daquele lugar com os italianos. Conforme Sponchiado (1990), as medições na área correspondente à colônia já aconteciam em fevereiro de 1877, quando a comissão de medição encontrava-se com *famílias nacionais* que viviam da caça, da pesca e de uma incipiente agricultura.

⁴ Conforme Pellanda (1950), Sá (1950), Laytano (1950), Roche (1969), Azevedo (1975) e Giron & Bergamaschi (1998), citamos as seguintes: Alfredo Chaves em 1885, Antônio Prado em 1887, Jaguari em 1889, Ijuí em 1890, Guarani em 1891, Lajeado em 1891, Guaporé em 1892, Não-Me-Toque em 1897,

Rio Grande do Sul, principalmente, através da produção de alimentos com trabalho familiar e de outras atividades correlatas.

A *Colônia Silveira Martins* tem sua gênese e desenvolvimento no processo de expansão territorial do capitalismo no Brasil, no último quartel do século XIX. Nosso objetivo geral é compreender sua gênese e o seu ritmo de desenvolvimento econômico artesanal⁵, os principais fatores que nele influenciaram e as principais características territoriais desse desenvolvimento, entre 1878 e 1950. Para tanto, abordamos a produção e alguns aspectos da cultura e da política local, os tempos e os territórios no referido período e lugar. Simultaneamente, outras questões suscitam nossa reflexão: quem domina no território da Colônia Silveira Martins? Quais as estratégias utilizadas? Quem é dominado e explorado? Todas as unidades de produção artesanal e/ou agrícola estão no mesmo tempo de desenvolvimento?

Para atingirmos nosso objetivo, fizemos um levantamento de documentos e relatórios referentes à Colônia Silveira Martins no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS, coordenado pelo padre e micro-historiador Luís Sponchiado, onde encontramos um bom acervo; realizamos este levantamento também nos Arquivos Históricos dos municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos, Porto Alegre e Cachoeira do Sul; fizemos pesquisa bibliográfica em diferentes bibliotecas; coletamos dados nos Cartórios Cíveis de Nova Palma, Ivorá e Silveira Martins e realizamos pesquisa na Itália: bibliotecas e institutos de pesquisa.

Também fizemos entrevistas gravadas com pessoas de idade avançada⁶ e procuramos permanecer o máximo possível no território de estudos. Embora essa técnica não tenha se mostrado muito eficaz em virtude do período estudado (poucas pessoas têm lucidez para falar do período anterior a 1950, por isso, a memória dos sujeitos não aparece clara e coerentemente no texto), todas as entrevistas e gravações foram atentamente transcritas e formaram a base empírica das interpretações, juntamente com os dados e informações coletados referentes à problemática em questão. Outrossim, produzimos todos os mapas que consideramos importantes, como forma de representação das informações geográficas em diferentes momentos do período abordado e tentamos recuperar mapas

Saldanha Marinho em 1899, Encantado, Anta Gorda e Sananduva em 1902, Selbach em 1906, Erechim em 1908 e Nova Feltre em 1913; e outras com italianos, alemães, poloneses e descendentes, misturados ou não. As datas diferem entre um e outro autor, mas apresentamos o que nos parece consenso.

⁵ Entendemos por desenvolvimento econômico artesanal as mudanças qualitativas ocorridas na produção artesanal. Trabalhamos mais detalhadamente o conceito de desenvolvimento no capítulo 5.

⁶ Essa técnica constitui-se numa forma de conseguirmos dados e informações sobre momentos históricos sobre os quais inexistem dados estatísticos. Maiores informações ver Passerini (1978) e Silva (1994).

originais. Apesar dos poucos dados existentes que pudemos aproveitar dos censos oficiais, acreditamos ter coletado o necessário para a tentativa de desvelar o processo histórico e geográfico em estudo.

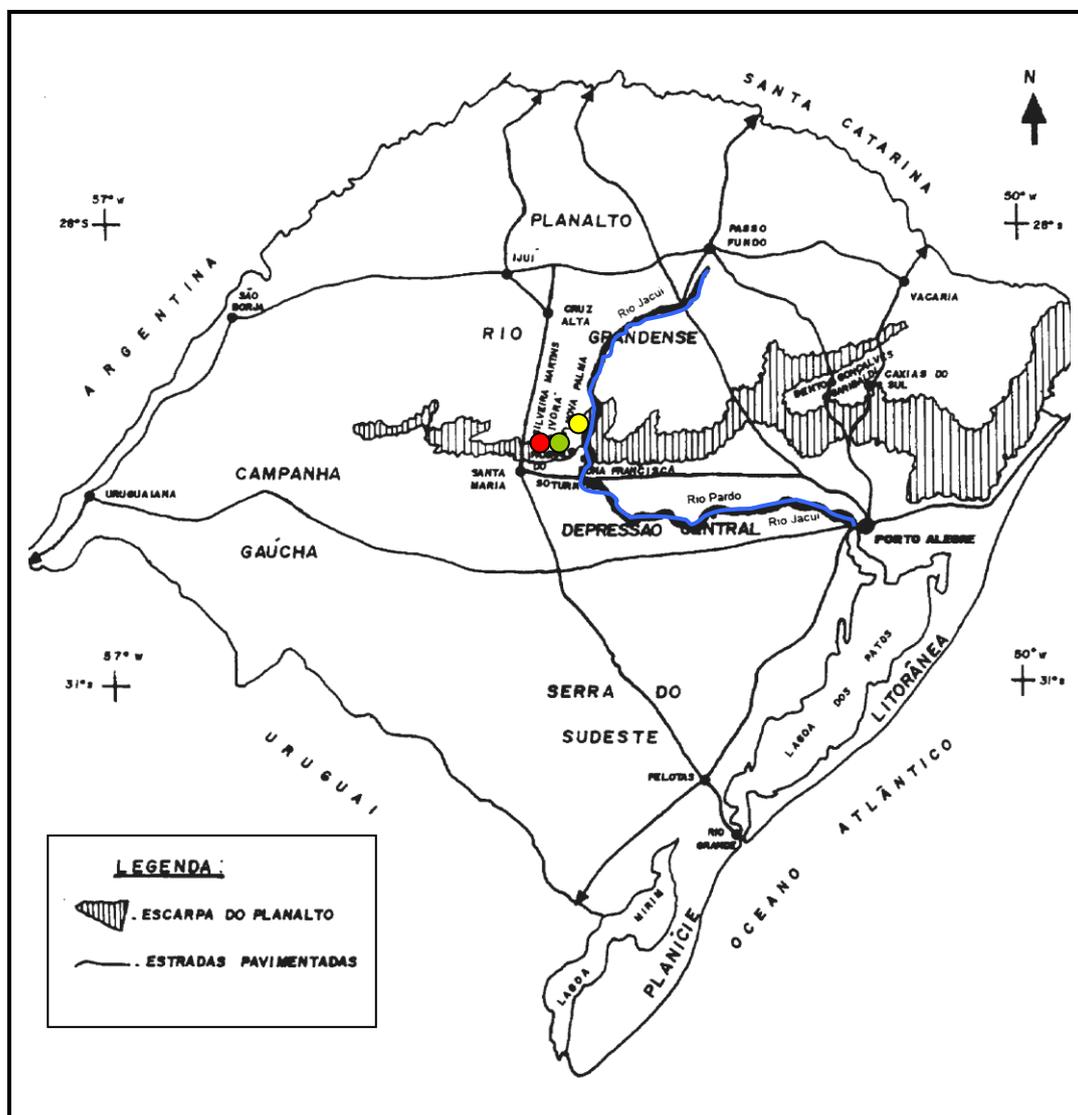


Figura n. 1 – Estado do Rio Grande do Sul, apud Saquet 2002.

Vale chamar a atenção que nosso território de estudos não constitui, entre 1878 e 1950, uma unidade políticoadministrativa, o que dificultou as investigações. Assim, às vezes, referimo-nos a Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul, pois a Colônia Silveira Martins pertenceu a estes três municípios a partir de 1882. Outro aspecto que dificultou nossa pesquisa foi a falta de registros escritos a partir de 1910, principalmente a partir do final da década de 1930, quando queimou-se boa parte dos documentos e registros

dos italianos e descendentes, por medo das perseguições⁷. Desse modo, os dados de 1915 estão incompletos, mas acreditamos serem suficientes para nossa apreciação⁸.

Enfim, procuramos detalhar o máximo possível cada aspecto abordado, buscando sutilezas das relações sociais mais relevantes, mesmo sabendo quão difícil é abstraí-las; tentamos territorializar os processos de desenvolvimento econômico, pois, muitas vezes, é desconsiderada (a territorialização) em estudos geográficos sobre o desenvolvimento, principalmente naqueles *mais* economicistas que negligenciam o território.

É claro que o processo de apropriação e produção do território não é *puramente* econômico. Tem também razões políticas e culturais. No entanto, é difícil abordarmos todos estes aspectos com a mesma intensidade no mesmo momento. Estudamos a dimensão *mais* econômica, digamos e alguns aspectos da política e da cultura locais, a partir das desigualdades e diferenças territoriais, porque pensamos que estas também assumem um caráter determinante na Colônia Silveira Martins e em qualquer lugar de uma sociedade em que o Modo Capitalista de Produção é dominante. Não desconsideramos, portanto, as dimensões política e cultural. Tentamos abordá-las concomitantemente à questão econômica, no intuito de avançarmos teórica e metodologicamente no estudo do território.

Tentando trabalhar com a dialética como método de interpretação, não abrimos mão da observação e da descrição: *descrever já é pensar*, já é *roer* os nexos internos do fenômeno abordado, porque são momentos, também, do processo de pesquisa e explicativo e porque a *essência*, os nexos internos se manifestam através do que nos aparece. Descrever já é começar a apreender as contradições porque a *aparência* não está separada da *essência*. Uma está na outra. É preciso descrever refletindo e refletir descrevendo. É necessário mostrar as bases empíricas e teóricas de cada argumentação (por isso, o intenso trabalho empírico e teórico-metodológico). E mais, o próprio fato de usarmos as entrevistas foi uma tentativa de valorização da memória dos entrevistados, o que nos dá, também, a objetividade territorial do lugar e do período estudado, porque nossos entrevistados viveram, e vivem, *o e no* espaço local; eles contribuem na recuperação de um passado presente.

⁷ Esse mesmo fenômeno é identificado por Beber (1998), ao estudar a história econômica de Santa Maria.

⁸ Também é importante afirmar que, com o passar dos anos, os Núcleos Norte e Soturno têm suas denominações alteradas, respectivamente, para Ivorá e Nova Palma, designações que aparecerão no decorrer do texto.

Com as entrevistas, apreendemos algumas *vozes* do pretérito presente que não fazem parte da história oficial, mas que, sem dúvidas, foram história e construíram o território. Por isso, procuramos prestar o máximo de atenção possível às pequenas frases, gestos, palavras. Tentamos contextualizar os relatos das pessoas daquele lugar, na lógica do desenvolvimento capitalista da época e naquele lugar.

Além disso, refletimos sobre alguns conceitos da análise geográfica que julgamos mais relevantes, num processo contínuo de construção de idéias para interpretação de nosso objeto de estudos, pois, concordamos com Sposito (1997), quando afirma que a opção pelo método requer necessariamente uma reflexão sobre suas categorias e conceitos⁹. Para nós, o método dialético e a teoria marxista têm categorias capazes de orientar a produção do conhecimento e da pesquisa científica, quando coerentemente contextualizados no tempo e no espaço. A teoria marxista nos permite compreender a dinâmica econômica e o desenvolvimento geograficamente desigual, ou, os tempos e os territórios centrados na dimensão econômica numa determinada formação territorial.

Nesta formação, o social e o espacial condicionam-se mutuamente: é a dinâmica socioespacial, nos níveis interno e externo ao local, movendo-se contraditória e desigualmente. Nesse movimento, o espaço é construído desigualmente, com as diferenciações acentuando-se ao longo do tempo em virtude da divisão social e territorial do trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas, das relações produtivas, das lutas sociais, da ação do Estado, da ideologia e de fatores culturais. Nem todos os lugares tiveram, ou têm, o mesmo ritmo de desenvolvimento econômico e territorial, mas eles estão, de uma forma ou de outra, interligados, articulados por forças econômicas, políticas e culturais.

Essas idéias ajudam-nos a compreender o singular, abordado a partir da noção de *totalidade*¹⁰. A totalidade, para nós, não é entendida como conjunto ou soma das *partes*; também não significa abordar tudo sobre todas as “coisas”, mas sim a relação, ou as relações que existem entre o singular e o universal. Totalidade é relação, ou relações; é articulação; é um contínuo movimento, em que o singular e o universal se condicionam mutuamente. Um está no outro alimentando-se reciprocamente.

Desse modo, a totalização é o processo de unificação entre o singular e o universal através de suas contradições sociais. “É assim que os lugares se criam, e se

⁹ Os conceitos não engessam. Eles, trabalhados coerentemente, elucidam e subsidiam a compreensão do objeto de estudo.

¹⁰ Não trabalhamos com a definição de hipóteses, porque acreditamos que isso nos remete a uma certa mecanicidade, daquela “coisa” de se definir algo e tentar comprová-lo posteriormente, como se estivéssemos

recriam e renovam, a cada movimento da sociedade” (Santos, 1997, p.21). Nesse movimento de re-produção, uma força fundamental é a divisão social e territorial do trabalho no processo de valorização do capital, muito bem demonstrado por Marx. E são as determinações históricas e geográficas que procuramos apreender¹¹, pois elas produzem resultados específicos em cada momento e/ou período e lugar.

Na Geografia brasileira, no momento atual, parece haver uma proeminência nos estudos do território. Entre as diferentes vertentes, conseguimos identificar, sucintamente, uma tendência ligada ao estudo do território, ou dos territórios, a partir da territorialização das forças e relações de produção, *mais* econômica. Outra tendência é o estudo do território sob seus aspectos *mais* políticos, e outra, *mais* cultural, em que a subjetividade tem um caráter central. Estas tendências não são efetivadas necessariamente dissociadas.

De forma geral, também, parece-nos que a chamada Geografia Histórica ganha força nas abordagens do espaço geográfico, na medida em que se fortalece cada vez mais a necessidade de se conhecer o passado, o processo de construção dos lugares, as mudanças e as permanências, para se compreender o presente e pensar o devir.

Santos (1996) destaca a importância da periodização histórica no estudo do espaço como resultado de um processo. Periodização da evolução com as características de cada fase, pois, a cada momento histórico, varia o arranjo territorial a partir das mudanças nas forças e relações produtivas e dos aspectos políticos e culturais do modo de produção dominante.

Mas, de acordo com Santos (1997), a construção de periodizações não resolve a questão do tempo histórico. É preciso abordar a dialética espaço-tempo, em que cada momento histórico tem seu tempo e seu espaço e cada espaço tem seu tempo, resultado do encontro dos eixos do tempo histórico e do tempo das coexistências. Esse autor sugere o estudo da empiricização do tempo e do fenômeno técnico, historicamente, na abordagem geográfica.

Para Santos (1997), é através das técnicas que os homens, trabalhando, unificam o tempo e o espaço, ou seja, através das técnicas e das relações sociais deste processo. São relações de produção, relações vividas cotidianamente em cada tempo e lugar. Se o *espaço do trabalho* tem técnicas que permitem *fazer isto ou aquilo*, como aponta Santos (1997), este mesmo espaço também é, ao mesmo tempo, relações sociais que condicionam a produção.

num laboratório fazendo experimentos. Pensamos que o método hipotético-dedutivo facilita a unilateralidade, quando o social é movido por contradições e reciprocidades.

¹¹ “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (Marx, 1983, p.218).

Desse modo, como Milton Santos afirma, a análise da divisão social do trabalho torna-se indispensável, como promotora da vida e da própria diferenciação territorial.

Dessa forma, consideramos duas grandes dimensões do tempo: 1) o tempo histórico, das sucessões; 2) o tempo da simultaneidade, das coexistências. O primeiro, analiticamente, “anda” horizontalmente e o segundo, verticalmente. O primeiro é aquele da sequência no acontecer, não unilateralmente ou numa sucessão causa-efeito da lógica formal, mas dos processos históricos em movimento constante de superação, dos *saltos* quantitativos. “No salto, a destruição e a criação não são momentos ou fases isoladas, autônomas, mas representam dois aspectos, organicamente ligados, e não podem existir um sem o outro (...)” (Cheptulin, 1982, p.333). Ou seja, o momento de destruição é, simultaneamente, criador, construtor, onde o *velho* não é suprimido, mas superado. E o segundo, para nós, significa mesmos fenômenos sociais, ou semelhantes, que ocorrem no mesmo ou em diferentes lugares ao mesmo tempo, em ritmos não necessariamente iguais.

“Para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, mas se dão de modo simultâneo” (Santos, 1997a, p.163). Os tempos são tempos desiguais, vividos em cada dialética espaço-tempo, mas dá-se também uma relação singular x universal, em diferentes velocidades, complexidades e intensidades. Para esse autor, em decorrência das inovações técnicas e científicas, temos uma *aceleração contemporânea* nos últimos anos¹², no entanto, no período/tempo imediatamente anterior, que coincide com nosso intervalo de tempo estudado, essas relações se inscrevem num tempo menos veloz, mas efetivando-se entre os diferentes lugares, setores e indivíduos, o que não significa que devemos negligenciá-lo. O mesmo vale para o momento atual em que as relações de simultaneidade assumem um papel importantíssimo, de instantaneidade, mas não anulam o tempo histórico nem o espaço geográfico, nem o território.

E, aqui, vale lembrar Braudel (1978)¹³ em sua abordagem do tempo histórico. Tempos *breve, curto* e de *longa duração*, consubstanciando o passado e o presente, mas,

¹²Uma abordagem do tempo simultâneo no momento atual dá-se em Harvey (1993). Para este autor, a comunicação via satélite e a diminuição nos custos de transporte juntamente com outras inovações tecnológicas, promovem o que denomina de *compressão do espaço-tempo no mundo capitalista*, ou, *a derrubada de todas as barreiras e a aniquilação do espaço através do tempo*. Não do tempo histórico evidentemente. Além do mais, o espaço, para nós, continua existindo e é nele que o geral se manifesta. Outra abordagem, em Santos (1997 ou 1997a). Para esse autor, as inovações técnico-científicas ocorridas nas últimas décadas consubstanciam a base tecnológica para a globalização, em que a circulação de mercadorias e informações é acelerada, aproximando lugares e diminuindo o tempo. “A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária à escala do mundo” (Santos, 1997, p.162).

¹³ Para Dosse (1992), Braudel, apesar de ter como objetivo de sua história a apreensão da *totalidade do social*, produz estudos limitados quanto ao caráter explicativo, mais descritivos. “Observar, classificar,

concomitantemente, enganadores. Pensamos que se deve considerar ambos e não privilegiar apenas um dos tempos históricos. O próprio Braudel não descarta o tempo breve, dos instantes, mesmo definindo-se pelo de *longa duração* como o tempo *mais útil* às ciências sociais. “Essa temporalidade de fôlego longo oferece a vantagem de poder ser decomposta em séries de fenômenos que se repetem, em séries de permanências que deixam aparecer os equilíbrios e a ordem geral subjacente à desordem aparente do domínio factual” (Dosse, 1992, p.118). Tanto os movimentos breves como os mais longos fazem a História; presente e passado confundem-se e revelam-se mutuamente. Um está no outro.

Não se trata pois, nem da História nem da Geografia tradicionais, mas da *Geografia Histórica* ou, *simplesmente* (nada simples), da Geografia: toda Geografia, entendida como ciência social, é histórica, mesmo que nos refiramos a rápidos instantes do processo de produção do espaço ou do território. Trata-se de compreender o processo histórico e suas manifestações territoriais, as determinações no tempo e no espaço, ou, a dialética espaço-tempo, as mudanças e permanências e suas condicionantes.

Maurício de Abreu (1997 e 1998) e Pedro de Vasconcelos (1997 e 1997a), entre outros, mostram e reforçam nossa posição em relação à reciprocidade entre Geografia e História, entre espaço e tempo. Vasconcelos (1997) chama a atenção, no estudo das transformações espaciais das cidades, para a existência dos *períodos densos* e dos *hiatos temporais*. Os primeiros representam períodos de importantes transformações, registradas através de documentos e da cartografia, e os segundos, intervalos temporais *sem* informações espaciais.

Para Vasconcelos (1997), um dos caminhos metodológicos do que denomina Geografia (urbana) histórica pode ser assim constituído: a) estabelecimento de uma periodização de longa duração, a partir dos eventos históricos mais significativos; b) análise do contexto de cada período, a partir de fontes primárias e secundárias, tanto em nível local e regional, como nacional e internacional. É o que denominamos de articulação de escalas de análise; c) análise dos principais agentes *modeladores* do espaço, tanto interna como externamente ao local; d) exame do desenvolvimento espacial em cada período, a partir da cartografia e de dados primários escritos. O que vem ao encontro da nossa proposta metodológica para o estudo da Colônia Silveira Martins entre 1878 e 1950.

comparar, isolar são as grandes operações cirúrgicas praticadas por Fernand Braudel” (Idem, p.113). No entanto, o próprio autor reconhece na produção braudeliana um marco de referência obrigatória na evolução do pensamento histórico francês, e sua contribuição é muito importante para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, especialmente à História e à Geografia dos últimos anos.

Na dinâmica territorial, a Geografia e a História interligam-se. Como afirma Abreu (1997): “Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem, pois aí estão, muitas vezes, os segredos da sua boa interpretação” (p.240). É necessário buscar no passado¹⁴, também, a compreensão do território atual; é preciso apreender suas diferentes determinações, seu processo de apropriação e produção.

Enfim, podemos melhor adjetivar o tempo histórico, das sucessões e periodizações, de *breve*, *longo* e *curto*, e, o tempo das coexistências, da simultaneidade, podemos adjetivá-lo, em consonância com Santos (1997), de *tempos rápido* e *lento*, que se manifestam diferentemente de um lugar para outro e no “interior” de cada lugar. São as temporalidades no espaço e no território. Não há uma homogeneidade no espaço nem no território, mas uma heterogeneidade de tempos e territórios em cada unidade espacial de análise, seja no lugar, no país etc. O *novo* não chega a todos os lugares no mesmo momento temporal, nem se objetiva necessariamente ao mesmo tempo com o mesmo ritmo e com a mesma intensidade em diferentes atividades e lugares. Os tempos concretizam-se em lugares distintos e simultaneamente, com ritmos lentos e mais rápidos.

Smith (1988), ao identificar as *escalas* do processo de diferenciação social determinantes da diferenciação geográfica/espacial no capitalismo, destaca a *divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores ‘particulares’* e a divisão do capital entre ‘*capitais individuais*’, como *escalas* centrais do desenvolvimento desigual. É na unidade de produção e de vida que a diferenciação se constitui e se manifesta, na dinâmica de mercado. Em cada lugar, os tempos são desiguais, existe uma temporalidade vivida, produto do acontecer histórico e das relações entre o singular e o universal, articulados. Por isso, o homem é aquilo que o mundo é. E o mundo é aquilo que os homens são.

Nesse sentido, o espaço geográfico é por nós entendido, como de certa forma já apresentamos em Saquet (1995, 1996 e 2000), como um produto da dinâmica socioespacial, ou seja, das relações sociais que os homens mantêm entre si, com a natureza nata (meio natural, sua natureza exterior) e consigo mesmo, com sua natureza interior. Este espaço é dia-a-dia re-produzido através do trabalho e demais atividades do homem e revela as contradições

¹⁴ Para Abreu (1998), o passado vem sendo um suporte sólido na busca da singularidade dos lugares. Passado cristalizado na paisagem, preservado por instituições (documentos, fotografias), ou ainda presente na cultura e na vida diária.

e desigualdades sociais¹⁵. Espaço, simultaneamente, resultado e condição dos processos sociais.

Para Soja (1993): “A estrutura do espaço organizado (...) representa (...) um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais” (p.99). Ou seja, espaço e sociedade condicionam-se mutuamente. O desenvolvimento geograficamente desigual do Modo Capitalista de Produção determina e é determinado; é social, espacial e territorial.

Dessa maneira, o espaço é local e, ao mesmo tempo, através do produto do trabalho e das redes de circulação e comunicação, é geral. Ele possui um presente que passa muito rápido, que já é passado, portanto, e possui um devir. Devir que além de ser começo é também seqüência, é sucessão e, portanto, movimento. Movimento do pretérito, do *ser* e do *vir-a-ser*, do concreto e do abstrato, das relações recíprocas que nos dão o real. Movimento do espaço no tempo e deste no espaço, em que o presente contém o passado, que se realiza no presente.

Não obstante, o espaço social também é simultaneamente natural, pois até mesmo os elementos do ambiente construído, materiais ou ideológicos, contêm frações da natureza homem. Souza (1997) deixa transparecer claramente as diferenças entre o *espaço social*¹⁶ e o *espaço natural*¹⁷, com o que concordamos. Ambos são diferentes, cada qual com seu movimento, seu ritmo. Porém, pensamos que, apesar de serem diferentes, não são excludentes, já que se relacionam mutuamente. Reconhecer que o *espaço natural* é social quando integrado por um projeto social, de colonização ou não, com uma finalidade, ou, a partir de uma representação, como afirma Souza (1997)¹⁸, é, ao mesmo tempo, reconhecer que, na inexistência do referido projeto ou da representação, o espaço natural está distante, separado do social, como se fossem excludentes.

Isso pode motivar a dicotomização entre o social e o natural, entre a sociedade e a natureza. Mesmo que a natureza não seja *corpo humano*, como afirma Marx (1984),

¹⁵ No presente e no pretérito, nas sociedades em que o MCP é dominante, suas relações, segundo Marx (1984), caracterizam a imoralidade, a deformação e o embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Trabalhadores e capitalistas que, embrutecidos ou não, além de estarem no espaço, também são e constroem o espaço geográfico, como nos afirma Silva (1991). O espaço geográfico capitalista tem sua *essência* nos homens coisificados, estratificados, onde as relações sociais no espaço e no tempo, são relações entre dominadores e dominados, ou seja, entre os detentores do poder e os clara ou disfarçadamente subordinados, como os trabalhadores manuais, técnicos, gerentes, etc.

¹⁶ “(...) um produto da transformação da natureza (...) pelo trabalho social. (...) Um palco verdadeiramente construído, modelado (...); cuja “(...) objetividade é lida (inter) subjetivamente (...)” (p.22).

¹⁷ Rios, solo etc.

¹⁸ “Assim, não apenas o trabalho, que produz materialmente o espaço social, ‘socializa’ o espaço natural; as *representações* deste são, em si, já uma forma de desnaturalização (...)” (p.23).

acreditamos que isso não significa dizer que um não está no outro. São diferentes, como já nos referimos, cada um com seu movimento, com seu tempo e ritmo, mas não são excludentes. Relacionam-se reciprocamente. Mesmo sendo apenas *reserva biológica*, sem transformações sociais, os *espaços naturais* são sociais pela finalidade/projeto, mas não só por isso. São sociais também, porque o *espaço natural* contém a natureza homem, em suas múltiplas dimensões, que resumimos no natural e no social. Nós, homens (e mulheres), somos e estamos na natureza e na sociedade, simultaneamente.

Ou a relação dialética, da reciprocidade e interconexão só se dá no social? Ou a articulação sociedade x natureza só existe nos *espaços naturais* modificados pelo trabalho? Como devem ser considerados, então, os *espaços naturais* não transformados? São sociais pela finalidade social (dada por projetos...)? E os *espaços naturais* não integrados por projetos/finalidades? Ou inexistem espaços naturais sem esta finalidade social? Mesmo que não existam espaços naturais sem uma finalidade/projeto social, insistimos em afirmar que é preciso mais do que isso para torná-los sociais, ou para concretizar a articulação sociedade x natureza, que é o fato da natureza conter o homem multidimensional. Com a existência do homem, não há sociedade sem natureza, nem natureza sem sociedade.

“Caberá à geografia, dentro dessa abrangência até certo ponto imperceptível, centrar sua preocupação no espaço produzido em que o social-natureza e a natureza-social se entrelaçam.” (Silva, 1991, p.36). A re-produção do homem é, ao mesmo tempo, re-produção da sociedade em que vive e substantiva, a re-produção do social dominante e a re-produção do natural que está nele e em suas obras. Re-produção biológica e social. Não existem dois espaços, como defende Souza (1997). Para nós, nesse sentido, existe apenas um espaço, que é o espaço geográfico, resultado das dimensões social e natural em reciprocidade infinita e constante¹⁹.

Como o espaço é produzido *em e por* uma formação social antagônica, ele possui uma dinâmica própria repleta de contradições e desigualdades que nascem da natureza dialética do movimento socioespacial. Segundo Lefebvre (1983), para apreender estas desigualdades e contradições, é preciso passar pela abstração; é preciso penetrar além do imediato, além do mundo sensível, porque a realidade é a unidade do aparente e do não-aparente, apesar de contrários.

¹⁹ Cabe ainda destacar que, possivelmente, nossa abordagem esteja sendo simplista e/ou reducionista, mas não pretendemos ser naturalistas ou deterministas. O que estamos tentando, é compreender um pouco da articulação sociedade x natureza, além daquela dada pela força de trabalho.

Cada momento do espaço geográfico possui especificidades subordinadas à dinâmica geral da sociedade, às peculiaridades de cada lugar e ao tempo histórico, materializando-se diferentemente no fenômeno sensível de um dado lugar. O que muda aparentemente, após um *salto*, não é o espaço, mas um momento, que aparece, do processo de produção do espaço geográfico sob as forças do MCP e seus aspectos culturais, em que os conflitos políticos são inerentes.

O espaço é apenas um rápido momento espacial, constituído por processos de trabalho que não pertencem à mesma produção. É resultado e condição dos próprios processos socioespaciais. Isso significa que abordamos em nosso estudo, diferentes momentos espaciais e territoriais, rápidos instantes, constituintes do processo de produção do território local, em que sociedade e natureza relacionam-se mutuamente; em que Geografia e História condicionam-se, e confundem-se, constantemente, no processo de diferenciação territorial.

Neste processo de diferenciação, em seu movimento de re-produção, o capital não se expande obedecendo a uma lógica que priorize o desenvolvimento para todos na mesma intensidade. Muitos produzem muito e se apropriam de muito ... pouco! Ao mesmo tempo em que estamos cercados por muitos, nas ruas, nos condomínios residenciais, nas universidades, nas agências bancárias, etc, estamos sós! Dominadores e dominados são diferentes, com poderes diferentes: os primeiros hominizados, personificados e os segundos, desumanizados, porém, concomitantemente, estão unidos pelo social e pelo natural. Ambos são natureza, e portanto, com vida (com mais ou menos qualidade) e morte!

Assim, desenvolvimento/sociedade/espaço/território são indissociáveis. O que não significa dizer que são sinônimos, mas sim, que interagem mutuamente. Um está no outro. O desenvolvimento desigual é, a um só tempo, social e espacial. É territorial. Dito de outra forma, é o processo de territorialização das forças e das relações de produção interconectadas e dos aspectos políticos e culturais, no tempo e no espaço, produzindo tempos e territórios; é um dos produtos da produção capitalista do espaço e do *território*.

Por isso, após abordarmos brevemente o *tempo* e o *espaço*, faremos o mesmo com o *território*. Nesse sentido, destacamos Raffestin (1993), Souza (1995) e Haesbaert (1995 e 1997). Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido *apenas* enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico,

político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização.

Haesbaert (1997), em um dos estudos mais consistentes sobre o território, aponta três vertentes básicas na abordagem conceitual do território:

- “a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; (...);*
- b) a cultural(ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; (...); e*
- c) a econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.” (p.39/40).*

O importante, aqui, parece-nos, é reconhecer as interfaces existentes e as interligações entre as diferentes vertentes/posições. O processo de apropriação e construção do espaço geográfico é econômico, político e cultural. O mesmo acontece com o território, como fruto do processo de apropriação e produção/domínio de um espaço, inscrevendo-se num *campo de poder*, de relações econômicas, políticas e culturais.

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios. As relações são o poder e o poder são as relações. “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (Raffestin, 1993, p.53). E são estas relações que cristalizam um território e as múltiplas territorialidades. “O território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações (...)” (Idem, p.58). O território é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço. As próprias representações do espaço, conforme Raffestin, significam controle, domínio e revelam a imagem do território.

Em nossa proposta metodológica de pesquisa e interpretação, o conceito de lugar, por isso, assume relevância. “(...) O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o costume, os processos de apropriação do espaço.” (Carlos, 1996, p.15). O lugar está intimamente ligado ao *viver* e ao *estar* no espaço, aos laços do homem com seu habitat. O

lugar é a dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também é concreto. É nele que as relações ganham visibilidade e efetivam-se na territorialidade diária. É ponto de encontro e dispersão; é resultado e condição dos processos sociais, dos diferentes tempos sob as articulações econômicas, políticas e culturais da *totalidade* e, por essa razão, é um território e um espaço onde se materializam diferentes modos de vida e múltiplas territorialidades e temporalidades.

Raffestin (1993), ao nosso ver, destaca o caráter político do território. No entanto, referenciando-se em Henri Lefebvre, afirma que o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder: “Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. (...) Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’.” (Raffestin, 1993, p.152). O território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de *malhas, nós e redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território.

Porém, é importante destacar, que o território não é somente relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. As relações de poder não estão descoladas das formas espaciais e vice-versa.

Um aspecto quase negligenciado nas abordagens referentes à contribuição de Raffestin (1993), embora não desenvolva suficientemente, diz respeito ao que ele denomina de *sistema territorial*, resultado das relações de poder do Estado, das empresas e outras organizações e dos indivíduos. Estes *atores* produzem as *tessituras*, mais ou menos delimitáveis e territorialidades que se inscrevem nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais²⁰. Ou seja, oferece-nos indícios para uma articulação, não trabalhada coerentemente em sua obra (apesar de ter uma postura múltipla frente ao território e à territorialidade), entre as dimensões materiais e não materiais (das formas espaciais e diferentes relações sociais), simultaneamente.

Para nós, na prática espacial cotidiana, dá-se a articulação entre dois ou mais agentes sociais motivados por forças (interligadas) políticas, econômicas e culturais,

²⁰ “(...) o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção” (Raffestin, 1993, p.144).

substantivando diferentes formas espaciais e redes geográficas. Uma rede é por nós entendida, sucintamente, como resultado não apenas da relação capital-trabalho e da circulação de mercadorias, mas é fruto de relações sociais, objetiva e subjetivamente, na territorialidade cotidiana; é produto da interconexão, da articulação.

De fato, o território é formado desde pequenas habitações, pontes, estradas, plantações, até grandes empreendimentos públicos ou privados, que o consubstanciam constantemente a partir das relações que envolvem ou em que são envolvidos. E essas relações são políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes e um determinado *campo de forças*. A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais. Essa própria territorialidade é fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente. “A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. (...) É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.” (Raffestin, 1993, p.161).

Mas não só no circuito da produção. A territorialidade é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidades e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente²¹ delimitado. Em outras palavras, o território é resultado do processo de produção *do* e *no* espaço. Ora, nesse sentido, podemos usar os termos território e espaço geográfico como sinônimos?

Não podemos negligenciar que o processo de apropriação e produção do espaço também envolve relações sociais e, portanto, o poder. Entretanto, onde “termina”

²¹ Afirmamos *relativamente* porque a complexidade territorial limita a delimitação, característica no mínimo implícita do território. As dificuldades para a delimitação são agravadas pela própria multiplicidade dos territórios, heterogêneos e sobrepostos e pelas diferentes redes geográficas extra-locais efetivadas.

um e “inicia” o outro? O que os diferencia se a produção do espaço também é uma trama de poder? Os limites/fronteiras de domínio e o *campo de forças*?

Se o território é marcado profundamente por relações de poder; relações sociais, evidentemente, que se cristalizam no espaço. Se um território pode ter sua re-produção interrompida, ou re-produzida constantemente e, se a existência de um território pressupõe um espaço construído, com homens e relações, um espaço produzido pode não ser um território, no caso de não conter, ou envolver, relações de poder. Se assim for, o espaço geográfico pode ser sinônimo de território, mas não necessariamente. Não obstante, existem espaços geográficos sem relações de poder?

Talvez, um traço fundamental que diferencie o território do espaço seja, como afirma Souza (1995): “(...) O território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (p.97). No entanto, essas relações de poder não estão descoladas do espaço e este, é mais do que o *substrato*, como o próprio autor aponta. Para nós, espaço e território se confundem e se revelam mutuamente. Um está no outro. Ambos se efetivam pelas atividades dos homens, são sociais portanto, produzidos. Mesmo se situando *sobre um substrato* como afirma Souza (1995), acreditamos que não é possível separar o inseparável, o uno e pensar o território separadamente do espaço. O espaço não se dá sem o território e este sem seu outro. Se assim for, ambos são resultado do social interagido ao natural, pães de relações de poder e dominação; um está no outro.

“Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (Souza, 1995, p.81).

Esta é uma contribuição significativa deste autor. Como os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo social, podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivarem em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o *“território nacional”* sob gestão do Estado-Nação.

O caráter político do território, independente de sua extensão, como é sabido, é indispensável. As diferenças, as lutas sociais e seu controle são elementos que o

caracterizam. Sack (1986), muito citado em estudos sobre o território no Brasil, destaca a dimensão política deste e o simultâneo papel das fronteiras na influência de uma ou umas pessoas sobre outras, na definição da territorialidade como estratégia de dominação. Para Sack, a delimitação de uma área se torna um território quando alguma *autoridade* a usa para influenciar, moldar ou controlar atividades e indivíduos.

No entanto, não se pode negar e fechar os olhos às desigualdades, intimamente ligadas à re-produção da dominação da classe hegemônica e aos territórios efetivados pelos agentes econômicos através de suas relações sociais no processo produtivo. Estes agentes substantivam redes de relações, dinâmicas econômicas, *no* e *do* território, constituindo territórios. Ou seja, as forças econômicas, políticas e culturais (EPC), reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, *no (e com o)* espaço geográfico, centrado e emanado *na* e *da* territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais.

“O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais (...) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.” (Haesbaert, 1997, p.42).

Coerentemente, o autor concilia as dimensões referidas e identifica seus *diferentes graus de correspondência e intensidade*; acrescenta à questão política do território o caráter cultural, mais subjetivo e simbólico. A seguir, lembra, referenciando-se em Claude Raffestin, o caráter econômico, o que sinaliza para uma abordagem também múltipla do território. Porém, não aprofunda a reflexão sobre a dimensão econômica do território.

Apesar deste avanço na abordagem do território, sem a intenção, evidentemente, de cairmos num teorismo cego e inseqüente, acreditamos que é necessário “explorar” um pouco mais a dimensão econômica do território e do processo de territorialização, pois as três dimensões *são* e *estão* interconectadas (relacionam-se reciprocamente). Assim, são indissociáveis e o reconhecimento desta articulação se faz necessário para tentarmos superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente, o que remete à dicotomização na abordagem geográfica. É preciso superar a

teorização acerca do território enquanto instrumento de ação estatal, (geo)política, em determinadas fronteiras ou limites definidos ou enquanto identidade cultural apenas; é necessário apreender a questão econômica em suas conexões internas e mostrar sua íntima relação com os caracteres político e cultural, o que pretendemos fazer, apesar de priorizarmos os fatores econômicos do processo em questão.

Outra importante contribuição de Haesbaert (1995 e 1997), é quando afirma que o processo de produção do espaço envolve sempre, ao mesmo tempo, a *desterritorialização* e a *reterritorialização*. Esse autor apresenta, como dimensões sociais da des-territorialização, a econômica e a política, e da territorialização, a política e a cultural. Para nós, os processos de des-territorialização (perda do território, aqui, centrada na mobilidade da força de trabalho no espaço) e re-territorialização também estão intimamente ligados, dinamizados por diferentes estratégias; são processos historicamente determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; são produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura (EPC) [processos centrados, neste caso em estudo, *mais* nas duas primeiras dimensões do que na questão cultural], que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as des-territorialidades e as re-territorialidades.

Sucintamente, aquelas forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as *novas* territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital. Por isso, é necessário contextualizar esses processos (*des* e re-territorialização) em cada momento/período e lugar, no desigual desenvolver do Modo Capitalista de Produção, num constante movimento de des-territorialização e re-territorialização, ou, de *des-re-territorialização* como afirma Haesbaert (1997). Ou ainda, no processo de *territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)* como apontara Raffestin (1984). De acordo com cada momento/período e lugar, ora uma ora outra dimensão da EPC pode se impor na produção do território, da des-territorialização e na re-territorialização.

Sobre a relação desenvolvimento, economia e território, destacamos cinco estudos da literatura italiana: Roverato (1996), Bagnasco (1977 e 1988), Conti e Sforzi (1997) e Anastasia e Coró (1996) que servem de referenciais para nossa pesquisa científica²². Roverato (1996), porque analisa o desenvolvimento econômico industrial

²² Isso não significa que ratificamos todos os aspectos da argumentação e conceituação de cada abordagem, mas auxiliam na análise do desenvolvimento econômico a partir de conceitos como os que privilegiamos.

regional vêneto no tempo e no espaço, historicamente caracterizado e determinado na economia italiana. Aborda aspectos econômicos sobretudo, mas também políticos e culturais, a partir de uma periodização da industrialização no Vêneto e do desenvolvimento do capitalismo industrial na Itália.

Bagnasco (1977), por sua vez, porque reflete sobre a territorialização do desenvolvimento econômico italiano a partir de fatores internos e externos. Estuda a diferenciação territorial do desenvolvimento na Itália. Apesar de alertar que sua abordagem não é um *mapa do desenvolvimento italiano* sobre o território, *retrata* aspectos do real na produção do território italiano. Bagnasco (1977), a partir de sua proposta de estudo da *problemática territorial* do desenvolvimento italiano, consegue mostrar características dos territórios e dos tempos no território italiano e as conexões que existem entre eles. Historicamente definidas, as articulações territoriais se substantivam econômica, política e culturalmente, nos níveis interno e externo de cada território²³.

Bagnasco (1988), especialmente, porque estuda alguns aspectos das *dimensões espacial e temporal* do desenvolvimento de uma *economia de pequenas empresas*, a partir de fatores econômicos, políticos e culturais. É, no dizer do autor, um processo lento de diferenciação econômica entre as regiões italianas, centrado na *construção social do mercado*. As mudanças ocorrem no tempo e no espaço, concretizando tempos e territórios em cada *fase* do desenvolvimento econômico.

Conti e Sforzi (1997), porque abordam o processo de industrialização italiana, no tempo e no espaço, mostrando as principais mudanças no processo histórico e os tempos coexistentes, no *processo de diferenciação territorial do desenvolvimento econômico industrial*. Outra abordagem fundamental na compreensão dos tempos e territórios, centrais em nossa tese, é a de Anastasia e Corò (1996), porque mostram as relações entre as pequenas e médias empresas e o território no Nordeste italiano, onde desenvolvem-se os chamados distritos industriais. Estes autores compreendem o Nordeste italiano como um *sistema de sistemas produtivos locais*, onde coexiste uma variedade de *sistemas*, como *realidades* singulares e integradas que nutrem o território, sendo que este condiciona a capacidade das referidas empresas no mercado. Constitui-se, desse modo e para estes autores, historicamente, um *território de sistemas produtivos locais* articulado ao mercado internacional.

²³ Assim, compreende a *formação italiana* como produto da articulação, da interconexão de *três* diferentes *formações sociais territoriais*, resultantes do desenvolvimento do capitalismo naquele país (são elas: a *central*, a *periférica* e a *marginal*. Se são ou não *três* Itálias não cabe a nós refletirmos neste trabalho).

Nessas obras/abordagens, o território aparece, sucintamente, compreendido como chão, infraestrutura, área mais ou menos delimitada, formas espaciais/obras, como Estado-Nação, local, como lugar, e, como relações sociais, como aparece em Bagnasco (1977) que compreende o território como resultado e condição do processo social, fruto das próprias articulações territoriais, econômicas, políticas e culturais; em Conti e Sforzi (1997) que destacam as determinações econômicas e políticas do desenvolvimento e do território, e, em Anastasia e Corò (1996).

Em algumas obras, o conceito de território aparece implicitamente, como em Roverato (1996) e Bagnasco (1988), e em outras, mais claramente, como em Bagnasco (1977) e em Conti e Sforzi (1997). Porém, nestas últimas, os autores não têm o compromisso de aprofundar a reflexão teórico-conceitual sobre o território. Assim, deixam lacunas e, ao mesmo tempo, oferecem subsídios importantes para uma discussão maior. A exceção é a obra de Anastasia e Corò (1996), na qual os autores entendem o território como produto do processo histórico, social, e, como *força produtiva*, como recursos (infraestrutura, serviços...) aos agentes sociais econômicos e envolvendo relações sociais, o conhecimento etc. O território é fruto da integração, no mercado, entre diferentes agentes produtivos; é enraizamento e articulação/fluxo; é, ao mesmo tempo, condição para a articulação, o que denominam de *integração versátil*. Para nós, na dinâmica econômica, as diferentes empresas e demais atividades econômicas *estão* no território, *são* elementos constituintes do território e seus donos consubstanciam territórios.

Enfim, acreditamos que essas abordagens nos auxiliem a refletir e compreender as manifestações territoriais, no tempo e no espaço, do desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins, onde se forma um território relativamente isolado e em ritmo lento de desenvolvimento econômico artesanal, por imigrantes europeus que “absorvem” o território imediatamente anterior de alguns indígenas (bugres) e caboclos. A expansão capitalista nessa área transforma o espaço e o território sob a hegemonia do capital comercial e da classe hegemônica politicamente. A subordinação aos agentes do capital industrial dá-se sutilmente, até porque, em sua maioria, os produtores diretos agrícolas e/ou artesanais não conseguem acumular capital familiar para adquirir implementos, máquinas agrícolas, ou mesmo, tecnologias industriais já existentes no Rio Grande do Sul e no Brasil no período estudado.

Assim, a dinâmica re-territorializadora na Colônia Silveira Martins é marcada por grupos sociais que tentam re-produzir-se biológica e culturalmente, mas sobretudo econômica e politicamente, em nível local, e pela sobrevivência de algumas atividades artesanais e da

atividade agrícola com trabalho familiar, como mostramos em Saquet (1996 e 2002), o que é uma contradição do Modo Capitalista de Produção, uma vez que a tendência seria sua absorção e desaparecimento. São re-produzidas porque interessam aos agentes do capital.

Contraditoriamente, como veremos, a re-territorialização em Silveira Martins, relativamente homogênea internamente e com certa delimitação definida, funda-se na heterogeneidade, nas desigualdades e diferenças, em tempos e em múltiplas territorialidades. O re-arranjo territorial, com novas formas e conteúdos acontece sob a articulação das dimensões econômica, política e cultural e provoca mudanças territoriais no espaço Silveira Martins, onde se dá o confronto entre uma cultura *brasileira* e o imigrante europeu, sobretudo o italiano, em que os primitivos ocupantes são submergidos pela lógica da colonização efetiva sob o movimento do capital.

E mais, os tempos e os territórios são encobertos pela aparente estagnação geral na colônia; pelo ritmo lento de desenvolvimento territorial. A inexistência de saltos quantitativos significativos mascara as desigualdades no ritmo lento ou o ritmo lento de desenvolvimento dificulta a apreensão das desigualdades e diferenças, das contradições, dos tempos e dos territórios²⁴. É por isso que Santin (1986, 1990 e 1999) e Sponchiado (1990 e 1996), apesar dos subsídios importantes que oferecem, não conseguem apreender esse desenvolvimento desigual e contraditório. E é esse o nosso desafio.

Para mostrar as desigualdades e a subordinação, entendemos que a produção capitalista não é só produção, mas significa, ao mesmo tempo, como afirmamos em Saquet (1996 e 2002), circulação, troca e consumo que se concretizam a partir das atividades da vida diária. Produção, distribuição, troca e consumo são os diferentes momentos/processos do movimento de re-produção do Modo Capitalista de Produção. O processo de produção capitalista: ‘(...) é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização’ (Marx, Cap. VI Inédito, p.43). O processo de valorização do capital dá-se a partir do processo de trabalho, pois este significa incorporação no produto, de trabalho não pago. E trabalho não pago só pode existir onde há pagamento do trabalho.

Assim, o trabalho assalariado é condição necessária e indispensável à produção de capital na produção capitalista. Sem a mercadoria força de trabalho e sem sobretrabalho, não há produção de valor. Porém, pensamos que nas atividades produtivas com trabalho familiar também se dá incorporação de mais trabalho no resultado da produção.

²⁴ “A satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas. O conflito não aparece sempre nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito.” (Lefebvre, 1991, p. 87).

“(...) O processo de produção do capital é antes do mais um processo real de trabalho, (...) seja qual for o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção sobre cuja base se efetua. (...) O capital é algo eterno e condicionado pela natureza do trabalho humano. (...) O processo de trabalho em todas as formas sociais é necessariamente processo de trabalho do capital.” (Marx, Capítulo VI Inédito, p.46/47).

A produção a partir do trabalho familiar e da comercialização dos excedentes produzidos, articulada a outras instâncias socioespaciais capitalistas, como se verifica nas atividades agrícolas e/ou artesanais da Colônia Silveira Martins, também produz valor. As relações capitalistas dão-se *fora* da unidade produtiva, no mercado, enquanto a produção de relações de produção não tipicamente capitalistas consubstancia *uma* forma específica da expansão capitalista e re-produção ampliada do capital. Um *capitalismo sem capitalistas*, como afirma Vergopoulos (1986), em que a produção familiar é uma forma de viabilização desse movimento de expansão, heterogêneo e multiforme, desigual e contraditório²⁵.

Segundo Saquet (1996 e 2002), tanto na produção com trabalho assalariado como na com trabalho familiar, por estratégias diferentes, os trabalhadores diretos estão subordinados ao capital, no intuito deste, apropriar-se de trabalho não pago, vital à sua re-produção. E é por isso que o próprio MCP cria e re-produz relações produtivas não tipicamente capitalistas.

Há um movimento da sujeição do trabalhador assalariado ao capital, no movimento de autovalorização deste. No caso do trabalho familiar, agrícola e/ou artesanal, o mesmo processo se dá, porém, disfarçadamente, através de elementos/forças mediadoras, ou seja, através das relações que o produtor familiar mantém com os emissários dos capitais comercial, industrial e financeiro.

Os tempos são tempos desiguais no capitalismo e é no movimento territorial de sua expansão no Brasil que nasce e se desenvolve a Colônia Silveira Martins; que se dá a construção de sua territorialidade. Na re-territorialização italiana nesse lugar, produzem-se relações de produção não genuinamente capitalistas, de caráter familiar, em que o capital toma para si as relações da família patriarcal, pois o MCP não se circunscreve apenas às atividades tipicamente capitalistas, mas envolve também atividades produtivas com trabalho familiar e baixo grau tecnológico.

²⁵ “Não reconhecer (...) que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer, em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, *o processo de constituição* do próprio capital enquanto relação social.” (Oliveira, 1993, p.30).

As forças produtivas rudimentares, a divisão social do trabalho simples e a produção de subsistência provocaram um ritmo lento de desenvolvimento econômico artesanal na Colônia Silveira Martins entre 1878 e 1950, porque os agentes produtivos não conseguiram acumular capital familiar. Conseguiram o necessário para sobreviver com aquela forma produtiva e foram envolvidos pela política de mando local em favor dos latifundiários. Essas são, sucintamente, as principais determinações que provocaram limitações no desenvolvimento econômico artesanal. As relações sociais familiares geraram um conjunto de idéias intimamente ligadas às atividades produtivas que, materializadas, foram (as idéias) transmitidas de geração a geração, em prol da permanência das relações e de boa parte das forças produtivas rudimentares familiares. A divisão social do trabalho, sem uma maior complexidade, não mudou o ideário e esse não provocou mudanças significativas na complexidade social. Não identificamos sequer uma produção artesanal que envolvesse relações sociais embrionárias do capitalismo clássico no território em questão até 1950.

As relações e forças produtivas condicionam-se e substantivam o desenvolvimento econômico artesanal na Colônia Silveira Martins, limitando-o, pois, com pequena produção, circulação, troca e consumo de mercadorias. O salto familiar → assalariado/empresarial não se efetivou porque faltaram as condições necessárias à acumulação de capital familiar.

Assim, na Colônia Silveira Martins, as atividades artesanais (forneciam serviços ou produziam implementos/ferramentas ou, ainda, transformavam produtos agrícolas) mais importantes, para nós, são aquelas onde os produtores efetivam suas atividades numa *oficina* e/ou *“fábrica”*, por conta própria, manualmente e com alguns poucos ajudantes, geralmente membros da própria família e localizadas nas vilas ou nas *linhas* da colônia²⁶. As ferrarias, por exemplo, são oficinas e produções artesanais; os moinhos são atividades de transformação. Estão intimamente ligadas à prática agrícola, “fornecendo” instrumentos de trabalho; à alimentação; ao vestuário e à habitação. Em Silveira Martins, muitos dos artesãos eram ao mesmo tempo agricultores. Denominaremos, por isso, de artesãos agricultores ou de unidades de produção artesanal familiar e são atividades não genuinamente capitalistas.

²⁶ Diferentemente, portanto, da indústria moderna em que o processo produtivo é dinamizado pelo uso de máquinas. No entanto, se considerarmos indústria, genericamente, como atividade de transformação da natureza e de produção de mercadorias, podemos considerar as *fábricas* de Silveira Martins indústrias, mas em decorrência do baixíssimo nível tecnológico, da pequena produção para o mercado e da ausência do trabalho assalariado tipicamente capitalista, optamos por denominá-las de produções ou atividades artesanais, não especificamente capitalistas.

Mesmo os proprietários e produtores artesãos que têm algum dinheiro, instrumentos de trabalho e alguma matéria-prima não são capitalistas. Estes elementos são capitais familiares, pois falta aos produtores para se tornarem empresas capitalistas, incrementar o capital constante, intensificar a produção e a comercialização e adquirir a única mercadoria que produz mais valor, que é a força de trabalho.

Em relação às unidades de produção agrícola, partimos do pressuposto de que, se a agricultura camponesa é essencialmente familiar, em que o produtor é dono dos meios de produção com baixo nível tecnológico e sem produção intensiva para o mercado como apontam Chayanov (1974)²⁷, Tavares dos Santos (1978) e Oliveira (1991)²⁸, a agricultura familiar pode ser considerada camponesa. Mesmo assim, não as trataremos como sinônimas. Usaremos a denominação *camponeses* quando nos referirmos à Itália no final do século XIX e *agricultores familiares* ao abordarmos a Colônia Silveira Martins²⁹. São unidades de produção agrícola familiar. Uma unidade de produção familiar, para nós, é agrícola e/ou artesanal porque as práticas agrícola e artesanal se complementam na Colônia Silveira Martins. Os donos são proprietários das terras, sejam rurais ou urbanas, dos demais meios de produção, com baixo nível técnico e tecnológico, sem produção intensiva para o mercado e sem contratação do trabalho assalariado genuinamente capitalista.

Outras considerações pontuais são dignas de nota ainda. No intuito de facilitar nossa abordagem e de trabalharmos coerentemente com o método proposto, após refletirmos sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul e a gênese da Colônia Silveira Martins e sobre a des-territorialização italiana para o Brasil, dividimos o período estudado sobre a re-territorialização italiana na referida colônia em três fases: 1) um tempo entre 1878 e 1882, em que acontece a formação da sede colonial; 2) outro, a partir de 1883 até por volta de 1915, em virtude da imigração “espontânea”, da “emancipação” da colônia, da formação dos chamados núcleos interioranos e da efetivação de territórios; 3) e outro tempo histórico, a partir de 1925

²⁷ Para Chayanov, uma *unidade econômica campesina* está ligada ao mercado, a família não contrata força de trabalho e tem uma determinada extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e, esporadicamente, emprega-se em atividades não agrícolas.

²⁸ Segundo Oliveira, de acordo com Tavares dos Santos (1978) e Martins (1990a), os *elementos da produção camponesa* são os seguintes: força de trabalho familiar, trabalho acessório, contratação de trabalhadores temporários, socialização do camponês, propriedade familiar e/ou posse da terra, é dono dos meios de produção e não tem um horário rígido de trabalho diário.

²⁹ Na Itália e na Rússia, os camponeses resistiam à expansão capitalista, numa espécie de comunidades alheias ao capital, enquanto no Rio Grande do Sul, apesar da característica de auto-suficiência do período inicial, são produzidos e regidos pelo movimento capitalista, no circuito mercantil. Lentamente, são condicionados a produzir e comprar mercadorias. São processos e territórios distintos, na Itália e no Brasil, cada qual com suas singularidades, porém, é uma questão polêmica que não abordamos no presente estudo.

até 1950³⁰, quando se definem os tempos lentos e mais rápidos (desenvolvimento) e os territórios no espaço da Colônia Silveira Martins³¹.

Além das produções artesanal e agrícola, abordamos a dinâmica mercantil e as vias e meios de circulação e comunicação porque estão interligados, dinamizam e sustentam a formação do território. Outrossim, mostramos indícios do desenvolvimento socioespacial a partir de mudanças ditas sociais, como nas farmácias e hospitais, nas escolas e nos meios de circulação e comunicação, além, é claro, de mudanças técnicas e tecnológicas nas atividades produtivas artesanais e agrícolas. Essas mudanças na produção, nas relações de troca, nas redes, na população e nos referidos indicadores são sociais e, simultaneamente, territoriais.

E por fim, cabe destacar que, na literatura referente ao desenvolvimento econômico das colônias italianas no Rio Grande do Sul, várias obras são encontradas referindo-se a Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu. Pellanda (1950) e Sá (1950) apenas citam a Colônia Silveira Martins, mas não a estudam. De Boni e Costa (1984) chamam a atenção para o desenvolvimento mais lento de Silveira Martins em relação às três *co-irmãs*, mas não explicam este desenvolvimento mais lento. Ao trabalhar a Geografia econômica do RS, Vieira e Rangel (1993), por exemplo, sequer citam a Colônia Silveira Martins ao descreverem o *sistema espaço-tempo italiano*.

Manfroi (1975) destaca uma das razões que impediram a efetivação de um *centro agrícola, comercial e industrial* em Silveira Martins, importante como Caxias. Esse fator é, para o referido autor, a existência de terras *particulares* entre os *núcleos* da colônia, intercalando-os, característica agravada pelo desmembramento do território da Colônia Silveira Martins entre Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul, no entanto, restringe sua abordagem a esses processos.

Ora, por que a exclusão da Colônia Silveira Martins na literatura sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul? Possivelmente, porque teve sua emancipação política tardiamente, o que dificulta a coleta de dados e porque seu desenvolvimento econômico não chama a atenção como o de outros lugares. No entanto, acreditamos na importância de se estudar os lugares com ritmo predominantemente mais lento, mostrando seus tempos mais rápidos e as permanências, ao contrário de estudos que só identificam os

³⁰ Definimos 1950 como ano base porque julgamos suficiente para mostrar as principais mudanças e permanências econômicas e porque acreditamos que não daríamos conta do estudo até o momento atual.

³¹ Sobre os denominados *núcleos*, é importante esclarecer que Carvalho (1886) só menciona os *Norte* e *Soturno*. Provavelmente, ele não se refere a Dona Francisca porque esta era outra colônia, particular. Consideramos parte da Colônia Silveira Martins, Arroio Grande, Silveira Martins, Vale Vêneto, Ribeirão, Núcleo Norte, Soturno e Novo Treviso.

que “venceram”, os “vitoriosos”, os que acumulam. É preciso também falar dos *esquecidos*, daqueles sepultados, mais pobres e subordinados.

Sobre a Colônia Silveira Martins, destacam-se apenas os trabalhos de Sponchiado (1990 e 1996) e de Santin (1986). Sponchiado refere-se muito superficialmente ao desenvolvimento deste/neste lugar, condicionando-o ao *tipo humano*, na maioria vênets agricultores; às emancipações políticas tardias e à tripartição da colônia com a existência de terras *particulares* nas proximidades e entre os *núcleos* e a sede. Já Santin, em *A imigração esquecida*, afirma que a Colônia Silveira Martins teve um período (1878 até fins da década de 1930) em que sua economia equiparou-se à das Colônias Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi e, posteriormente, viveu um período de *estagnação*: "(...) antes de dobrar a primeira metade do século a caminhada diminui o ritmo. Acontece uma parada. Instala-se a estagnação. Processa-se um esvaziamento. Surge a decadência." (Santin, 1986, p.50).

Esse autor aponta várias razões para aquilo que chama de *estagnação e decadência* da Colônia Silveira Martins:

1) A falta de dirigentes competentes, quando da primeira tentativa de emancipação política da colônia na última década do século XIX;

2) A divisão do território em três partes: uma pertencente ao Município de Santa Maria, outra ao Município de Júlio de Castilhos e outra, ao Município de Cachoeira do Sul.

Porém, acrescenta o autor, que as conseqüências dessa fragmentação poderiam ter sido superadas, não fosse a falta de "idealismo e liderança à sede de Silveira Martins" (p.58) e a rivalidade entre os diferentes grupos de imigrantes da colônia.

3) A existência em Silveira Martins, daquilo que chama de momentos turbulentos na questão religiosa local. Esses momentos, segundo esse autor, também foram responsáveis pela desestabilização da unidade e pelo enfraquecimento da colônia e giraram em torno de dois conflitos principais: um entre os membros do Clero e os anticlericais e outro entre os membros do Clero Secular e os da Ordem Palotina;

4) A situação geográfica desfavorável da Colônia Silveira Martins, ou seja, enquanto as outras três colônias citadas tinham como referência Porto Alegre, Silveira Martins tinha Santa Maria, que era uma cidade pequena;

5) Além disso, segundo Santin, o território de Silveira Martins era cercado por *culturas estranhas* aos italianos, provocando aquilo que chama de *rompimento da homogeneidade cultural*. Para o autor, a integração do italiano com outras etnias foi mais

decisiva do que a fragmentação política no processo de enfraquecimento dos ideais de uma *Città-Nuova* que os italianos pretendiam formar na sede da colônia;

6) O ensino pouco prático, ou seja, não voltado aos interesses da *lavoura* e dos agricultores, era praticamente inútil;

7) O declínio da fertilidade das terras e da produtividade diminuiu a quantidade de produtos comerciáveis. Com isso, a procura de terras *novas* e melhores foi geral e os comerciantes perdem, ao mesmo tempo, os consumidores de suas mercadorias e os fornecedores dos produtos agrícolas que re-vendiam;

8) Finalmente, Santin (1986) afirma que não houve modernização administrativa no setor industrial: "(...) não se deu a travessia da administração familiar para a empresarial" (p.79). Faltou maior espírito inventivo, declara. A *queda* da agricultura levou consigo comerciantes e industriais.

Ora, deu-se antes da década de 1950, na Colônia Silveira Martins, um momento de *decadência*, *estagnação* e de *esvaziamento*, como defende Santin (1986)? A colonização “deu certo” em Silveira Martins? Para quem? Por quê? Por que os produtores imediatos não conseguiram acumular capital familiar e absorver as inovações técnicas e tecnológicas que ocorriam em outros lugares? São questões que tentaremos responder.

No intuito de melhor apresentarmos o resultado de nossa pesquisa científica, dividimos o texto em duas partes e seis capítulos. Na primeira parte, composta por dois capítulos, abordamos os principais fatores da des-territorialização italiana para o Brasil no último quartel do século XIX e as condicionantes da re-territorialização de indivíduos dessa nacionalidade no Rio Grande do Sul, contextualizando a gênese da Colônia Silveira Martins. Na segunda parte, subdividida em quatro capítulos, estudamos o processo de re-territorialização centrado no ritmo de desenvolvimento econômico e suas principais manifestações territoriais, demonstrando e articulando elementos das bases empíricas e teóricas de nossa argumentação sobre a relação espaço-tempo-território, ou sobre a problemática territorial do desenvolvimento.

PARTE I

A RE-TERRITORIALIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, *a supressão dos limites, das fronteiras*, como afirma Raffestin (1984) e na segunda, uma re-produção de elementos do território anterior, pelo

menos, em algumas das suas características. O *velho* é re-criado no *novo*, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a re-territorialização, acontecida com os italianos no Brasil e com as migrações internas. É uma nova objetivação. Conforme Deleuze e Guattari (1976), o capitalismo re-territorializa constantemente o que des-territorializa; assim o fez com os italianos na Colônia Silveira Martins e com seus descendentes no Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná, etc. num processo de exclusão social e territorial.

Desse modo, num primeiro momento, abordamos as principais razões do processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Esse estudo, mesmo sucinto, ocorre no intuito de contextualizarmos a gênese da Colônia Silveira Martins, nosso território de investigação. O fluxo migratório do final do século XIX, especificamente no que tange à imigração italiana para o Rio Grande do Sul, foi condicionado pela articulação de fatores internos e externos, em decorrência do processo de expansão do capitalismo no nível internacional.

Tratamos, portanto, dos fatores internos e externos ao Brasil, que julgamos mais relevantes, a partir do pressuposto de que um território não é produzido *apenas* enquanto espaço apropriado política e culturalmente, com a formação de uma identidade regional, cultural e política. Ele se dá ao mesmo tempo por relações econômicas, em que as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço, no movimento de re-produção do capitalismo e de seus aspectos culturais. Na re-territorialização na Colônia Silveira Martins, articulam-se os processos econômicos, (geo)políticos e culturais.

Da mesma forma, e a partir dos mesmos pressupostos teóricos e metodológicos, no capítulo 2, abordamos os principais fatores da des-territorialização italiana para o Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul e algumas características dos agentes construtores do território na Colônia Silveira Martins. Esse movimento assenta-se, proeminentemente, nas dimensões econômica e política, caracterizado pela exclusão social e territorial na sociedade italiana no final do século XIX.

1. A GÊNESE DA COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

No início da década de 1870, ainda eram grandes as áreas de terras “*devolutas*” na Província do Rio Grande do Sul. Essas terras não atraíram os interesses dos latifundiários

pecuaristas do extremo Sul ou do planalto. Deu-se a colonização por imigrantes italianos em algumas partes das terras cobertas pela mata nativa, na encosta do planalto, sem representar ameaças ao poder políticoeconômico da classe latifundiária, hegemônica.

Como apresentamos em Saquet (2002), no nível interno, houve dois processos principais que provocaram, interconectados, a colonização italiana no Rio Grande do Sul e, simultaneamente, a constituição da Colônia Silveira Martins: a (geo)política e a expansão do capitalismo mercantil, ou, o movimento de formação do mercado interno brasileiro acompanhado pela produção da força de trabalho e do mercado de trabalho *livre*.

Para entender esse contexto de formação do mercado interno, buscamos subsídios nas abordagens de Sereni (1966) e Lenin (1982), que estudaram os processos de formação do mercado interno, respectivamente, na Itália e na Rússia. O primeiro tem, no processo de formação do *mercado nacional capitalístico* para a *grande* indústria, uma *categoria econômica e historiográfica* que resume os processos de desenvolvimento mercantil e da acumulação de capital na Itália. No renascimento italiano e após a unificação política do país, forma-se, conforme Sereni (1966), um *novo bloco histórico* que comporta as novas relações de produção, as forças produtivas, as mudanças culturais, políticas, etc. e que comandará o processo de produção do mercado interno italiano articulado ao mercado mundial: “Enquanto categoria historiográfica, de fato, o mercado *nacional* capitalístico tem sua dialética interna, que exprime a conexão e as contradições *reais* entre o processo de sua gênese e a formação de um mercado *mundial* capitalístico.” (Sereni, 1966, p.13).

Lenin (1982) estuda o *processo de formação de um mercado interno para o capitalismo* na Rússia, tendo como base a teoria do valor de Marx. Nesse movimento, a economia *camponesa* russa é envolvida e caracterizada por contradições inerentes ao capitalismo mercantil. Assim, Lenin aborda a expansão do capitalismo na agricultura, mostrando também características desse processo na economia latifundiária e na indústria, a partir de mudanças nas forças e nas relações produtivas entre 1861 e 1905/1907. Ou seja, em sua abordagem, articula elementos da relação tempo-espço, demonstrando determinações e produtos da constituição do mercado interno na Rússia.

É na expansão e re-produção do Modo Capitalista de Produção no Brasil (e no nível internacional) que a Colônia Silveira Martins foi iniciada e produzida e é a partir da circulação simples de mercadorias que seus agentes sociais sempre foram articulados a esse modo de produção, mesmo produzindo com trabalho familiar. Complementaram-se, na colonização italiana no Rio Grande do Sul no final do século XIX, os fatores econômicos,

políticoestratégicos e culturais, sob o predomínio dos primeiros. É esta a questão que argumentamos neste capítulo.

O processo de imigração e colonização no Brasil por estrangeiros, como é sabido, ocorreu inicialmente com a vinda dos portugueses. Mas é a partir do início do século XIX que a imigração de europeus no Brasil aconteceu de forma mais sistematizada, com a abertura dos portos.

Antes do século XIX, a colonização tinha objetivos políticos e militares explícitos, a fim de ocupar estrategicamente áreas de disputas entre portugueses e espanhóis. Isso aconteceu com a imigração açoriana no Rio Grande do Sul. Os objetivos principais eram (geo)políticos. Já a partir de 1822, segundo Prado Jr (1986), a imigração e a colonização tiveram finalidades *exclusivamente demográficas*, em decorrência da dispersão populacional do Império. Este povoamento devia ter objetivos estratégicos mas, também, razões econômicas. Lentamente, às questões (geo)políticas articularam-se as econômicas, a partir da política Imperial de imigração e colonização no Brasil e dos imperativos do capital, como a “crença” na superioridade e nas virtudes do trabalhador “livre” e branco.

Destacamos, entre outras que poderíamos citar, três abordagens superficiais dos fatores da colonização no Rio Grande do Sul. Carvalho (1886), por ser representante do governo imperial, não conseguiu apreender as determinações da re-territorialização italiana no RS no final do século XIX. Para esse autor, como afirmamos em Saquet (2002), a Província do Rio Grande do Sul atraiu os colonizadores italianos em decorrência da qualidade de suas terras, da ótima distribuição das águas, pela amenidade do clima e, principalmente, pelo auxílio prestado pelo Governo Imperial. Waibel (1988) destaca dois fatores na colonização do Brasil meridional: um deles, foi a necessidade de ocupar as terras despovoadas mesmo após a Independência; outro, foi a pretensão do governo brasileiro de eliminar os indígenas que habitavam as áreas florestais³².

Roche (1969) avança à medida que nos oferece subsídios para compreender as mudanças provocadas no Rio Grande do Sul com as colonizações alemã e italiana. De acordo com este autor, no século XIX, o governo imperial pretendia, com a colonização, *introduzir mão-de-obra* e empregá-la em propriedades agrícolas. Foi uma colonização dirigida pelo governo imperial, como afirma Roche. A forma empregada por este governo para colonizar parte das terras do RS foi através da constituição de *colônias* do Estado.

A análise de Roche (1969) é mais completa, preocupado com a colonização alemã que concretiza-se num momento histórico em que as preocupações

politicoestratégicas eram preponderantes³³. Porém, é preciso apreender as contradições desse processo social e territorial. O próprio Santin (1990), ao afirmar que está preocupado com essa questão, apenas levanta a problemática da produção de alimentos para o mercado interno.

Sobre a abordagem específica da colonização italiana no Rio Grande do Sul, também destacamos alguns autores que não aprofundam suas reflexões sobre as razões da imigração italiana no RS. Azevedo (1969) argumenta que o povoamento desse estado deu-se como um *processo de divisão regional do trabalho social*, sobretudo a partir da colonização alemã. Com as colonizações açoriana, alemã e italiana, deu-se uma diversificação das atividades econômicas e maior dinamização na divisão social e territorial do trabalho. Esse autor, em obra posterior (1975), menciona a participação dos agentes emissários dos cafeicultores no aliciamento de imigrantes italianos, ratifica Cardoso (1962) quanto à necessidade de renovação das relações produtivas no Rio Grande do Sul e cita a importância da produção de gêneros alimentícios, no entanto, não aprofunda seu estudo.

De Boni e Costa (1984), também não aprofundam a abordagem dos fatores determinantes da colonização italiana no Rio Grande do Sul, e, por isso, não apreendem o processo de formação de uma economia de mercado, apesar de citarem algumas infraestruturas construídas no estado no final do século XIX e de mencionarem os interesses de uma *suplementação agro-artesanal à dominante pecuária da campanha*.

Sucintamente, como afirmamos em Saquet (2002), parece-nos que aquelas bases lançadas sobre a articulação da colonização do final do século XIX no Rio Grande do Sul com o processo de produção de um mercado interno por Cardoso (1962) e Singer (1977), são desenvolvidas por Martins (1973, 1978, 1990 e 1991) e, de certa forma, apropriadas superficialmente, num primeiro momento, por Azevedo (1975) e posteriormente, por De Boni

³² Uma abordagem semelhante faz Brunello (1994).

³³ Segundo Roche (1969), em 1822, o Rio Grande do Sul tinha 100.000 habitantes. Destes, 89% estavam na Depressão Central, no Litoral e na Campanha. A região de Cachoeira do Sul, Alegrete, Santa Maria, São Gabriel, Caçapava e Bagé tinha apenas 14.356 habitantes. E é por isso, grosso modo, que os imigrantes alemães e depois os italianos foram instalados na base e na encosta do planalto. No início do século XIX, portanto, a questão do povoamento e a simultânea importância politicoestratégica foram as razões principais da colonização alemã. Ao mesmo tempo, como mostra Azevedo (1975), já no início dos anos 1800 pensava-se em efetivar a agricultura no estado, onde predominava a atividade pecuária. Roche (1969) também nos dá indícios desta situação: “A agricultura açoriana (...) não foi suficiente para alimentar o consumo interno, devendo-se importar, em grandes quantidades, o arroz, o vinho, a aguardente, o açúcar e o fumo. (...) Por ocasião da independência, a agricultura riograndense era ou virtual ou decadente” (Roche, 1969, p. 30). Para nós, o momento histórico da colonização italiana no Rio Grande do Sul é diferente do da alemã. O pano de fundo é substituído, não só, mas principalmente, pelos fatores econômicos, mesmo que o Estado tenha tido interesse (geo)político em fundar Silveira Martins distante das demais colônias italianas (figura n. 1) para evitar focos revolucionários como acontecera com o evento dos Mucker em 1873/74. Havia interesse, segundo Sponchiado (1975), por parte de

e Costa (1984) e simultânea e apropriadamente por Tavares dos Santos (1978 e 1996) e agora por nós, para contextualizarmos a gênese da Colônia Silveira Martins. Manfroi (1975) e Giron (1977 e 1996) fogem à regra, mas, talvez, justamente por essa razão, não conseguem avançar no estudo das determinações da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Apesar que, como mencionamos, a apropriação superficial daquelas bases teóricas sobre a formação do mercado interno também não permitiu à alguns autores aprofundar suas reflexões.

Manfroi (1975) cita os interesses do governo imperial em valorizar *terras incultas* e atrair, com a *colonização-propaganda*, imigrantes estrangeiros para o Brasil para trabalharem para os fazendeiros cultivadores de café, mas não aprofunda a abordagem dessa valorização de terras e demais processos inerentes à produção de riqueza na colonização; não avança no entendimento do Estado. Acrescenta os interesses do governo provincial em ligar a Depressão Central ao planalto, atravessando a mata nativa da encosta, porém restringe-se a essa análise.

Giron (1977 e 1996), menciona muito superficialmente a necessidade de produção agrícola no Brasil, destacando a importância para o governo imperial do povoamento no Rio Grande do Sul no último quartel do século XIX, através da instituição da pequena propriedade³⁴. A identificação da *teoria do branqueamento*³⁵ da população entre as determinações da imigração européia no Brasil é a principal contribuição, no nosso entendimento, de Giron (1996). Mais relevante, aqui, é chamar a atenção para o fato que os processos de imigração e colonização no Brasil, por imigrantes estrangeiros, também foram uma questão cultural. Pretendia-se, também, constituir um grupo social intermediário (um *novo* estrato social e político, fundamental ao governo central), não escravo e não grande proprietário.

Ao mesmo tempo, por exemplo, discordamos de Giron (1996, p.60) quando afirma que, no Rio Grande do Sul, na década de 1870, também era necessário *substituir a mão-de-obra* para aumentar a produtividade agrícola, porque, quem cultivava as terras, basicamente, eram os alemães e seus descendentes. Não eram os escravos, portanto. E, além disso, vale lembrar que os italianos foram instalados em terras “*devolutas*”: poderiam ser substituídos se não tivessem se apropriado de parcelas de terra e de instrumentos de trabalho.

algumas lideranças políticas de Santa Maria, em fomentar o crescimento econômico daquele município através da colonização, pois conheciam os bons resultados da Colônia Santo Ângelo, nas proximidades.

³⁴ “No caso do Rio Grande do Sul, a imigração tornou-se necessária para a revitalização da agricultura, especialmente, a cultura do trigo (...). Por outro lado, o povoamento deveria ser completado, nas terras devolutas pertencentes ao Império, que estavam situadas estrategicamente entre a zona da Campanha e dos Campos de Cima da Serra.” (Giron, 1996, p.65).

Logo, os italianos foram dirigidos ao Rio Grande do Sul não para *substituir* alguma força de trabalho, mas para complementar e reforçar o processo de formação/ocupação da província, produzindo alimentos/excedentes/mercadorias e mudanças nas relações de produção. Portanto, faz-se necessário compreender as razões e suas conexões internas, as contradições do processo de re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul.

Tavares dos Santos (1978) consegue avançar na abordagem da colonização italiana no Rio Grande do Sul, condicionando-a à necessidade de investimento em homens *livres*, proprietários e brancos. Era necessário (para a classe dominante) instituir *novas* relações produtivas e investir na fixação de agente sociais produtores de riqueza, não negros.

Esse autor chama a atenção para a importância da colonização estrangeira para o povoamento definitivo e especialização econômica em grandes áreas do Rio Grande do Sul, o que resultou do processo de divisão social e territorial do trabalho, promovido pela parcela da classe hegemônica mais interessada na colonização: os comerciantes e os Governos Provincial e Imperial, além dos cafeicultores que, com isso, facilitavam a aquisição de força de trabalho.

“A colonização italiana no Sul teve explicitada sua significação para a economia do país ao se inserir no setor de mercado interno da economia brasileira. A partir de 1890, a cidade de Porto Alegre entra em um próspero surto de industrialização, apoiada em um íntimo vínculo com o mercado da zona colonial, cuja demanda de bens manufaturados atendia, e de cuja produção de gêneros agrícolas dependia para satisfazer as necessidades alimentares de sua crescente população urbana” (Tavares dos Santos, 1978, p.19).

Este depoimento, a grosso modo, expressa o contexto da gênese da Colônia Silveira Martins. Ou seja, ela teve sua origem nos nexos internos e contraditórios do processo de formação de uma economia de mercado interno, articulada à economia agroexportadora e no concomitante movimento de valorização do espaço e de formação do território brasileiro.

Cabe destacar, aqui, que essa posição (mercado interno), foi trabalhada anteriormente por Singer (1977), quando afirma que, na década de 1890, desenvolvia-se um mercado interno para produtos agrícolas no Brasil, sobretudo no eixo Rio-São Paulo³⁵, já que a produção de subsistência efetivada nas grandes lavouras cafeicultoras não supria a demanda:

³⁵ Conforme Giron (1996), segundo a ideologia dominante da época, a população branca, superior, garantiria uma produção agrícola maior e o *branqueamento*, mesmo, da população brasileira.

³⁶ “(...) As exportações de café proporcionam divisas que vêm às mãos dos comerciantes e cafeicultores de São Paulo e do Rio (DF); estes por sua vez importam banha, feijão, charque, farinha de mandioca, fumo, etc., do Rio Grande do Sul, o qual lhes compra apenas poucos produtos (açúcar, café, alguns produtos manufaturados) de menor valor.” (Singer, 1977, p.170). Conforme Moure (1996), a ampliação do mercado consumidor no “centro” do país dá-se já a partir de 1870, até então restrito a Porto Alegre.

“Deste modo se explica a constituição do mercado interno (na qual café e indústria devem ter sido fatores igualmente ponderáveis, inicialmente mais o primeiro que a segunda) e o estabelecimento de uma divisão de trabalho entre a área cafeeira e outras periféricas ao grande Setor de Mercado Externo da economia.” (Singer, 1977, p.170).

Ou seja, no processo de constante re-definição da divisão social e territorial do trabalho no Brasil e concomitante re-definição de lugares, os colonizadores italianos no Rio Grande do Sul participaram como fornecedores de produtos alimentícios e matérias-primas a baixos preços, respectivamente, para a população urbana e para a indústria nascente. Assim, contribuíram na re-produção da força de trabalho, de homens (e mulheres), biológica e socialmente e na acumulação de riquezas nas mãos de terceiros.

Dessa maneira, a colonização italiana no extremo Sul do Brasil foi promovida com um conteúdo complementar, porque necessitava-se satisfazer as cobranças externas sobre a situação dos imigrantes no Brasil e produzir alimentos para o mercado interno. E não só alimentos, como afirmamos em Saquet (2002), mas ao mesmo tempo excedentes que foram comercializados sob a forma de mercadorias e, posteriormente, produtos com exclusivo valor de troca. Era preciso gerar sobretrabalho e fomentar mudanças nas relações produtivas e o mercado de trabalho *livre*. Mesmo com poucos recursos, os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul tiveram, além do papel politicoestratégico, quatro atribuições principais: produtores de mercadorias; possíveis consumidores da produção de outros lugares (inclusive de importados); compradores da mercadoria terra contribuindo na sua valorização e incrementadores de *novas* relações de produção na economia regional.

Neste processo de imigração e colonização, um fator central foi o fim do regime escravocrata na formação, como já afirmamos, do mercado interno brasileiro. A extinção do tráfico negreiro para o Brasil ocorreu no processo de expansão capitalista, no nível internacional, por pressões inglesas, pois o escravo não tinha poder aquisitivo. As relações produtivas vigentes no Brasil, oficialmente até 1888, dificultavam o expansionismo inglês. Por isso, na articulação incessante que existia entre o capitalismo no nível internacional e a economia de mercado interno, havia a necessidade de abolição do trabalho escravo.

Concomitantemente, acontecia o incremento da cultura cafeeira. Por isso, a classe hegemônica cafeicultora precisava de força de trabalho para substituir os escravos. Também, era necessário ocupar de forma definitiva as terras do extremo Sul do país e ter produtores e

consumidores de mercadorias³⁷. Os processos de imigração e colonização são complementares na formação territorial brasileira e influenciam significativamente nas mudanças que se processam nas relações produtivas e na própria constituição da força de trabalho. Na divisão social e territorial do trabalho, cada vez mais complexa, ocorre o desenvolvimento desigual do capitalismo (e vice-versa), que não se circunscreve apenas às atividades capitalistas clássicas, mas produz e envolve, simultaneamente, relações e produções não especificamente capitalistas.

Após a abolição do tráfico negreiro em 1850, a transferência de escravos do Nordeste para São Paulo não resolvia a falta de trabalhadores nas lavouras cafeeiras em expansão³⁸. Isso não significa dizer que entendemos os processos imigratório e colonizatório no Brasil como *consequência* da abolição do tráfico e da escravatura. Não se trata também de uma *transição escravismo-capitalismo*. É um processo de mudanças nas relações de produção e nas forças produtivas. Há, no século XIX, uma dinamização crescente do mercado de trabalho *livre* em formação. A colonização no Rio Grande do Sul (alemã e italiana), juntamente com a abolição do tráfico negreiro e a evasão de escravos para outras províncias, acabaram com o regime escravocrata na província *gaúcha* em 1884. Portanto, colonização e abolição no Rio Grande do Sul e no Brasil se relacionam mutuamente. Tanto no Rio Grande do Sul como em outros lugares do país, a colonização acontece em pequenas propriedades e antes da abolição do tráfico, mas é reforçada a partir dela³⁹.

Como também não evoluía o recrutamento interno de força de trabalho, investiu-se na imigração européia, que se intensificou lentamente. Conforme apresentamos em Saquet (2002), entre 1835 e 1855 (21 anos) entraram no Brasil 372.364 imigrantes, sendo 10.418 italianos (2,8%).

No período seguinte, entre 1855 e 1880 (26 anos), de acordo com os dados do IBGE, chegaram ao Brasil 380.335 imigrantes, dos quais 46.934 eram italianos (12,3%).

³⁷ “Na própria década da abolição da escravatura, já estava claro que o trabalho criava valor e que esse valor não se confundia com a pessoa do escravo, mas se materializava nos objetos trabalhados.” (Martins, 1990, p.31). Era preciso, portanto, criar condições para a produção, a circulação e o consumo de mercadorias. Para os cafeicultores era necessário dificultar o acesso dos imigrantes à terra para ter braços para a lavoura, mas, para os comerciantes, era preciso comercializar a terra e motivar a produção de valor. O próprio Estado tinha, no último quartel do século XIX, na venda de terras “*devolutas*”, uma fonte de arrecadação.

³⁸ Conforme Cano (1977), entre 1875 e 1883, ocorreu o primeiro grande salto na expansão cafeeira em São Paulo.

³⁹ Giron & Bergamaschi (1998) defendem que a colonização sistemática e legal no Brasil se dá desde 1530: “A colonização desta forma antecede em mais de trezentos anos a imigração oficial” (Giron & Bergamaschi, 1998, p. 282). Porém, não é isso que nos ocupa no momento. O importante é que os dois processos, a partir do início do século XIX, são simultâneos e recíprocos.

Porém, entre 1881 e 1888 (8 anos apenas), chegaram ao Brasil 329.619 imigrantes, somando 709.954 entre 1855 e 1888 e 1.082.318 entre 1835 e 1888. No entanto, não bastava ter estrangeiros no país. Era preciso tê-los desprovidos dos meios de produção. Para isso (não só!), a Lei de Terras e Colonização de 1850, instituiu a compra como única forma de posse de terras “*devolutas*”, excluindo do processo de apropriação territorial os que não tinham recursos para tal.

Escravidão, imigração e colonização são processos intimamente ligados, insistimos, e fundamentais nas mudanças que se efetivam nas relações de produção no Brasil e na sua formação territorial. No Rio Grande do Sul, a imigração europeia foi estimulada, principalmente, a partir da década de 1870 com os italianos, quando aumentou a falta de braços na lavoura cafeeira. Conforme Martins (1973), chega-se também a produzir algumas colônias agrícolas em São Paulo para promover o povoamento, mas sobretudo para se ter futuros trabalhadores para os cafeicultores. Mesmo assim, nesse estado, não houve uma grande preocupação com a colonização.

É no extremo Sul e no Espírito Santo que ela ganha maior vulto, pois encontrou, aí, segundo Prado Jr. (1986), o *interesse* e o *estímulo* dos governos locais que tentavam povoar *seus territórios* e fomentar, assim, as atividades econômicas e a arrecadação pública. Governos que tinham interesses (geo)políticos e econômicos, pois a colonização oficial (do Estado) efetivada no Rio Grande do Sul, por exemplo, promoveu o povoamento e o acesso a pequenos lotes de chão, onde se praticaria a policultura.

Conforme Caio Prado, esta policultura abasteceu o mercado local e também destinou-se a outros lugares do Brasil, tendo lentamente maior participação na economia nacional, o que, a grosso modo, ratifica nossa tese da formação do mercado interno como principal processo gerador da colonização italiana no Rio Grande do Sul no final do século XIX (e os fatores políticos e culturais estão aí imbricados) ⁴⁰.

É no seio do movimento de fortalecimento dos cafeicultores, política e economicamente, que se dá a colonização oficial. Conforme Martins (1978 e 1991), o processo de imigração e colonização do final do século XIX aconteceu por interesse e gerência dos grandes fazendeiros (*interesse velho do rico*) e não das reivindicações dos pobres. Já em obra anterior (1973), este autor defendia a articulação da imigração italiana para

⁴⁰ Já em 1849, no Rio Grande do Sul, o Marechal D’Andrea afirmava: “É preciso instalar *colonos agricultores* em todos esses grandes desertos, para que o exemplo mude as tendências da população, que se consagra unicamente à pecuária, a despeito da fertilidade das terras (...).” (Conforme Roche, 1969, p.150); Grifo nosso. Em 1858, num Relatório do Ministro Imperial, Teixeira de Macedo, aparece, entre as questões (geo)políticas, a necessidade de aumentar, no Brasil, a produção de gêneros alimentícios.

o Brasil à formação de um *mercado livre de trabalho* para os cafeicultores. Formação de mercado interno mediada pela atuação do Estado.

A partir de 1870, por exemplo, segundo Furtado (1980), o Governo Imperial passou a financiar o transporte de imigrantes destinados à lavoura cafeeira. E o fez, por estar estreitamente ligado àqueles *senhores* cafeicultores. É o governo de Estado patrimonialista mediando as conquistas e a manutenção do poder daqueles que o consubstanciam. Contraditória e intencionalmente, a possibilidade de posse e aquisição de pequenos lotes de terra é promovida pela classe dominante da época, os cafeicultores, ligados ao Estado.

Então, lentamente, concretizavam-se as condições elementares para a expansão de uma economia de mercado. A partir de 1850, aconteceram mudanças importantes nas técnicas produtivas, que contribuiriam para o nascimento da indústria manufatureira no Brasil, sobretudo a têxtil, a partir de 1880; deu-se a construção de estradas de ferro⁴¹ e de linhas de telégrafo; a diversificação em atividades econômicas; cresceu o consumo de carnes e de gêneros de subsistência; produziram-se novas cidades. A própria ascensão dos preços de alimentos, conforme Martins (1990), justificava a colonização oficial no Brasil⁴².

Florestan Fernandes também oferece subsídios importantes para nossa argumentação. No final do século XIX, conforme este autor (1976), aconteceu o surgimento de um *novo estilo de vida* no Brasil, que exigia adaptação a uma economia de mercado (setores secundário e terciário), em decorrência, sobretudo, da entrada de técnicas e capitais estrangeiros e do desenvolvimento urbano, que exigia produtos de subsistência.

A partir da Independência política e suas implicações econômicas (e vice-versa), passando pela abolição do tráfico e da escravatura, pela cafeicultura e pela imigração e colonização, substantivam-se as condições favoráveis à formação de uma economia de mercado no Brasil. Fernandes (1976) chama a atenção para a possibilidade de *perpetuação* de uma economia de mercado, regionalmente manifestada, mas articulada e centrada na expansão urbana que aconteceu a partir de 1850. E esse incremento da vida urbana, conforme afirmamos em Saquet (2002), estimulou a produção agrícola de subsistência e sua comercialização, além da produção artesanal. Conditonam-se mutuamente as determinações econômicas, políticas e culturais (EPC); relacionam-se a produção de

⁴¹ A primeira estrada de ferro no Brasil foi construída em 1854, no Rio de Janeiro. Entre 1858 e 1875 constroem-se os primeiros ramais em direção a São Paulo e Minas Gerais; o mesmo ocorre em Recife e Salvador. A partir de 1870, inicia-se a estrada de ferro Sul-rio-grandense.

⁴² “(...) Por meio da colonização oficial buscou-se incrementar a produção de alimentos para o consumo interno.” (Martins, 1990, p.124).

excedentes, complexidade social e a formação/expansão urbana, acentuando a própria divisão social e territorial do trabalho e a expansão capitalista.

A colonização com base em unidades produtivas (e de consumo) agrícolas objetivada pelo Estado articulado ao capital visava, ainda, segundo Martins (1991), melhorar a reputação brasileira no exterior. Para atrair imigrantes, era preciso garantir boas condições de vida, a propriedade privada e o trabalho familiar “autônomo”⁴³. A colonização oficial aparecia como uma condição para a boa aparência do Brasil no exterior, pois, na Europa, a opinião pública alarmara-se com a situação de emigrados no Brasil. Alguns governos, em momentos específicos, chegaram a proibir a emigração para o Brasil, como os da Alemanha, Inglaterra, França e da própria Itália. Por isso, era preciso garantir espaços para uma *camada de pequenos proprietários prósperos* na sociedade brasileira, evidentemente, inseridos na ciranda mercantil.

Furtado (1980) e Cardoso (1962) também oferecem elementos para acreditarmos na importância central do processo de formação do mercado interno, articulado ao mercado externo, na efetivação da re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul. Para Furtado, áreas de economia de subsistência, como as do Rio Grande do Sul, foram favorecidas com o crescimento das exportações do Brasil, porque isso favoreceu o fortalecimento de um mercado consumidor interno capaz de absorver os excedentes coloniais, como vinho, banha e cereais. O processo de formação do mercado interno, já influenciado pela colonização alemã no Rio Grande do Sul e por outros processos da economia brasileira, se fortaleceu com a expansão da cultura cafeeira e, concomitantemente, criou condições para o incremento da produção familiar. A colonização italiana, resultado da dinâmica econômica foi, ao mesmo tempo, condição para o incremento do mercado interno brasileiro.

Cardoso (1962), por sua vez, ao se referir à desintegração da *ordem escravocrata* no Rio Grande do Sul, afirma: “O que se desejava, por volta dos meados do século (XIX)⁴⁴, era, mais do que povoar, ou dispor de mão-de-obra, renovar os processos e as relações de trabalho” (p.211). E mais: “Desejava-se (...) inaugurar um novo padrão de produção, com novas formas de propriedade e novos tipos de relações de produção.” (Cardoso, 1962, p.215).

As questões econômicas e não as (geo)políticas, apesar da posição estratégica do Rio Grande do Sul na bacia do Prata, foram os fatores principais da re-territorialização italiana neste estado no final do século XIX (evidentemente, os processos políticos e culturais

⁴³ É importante lembrar, juntamente com Martins (1978), que na segunda metade do século XIX, criavam-se na Argentina, nos EUA e na Austrália, condições de trabalho mais favoráveis que no Brasil, tornando este último menos atraente no cenário internacional.

⁴⁴ Esclarecimento nosso.

estão no seio dos econômicos). Os resultados da colonização alemã, mesmo antes de 1870, já chamavam a atenção dos governantes. Além de abastecer parte do mercado da província do Rio Grande do Sul com sua produção diversificada, a produção dos imigrantes alemães e de seus descendentes também era realizada em outros lugares do Império.

Contraditoriamente, como argumentamos, a unidade familiar onde se produzem mercadorias (policultura), dos italianos no Rio Grande do Sul, nasce a partir de mecanismos de re-produção da classe hegemônica monocultora que produzia mercadorias para o mercado externo. A colonização italiana no Rio Grande do Sul teve um caráter complementar, subjacente à imigração para São Paulo. Os interesses do capital e do Estado com a colonização eram secundários, e por isso, também, os *colonos* foram instalados, no Rio Grande do Sul, em terras acentuadamente onduladas e relativamente isoladas.

O próprio capital, paradoxalmente, substantiva as condições para a produção de relações de produção não tipicamente capitalistas - trabalho familiar -, subjugando-as na ciranda mercantil. A produção familiar constituída no Rio Grande do Sul com a colonização italiana é resultado do contraditório desenvolver do Modo Capitalista de Produção no Brasil porque também é necessária à re-produção ampliada do capital, gerando sobretrabalho.

Como afirmamos em Saquet (2002), são *relações não-capitalistas de produção*, como aponta Martins (1990) ao abordar o colonato nas lavouras de café em São Paulo⁴⁵ ou *relações de produção não-capitalistas* como denomina Oliveira (1991) ao se referir ao trabalho familiar camponês. Não são relações *tipicamente* capitalistas. Não são capitalistas clássicas, porém, estão articuladas e subordinadas ao Modo Capitalista de Produção.

São relações sociais, de produção, nas quais o capitalismo materializa-se, como aponta Vergopoulos (1986)⁴⁶, *sem capitalistas*, sem trabalho assalariado caracteristicamente e sem alta tecnologia, onde os maiores empreendedores e lucradores são externos ao local. Não se trata, em nosso entendimento, no que se refere à agricultura familiar (e à produção artesanal), de um modo de produção à parte, mas sim de relações sociais de produção integradas e inerentes ao Modo Capitalista de Produção, abstrata e concretamente.

⁴⁵ O trabalho *livre* familiar, agrícola e artesanal, gerado no processo de colonização italiana, diferiu do regime de *colonato*, pois o imigrante tornou-se dono da terra e dos instrumentos de trabalho. Porém, a subordinação aos agentes do capital foi um traço comum a ambos, como formas de trabalho mediadoras no movimento de re-produção do capital.

⁴⁶ “É claro que a agricultura camponesa constitui, em consequência, não um resíduo pré-capitalista, mas uma forma recriada pelo capitalismo moderno, a ele articulando-se de modo exemplar. A agricultura camponesa

O processo de re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul no final do século XIX foi um *modo* específico de exploração da força de trabalho gestado naquele momento histórico pelo MCP e seus aspectos culturais, sem trabalho assalariado caracteristicamente, pois o *modo* de subordinação e exploração pode cristalizar-se de diferentes formas, de acordo com cada momento e/ou período histórico e lugar.

“A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado.” (Martins, 1990, p.21).

José de Souza Martins avança quando se refere ao *trabalho caracteristicamente assalariado*, pois reconhece a existência de outras formas de assalariamento. A colonização italiana foi produto da expansão do capitalismo e seus aspectos culturais no Brasil, não como relações pré-capitalistas, mas como relações produtivas não tipicamente capitalistas, como relações sociais inerentes ao próprio MCP e à re-produção ampliada do capital, mesmo com a produção de subsistência familiar⁴⁷ e sem a mercantilização de todos os fatores do processo produtivo.

Na Colônia Silveira Martins, entre 1878 e 1950, não objetivaram-se relações capitalistas clássicas de produção. A remuneração temporária do trabalho verificada em algumas atividades comerciais e artesanais não se configurava em assalariamento tipicamente capitalista. Foi uma forma específica de relações sociais, daquele período e lugar, na qual (forma), as relações de amizade e parentesco encobriam a subordinação.

Na Colônia Silveira Martins, até 1950, as relações capitalistas cristalizaram-se *fora* da unidade produtiva, com o vínculo da produção familiar à re-produção ampliada do capital e através das relações *extra-locais* efetivadas *pela* e *na* circulação de mercadorias ou na constituição de territórios econômicos mediados/substantivados pelos comerciantes.

atual não constitui uma esfera não-capitalista. Ela apresenta, simplesmente, o insólito aspecto de um *capitalismo sem capitalistas*.” (Vergopoulos, 1986, p.159).

⁴⁷ Para Chayanov (1974), a lógica da *produção camponesa* é a subsistência da família. Vendem para comprar, para satisfazer suas necessidades familiares básicas. “O objetivo da unidade econômica camponesa portanto, não é o lucro, como acontece em atividades especificamente capitalistas. As motivações são diferentes, afirma Chayanov” (Saquet, 1997, p.91). Porém, vendendo os excedentes em forma de mercadorias articulam-se aos agentes do capital e transferem trabalho excedente a terceiros.

Mas, demos continuidade à nossa argumentação. Queremos chamar a atenção para a atuação do Estado na colonização e geração da produção familiar, e, ao mesmo tempo, na valorização do capital. Na legislação relativa à constituição das colônias imperiais italianas, no Rio Grande do Sul, aparece claramente o interesse na produção de gêneros alimentícios para as cidades próximas (mercado local) e para outros lugares do Brasil. Assim, diversificaria-se a economia rio-grandense e promover-se-ia a ocupação efetiva de áreas desabitadas até então, alvos de intensas disputas (geo)políticas.

É importante notar, nessa questão, como mostramos em Saquet (2002), que o Estado era amparado pela legislação vigente para criar colônias militares no Império, como fez no extremo Noroeste do Rio Grande do Sul, quando criou em 1880 a Colônia Militar do Alto Uruguai. O Decreto 1.318 de janeiro de 1854 previa a criação de *colônias militares* nos limites do Império com outros países através da distribuição gratuita de lotes de terra.

O Estado, gestor da sociedade, é também re-produtor das relações sociais de dominação. É resultado e condição ao mesmo tempo. Para Engels, o Estado é um *árbitro* na relação antagônica entre as classes hegemônica e oprimida; ele sai de “dentro” da sociedade e é mediador da dominação e da exploração do trabalhador direto: “O Estado é a forma na qual os indivíduos da classe dominante fazem valer os seus interesses (...)” (Marx e Engels, 1998, p.113). O Estado intervém na produção de relações sociais não tipicamente capitalistas, mas sob a égide do MCP e sob o domínio da classe hegemônica politicamente.

Segundo Fernandes (1976), o Estado é *protetor* e fortalecedor da iniciativa privada; é *meio* para a burocratização da dominação patrimonialista. Personifica o capital: “(...) No regime capitalista, temos o Estado no sentido próprio da palavra, isto é, uma máquina especialmente destinada ao esmagamento de uma classe por outra, da maioria pela minoria” (Lenin, 1983, p.111).

Os interesses do Governo Imperial em facilitar a entrada e a fixação de estrangeiros no Brasil são explícitos em diferentes momentos históricos. Já em 1808, D. João VI determinava que fossem doadas terras a imigrantes não-portugueses, desde que se dedicassem à produção agrícola e ao povoamento. Porém, em 1830, aconteceu uma interrupção no fluxo imigratório no Império, com a proibição por parte do Governo Central de gastos com essa atividade. Esse fluxo foi retomado a partir de 1848, através da Lei n. 514.

A partir de 1848, o Governo Provincial passou a interferir diretamente no processo colonizatório. Promulgou a Lei n. 229 em 1851, estabelecendo a exploração, demarcação e medição de terras “*devolutas*” para a criação de colônias com a concessão gratuita de lotes à imigrantes, o que perdurou somente até 1854, quando o mesmo Governo

Provincial promulgou a Lei n. 304, em conformidade com a Lei de Terras e Colonização de n. 601, proibindo a doação de terras aos colonizadores e com o Decreto n. 1318, também Imperial, de 1854, que mandava executar a Lei de 1850. Só compraria terra a partir daí quem tivesse dinheiro. No Decreto de 1854 retomou-se a forma de demarcação e medição das colônias: linhas, travessões e lotes. Aliás, com a abolição do tráfico negreiro, mudou substancialmente o posicionamento do Governo Imperial em relação à política de terras vigente até então, presente nessa Lei de Terras e Colonização de 1850, por exemplo⁴⁸.

Dois aspectos nos chamam mais atenção na Lei Provincial n. 304 de 1854: o primeiro diz respeito à preocupação do Governo com as lavouras e com a abertura de estradas e o segundo, com a proibição do trabalho escravo nas colônias agrícolas, já em 1854. Ou seja, o cultivo agrícola foi direcionado, induzido a se concretizar com o trabalho familiar ou com outras relações produtivas. Isso impôs mudanças significativas nas relações de produção, como pretendia-se, a partir da configuração da terra em mercadoria e do trabalho não escravo, o que, ao mesmo tempo, condicionou a objetivação, através de diferentes atividades produtivas, de *novas* forças produtivas e mudanças significativas na formação territorial do Rio Grande do Sul.

O Regulamento Imperial de janeiro de 1867 complementa a legislação anterior, definindo a competência das Províncias sobre a produção de colônias (distribuição e venda dos lotes) e sobre a recepção, transporte e alojamento dos imigrantes, além de “oferecer” ferramentas e sementes, assistência médica, ensino, etc. E por fim, o Decreto de fevereiro de 1876 criou a Inspeção Geral das Terras. A imigração italiana no Brasil e no Rio Grande do Sul deu-se em conformidade com essa legislação e a partir dela, sendo parte dos recursos gastos pelo Governo Imperial no financiamento da imigração proveniente da venda dos lotes de terra aos imigrantes, pelo menos a partir de 1854. Aparato legal e burocrático do Estado patrimonialista.

Desse modo, fica claro que as determinações da re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul a partir de 1875 foram predominantemente econômicas, porém, com uma forte e decisiva participação do Estado, num processo em que o próprio MCP produziu relações de produção não genuinamente capitalistas, como apontara Tavares dos Santos (1978).

⁴⁸ A Lei n. 601 dispunha sobre o aproveitamento de terras “*devolutas*” do Império, reconheceu as sesmarias, confirmou formalmente as posses e fixou as diretrizes para a produção de colônias para indivíduos nacionais e estrangeiros.

Para José Vicente Tavares do Santos, o *camponês*, originário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, é *um personagem não-especificamente capitalista*, substantivado historicamente pelo capitalismo como modo produtivo. Agente social, familiar, também produtor de valor, de trabalho não pago:

“Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.” (Marx, 1989, p.54).

Todo trabalho produz valores de uso e de troca no processo de humanização da natureza. No MCP, todo trabalho cria valor; cria riqueza, sobretrabalho, exceto na parcela da produção de subsistência que é consumida pela família. Diferentes trabalhos revelam-se igualmente em trabalho concreto e abstrato, no resultado da produção que contém a energia (física e espiritual) dispendida pelo trabalhador direto, na produção.

Em *Capítulo VI Inédito de O CAPITAL*, Marx afirma que a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia⁴⁹; é apropriação de trabalho não pago. Isso significa, portanto, para Marx, que a produção *para-si*, aquela em que o produtor imediato produz, principalmente, como valor de uso, não está presente na valorização do capital. Esta produção de subsistência, familiar, para nós, através da comercialização do excedente e do consumo de mercadorias, como aconteceu nas unidades produtivas da Colônia Silveira Martins, estava (e está) integrada ao circuito do capital, como relações de produção não tipicamente capitalistas, insistimos. Ademais, a produção *para-si* é fundamental para a própria re-produção biológica do homem, para que tenha energia, para trabalhar etc.

É no interior do MCP, em suas contradições, que se produzem formas de trabalho *secundárias* e de *transição*, como denomina Marx, como as relações cristalizadas pelo capital comercial, re-vendendo, comprando e re-vendendo produtos *aos* e *dos* produtores familiares, agricultores e/ou artesãos. É pelo mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado que os produtores familiares são subordinados e explorados. Os *patrões* dos trabalhadores agrícolas e artesãos da Colônia Silveira Martins estão escondidos por trás dos mediadores, dos emissários do capital, porque o imigrante italiano foi lentamente imergido no universo capitalista, disfarçadamente.

⁴⁹ Compreendemos a produção de acordo com Marx (1985 e 1983), ou seja, como um dos momentos da re-produção ampliada do capital, reciprocamente articulada à distribuição, à troca e ao consumo de mercadorias. Todos momentos *são* e *estão* interligados, pois o capital é uno, indissociável.

Na unidade produtiva familiar, na Colônia Silveira Martins, logo combinou-se a produção de gêneros de subsistência com a produção de excedentes, comercializados no local, em cidades vizinhas, em Porto Alegre e em nível nacional. Unidade de produção e de consumo, desde os primórdios da colonização: dono da terra e dos instrumentos de trabalho, troca os excedentes por dinheiro e adquire no mercado o necessário para a re-produção biológica e social da família⁵⁰. Os artesãos realizam o ciclo excedentes⁵¹ e mercadorias-dinheiro-mercadorias e os agricultores excedentes-dinheiro-mercadorias, lógicas também inerentes ao capitalismo. Através da circulação, comprando e vendendo, os agricultores e os artesãos são integrados e subordinados à lógica do MCP, relação mediada pelos comerciantes.

Na Colônia Silveira Martins, entre 1878 e 1950, deu-se uma sujeição da comercialização à produção: vendia-se o excedente da atividade agrícola, exceto na produção artesanal, em que se fabricava predominantemente para vender. A subordinação, portanto, aconteceu, em primeiro plano, ao capital comercial, mas cristalizou-se também aos proprietários do capital industrial, disfarçadamente, porque os produtores imediatos também eram consumidores de manufaturados. Os agentes desses capitais apropriam-se do sobretrabalho na circulação, re-vendendo os produtos coloniais agrícolas e os “secos e molhados” e instrumentos de trabalho *dos* e *aos* produtores agrícolas e artesãos. Estes, são trabalhadores para o capital, como demonstramos em Saquet (1996 e 2002), apesar de produzirem parte dos meios de vida em sua propriedade, permitindo a re-produção da família agricultora e do artesão agricultor.

Sucintamente, desde a gênese da Colônia Silveira Martins, os produtores familiares estavam subordinados disfarçadamente ao capital: tanto pela complementaridade da colonização em pequenas propriedades à imigração, como através dos agentes dos capitais comercial e industrial, na circulação simples de mercadorias, uma vez que não existiam financiamentos no período abordado. A re-produção ampliada do capital passa, em sua complexidade inerente, contraditória, também, pela produção e permanência de relações de produção não especificamente capitalistas.

Enfim, com o processo imigratório no Brasil, simultaneamente, deu-se o fortalecimento do cultivo de café para exportação, setor mais dinâmico da economia brasileira no final do século XIX e o incremento do processo de institucionalização da unidade

⁵⁰ A circulação simples da mercadoria, segundo Marx, serve como meio para satisfação de necessidades, através da apropriação de valores de uso.

⁵¹ Vendiam excedentes porque, geralmente, também eram agricultores, como demonstraremos.

produtiva agrícola familiar, voltada para a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno.

A gênese da Colônia Silveira Martins deu-se no processo de expansão do capitalismo no Brasil, em decorrência desse movimento, sobretudo a partir das políticas que favoreciam a agroexportação, contraditoriamente, e por isso, como afirmamos em Saquet (2002), a origem dessa colônia agrícola esteve intimamente ligada ao movimento do capital no nível internacional, mediado no nível interno, pelo governo de Estado brasileiro emergente, patrimonialista, mas que promoveu a apropriação do território. Neste Estado, estavam as negações que provocaram aos poucos a expansão capitalista. O Estado burguês nasce no seio do Estado patrimonialista e re-produz alguns de seus elementos. Nutrem-se recíproca e paradoxalmente. O liberalismo econômico avança *dos e nos* nexos internos do patrimonialismo. Ambos interagem e complementam-se, num movimento incessante em que o governo de Estado favorece a acumulação privada de capital.

Simultaneamente ao processo de imigração e colonização, incrementa-se a produção cafeeira para o mercado externo e a produção agrícola mercantil (produção de alimentos) para o mercado interno, diversifica-se a economia no Rio Grande do Sul e ocupa-se efetivamente terras. Com a imigração e a colonização, atende-se a cinco processos principais complementares entre si: café/colonato/trabalho assalariado/exportação/grandes lavouras; apropriação/pequena propriedade policultora/trabalho familiar/mercado interno; (geo)política; cobranças estrangeiras sobre a qualidade de vida dos imigrantes no Brasil e o *branqueamento* desejado pela classe hegemônica, ligado ao processo de constituição do mercado de trabalho *livre*.

A Colônia Silveira Martins foi resultado, evidentemente, do processo da des-territorialização italiana provocada pela expansão do capitalismo no nível internacional e, ao mesmo tempo, da re-territorialização no Brasil; foi fruto de determinações históricas, específicas daquele momento, em que as dimensões econômica, (geo)política e cultural complementaram-se nas articulações (e interesses) existentes entre os agentes sociais dominantes, brasileiros e italianos.

O processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul no final do século XIX assentou-se, portanto, em fatores de ordem econômica, (geo)política e cultural (EPC), sobretudo dinamizado pelas questões econômica e (geo)política, o que não elimina a característica identitária, cultural, daquele período da territorialização através da construção de colônias agrícolas, relativamente homogêneas com europeus. O próprio interesse da classe

dominante no *branqueamento* expressou muito bem o caráter cultural desse processo territorializador capitaneado pelo Estado.

Ao mesmo tempo, se para os agentes promotores da colonização italiana no Rio Grande do Sul as questões econômica e (geo)política foram as principais, para os imigrantes, a re-territorialização poderia significar melhores condições de sobrevivência. A des-territorialização italiana implicou re-territorialização em outros lugares, onde os grupos sociais desenvolveram estratégias distintas para produzir, controlar e manter um *novo* território e *novas* territorialidades, como fruto da imbricação entre as *velhas* e as *novas* territorialidades no movimento de des-re-territorialização.

2. A DES-TERRITORIALIZAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL

Uma vez abordados os principais fatores do processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul e, concomitantemente, a gênese da Colônia Silveira Martins como

resultado das contradições do capitalismo, cabe-nos perguntar: os imigrantes dessa colônia eram provenientes de quais províncias italianas? Por que emigraram da Itália no final do século XIX? Assim, procuramos, neste capítulo, identificar e caracterizar os principais elementos e fatores que condicionaram a chamada grande emigração italiana, no último quartel do século XIX, que nutriu o processo de imigração e colonização desta nacionalidade no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, uma questão preliminar se faz necessária: Por que especificamente italianos para o Brasil e para o Rio Grande do Sul? Porque eram tidos pelas lideranças políticas brasileiras como moralizados e trabalhadores. “Os lombardos, por exemplo, considerados muito resistentes às intempéries e à fadiga, eram preferidos na Áustria para os serviços de construção de estradas (...). Os vênetsos (...) eram também muito apreciados como trabalhadores no Império austro-húngaro, como na Suíça, na França, na Alemanha.” (Azevedo, 1975, p.38/39). Também de acordo com Martins (1973), o imigrante que contou com pareceres mais favoráveis para ser inserido na sociedade brasileira no final do século XIX foi o italiano, por seu apreço ao trabalho e à moralidade, especialmente os vênetsos e lombardos. O mesmo aponta Caio Prado Jr.: “(...) O italiano é um trabalhador mais rústico e menos exigente; aceitará de boa vontade as duras tarefas da lavoura brasileira.” (Prado Jr., 1986, p.188). Dessa forma, as necessidades das classes hegemônicas brasileira e italiana e as condições precárias de vida dos italianos relacionam-se reciprocamente⁵², em que os vênetsos italianos, como afirma Franzina (1991), religiosíssimos e conservadores, aceitariam facilmente a subordinação no Brasil. *Tranqüilos*, dificilmente deixavam-se envolver em greves, principalmente os camponeses que tinham boa *resistência* às privações, ao cansaço, à miséria!

Essa complementaridade, portanto, é inerente a um movimento internacional, pois a des-territorialização italiana está diretamente ligada ao processo de expansão do capitalismo mundial, especialmente na Europa e às transformações econômicas, políticas e culturais correlatas, como a própria unificação política do país que culmina em 1870⁵³, e, à formação do mercado interno brasileiro, como já nos referimos.

⁵² As relações entre os dois países acontecem desde o início do século XIX. Em 1829 o Reino de Nápoles e o Império brasileiro já se aproximavam diplomaticamente. Em 1836, o Estado Pontifício já se interessava pela emigração para o Brasil.

⁵³ O Reino da Itália foi constituído em 1861, mas consolida-se a unificação política em 1870 com a conquista e anexação de Roma. Apenas alguns lugares do extremo Norte e Nordeste continuam pertencendo à Áustria até 1919, como Trento e Trieste. A Lombardia é reconquistada em 1859 e o Vênetsos em 1866, pertencentes à Áustria desde 1815 (Congresso de Viena).

Na Itália, a expansão das relações capitalistas de produção, no espaço agrário, expropria agricultores e artesãos. Muitos italianos emigram, permanente ou temporariamente, proeminentemente, em virtude de sua situação econômica e pela *política* emigratória do Estado italiano no final do século XIX. E, são nos fatores econômicos e políticos que centramos nossa abordagem, pois são o próprio Estado e os agentes do capital que promovem a des-territorialização italiana, substantivando as condições sociais para a migração, aqui entendida, sumariamente, como um dos resultados e uma das condições da expansão capitalista no nível internacional. A própria emigração italiana em massa a partir de 1876 é um meio, como afirma Sori (1979), de integração da economia italiana no capitalismo internacional.

Nesse processo, a migração é um movimento, acima de tudo, para o capital, em que a des-territorialização e a re-territorialização complementam-se; significa mobilidade da força de trabalho no mercado internacional, no qual as condições históricas italianas e brasileiras coadunam-se, mas, simultaneamente, significa conflitos políticos e pobreza e, por que não dizer, em menor intensidade, cultura, na medida em que o ideário dos agentes sociais, suas ações diárias, condicionam, também, seu modo de vida e a busca de melhorias sociais, mesmo servindo à lógica da obediência e à sacralização do poder hegemônico. Se, por um lado, a mobilidade do trabalho é condição para a acumulação de capital, por outro, pode ser condição para a sobrevivência de trabalhadores sem-terra e/ou sem-trabalho.

É no movimento de re-produção do capital que se institui e constitui a força de trabalho como mercadoria, em que o sangue, os nervos e o cérebro do homem são apropriados pelo capital. É o processo de produção da força de trabalho, como afirma Gaudemar (1977), como manifestação inerente ao Modo Capitalista de Produção. É necessário ao detentor de capital ter a sua disposição força de trabalho desprovida dos meios de produção. A mobilidade do trabalho, no tempo e no espaço, é produzida pelo próprio MCP e por isso o trabalhador está sujeito ao capital, além, é claro, desta mobilidade significar para o produtor direto uma possibilidade de conquista de melhores condições de vida. Produzido, o trabalhador circula alimentando o mercado de trabalho capitalista. “(...) A mobilidade adquirida quando da sua saída do mundo feudal, a mobilidade, sinal da sua emancipação, torna-se de imediato o meio da sua exploração, pois que lhe permite adaptar-se ainda melhor a este modo de produção.” (Gaudemar, 1977, p.225).

A dissolução dos feudos pelas forças do capital conduziu à sujeição da força de trabalho e do trabalhador aos agentes deste mesmo capital⁵⁴ e aos interesses do Estado na divisão territorial e internacional do trabalho, nutrindo o capitalismo em expansão na Itália e no Brasil. “Homens que fogem da máquina que os rejeita e que embarcam para longas e perigosas viagens para o Novo Mundo. Viagem ao fim da noite do capital.” (Gaudemar, 1977, p.258). Viajaram, circularam, estreitamente vinculados ao movimento de reprodução e valorização do capital: “(...) o capital produz, numa escala sempre alargada, os trabalhadores de que tem necessidade.” (Gaudemar, 1977, p.284). No Brasil, gera o trabalho assalariado caracteristicamente e também relações de produção não genuinamente capitalistas.

E na Itália, o movimento de expansão do capitalismo expropriou para apropriar no Brasil e em outros lugares; expropriou para ter força de trabalho à disposição dos industriais emergentes e dos latifundiários. A mudança de uma formação socioeconômica feudal para o modo de produção predominantemente capitalista produziu novas formas de propriedade, de apropriação e de produção do espaço e do território na Itália. Nessa metamorfose, a efetivação da unificação política italiana teve um papel central na aceleração da formação de um mercado interno, como afirma Sereni (1968)⁵⁵. A burguesia italiana, em ascensão, perseguiu constantemente, através do Estado, seu fortalecimento, política e economicamente, centrado na formação de um mercado interno para a indústria emergente.

Para tanto, a burguesia italiana e seu Estado, usarão e criarão artifícios, leis, obras públicas, etc. Uma das primeiras tarefas que o Estado italiano recém unificado politicamente assume foi o desenvolvimento de uma rede de circulação para facilitar a interligação entre os diferentes mercados regionais que caracterizavam a Itália até então⁵⁶. Nesse contexto, uma premissa fundamental foi a supressão das barreiras alfandegárias que existiam entre os Estados italianos até a unificação política.

Desse modo, o capital expande seus tentáculos lentamente no espaço agrário italiano, envolvendo milhares de longínquos produtores agrícolas e artesanais. As redes de

⁵⁴ O capitalismo, conforme Gaudemar (1977), torna o trabalhador livre, com mobilidade, mas livre para vender sua energia, sua força para o capital pois, como afirma Marx, esta força é a única que produz mais trabalho, sobretrabalho.

⁵⁵ Este é um dos estudos mais consistentes que encontramos na literatura italiana sobre o desenvolvimento do capitalismo na Itália entre 1860 e 1900.

⁵⁶ Conforme os dados apresentados por Sereni (1968), entre 1859 e 1875, a extensão ferroviária na Itália aumenta de 1.707 para 7.675 quilômetros. As estradas de rodagem nacionais e provinciais, de acordo com esse autor, também têm um aumento significativo na sua extensão, passando de 22.500 km em 1863 para 45.873 km em 1897.

circulação sustentam e moldam a construção do território italiano, promovendo a mobilidade da força de trabalho no espaço, criando novas necessidades, mudanças nas forças produtivas e nas relações sociais, enfim, o desenvolvimento industrial e o mercado interno em formação, como afirmam Sereni (1968) e Lazzarini (1981).

Em torno desse processo integrador concentraram-se os investimentos do Estado italiano unificado politicamente, cujo custo, como afirma Sereni (1968), foi pago pela *massa da população italiana* através de altas taxas de impostos. Contraditoriamente, essa *massa* sustentou os anseios e a concretização do poderio econômico e político da burguesia italiana.

Ao mesmo tempo, de acordo com Sereni (1968), em vários lugares da Itália, a falta de vias de circulação, os *resíduos* feudais e a política das *velhas* classes dominantes mantiveram uma grande parte dos agricultores em *quase absoluto isolamento*, produzindo quase exclusivamente para o sustento familiar e/ou para o proprietário das terras onde trabalhavam. Uma parte da aristocracia agrária italiana manteve-se proprietária e detentora do poder político. Esses *resíduos* feudais, portanto, também apontados por Lanaro (1976), foram econômicos e políticos, em que o ideário aristocrata permaneceu forte na sociedade italiana após a unificação política, condicionando algumas permanências.

Porém, simultaneamente, o mercado para a indústria emergente e para a burguesia mercantil devia ser substantivado através de uma nova divisão social do trabalho. Para a expansão capitalista não bastava a integração de diferentes e longínquos lugares. Era necessário produzir o consumo, principalmente, onde o caráter feudal permanecia. “É esta a via que segue a economia italiana, com ritmo acelerado após a unificação: separação da agricultura da indústria, da cidade do campo: e em conseqüência, o aumento do seu caráter mercantil.” (Sereni, 1968, p.16). É um processo de separação do trabalhador, como muito bem aborda Marx, dos meios de produção. Algumas famílias produtoras de seus meios de subsistência, assim, lentamente, estarão *livres* para vender sua força de trabalho. Com a venda de sua energia, poderão consumir produtos manufaturados.

Concomitantemente, aumenta a população urbana italiana após a unificação e, lentamente, intensificam-se as trocas mercantis. O liberalismo econômico, estreitamente ligado ao liberalismo político do Estado italiano, fortalece os poderes da classe hegemônica italiana, que se afirma ideológica e economicamente, no movimento de expansão do capitalismo nos espaços agrário e urbano, em que, como é inerente a este modo de produção, alguns poucos concentram as terras e o capital enquanto a grande maioria dos indivíduos têm condição de vida precária.

A partir de 1860, o processo de diferenciação, iniciado anteriormente, acelerou-se, envolvendo grandes, médios e pequenos proprietários, arrendatários, operários, comerciantes, industriais etc. Dessa forma: “(...) Uma parte considerável da população italiana é violenta e definitivamente expulsa do processo produtivo nacional e é obrigada a procurar em outros países as condições elementares de vida que a Itália lhe nega.” (Sereni, 1968, p.351). Consubstanciou-se, a partir de 1876, a emigração italiana permanente e transoceânica.

Franzina (1976) cita três fases principais da emigração geral italiana na segunda metade do século XIX. A primeira foi a fase da “*origem*” dos movimentos migratórios italianos, entre 1869 e 1875, principalmente, para a Áustria, Alemanha e França, quando emigravam regular e predominantemente italianos agricultores (38%) e operários (36%), 90% do sexo masculino. Nessa primeira fase, conforme os dados apresentados por Franzina (1976), entre os emigrantes regulares do Vêneto, predominaram os operários (52,5%) e masculinos (97%). A segunda fase, entre 1876 e 1886, esteve centrada na crise agrícola e na drástica queda dos preços dos produtos agrícolas e por isso, foi substantivada, predominantemente, por camponeses e arrendatários. E a terceira, entre 1887 e 1901, após o *pacto protecionista*, foi formada por camponeses e arrendatários mas também por artesãos e operários, sobretudo por população jovem e masculina.

Na Itália, no final do século XIX, uma parte considerável das famílias camponesas tinha pessoas que se empregavam nas grandes propriedades ou nas indústrias nascentes. No Vêneto, era comum as mulheres cuidarem da produção agrícola enquanto os homens migravam em busca de trabalho temporário. Muitos eram *camponeses operários* que vendiam esporadicamente sua força de trabalho, tanto para latifundiários como para industriais, para garantir a sobrevivência familiar. Por isso, tinham experiência e habilidades artesanais e/ou industriais. E são esses, os chamados colonos, que formam a grande massa de emigrantes italianos, mais pobres, oprimidos, expropriados e sem qualificação para serem absorvidos nas indústrias da época.

“Para milhões, o seu mundo acabava nas divisas do município, algumas vezes nas fronteiras da província. Não se viajava, não havia estrada, não era necessário viajar, havia os perigos e era preciso tirar passaporte para ir de um a outro dos vários Estados em que antes estava dividida a Península. Os dialetos eram outro fator de diferenciação regional e de isolamento. Faltava a consciência ou o sentimento de nação una” (Ianni, 1972, p.113)⁵⁷.

⁵⁷ Este é um dos estudos mais completos que encontramos na literatura brasileira sobre a emigração italiana.

As vias e meios de circulação e comunicação eram precárias. Mesmo as capitais das províncias estavam relativamente isoladas. Ao mesmo tempo, existia, na segunda metade do século XIX, na sociedade vêneta, como afirma Lazzarini (1981), uma *mentalidade conservadora* em relação às relações de produção e outros aspectos da vida cotidiana, favorecida por essa falta de meios e vias de circulação e comunicação no *mundo camponês impermeável a novas idéias*.

Nesse sentido, em suas territorialidades cotidianas, eram apegados a valores ligados à permanência, à estabilidade, aos costumes, à obediência e não se sentiam italianos após a unificação política, mas napolitanos, trevisanos, vicentinos, sicilianos, vênets, etc, característica que procuram re-produzir na Colônia Silveira Martins, como demonstraremos. Tinham, na Itália, sobretudo no Vêneto no último quartel do século XIX, um ritmo lento na vida diária, com uma certa permanência nas relações sociais, ou, como denomina Lazzarini (1981), tinham uma vida centrada na família patriarcal e paroquial *tradicional*.

No momento da unificação política, a Itália era muito fragmentada, um *mosaico de diversos segmentos regionais heterogêneos*, como menciona Castronovo (1990). “A Itália se apresentava em 1861 no cenário internacional com uma estrutura e uma vocação essencialmente agrícola” (Idem, p.15). Na agricultura, as inovações técnicas se restringiam a algumas áreas com cultivos especializados. Nos espaços agrários vênets e friulano, as possibilidades de acesso ao crédito agrícola eram escassas, tanto pela deficiência da dinâmica de crédito rural como pela elitização dos empréstimos. Além disso, os camponeses não tinham condições de pagar os juros cobrados pelos chamados bancos populares, que privilegiavam os grandes proprietários fundiários.

Gênova e Veneza tiveram sua importância comercial reduzida substancialmente; as desigualdades e diferenças territoriais eram intensas; o processo de apropriação e produção territorial centrado no feudalismo e na dinâmica cultural da Igreja, dificultou a modernização de produções agrícola e artesanal mais intensamente.

As atividades artesanais, com trabalho familiar⁵⁸ e força motriz hidráulica⁵⁹ constituíam a principal produção *manufatureira*, dispersas pelas províncias italianas e estreitamente ligadas à prática agrícola. Até a unificação política italiana, foram essas

⁵⁸ Este caráter predominantemente familiar da produção artesanal, no final do século XIX, na Itália, em pequenas unidades produtivas, os emigrantes também procuraram re-produzir na Colônia Silveira Martins e nas demais colônias italianas no Rio Grande do Sul.

⁵⁹ As águas correntes dos rios vênets, especialmente os Piave e Adige e seus afluentes, são utilizadas para produzir energia motriz para as serrarias, moinhos etc.

atividades artesanais e os trabalhadores *domésticos*, conforme Sereni (1968), que produziram a maior parte dos produtos *industriais* italianos. Destacavam-se algumas indústrias têxteis, principalmente em Schio e Valdagno na província de Vicenza⁶⁰ e em Pordenone; as produções do setor *meccânico estaleiro* e de vidros de Veneza, sobretudo a partir de 1880; a oficina para reparos de materiais ferroviários de Verona; alguns cotonifícios e algumas ferrarias em Údine; algumas oficinas mecânicas de Pádua e Treviso e outras que, evidentemente, não absorviam toda a força de trabalho excedente nesse momento histórico⁶¹.

O crescimento e desenvolvimento industrial italiano acontece em ritmo lento desde os primórdios do século XIX, mas tem um incremento, embora em ritmo menos acelerado do que na Alemanha e nos Estados Unidos, a partir de 1870 com a simultânea efetivação de bancos, novos meios de circulação e comunicação, a criação de escolas profissionais e órgãos administrativos, sobretudo no Norte italiano.

Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, após a unificação política, o governo italiano impôs aos moradores de seu país altas taxas de impostos, abolindo as fronteiras vigentes em cada lugar e interligando-os cada vez mais, no intuito de favorecer a expansão industrial. Assim, a política econômica italiana acentuou as desigualdades internas, favorecendo a(s) classe(s) hegemônica(s), seja no Sul, mais latifundiário, seja no Norte, mais industrializado. Com a abolição das barreiras alfandegárias na Itália, a diminuição dos custos de transporte e com a construção da rede ferroviária, fruto e condição do desenvolvimento capitalista, subordinaram-se os produtores imediatos às leis de mercado obrigando os camponeses a uma inserção cada vez maior neste movimento, seja como produtores de mercadorias agrícolas, seja como vendedores da mercadoria força de trabalho.

Simultaneamente à expansão capitalista e à permanência de características feudais no espaço agrário italiano, a concentração fundiária, re-produzida, forçou

⁶⁰ É importante mencionar, aqui, a gênese daquela que foi, segundo Lanaro (1976), nos últimos 25 anos do século XIX, a maior empresa capitalista italiana, o lanifício de Alessandro Rossi [conforme Franzina (1990), deputado e senador clerico-moderado], constituído em 1873 em Schio, área proeminentemente agrícola e que, por isso, oferecia força de trabalho abundante a baixo preço. Rossi empregava parte desses trabalhadores, que manipulava através dos salários e da sua prática política como senador. Outra atividade produtiva nesse instante, que tem sua localização estratégica em virtude da disponibilidade de força de trabalho, é o lanifício de Gaetano Marzotto, em Valdagno, a partir de 1875. Essas produções representam, juntamente com outras iniciativas na Lombardia, a gênese da indústria moderna italiana. Maiores informações, ver Lanaro (1976), Franzina (1976), Roverato (1996) e outros.

⁶¹ No Vêneto, de acordo com Zalin (1987), entre 1857 e 1881, as atividades secundárias tiveram seu percentual aumentado de 16,19 para 18,67 apenas, no que diz respeito à distribuição/ocupação da força de trabalho por setor neste período. Apesar da diminuição entre 1857 e 1881, a maior parte dos trabalhadores estava no setor primário vênето, com, respectivamente, 74,25 e 68,50%, o que revela, também, o caráter eminentemente agrícola da economia vênето no final do século XIX.

trabalhadores agrícolas, proprietários e arrendatários, também a migrarem, pois após e concomitantemente à incorporação de parcela das terras ao mercado, a des-territorialização manifesta-se como processo de exclusão no interior das relações sociais vigentes na Itália, ou, como afirmam Sori (1979) e Lazzarini (1981), como um processo de *proletarização camponesa* em que se produz uma constante oferta dessa força de trabalho.

Também, a *crise agrária* e o incremento da concorrência de produtos estrangeiros liberaram força de trabalho de pequenas produções artesanais italianas. A dissolução de fábricas artesanais esteve diretamente articulada à crise agrícola, porque essas duas atividades eram complementares e dependentes, sobretudo no Vêneto, onde produções artesanais, *domésticas*, como as do linho e cânhamo, lanifícios, de objetos de peles e de madeira, eram desagregadas e alimentavam, no dizer de Sori (1979), um processo de *desindustrialização*. Os principais determinantes da dissolução de unidades produtivas artesanais, portanto, foram a crise agrícola/agrária e a concorrência estrangeira.

O desenvolvimento lento em algumas indústrias na Itália e no Vêneto também provocou, pelo que pudemos constatar, mudanças lentas na dinâmica econômica italiana até o final do século XIX. As principais indústrias vênetas que eram as de Schio e Valdagno, conviviam com uma miríade de produções menores. Porém, aquelas atividades, artesanais que tornavam o produtor direto quase auto-suficiente, não foram modernizadas e não resistiram à concorrência, liberando força de trabalho, como aconteceu em muitas produções têxteis. As atividades de sericultura não resistiram às concorrências chinesa e japonesa. As mercadorias estrangeiras, já a partir de 1860, mais baratas e de melhor qualidade, oriundas da Inglaterra, da França, da Suíça e de outros países, segundo Sereni (1968), estimularam o aperfeiçoamento técnico e a concentração de capital, porém, muitas unidades produtivas familiares não tinham condições para tal. Mesmo no mercado interno, apesar de uma política econômica *moderada* que produzia a coexistência do *moderno* e do *atraso*, a indústria italiana, em expansão, lentamente desagregou atividades artesanais, também liberando força de trabalho.

Dessa maneira, mesmo que alguns industriais *moderados* fossem contra a emigração, estes agentes tinham, nesse movimento, diferentes vantagens: possível mercado consumidor externo; força de trabalho disponível apesar da não qualificação; futuros des-territorializados remetentes de divisas para o mercado interno, e, conforme Ianni (1972), um câmbio mais favorável às importações.

Em nosso entendimento, esse movimento de formação de uma economia de mercado na Itália, foi a força maior da mobilidade territorial da força de trabalho no final

do século XIX, em que o Estado teve participação central, produzindo a desterritorialização. Acreditamos que a questão central da emigração externa em massa de italianos não está na superpopulação, mas na dinâmica dos processos sociais, ou, principalmente, nas questões econômica e política. O que não significa que desconsideramos a densidade demográfica no Vêneto, por exemplo. As duas províncias italianas que mais “forneceram” emigrantes, entre 1876 e 1901, no total, como muito bem argumenta Franzina (1976), foram Údine e Belluno, as duas do Vêneto e de menor densidade demográfica em 1871; mas também emigraram substancialmente de lugares com alto crescimento vegetativo, como Pordenone na província de Údine, Oderzo e Conegliano na província de Treviso, dentre outros. Emigraram camponeses proprietários pobres, sem capital familiar para melhorar a produção e camponeses expropriados, porque a apropriação da riqueza é privada.

“Conquanto a natalidade não fosse elevada, a densidade demográfica⁶² era muito alta e predominavam uma grande pobreza e o analfabetismo” (Azevedo, 1969, p.148). A isso acrescia-se a escassez de alimentos⁶³, a falta de escolas⁶⁴ e de assistência médica, que condicionavam muitos italianos à simples sobrevivência. As habitações eram, na maioria, velhas, insalubres, cobertas de palha e com chão de terra batida, pouco iluminadas, úmidas etc.

Outro fator importante nesse processo, coerentemente mencionado por Sori (1979), foi o exaurimento da fase de investimentos em obras públicas e privadas no final da década de 1880, como nas ferrovias, no saneamento e construções urbanas, beneficiamentos em geral, que até então absorviam uma parcela da força de trabalho existente.

De forma geral, Sereni (1968), Azevedo (1969), Ianni (1972), Franzina (1976), Sori (1979), Lazzarini (1981)⁶⁵, Trento (1984)⁶⁶, Giron (1996) e Bernardi (1999) chamam a atenção para a miséria dos italianos, como fator determinante de sua emigração a partir de 1876. Nas cidades, os salários dos operários eram baixos e insuficientes para garantir o

⁶² De acordo com Franzina (1976), em 1871, a densidade demográfica nas províncias do Vêneto era a que segue: Pádova: 186,31 hab/km²; Veneza: 153,56; Treviso: 144,60; Vicenza: 137,98; Verona: 133,76; Rovigo: 119,12; Údine: 77,01; Belluno: 53,24, o que confere a esta região uma média de 125,69 hab/km² nesse ano, diante dos 90,45 da média italiana.

⁶³ Conforme Sori (1979), entre 1880 e 1885, diminuiu a disponibilidade de alimentos como trigo, milho, arroz, centeio, batatas e cevada por pessoa na Itália.

⁶⁴ O total italiano de analfabetos, em 1871, conforme Sereni (1968), era de 68%.

⁶⁵ “Seguramente o impulso essencial vem da miséria, da fome, da desocupação, das condições de vida intoleráveis” (Idem, p. 181).

⁶⁶ “Miséria! Esta era a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial” (Idem, p.41).

sustento familiar e no espaço agrário, no Norte e no Nordeste italiano, conforme Azevedo (1975), a maior parte das terras estava nas mãos da nobreza, que vivia nas cidades.

Os plantadores, *colonos*, é que residiam no espaço agrário, ocupando pequenos ou pequeníssimos pedaços de chão, não suficientes para absorver a força de trabalho familiar e para sustentá-la em virtude da política econômica do Estado italiano, da baixa rentabilidade, das técnicas e tecnologias produtivas rudimentares, do desgaste do solo, da inexistência de orientação técnica e de capital, da concentração fundiária e da exploração da força de trabalho. Conforme os dados apresentados por Sereni (1968), entre 1878 e 1896, aproximadamente 67%, em média, dos emigrados italianos, eram camponeses⁶⁷. Emigravam porque não conseguiam se re-produzir biológica e socialmente no lugar de origem. Muitos não tinham terra nem trabalho e os que trabalhavam eram violentamente subordinados e explorados.

Manuseando os dados apresentados por Franzina (1976) sobre os emigrantes vênets com idade superior a 15 anos, entre 1876 e 1901, no total⁶⁸, notamos que em torno de 68,5% desses emigrantes eram agricultores, pastores, assalariados temporariamente, jornaleiros e de outras atividades agrárias⁶⁹, selecionados pela demanda internacional e que têm na miséria, como já nos referimos, um forte condicionante à emigração.

“(...) As formas predominantes de contrato agrário eram a *mezzadria*, espécie de meação, e de contrato misto de *mezzadria* e de arrendamento com pagamento em mercadoria, o *affito a grano* (...)” (Azevedo, 1975, p.46). Ou seja, parte considerável dos trabalhadores agrícolas não eram proprietários das terras onde trabalhavam e arrendavam terras para sobreviver. Faziam contratos de arrendamento ou de aluguel, pagando em produto, dinheiro ou misto ou trabalhavam à meia⁷⁰.

Lorenzoni, colonizador em Silveira Martins, comenta, ao referir-se a Maróstica, na província de Vicenza: “A maioria dos habitantes daquela redondeza (...) era composta de pobres camponeses, a quem tudo faltava. Inquilinos de ricos proprietários, sem uma casinha própria, nem uma vaca possuíam, pois nada podiam economizar.” (Lorenzoni, 1975, p.14).

⁶⁷ Dos do sexo masculino com mais de 15 anos.

⁶⁸ Emigração permanente e temporária.

⁶⁹ Nas outras profissões, 20,6% eram pedreiros, serventes de pedreiros e carpinteiros; 6,5% operários e artesãos; 1,5% comerciantes; 0,4% profissionais liberais e artistas; 0,6% de trabalhadores domésticos e 1,7% de profissões diversas.

⁷⁰ Os diferentes contratos têm semelhanças nas suas efetivações, mas têm algumas diferenças jurídicas. Maiores informações ver Lanaro (1976) e Lazzarini (1981).

Concomitantemente, além das condições sociais manifestadamente precárias da vida cotidiana de muitos italianos, como afirmamos, a dimensão política também foi determinante. Um fator mencionado por Giron (1996), foi a *reorganização política européia*, que gerou intensos conflitos. O processo de unificação política da Itália vitima e mistura indivíduos, principalmente, italianos e austríacos e contrapõe, politicamente, o Norte, em processo de industrialização, ao Sul, com um ritmo de crescimento e desenvolvimento econômico mais lento.

Mesmo entre 1797 e 1814, as imposições fiscais, a instabilidade política e as operações militares provocaram impactos negativos na economia vêneta e entre 1815 e 1848, as lutas internas foram constantes. As guerras quase contínuas motivaram as famílias a migrarem ou a tentarem livrar seus filhos do serviço militar obrigatório.

Ianni (1972) e Manfroi (1975), ao descreverem os fatores da emigração italiana, destacam com coerência, também, o *déficit orçamentário do Estado italiano* acumulado a partir de 1860, o que produziu uma crescente dependência da Itália ao capital estrangeiro.

“Para salvar da catástrofe as finanças públicas e os bancos, (...) o governo teve, então, que encontrar, na Itália, os créditos necessários. Todas as classes foram convidadas a dar sua contribuição através de impostos diretos e indiretos⁷¹, tais como ‘L’imposta del Macinato’⁷², que atingiu rudemente os agricultores. Foi a época da famosa ‘economia fino al osso’, fonte de um profundo descontentamento popular (...).” (Manfroi, 1975, p.47/48).

Os agricultores estavam entre os que mais sofriam com essa situação, subordinados aos interesses da classe hegemônica. As imposições fiscais arrancavam dos produtores diretos uma fração significativa do que produziam. Além disso, na crise agrária, como afirmam Lanaro (1976), Franzina (1976) e Lazzarini (1981), os preços de importantes produtos agrícolas como o trigo, o arroz, o milho⁷³, o centeio, a cevada, as

⁷¹ Como o imposto fundiário e territorial, impostos municipais de consumo e outros impostos adicionais. Após 1870, o governo italiano tomava pequenas propriedades daqueles que não conseguiam ou que não pagavam os impostos. Milhares de propriedades foram apropriadas pelo Estado italiano dessa forma. “Entre 1873 e 1881 nada menos de 61.831 pequenas propriedades foram tomadas pelo fisco por falta de pagamento de impostos, que muitas vezes não iam além de umas poucas Liras; entre 1884 e 1901, o número das propriedades perdidas pelos *contadini* por impossibilidade de pagar impostos se elevou a 215.759; as vendas judiciais por dívidas a particulares somaram 70.774 entre 1886 e 1900” (Ianni, 1972, p.73).

⁷² Imposto sobre a criação suína.

⁷³ Conforme Sereni (1979), o cultivo do milho é difundido no Vêneto na segunda metade do século XVI e principalmente no século XVII, usado pela família camponesa na própria alimentação (polenta). Esse cultivo aumenta nos séculos XVIII e XIX no Vêneto e na Itália.

batatas e o vinho⁷⁴ diminuíram significativamente entre 1878 e 1887, forçados pela concorrência externa no mercado internacional.

Essa queda nos preços dos produtos agrícolas foi determinante na mobilidade populacional italiana, porque contribuiu para aumentar a pauperização. “A crise tinha dimensão européia: se tratava dos efeitos de um fenômeno de nível mundial, conduzido essencialmente pelo afluxo nos mercados do velho continente de produtos agrícolas e industriais provenientes do exterior a preços altamente concorrenciais (...).” (Lazzarini, 1981, p.192)⁷⁵.

A situação agravou-se ainda mais, entre 1884 e 1894, quando a França, importante importador de produtos agrícolas italianos⁷⁶, impôs restrições aos produtos italianos em virtude da política alfandegária protecionista deste país (acirrada a partir de 1887), o que aumentou significativamente a emigração italiana⁷⁷.

Essa crise agrária do último quartel do século XIX envolveu também outros países europeus, o que favorece a emigração italiana transoceânica, especialmente a partir de 1885, pois diminuiu as possibilidades de trabalho na Áustria e na Alemanha, *tradicionais* mercados para os italianos do Nordeste.

Como se tudo isso não bastasse, a des-territorialização italiana para o exterior, principalmente entre 1860 e a metade do século XX, se torna um verdadeiro negócio para o Reino italiano. As remessas dos que migraram e residiam nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil, no Canadá e no Uruguai revigoram a economia italiana, direta e indiretamente, favorecendo o próprio Estado e os principais agentes econômicos daquele país.

A perspectiva de remessas financeiras pelos emigrados fomenta o fluxo migratório, pois poderia significar, como significou, recursos para garantir o sustento de familiares que haviam permanecido na Itália; recursos para equilibrar a balança comercial italiana e donativos para diferentes instituições, principalmente as religiosas.

Os que migraram, significavam a possibilidade de novos mercados consumidores para os produtos italianos no exterior, contribuindo para aumentar as exportações italianas para os EUA, Argentina e Brasil, como demonstram Ianni (1972) e

⁷⁴ O cultivo da vinha, de acordo com Zamorani e Pasini (1992), foi difundido no Vêneto pelos etruscos entre os séculos VII e V antes de Cristo.

⁷⁵ São produtos norte-americanos, russos, gregos, japoneses e chineses.

⁷⁶ Importava vinho, cítricos, óleo e outros produtos agrícolas.

⁷⁷ De acordo com Ianni (1972), entre 1869 e 1880 a média anual de saídas da Itália esteve pouco acima de 100.000 pessoas. Porém, em razão dos motivos já expostos, esta média aumenta, entre 1881 e 1885, para 154.141 indivíduos. Entre 1886 e 1890 a média anual de emigrados italianos sobe ainda mais, passando para 221.977, atingindo 256.578 no quinquênio seguinte.

Trento (1984). Econômica e politicamente, pretendia-se efetivar a presença italiana no Prata⁷⁸.

Dessa forma, os interesses do Estado passaram a confundir-se e interagir constantemente com os dos principais agentes econômicos italianos. Os próprios bancos, as caixas econômicas e as companhias de navegação lucraram na intermediação, respectivamente, intervindo nas empresas de navegação e administrando os recursos financeiros dos emigrados⁷⁹ e transportando os des-territorializados.

Por tudo isso, o próprio governo italiano não se preocupou em diminuir ou conter a emigração no final do século XIX. Assim, favoreceu a des-territorialização de indivíduos e não de famílias. A partir dos dados de Sori (1979), notamos que, em média, em torno de 67% dos emigrantes italianos entre 1876 e 1900, partiam sós.

Ao mesmo tempo, na Itália, a classe hegemônica mantinha seus privilégios econômicos e políticos. Somente em 1888 é que regulamentou-se a emigração italiana, o que não impediu a des-territorialização de milhares de indivíduos, pobres, em busca de fortuna fácil desenhada pelos agenciadores.

“Criaram-se, assim, por uma ação estatal inspirada nos interesses e privilégios de algumas classes e regiões, as condições que motivaram o desenvolvimento da emigração, especialmente a dirigida para os países de além-mar (...).” (Ianni, 1972, p.78). Os possíveis emigrantes foram envolvidos nas transações comerciais italianas de diferentes formas, inclusive disfarçadamente, como condição às exportações daquele país para os países de destino dos emigrados.

Ou seja, o governo italiano facilitou a des-territorialização externa e os países que recebiam migrantes concederam vantagens alfandegárias às mercadorias italianas. Houve um troca-troca em que os homens italianos eram mercadorias no mercado internacional, favorecendo os principais agentes econômicos e políticos italianos. Segundo Ianni (1972), o próprio Decreto de 1902 que proíbe a emigração italiana para o Brasil tem como *objetivo verdadeiro* questões *alfandegárias e comerciais*. Nesse processo, complementam-se os interesses do Estado e dos principais agentes econômicos, que garantem sua re-produção no jogo do poder político e na dinâmica econômica no processo de formação do território italiano.

⁷⁸ As exportações italianas para o Brasil foram pouco intensas, segundo Trento (1984), em virtude da incapacidade dos industriais italianos no aproveitamento do mercado brasileiro; da precariedade dos transportes transoceânicos e do sistema de crédito e da ausência de comerciantes italianos no Brasil, papel exercido por imigrantes germânicos e outros.

Dessa maneira, a emigração italiana verificada no último quartel do século XIX foi uma manifestação da luta de classes, agindo como uma *válvula de segurança*, apesar de não ter contribuído para a diminuição da população total italiana, nem da densidade demográfica entre 1871 e 1899, quando passam, respectivamente, de 26.301.144 para 31.854.675 habitantes e de 93,50 para 111,14 hab/km². A emigração foi uma estratégia utilizada para aliviar as tensões sociais internas. O Estado *fechou os olhos* à emigração, sobretudo dos camponeses e operários que conseguiam organizar-se e provocar movimentos sociais reivindicatórios. Tanto a intensificação na mobilidade espacial como a luta de classes foram resultantes dos processos sociais vigentes, da subordinação, da expropriação e exploração de operários e camponeses, que tinham, na emigração, uma alternativa para a busca de melhores condições de vida. A emigração foi um *fato necessário* para a classe hegemônica, como afirma Lazzarini (1981), ou, uma *válvula de segurança*, como mostra Sori (1979), pois pretendia-se facilitar a emigração dos *irriquietos* para regular a composição e as relações de classe. Tanto é, que o Governo de Estado italiano promoveu nos anos 1880, no Vêneto, a denominada *mecanização de represália* para abafar as reivindicações de camponeses.

Assim: “Não há nenhum exagero em afirmar que a idéia de tornar-se proprietário de terras significou a força máxima para convencer os camponeses italianos a emigrar.” (Santin, 1990, p.450). Além de um traço cultural histórico destes indivíduos apegados à propriedade, como afirmam Lanaro (1976) e Lazzarini (1981), é evidente que os agricultores e artesãos desejavam trabalhar, produzir o sustento de suas famílias, alimentar-se, vestir-se, habitar. Desejavam e precisavam trabalhar, produzir o sustento familiar. Por isso, os camponeses vênnetos, friulanos, trentinos e outros resolveram romper os laços com seus amigos e parentes, com seu lugar de nascimento e sobrevivência até então. Perdem, assim, o território construído, o chão, as relações de vizinhança, o lugar de vida, a possibilidade de acesso à terra no país de origem, etc.

Diante de tantos conflitos e dificuldades, a América apresentou-se como uma alternativa diante da falta de possibilidades de sobrevivência no mercado capitalista em gestação na Itália. Se, por um lado, o *modelo* de desenvolvimento econômico italiano não absorvia a força de trabalho excedente, por outro, não produzia alternativas de trabalho e sobrevivência; nem os produtores diretos eram capazes de construir as alternativas de que necessitavam. Eram condicionados, sucintamente, econômica, política e culturalmente.

⁷⁹ As caixas econômicas realizavam empréstimos à entidades italianas com os recursos depositados pelos que haviam emigrado.

Essa oportunidade de trabalho e/ou de apropriação na América, especialmente na Argentina e no Brasil, assumiu um caráter central na emigração italiana a partir de 1876. Tinham, na emigração para a América, uma esperança, como afirma Sitta (1901), de mudança nas condições de vida. Por isso, foram impulsionados a emigrar, movidos pela vontade, pelo desejo da propriedade e de viver melhor. O medo e as incertezas foram superados pela esperança de êxito futuro, de conquistas sociais e de riqueza.

A possibilidade de ser proprietário e de ter trabalho mexeu com aqueles sem-terra e sem-trabalho e condicionou sobremaneira a des-territorialização, ainda mais quando ratificada pela atuação dos padres italianos e dos agentes das empresas colonizadoras e de navegação.

Os países recebedores de imigrantes da época, por seu turno, exploravam essa situação através de seus agentes de aliciamento e da propaganda. A propaganda também contribuiu para a vinda de italianos para o Brasil. “Representantes ou emissários dos interessados no Brasil – os fazendeiros de café de São Paulo, os encarregados pelo Governo imperial de aliciar colonos para o Rio Grande e outras províncias ao Norte e sobretudo ao Sul – entraram em ação agressivamente no Norte da Itália, exatamente entre 1875 e 1883 e tantos.” (Azevedo, 1975, p.59). A partir de 1888, na Itália, oficializa-se a profissão de *agente*, o que multiplica-os e agiliza suas ações no aliciamento. “(...) A propaganda foi implacável, sem freios, escandalosa, vendo-se, inclusive, alguns pregando das carroças, nos mercados, na estrada, da igreja. A riqueza extraordinária, as fortunas colossais eram reservadas a todos os que se decidissem a partir para a América.” (Maldotti apud Manfroi, 1975, p.100)⁸⁰.

Em relatório de 1/3/1885 do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, consta a confecção de um *guia do imigrante*, traduzido em francês, alemão e italiano, com informações sobre a vida no Brasil, desde as condições e meios de transporte, passando pelo preço e tamanho dos lotes de terra, até outras informações culturais e econômicas. Esse guia foi divulgado no exterior, como em Gênova, Hamburgo e outros lugares. Entre 1880 e 1910, os agentes de emigração têm, conforme Trento (1984), na Itália, seu *período de ouro*.

Com isso, os representantes do governo brasileiro incentivam a chamada “imigração espontânea”, afirmando aos italianos e austríacos já residentes no Brasil que o governo brasileiro facilitaria a passagem aos seus amigos e parentes que quisessem vir ao Brasil. Prometiam também grandes lotes de terras, isenção alfandegária, livre escolha da

⁸⁰ Sitta (1901), Sori (1979) e Franzina (1976 e 1991) também chamam a atenção para a importância da atuação dos agentes, mediadores e da propaganda na chamada grande emigração italiana.

residência, pagamento dos lotes a prazo, assistência social etc. Isso tudo motivou muitos italianos e alguns austríacos que viam nisso uma oportunidade de vida menos difícil para suas famílias no Brasil e uma oportunidade para formação de riqueza imediata.

Enfim, os processos des-territorialização e re-territorialização italiana são produtos das necessidades das classes hegemônicas e dos Estados italiano e brasileiro, no movimento de expansão do capitalismo no nível internacional. A emigração italiana se dá como fruto das desigualdades mundiais, dos tempos desiguais de crescimento e desenvolvimento; é uma manifestação das desigualdades sociais e territoriais.

O decênio de maior fluxo da imigração italiana no Brasil, conforme dados do IBGE, foi entre 1884 e 1893, correspondendo a 57,8% do total (883.668) de imigrantes chegados ao país nesse período e diminuiu, progressivamente, até quase acabar por volta de 1940⁸¹. A diminuição acentuou-se, a partir do início do século XX (1902), como fruto das medidas restritivas impostas pelo governo italiano a partir de 1889, e, sobretudo, a partir de 1914, quando o governo brasileiro praticamente rompeu com os investimentos na imigração e colonização. Trento (1984) menciona também a crise da produção cafeeira no Brasil, que deve ter contribuído na redução do fluxo de italianos para o Brasil.

Já o salto na des-territorialização italiana para o Brasil deu-se a partir de 1882, em decorrência da chamada “imigração espontânea”, do concomitante processo abolicionista e do período em que a crise italiana tornou-se mais aguda (1884-1894). No total, entre 1881 e 1939, chegaram ao Brasil, conforme os dados do IBGE, 4.225.638 imigrantes, dos quais, 1.438.099 eram italianos, ou seja, 34%, destinados, principalmente, para os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo⁸². Os italianos representam o maior percentual, seguidos pelos portugueses e espanhóis.

Nessa imigração italiana no Brasil, entre 1876 e 1886, conforme Azevedo (1975), predominaram os oriundos do Vêneto, do Piemonte e da Lombardia, num total de 64,4% da emigração total. Entre 1887 e 1890, o Vêneto continuou a principal região italiana de emigrantes. A partir daí, entraram em cena outras regiões, como a Campania, a Sicília, a Emília Romagna e a Toscana. E migraram mais do Vêneto, porque era uma das regiões onde

⁸¹ Conforme Azevedo (1975), entre 1941 e 1950, período que também nos ocupa, a emigração italiana para o Brasil foi praticamente nula.

⁸² De acordo com Azevedo (1975), em torno de 70% dos italianos chegados no país eram destinados para São Paulo e pouco mais de 6% ao Rio Grande do Sul.

a mobilidade da força de trabalho se manifestava mais intensamente, em razão das condições que estamos apresentando⁸³.

Segundo Franzina (1976), as condições miseráveis de vida no Vêneto, envolviam tanto os assalariados e trabalhadores braçais temporários como os *colonos pequenos* proprietários e arrendatários, sem condições e capacidade de inserção na economia de mercado em expansão. Um indicador das dificuldades é a intensidade nas relações de compra e venda de pequenos pedaços de chão; outro, é a incapacidade de acumulação e de formação de poupança nas unidades produtivas agrícolas camponesas, como afirmam De Rosa (1984) e Lazzarini (1981).

Outro indicador, é a precariedade da produção artesanal. Em geral, em torno de 1860, salvo algumas exceções como as cantinas Bertani, Sagramoso, Carpenè e Papadopoli nas províncias de Verona, Pádova e Treviso, como afirmam Zamorani e Pasini (1992), os vinhos vênets eram frágeis, mal preparados e ácidos. Eram fermentados com o bagaço; consumidos pelas famílias produtoras e no mercado local, porque não tinham boa durabilidade em virtude das técnicas rudimentares de fabricação. Na maioria das produções, usavam como principais instrumentos, esmagadores, prensas e pipas de madeira e reservatórios feitos de pedra e cal. Por isso, eram poucos os vinhos produzidos no Vêneto entre 1860 e 1900 que eram comercializados em outros países europeus ou no Sul da Itália. Alguns produtores conseguiram inovações a partir de 1870 na higienização de garrafas, etiquetamento, tampadoras etc, mas é a partir do início do século XX e principalmente no pós-1950 que a indústria vinícola italiana teve mudanças mais significativas no Vêneto.

Simultaneamente, as iniciativas *socialistas*, associativistas e de cooperação como as sociedades de mútuo socorro e como as *casas rurais* filantrópicas idealizadas, a partir de 1883 no Vêneto, por Leone Wollemborg e, a partir de 1890, pelo clero paroquial eram inexpressivas diante do contexto e da gravidade das condições sociais no Vêneto, no Friuli e em outras regiões italianas. “O socialismo tocava só marginalmente o Vêneto (...)” (Lazzarini, 1981, p.206).

Conforme Agostini (1985), essas casas rurais eram novas formas de cooperação e de crédito agrário no Vêneto, fundadas nas relações de vizinhança e de cooperação recíproca. De acordo com os dados apresentados por esse autor, entre 1883 e

⁸³ Entre os vênets, a emigração total (permanente e temporária) entre 1876 e 1901, segundo Franzina (1976), foi assim composta: Údine: 47%; Belluno: 19%; Vicenza: 9%; Treviso: 8%; Pádova: 5%; Verona: 4,6%; Rovigo: 3,7% e Veneza: 3,4%.

1897, são produzidas, no total, 477 casas rurais no Vêneto⁸⁴. Dessas, entre 1883 e 1891, foram criadas apenas 43 unidades. A maioria, portanto, 91% foram efetivadas a partir de 1892 e geraram efeitos na economia agrária vêneta e friulana, sobretudo, a partir dos anos 1900.

De acordo com Lazzarini (1981)⁸⁵, no final do século XIX, a agricultura vêneta era *substancialmente atrasada* ou *estacionária* como re-afirma posteriormente (1992) e caracterizada pela grande fragmentação das propriedades, pela ausência da acumulação de capital familiar e de novas técnicas produtivas, que condicionavam a territorialização e as territorialidades no espaço agrário.

Porém, se, por um lado, a permanência da produção familiar com técnicas rudimentares agravou a situação de vida dos camponeses, por outro, a lenta introdução de algumas técnicas em algumas unidades produtivas liberou força de trabalho, como afirma Lazzarini (1992). Emigraram porque eram pobres, com uma economia familiar *estacionária* e porque houve a introdução de novas técnicas e tecnologias em produções que absorviam, até então, parte do excedente de força de trabalho da família agricultora.

Substantivam-se em alguns lugares do Vêneto, tempos desiguais, em ritmo lento predominantemente, mas já desde o final do século XVIII. O desenvolvimento mercantil na agricultura lentamente provoca algumas mudanças nas forças e relações produtivas⁸⁶. Coexistem no tempo e no espaço Vêneto, como em outros lugares, elementos de inovação com o predomínio de permanências econômicas, políticas e culturais.

O processo de desenvolvimento econômico no Vêneto foi envolto e determinado pela praxis política da classe hegemônica, como mostram Sereni (1968), Lanaro (1976) e Lazzarini (1981). Se alguns produtores diretos eram subordinados e explorados através de contratos de arrendamento com características feudais, outros, eram sujeitados e explorados pelos agentes do capital em movimento de expansão. Era uma conjugação específica daquele momento e lugar, em que as mudanças e permanências se complementavam e determinavam o modo de vida e o fluxo espacial de milhares de indivíduos.

Como se não bastasse a já mencionada concorrência mercantil estrangeira enfrentada pelos camponeses e artesãos vênets e friulanos, estes tinham a concorrência,

⁸⁴ Inclusive Údine.

⁸⁵ É um dos autores italianos que melhor elucida a situação da economia agrícola vêneta na segunda metade do século XIX.

de acordo com Lazzarini (1981), após a unificação política italiana, de produtores manufatureiros piemonteses e lombardos, de produtores agrícolas emilianos e lombardos e de produtores de vinho do Sul italiano. Para agravar a situação, ao mesmo tempo, ainda conforme Lazzarini (1981), existia, em 1878, em média, no Vêneto, um proprietário para cada 3,68 hectares de superfície produtiva e a renda familiar era bastante baixa, principalmente nas áreas montanhosas, pois as terras mais férteis estavam concentradas nas mãos dos grandes proprietários. Somente os proprietários mais ricos, nesse momento histórico, conseguiam comprar algumas máquinas e usar técnicas mais avançadas.

Lazzarini (1992) demonstra algumas inovações na prática agrícola vêneta a partir da década de 1880, como o uso de diferentes tipos de arados⁸⁷ para se obter maior produtividade agrícola, de grades, semeadeiras, trilhadeiras (usadas para acelerar o tempo de colheita do trigo e do arroz e diminuir as perdas; eram movidas a tração animal, força hidráulica ou com locomóveis a vapor) etc. A partir de 1840 alguns proprietários mais ricos começaram a cultivar o arroz irrigado e construíram obras nessa atividade, tanto no Vêneto como na Lombardia, no Piemonte, na Emilia Romagna e em outras regiões italianas, principalmente a partir de 1860.

Arados mais modernos eram comprados a partir de 1830 na província de Verona, mas se difundiram no Vêneto a partir de 1870. Alguns eram importados e outros, como afirma Lazzarini (1992), *imitados*, re-produzidos em oficinas mecânicas italianas a partir das produções norteamericana, inglesa, francesa, belga e alemã, mas a maioria dos camponeses e arrendatários produziam com técnicas e tecnologias rudimentares, *tradicionais*, sem capital familiar para a aquisição e sem as informações necessárias sobre as inovações, o que os impossibilitava de comprar novos instrumentos agrícolas. Simultaneamente, os proprietários de grandes extensões de terras, *nobres*, importavam arados alemães e franceses para a prática agrícola em algumas áreas planas nas províncias de Verona e Vicenza.

As trilhadeiras foram a inovação mais difundida no Vêneto. Seu uso iniciou-se nos anos 1830 também na Itália Central e, a partir da década de 1850, foi difundido no Vêneto, sobretudo nos anos 1880, em que os grandes proprietários, importavam locomóveis a vapor para usar na produção agrícola, seja na aradura da terra seja na

⁸⁶ “No Vêneto não faltaram elementos de desenvolvimento econômico, fatores de dinamismo social, momentos de inovações e de mudanças, sobretudo em certas áreas planas das províncias de Verona, Pádua, Rovigo e Vicenza e em algumas cidades.” (Lazzarini, 1981, p.82).

⁸⁷ Conforme este autor, os arados começam a ser difundidos na Toscana, principal *centro*, na época, de produção de idéias e propostas na Itália. São puxados, em geral, por 3 ou 4 juntas de bois.

colheita. Os camponeses, por sua vez, continuavam alheios a este processo, efetivando as colheitas manualmente, principalmente nas áreas montanhosas do Friuli e de Belluno, onde a difusão tecnológica foi bem mais lenta.

De acordo com os dados apresentados por Lazzarini (1992), calculamos que entre 1876 e 1899, no Vêneto, ocorreu um aumento de 241% no número de caldeiras a vapor; um aumento de 70% na quantidade de locomóveis entre 1888 e 1899, e um crescimento de 73% no número de caldeiras para o uso agrícola, também entre 1888 e 1899. No entanto, esse aumento não foi homogêneo porque a distribuição territorial dessas tecnologias foi desigual.

Em 1876, as províncias do Vêneto que tinham menor quantidade de caldeiras a vapor eram Belluno, Treviso, Údine, Verona e Vicenza; em 1888, as que tinham menor quantidade de caldeiras para o uso agrícola eram Belluno (nenhuma unidade), Treviso e Údine e, também nesse ano, as que possuíam menor número de locomóveis agrícolas eram Belluno (nenhum), Údine e Treviso, contrastando com as províncias de Vicenza, Verona e Pádua, que eram as maiores concentradoras destes locomóveis⁸⁸. Ou seja, são indicadores do desenvolvimento desigual no Vêneto e da situação econômica mais precária nas províncias de Belluno, Údine e Treviso, como já afirmara Franzina (1976). Ao mesmo tempo, os maiores proprietários do chão vêneta, os *condes*, adquiriam também ceifadeiras e começavam a selecionar as sementes para os cultivos agrícolas.

Estreitamente vinculada à prática agrícola e às necessidades da sociedade local estava, no último quartel do século XIX, a atividade industrial vêneta, como produto de um processo histórico de apropriação e produção territorial específico, caracterizado por um acúmulo de conhecimento e por uma progressiva diversificação da atividade produtiva artesanal, em que, conjugam-se mudanças e permanências na produção. Os tempos desiguais se efetivam e se manifestam no processo de formação do território italiano, com características como essa complementaridade entre as práticas agrícola e artesanal: se as atividades artesanais complementam a economia agrícola, esta, oferece a possibilidade de complemento à incapacidade do produtor imediato artesão de garantir a re-produção de sua unidade produtiva e de sua família.

⁸⁸ Ainda conforme os dados relacionados por Lazzarini (1992), destacamos os *distritos* de cada província vêneta onde o número de locomóveis agrícolas era maior e menor, respectivamente, em 1888: província de Pádua: distrito de Pádua (35 unidades) e Camposampiero (4); Rovigo: Adria (43) e Massa Superiore (9); Treviso: Treviso (37) e Oderzo, Valdobbiadene e Vittorio, nenhum; Veneza: San Donà di Piave (34) e Veneza (1); Verona: Cologna Veneta (47) e Bardolino e Caprino (1 cada); Vicenza: Lonigo (78) e Asiago com nenhum locomóvel agrícola em 1888.

No Vêneto, a título de ilustração, do total de 146 respostas obtidas pela *Pesquisa Industrial* (1870-74) e descritas por Roverato (1996), predominavam as *indústrias* têxteis (lã e seda), alimentícias, químicas e de cerâmicas e vidros, concentradas, principalmente, nas províncias de Veneza, Vicenza e Treviso. Estas produções eram, na maioria, atividades rudimentares técnica e tecnologicamente, com predomínio do trabalho familiar e manual, da força motriz hidráulica e voltadas para o mercado local. No dizer de Roverato (1996), em geral, era uma *manufatura pobre*.

As exceções eram as duas principais indústrias têxteis da província de Vicenza: Rossi e Marzotto. Essas produções, mais algumas emergentes em Schio e Thiene, fizeram da província vicentina uma das três principais na produção têxtil italiana, a partir, como aponta Roverato (1996), da articulação do capital vênето com o capital estrangeiro e da mobilização de capital agrário e mercantil local, investidos numa industrialização *difusa*, desconcentrada, que produziu as bases da chamada Terceira Itália⁸⁹.

Outro indicador de desigualdades nas *indústrias* vêneta e friulana, são os dados apresentados por Roverato (1996) sobre a *ocupação industrial* no ano de 1883. De acordo com a *Estatística Industrial* mencionada por esse autor, em 1883, o número de *ocupações industriais* estava assim distribuído: província de Údine: 21.793; Veneza: 17.569; Vicenza: 15.900; Treviso: 9.347; Verona: 8.658; Pádova: 5.619; Belluno: 4.211 e Rovigo: 2.803. Do total de *ocupações* (85.900), 40% estavam na produção têxtil, 32,5% nas atividades de mineração, mecânica e química e 11,3% nas alimentícias.

Os números são expressivos; porém, eram na maioria pequenas e pequeníssimas produções familiares, *domésticas*. Na província de Údine, por exemplo, o número era elevado em virtude da grande quantidade de unidades produtoras de seda. De acordo com Roverato (1996), em torno de 70% da força motriz nas províncias do Vêneto, em 1883, provinha da geração hidráulica. Uma parcela significativa da energia produzida com as caldeiras a vapor se concentrava em Vicenza e Údine nas atividades têxteis.

São os tempos do desenvolvimento do capitalismo na Itália, em que, segundo Sereni (1979), dá-se uma *revolução democrático-burguesa incompleta*. Aos antigos grandes proprietários somam-se *novos* proprietários *burgueses*; a técnicas e tecnologias produtivas rudimentares acrescenta-se algumas mais modernas, produzindo uma *massa* de

⁸⁹ Entre 1870 e 1880, manifestaram-se, conforme Roverato (1996), os *laticínios sociais*, familiares, nas províncias de Belluno e Treviso, que produziam manteiga, queijos e outros e foi uma das primeiras atividades do Vêneto que vendiam seus produtos no exterior. Nesse momento constitui-se, também, uma fábrica de óculos em Calalzo, província de Belluno, o que revela indícios da gestação da atual dinâmica econômica vêneta.

expropriados da produção agrícola em um país onde não se cria alternativas e possibilidades de ocupação aos sem-terra e sem-trabalho.

Outro aspecto importante da *indústria* vêneta e friulana, nesse instante histórico e geográfico, é justamente seu caráter difuso e diversificado. As atividades são produções vinícolas, fábricas de cervejas, moinhos, serrarias, ferrarias/oficinas mecânicas, fábricas de massas alimentícias, olarias, produções têxteis etc.

Somente na província de Vicenza, em 1883, de acordo com Roverato (1996), existiam 539 moinhos nos 106 municípios da época, ocupando 660 “*operários*”, ou seja, eram de fato atividades artesanais familiares, pois cada moinho tinha uma média de 1,2 trabalhadores! Na província de Belluno, havia 419 moinhos envolvendo 938 trabalhadores e 761 motores hidráulicos e 109 serrarias com 584 “*operários*”; na província de Pádua, eram 370 moinhos com 804 trabalhadores; na província de Treviso, havia 335 moinhos ocupando 910 pessoas e 332 motores hidráulicos. E por fim, na província de Verona, existiam 504 moinhos envolvendo 903 trabalhadores, dos quais 503 dinamizados com a força hidráulica e com o trabalho familiar.

Eram, na maioria, produções artesanais com técnicas e tecnologias rudimentares, força de trabalho familiar e difusas no território vêneta. Poucas eram as atividades *industriais* que contratavam força de trabalho. Algumas o faziam temporariamente, de acordo com a demanda por seus produtos, como as fábricas químicas, algumas alimentícias, têxteis e olarias. Dito de outro modo, como afirma Roverato (1996), em geral, estavam dispersas, eram *tradicionais*, com capitalização incipiente e envolviam poucos trabalhadores, resultado, sucintamente, de um processo histórico que produziu um *policentrismo* territorial e um considerável índice de urbanização e do *mundo agrícola* em que os produtores imediatos buscavam o auto-consumo e a sobrevivência familiar⁹⁰. Porém, como aponta Zalin (1987), essas produções, já em 1876, faziam do Vêneto⁹¹, o terceiro território em importância *industrial* na economia italiana, com 11,4% do total de *operários* e 14,6% do total da *potência instalada* entre as regiões do Piemonte, Lombardia, Ligúria, Vêneto, Emilio Romagna e Toscana.

⁹⁰ Como afirmam Zalin (1987) e Cafagna (1999), a disponibilidade de recursos hídricos para força motriz e de força de trabalho também contribuíram na localização difusa das atividades artesanais/industriais no Vêneto. É uma questão econômica, política e cultural, historicamente condicionada pelas forças sociais dominantes, desde a importância do *saber fazer* como denomina Roverato (1996) para os camponeses-artesãos, até a política econômica da classe dominante, essencialmente aristocrática, que condiciona este *saber fazer*, forçando-os a complementar a produção agrícola com a produção artesanal *doméstica*, e, ao mesmo tempo, permite a permanência de pequenos empreendimentos artesanais, que substantivam historicamente uma das principais características do desenvolvimento do capitalismo na Itália.

⁹¹ Incluindo o Friuli.

Por tudo isso, predominaram entre os vênnetos os emigrantes das províncias de Údine e Belluno, onde se destacavam as unidades de produção familiar, a precariedade nas vias e meios de circulação e onde a crise agrária se manifestou mais intensamente. Conforme os dados de Sori (1979), no último quartel do século XIX, entre as províncias do Vêneto, a renda média por hectare nas unidades agrícolas era menor em Údine e Belluno.

No entanto, se acrescentarmos às províncias de Belluno e Údine, os percentuais de Treviso e Vicenza, temos 83% da emigração vêneta total entre 1876 e 1901, em razão da intensificação das desigualdades e dos conflitos sociais decorrentes do modo de vida e de produção nestas províncias e das características da expansão capitalista nesse território. Não é coincidência, portanto, como veremos, predominarem na Colônia Silveira Martins os italianos oriundos das províncias de Treviso, Vicenza, Údine, Verona e Belluno: eram os que tinham vida mais miserável, como arrendatários ou pequeníssimos produtores e proprietários agrários, principalmente em Údine e Belluno. Emigraram motivados, a partir de 1882, pelos convites feitos por parentes e/ou amigos já residentes no Brasil ou em outros países.

E os vênnetos re-produziram características de suas atividades agrícolas e artesanais, como proprietários, no Brasil e na Argentina. Já os emigrantes do Sul italiano procuraram principalmente as atividades mercantis e urbanas nos EUA e em alguns países europeus. Com isso, no Brasil, influenciaram na economia, na política e na cultura, caracterizando mudanças significativas em diferentes lugares do país.

No Rio Grande do Sul, conforme os dados de Sá (1950) e Azevedo (1975), o período de maior imigração italiana aconteceu entre 1882 e 1896, sobretudo entre 1887 e 1891, coincidindo com a maior imigração italiana no Brasil, diminuindo lentamente, principalmente a partir de 1902, até quase desaparecer em 1914. Começou a diminuir significativamente a partir de 1893, em virtude da instabilidade econômica e política no Rio Grande do Sul e da Revolução Federalista.

O ano de maior entrada de italianos no Rio Grande do Sul foi 1891. Do total de imigrantes que chegaram a esse estado (154.682), entre 1882 e 1914, em torno de 43% eram italianos (66.901). No período de maior intensidade, entre 1882 e 1894, os italianos correspondiam, em média, a 71% do total anual das entradas de imigrantes estrangeiros no Rio Grande do Sul. E é a partir de 1883 que a Colônia Silveira Martins teve aumento em sua população.

Do total de 1.414 famílias proprietárias nas vilas e/ou no espaço agrário, na Colônia Silveira Martins⁹², identificamos a origem em 1.412 delas⁹³.

Dessas, 88,3% são italianas, o que corresponde a 1.247 famílias⁹⁴, 7,7% são brasileiras (109 famílias), 3,6% alemãs (50), 0,3% francesas (4) e 0,1% suíças (2)⁹⁵. Das famílias italianas, identificamos as respectivas províncias⁹⁶ em 1.208 delas e predominam as que vieram das províncias de Treviso com 28,6% (346 famílias), de Vicenza com 19,5% (235), Údine com 11% (134), Verona com 8,5% (103), Belluno com 6,8% (82), Trento⁹⁷ com 6,4% (77), Pádua com 5,5% (66) e Mântova com 4% (50)⁹⁸. Isso significa um predomínio, na Colônia Silveira Martins, das famílias oriundas das regiões do Vêneto (70%), do Friuli-Venezia Giulia (14,4%), Trentino-Alto Adige (6,5%) e da Lombardia (5%)⁹⁹, o que representamos no anexo n. 1.

Ou seja, das famílias italianas que colonizaram Silveira Martins, 845 eram provenientes do Vêneto. Conforme Carvalho (1886), pelo menos na década de 1880, quase todos vinham acompanhados por alguns membros da família, no intuito de fixarem-se definitivamente no Brasil. Mas também emigraram para o Brasil, alguns operários, artesãos

⁹² Sede (Silveira Martins, Arroio Grande e Vale Vêneto), Núcleo Norte e o Núcleo Soturno (incluído aí Novo Treviso).

⁹³ Os cálculos referem-se à primeira apropriação, a partir das relações de designações de lotes de terra, urbanos e/ou rurais, para tentarmos compreender a dinâmica inicial da instalação dos imigrantes. Posteriormente, muitos lotes rurais e urbanos foram re-vendidos. Consideramos *famílias*, os proprietários, urbanos e/ou rurais, mesmo com mesmo sobrenome ou solteiros e sempre os “chefes” de cada uma. Desconsideramos destes cálculos quando o mesmo proprietário tem 2 ou mais lotes. Fonte dos cálculos e produção dos mapas (figuras n. 2, 3 e 6): Arquivo Histórico do RS: Códices C51, C56, SA 214, SA 309, SA 258, C204 e Genealogias do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS.

⁹⁴ Consideramos aqui também as famílias provenientes do tirol austríaco (atualmente: províncias de Bolzano e Trento). Se subtrairmos os austríacos, o percentual de italianos baixa para 81,8% (1.169 famílias), mas mesmo assim continua um percentual considerável.

⁹⁵ Os italianos não foram os primeiros estrangeiros a ocupar estas terras nas proximidades de Santa Maria. Em Relatório de 1878, João Vieira de Sinimbu comenta sobre os *alemães-russos* (eslavos). Afirma que foram estabelecidos em Silveira Martins (chegaram a Santa Maria em abril de 1877) porque não quiseram ficar em Caxias. Segundo Sponchiado (1990), a maioria abandonou Silveira Martins em pouco tempo. Uns foram para outros lugares do Rio Grande do Sul e outros ao Paraná. Os que ficaram eram 28 famílias (94 pessoas), ocupando 31 lotes e trabalhando na agricultura. Esses imigrantes vieram da província de Saratow (Rússia), margens do Volga, para onde se transferiram na metade do século XVIII, segundo Rabuske (1978), famílias de origem alemã, da Renana e da Baviera.

⁹⁶ A Itália é dividida em 20 regiões, que estão subdivididas em 95 províncias. Estas, por sua vez, dividem-se em comunas, as quais, subdividem-se em frações ou localidades.

⁹⁷ Aparecem nas relações de imigrantes como austríacos, pois aquela área pertencia à Áustria naquele momento, mas apresentamos como italianos porque, hoje, o Trentino pertence à Itália.

⁹⁸ As demais províncias italianas estão assim representadas: Pordenone, 3,3% (40 famílias); Réggio Nell’Emilia, 2,4% (29); Veneza, 0,9% (11); Milano, 0,3% (4); Arezzo, 0,3% (4); Lucca, 0,3% (4); Bêrgamo, 0,2% (3); Cremona, 0,2% (3); Massa-Carrara, 0,25% (3); Parma, 0,15% (2); Gênova, 0,15% (2); Torino, 0,15% (2); Verbania, 0,15% (2); Rovigo, 0,15% (2); Ferrara, 0,08% (1); Bolzano, 0,08% (1) e Ravenna e Pistóia também com 0,08% (1) cada, somando 26 províncias.

⁹⁹ As demais regiões são a Emilia Romagna (2,7%), Toscana (1%), Piemonte (0,3%) e a Ligúria (0,1%).

e pequenos comerciantes, seja do Vêneto ou das demais regiões. Além disso, conseguimos identificar as principais comunas¹⁰⁰ de onde emigraram os italianos (Anexo n. 2).

Notamos claramente que a maior parte das comunas localizam-se nas províncias de Treviso e Vicenza, respectivamente, com 9 e 7 das principais da des-territorialização italiana para a Colônia Silveira Martins, com destaque para Gemona del Friuli, Piavòn, Àgordo, Prata di Pordenone, Maróstica, Oderzo e Conegliano. Todos esses italianos viajaram ao Brasil a partir de 1877, através da navegação a vapor, terceira classe e sem conforto algum.

Nos navios, eram amontoados, já na saída de Gênova; ao passar por Nápoles e Barcelona, embarcavam mais passageiros, em quantidade semelhante àquela da partida! Nem caminhar no navio conseguiam. Muitos passavam fome e adoeciam, falecendo durante a viagem, sobretudo as crianças, porque não tinham assistência médica. A viagem de Gênova ao Rio de Janeiro durava em torno de 30 dias e deste, passando pelo porto de Rio Grande até Porto Alegre, cerca de 15 dias, com as mesmas dificuldades e precariedades, como demonstra Carvalho (1886)¹⁰¹.

Uma vez instalados na hospedaria em Porto Alegre, até a inauguração da ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana em setembro de 1885¹⁰², os imigrantes eram transportados por via fluvial até Rio Pardo ou Cachoeira do Sul, dependendo do nível das águas do Rio Jacuí, através de vapores ou barcos acionados a gasolina, depois, iam a pé, em carroças ou no lombo dos cavalos até a Colônia Silveira Martins. O trajeto entre Rio Pardo e a colônia durava de 10 a 15 dias e era feito em carroções por terras praticamente desabitadas até Santa Maria. As estradas eram de pedregulhos, buracos, barro e água quando chovia. À noite acampavam em galpões ou dormiam ao relento.

¹⁰⁰ Destacamos aquelas com um número igual ou superior a 10 famílias proprietárias na primeira apropriação. No total, identificamos 198 comunas italianas: Gemona del Friuli-UD com 73 famílias; Piavòn-TV (37); Àgordo-BL (31); Prata di Pordenone-PDE (25); Maróstica-VI (24); Oderzo-TV (23); Conegliano-TV (22); Tríssino-VI (19); Dueville-VI (19); Cogozzo-MN com 18 famílias; Cornuda-TV (17); Cologna Vêneto-VR (16); Raccolana-UD (16); Castelnovo di Sotto-RNE (16); Gorgo al Monticano-TV (15); Feltre-BL (14); Àrcole-VR (14); Schiavon-VI (14); Mansuè-TV (14); Lonigo-VI (13); Citadella-PD (13); Pederobba-TV (12); Castelfranco Vêneto-TV (12); Cles-TN (11); Cornedo Vicentino-VI (11); Novale-VI (11); Rovereto-TN (11); S. Gregório Nelle Alpi-BL (10) e Fontanelle-TV (10).

¹⁰¹ Nesse período, entre dezembro de 1877 (data da saída do primeiro grupo da Itália) e novembro de 1881 (última turma antes da “imigração espontânea”), os imigrantes italianos emigraram através dos seguintes portos: 55% de Gênova; 10% de Havre; 5% de Liverpool e 30% de outros portos, num total de 20 navios a vapor registrados no Centro de Pesquisas de Nova Palma.

¹⁰² Conforme Singer (1977), a primeira estrada de ferro construída no Rio Grande do Sul ligou Porto Alegre a São Leopoldo em 1874. Essa mesma estrada foi ampliada até Novo Hamburgo, Taquara e Canela. Outra linha férrea foi iniciada em 1877 em direção ao Oeste, atingindo Cachoeira em 1883, Santa Maria em 1885 e Uruguaiana em 1907. De Santa Maria, entroncamento, partiu para o Norte, interligando Cruz Alta em 1894, Carazinho em 1898, Passo Fundo em 1900 e Erechim em 1910. No extremo Sul do estado também ligaram-se Rio Grande, Pelotas e Bagé entre 1881 e 1884. Com isso, Porto Alegre efetivou-se lentamente como lugar de interconexão e como principal *centro* intermediário de comercialização.

A partir de 1885, os imigrantes que eram dirigidos a Silveira Martins, conforme Carvalho (1886), embarcavam em Porto Alegre em pequenos vapores e eram conduzidos até a estação chamada Margem, na confluência do Rio Taquari com o Jacuí. Essa viagem durava em torno de 07 horas. Daí, iam de trem até a estação chamada Colônia, nas proximidades de Santa Maria da Boca do Monte. Esse percurso durava 10 horas. E, da estação Colônia eram transportados em carroções até a sede da Colônia Silveira Martins (15km), de onde eram direcionados aos lotes urbanos e/ou rurais, conforme localização dos parentes ou amigos que os haviam convidado. As hospedagens e os transportes fluvial e terrestre foram, até dezembro de 1885, custeados pelo governo provincial e, a partir daí, pelo governo imperial, até 1889.

PARTE II

A RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

O espaço da Colônia Silveira Martins, como mostramos, é resultado de uma combinação contraditória e por isso contém e revela as características territoriais, dos processos sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, diferentes temporalidades constituem-se e desaparecem em diferentes momentos do processo de apropriação e produção do espaço local e este espaço articulado ao território, ou aos territórios, produzidos, marcam os tempos e os territórios da colonização italiana, onde o abstrato e o concreto, o natural e o social, interagem-se constantemente, substantivando o movimento territorial *das e para* as singularidades. As desigualdades e diferenças consubstanciam a re-territorialização italiana, centrada no comando dos negociantes e na intervenção do Estado, que condicionam a produção de *novas* territorialidades.

Os “ventos” vindos do “Norte”, impulsionados por forças *nacionais* e internacionais, *espalharam* no espaço local, homens, mulheres e crianças, diferentes das que ali existiam; com outra fala e outras roupas, outro modo de pensar, de fazer, enfim, de produzir e viver. Desse modo, produziu-se no processo de re-territorialização, uma *nova* territorialização e *novas* territorialidades marcadas pela absorção dos que ali já residiam pelos “gringos”, culturalmente, mas principalmente pela força do capital comercial e pelos conflitos políticos no estado do Rio Grande do Sul. E, esse movimento, produziu a Colônia Silveira Martins e a inseriu no circuito do capital e em algumas redes geográficas no processo de formação do mercado interno brasileiro.

Assim, em *A formação da sede colonial*, num tempo entre 1878 e 1882, mostramos a constituição da sede da Colônia Silveira Martins a partir da participação do Estado, das atividades produtivas agrícolas e/ou artesanais e mercantis e das características culturais dos agentes sociais colonizadores; no capítulo seguinte, num tempo entre 1883 e em torno de 1915, procuramos demonstrar a expansão territorial na área e a efetivação de territórios no espaço colonial, o aumento na quantidade de produções artesanais e de atividades comerciais e algumas negações desse processo.

No quinto capítulo, num período entre 1925 e 1950, caracterizamos e abordamos os tempos e os territórios da colonização italiana em Silveira Martins, ou seja, damos continuidade no estudo do ritmo de desenvolvimento econômico (tempos lentos e mais rápidos), destacando as principais mudanças territoriais (a efetivação de redes de circulação e comunicação, indícios do desenvolvimento socioespacial, algumas características da política regional...). E, no último capítulo, apresentamos os principais fatores que influenciaram no processo de desenvolvimento econômico artesanal na Colônia Silveira Martins entre 1878 e 1950, centrados nas dimensões econômica e política, em que

se efetiva a subordinação e a exploração dos produtores diretos, agricultores artesãos e agricultores, além de nossa argumentação sobre a importância dos conceitos de tempo e território para a abordagem geográfica.

Sucintamente, ao mesmo tempo em que abordamos o processo de desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins, estudamos a expansão e as principais características territoriais, os tempos e os territórios da colonização italiana na área. Se a produção desse território foi resultado do movimento de expansão do capitalismo e seus aspectos culturais no Brasil, concomitantemente, foi condição, articulada a outros processos sociais e territórios, desse mesmo movimento.

3. A FORMAÇÃO DA SEDE COLONIAL

A Colônia Silveira Martins foi fundada em 1878, em plena encosta do planalto¹⁰³. Seu processo de territorialização deu-se sob a lógica e o comando do capital, em que a expansão territorial é, concomitantemente, produção e apropriação de trabalho excedente e é mediada pela atuação do Governo de Estado, a partir da des-territorialização italiana.

Em Silveira Martins, como noutros lugares, os colonizadores desenvolveram práticas sociais que foram simultaneamente espaciais, buscando condições para garantirem seu território, sua re-produção biológica e social, diariamente. Aparentemente produziu-se *um* território italiano, mas no mediato, notamos que, ao mesmo tempo, efetivaram-se territórios, a partir das relações sociais, econômicas, políticas e culturais; a partir das territorialidades cotidianas que eram, concomitantemente, produto e condição da re-territorialização.

A Colônia Silveira Martins, como mostramos sucintamente em Saquet (2002), foi regida até dezembro de 1879¹⁰⁴ pelo regulamento imperial de janeiro de 1867¹⁰⁵. Foi administrada, paradoxalmente, pelo Governo Imperial entre 1878 e agosto de 1882. A partir daí, sofreu interferências tanto do Governo Geral como do Provincial até 1889¹⁰⁶, apesar de sua “emancipação” do regime colonial em agosto de 1882. Mesmo depois de 1879, portanto, quando o Governo Geral decretou o fim dos auxílios à imigração estrangeira, o Estado continuou articulado ao capital, influenciando no processo de produção do espaço e do território em Silveira Martins. As medições e demarcações dos lotes de terra foram efetivadas de acordo com a Lei de Terras e Colonização de 1850¹⁰⁷.

¹⁰³ As principais espécies vegetais e animais em Silveira Martins, segundo Corte (1884), eram as seguintes: ipê, angico, louro, cangerana, camboatá, timbaúva, araçá, figueira branca, pitanga, canela, cinamomo, guabiroba entre outras; e, capivara, tigre, leão, onça, tamanduá, cutia, porco do mato, anta, ariranha, quati, lontra, raposa, veado, bugiu, macaco, paca, guará, saracuras, etc.

¹⁰⁴ Decreto n. 7.570 de 20/12.

¹⁰⁵ Decreto n. 3.784, de 19 de janeiro, que aprova o Regulamento para as colônias do Estado.

¹⁰⁶ Silveira Martins aparece como *Colônia Imperial* nos Relatórios de Corte (1884) e Carvalho (1886). De modo geral, no Rio Grande do Sul, a colonização foi garantida pelo Governo Geral até 1895. Já o Governo Provincial, entre 1870 e 1889, conforme Roche, tentou resolver questões pendentes, legitimar as posses e reembolsar a dívida colonial.

¹⁰⁷ Primeiramente, a comissão de medição media as linhas retas no sentido Norte-Sul, geralmente equidistantes (1.000m) denominadas *Linha Base*, *Linha Uma*, *Linha Duas* e assim sucessivamente. Posteriormente, traçava os chamados travessões de 250 em 250 metros, formando os lotes rurais com aproximadamente 25 ha, sendo que alguns eram subdivididos. Não se tomava cuidado com a disponibilidade de recursos hídricos, nem com a construção dos futuros caminhos, inicialmente forjados sobre ou nas proximidades das linhas medidas.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil até 20 de dezembro de 1879, conforme Carvalho (1886), tinham os seguintes “favores” do Governo Imperial, desde o Regulamento de 1867: transporte da Europa para o Brasil, e neste, hospedagem e transporte até as colônias; venda a vista ou a prazo do lote de terra; derrubada e casa provisória no lote, bem como instrumentos agrários e sementes; donativo de 20\$000¹⁰⁸ em dinheiro ao imigrante maior de 10 e menor de 50 anos; tratamento médico e farmácia, culto religioso e instrução primária.

A partir do Decreto de 1879, conforme a legislação, os imigrantes receberiam do Governo Imperial apenas hospedagem e transporte no Brasil e a venda a prazo ou a vista de um lote de terra coberto por mato. Porém, em Silveira Martins, pelo menos até 1881, segundo Ancarani (1914), os colonizadores receberam do Estado, além da oferta de trabalho na construção de estradas, comentada mais adiante, o *auxílio gratuito* de vales de 20\$000 que eram trocados com os comerciantes do lugar¹⁰⁹; instrumentos de trabalho como um machado, uma foice, um facão e uma enxada (forças produtivas rudimentares); sementes de feijão, milho e batatas e 80\$000¹¹⁰ para cada família construir a casa de madeira, tamanho 8 x 4 m.

Assim, diminuiu consideravelmente a imigração na Colônia Silveira Martins a partir do início de 1880. Como apresentamos em Saquet (2002), entre fevereiro de 1878 e dezembro de 1879 chegaram 1.786 pessoas. Já entre janeiro de 1880 e dezembro de 1882 chegaram apenas 439 indivíduos¹¹¹. A diminuição após o Decreto de dezembro de 1879 é substancial.

Na Colônia Silveira Martins, as primeiras turmas foram alojadas num barracão, na base da encosta do planalto. Esse lugar foi denominado Val de Búia devido à predominância de italianos provenientes de Búia, província de Údine, Itália. Em Val de Búia, uns dormiam no barracão, outros em barracas feitas de lençóis ou ramos esperando a *distribuição* dos lotes de chão. Conforme Lorenzoni (1975), seguidamente morria alguém nesse local porque não havia recursos médicos e a alimentação era extremamente pobre.

Porém, somente os primeiros colonizadores ficaram alojados em Val de Búia. Logo edificou-se uma casa provisória da diretoria, no planalto, onde instalou-se a sede da Colônia Silveira Martins. Nela a firma Carvalho Bastos e Vieira edificou um alojamento em alvenaria para a estada temporária dos imigrantes. Do barracão, eram dirigidos aos

¹⁰⁸ Vinte Mil Réis.

¹⁰⁹ “Os comerciantes que possuíam os vales, apresentavam-se ao pagador governamental e recebiam as importâncias correspondentes em dinheiro e eles, por sua vez, pagavam seus compromissos e faziam novas compras de mercadorias.” (Lorenzoni, 1975, p.73).

¹¹⁰ Oitenta Mil Réis.

¹¹¹ Conforme as Relações de Imigrantes e de entradas registradas no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS.

respectivos lotes coloniais, urbanos e/ou rurais. Chegando no lote, conforme Lorenzoni (1975), os colonizadores procuravam abrir uma clareira na mata com foices, facões e outros instrumentos e construíam uma *cabana com paus a pique, cobertas de folhas de palmeira*¹¹².

Vai figura n. 2 (montagem).

¹¹² “Por camas, estendiam-se quatro paus fincados no chão batido, a meio metro de altura, com tábuas atravessadas em cima, e, por colchão, ervas secas. (...) A primeira providência que cada família tomava era acender um bom fogo (...) servindo-lhe, este, de companhia e defesa contra algum ataque dos animais selvagens e ferozes (...)” (Lorenzoni, 1975, p.65).

Segundo Ancarani (1914), dois anos após o início da colonização na área, começou-se a venda de alguns produtos agrícolas dos italianos em Santa Maria, onde o consumo era limitado. Os produtos comercializados foram o feijão, o milho e o arroz com casca. Em 1880, também, fundou-se Val Veronês e Ribeirão, em virtude da expansão territorial da colonização italiana na área¹¹³.

Como já mencionamos, uma das atividades iniciais dos colonizadores foi o assalariamento temporário para o Estado, para trabalharem na construção das estradas. Para Ancarani (1914), o trabalho nas estradas para essas pessoas era uma alternativa de sobrevivência, em virtude das dificuldades enfrentadas na vida diária, o que aconteceu na construção da estrada que ligava Val de Búia a Camobi (proximidades de Santa Maria), em 1882. Nela, trabalharam homens e mulheres.

Mais tarde, nos caminhos que interligaram a vila de Silveira Martins com os Núcleos Norte e Soturno, os italianos também foram contratados temporariamente. No relatório de prestação de contas do engenheiro Siqueira Couto, de Silveira Martins, à Inspetoria Especial de Terras e Colonização da Província, em janeiro de 1887, constam os gastos com a contratação de pessoal para a derrubada da mata e abertura de picadas, compra de ferramentas¹¹⁴ e com a construção da planta do Núcleo Norte. E noutro relatório, ainda em janeiro de 1887, encontramos a *folha de pagamento* de Siqueira Couto aos italianos contratados temporariamente, pagos pelo Governo¹¹⁵.

De modo geral, os gastos da comissão de medição e estabelecimento de imigrantes em Silveira Martins entre 1884 e 1888, foram com o pagamento de pessoal nas medições¹¹⁶, construções dos caminhos, derrubada da mata e construção de boeiros e pontilhões. O Estado também alugou casas para o estabelecimento temporário de imigrantes, entre outubro e dezembro de 1884, bem como, pagou o transporte destes até Silveira Martins,

¹¹³ Segundo Ancarani (1914), a colonização com italianos em Arroio Grande começou em 1879.

¹¹⁴ No relatório do mês seguinte os instrumentos de trabalho comprados por Siqueira Couto no início deste ano em Porto Alegre e pagos pelo governo aparecem discriminados: 60 pás de aço sem cabo; 50 picaretas; 24 carrinhos americanos; 12 machados; 12 enxadas cavadeiras; ferro para marretas; aço para alavancas; 35 kg de pólvora e estopim, que revelam a rudimentaridade das forças utilizadas na época na construção das “estradas”.

¹¹⁵ Na oportunidade eram 10 trabalhadores no total, que recebiam por diárias (dias trabalhados), por trabalhos feitos desde estudos para a construção de estradas até a concretização das mesmas, como roçadas, destocamentos, limpezas, medições, carregamento de terra e pedras e construção de “pontes” e boeiros de madeira.

¹¹⁶ Esse pagamento estava assim dividido: *pessoal da comissão, pessoal auxiliar, medição de terras, braçagem e diversos*.

pelo menos até 1888, o que resume a intervenção estatal nesse período histórico¹¹⁷, mediando as relações sociais e o processo de re-territorialização italiana na Colônia Silveira Martins.

Passados os primeiros anos, o Governo decretou a efetivação das designações das posses dos lotes urbanos e rurais, em virtude da “emancipação” da colônia, que se concretizou em 19.8.1882, porque não existiam mais terras “*devolutas*” contínuas e porque o Governo negava-se a desapropriar as particulares próximas, em decorrência dos altos preços e alegando gastos elevados com a colonização.

Até então, enquanto colônia imperial, seus moradores não possuíam polícia nem a obrigação de pagar impostos. A partir daí, foram *taxados* como os demais cidadãos, como verificamos em correspondências entre o intendente municipal de Santa Maria e o subintendente de Silveira Martins na década de 1890: pagavam impostos sobre a produção de vinho e pedágio na estrada que ligava a vila de Silveira Martins até a cidade de Santa Maria. No entanto, a maior autoridade no território em produção continuou sendo o diretor da colônia, mantido até por volta de 1889, como responsável pela administração.

No momento das designações das posses das terras (1882), na Colônia Silveira Martins, havia uma apropriação territorial ligada, predominantemente, à província do país de origem (ver figura n. 6). Na re-territorialização italiana neste lugar, até 1882, nos lotes rurais, como mostramos em Saquet (2002), predominaram os originários das seguintes províncias: Treviso (30,1%), Vicenza (15,6%), Údine (10,8%), Verona (10%), Trento (9,4%), Mântova (7,3%), Belluno (6%) e Réggio Nell’Emilia (3,5%)¹¹⁸. Somando os italianos nordestinos na colonização de Silveira Martins, nos lotes rurais, temos 76,4%¹¹⁹, o que confere uma característica proeminentemente agrícola ao espaço em questão. Isso não significa, como já nos referimos, que não tenham imigrado indivíduos com experiências diferentes. Alguns são agricultores artesãos ou têm habilidades mercantis.

Também, em agosto de 1882, notamos uma certa homogeneidade no tamanho dos lotes rurais, em virtude da forma de demarcação e medição das terras até então “*devolutas*”, como previa a legislação desde 1854.

¹¹⁷ Códice SA 49: *Comissão de medição de lotes – Ex-Colônia Silveira Martins – Correspondências (1887-1888)* e Códice C 94: *Receita e despesa da Comissão de medição de lotes e estabelecimentos de imigrantes em Silveira Martins (1886-1888)*, do Arquivo Histórico do RS.

¹¹⁸ No total, identificamos 704 famílias proprietárias (715 lotes rurais no total, em 12 linhas coloniais) na primeira ocupação dos lotes rurais até o final de 1882, das quais, 627 eram italianas, o que corresponde a 89%. Cabe destacar, também, que foi na sede (lotes rurais) onde a diversidade de províncias italianas foi maior, pois aparecem imigrantes, além das referidas, provenientes de Massa-Carrara (2 famílias), Milano (3), Parma (2), Veneza (1), Bolzano (1), Cremona (2), Pordenone (13), Pádova (2), Bérghamo (3), Gênova (2), Torino (2), Ferrara (1), Arezzo (1), Ravenna (1), Verbania (1) e Rovigo (2).

¹¹⁹ Além desses, 8,6% eram lombardos (com Mântova), 4% da Emilia Romagna, 0,5% do Piemonte, 0,5% da Toscana, 0,3% da Ligúria e 9,6% trentinos (com Trento).

Havia 93% dos lotes rurais de Vale Vêneto, Arroio Grande e Silveira Martins, em 1882, no estrato entre 11 e 30 hectares, com um tamanho médio geral de 21,53 ha. Segundo Saquet (2002), o tempo médio para pagamento dos lotes rurais foi de 12,1 anos, o que revela as dificuldades para sobreviver e os baixos preços dos produtos agrícolas, além do pagamento de juros¹²⁰ ao Estado, pois muitos extrapolavam o prazo estabelecido pela legislação para pagamento das terras.

Uma característica importante, segundo a fonte já mencionada, é que todos os lotes rurais e urbanos foram vendidos entre 1878 e 1882 pelo mesmo preço por metro quadrado, ou seja, respectivamente, por R\$ 600,00 (seiscentos reais) e por R\$ 16 (dezesesseis reais), contrariando o que estabelecia o Regulamento de 1867, que previa uma flexibilidade no preço dos solos rural e urbano, de acordo com sua *fertilidade, situação* e demais *circunstâncias*. Estes preços foram definidos, possivelmente, para facilitar a aquisição na colônia oficial mais distante de Porto Alegre naquele momento. O preço do futuro solo urbano era mais barato, provavelmente, porque a procura pelo chão rural, em tamanho maior, devia ser mais intensa.

Ao que tudo indica, a renda fundiária na Colônia Silveira Martins já nasceu *renda territorial capitalizada*. Só podia comprar terra quem tinha recursos para tal. A necessidade de pagar os lotes de terra fez com que, cada vez mais, os agentes sociais buscassem produzir e trocar excedentes por dinheiro, remetendo-os à ciranda mercantil. A terra possuía um valor de troca que aumentava com o passar dos anos em decorrência, sobretudo, da localização e das benfeitorias construídas em cada lote, fosse ele urbano ou rural (mostraremos no capítulo 6). O preço do solo, nas futuras vilas, era mais barato do que o rural, mas teve maior percentual de aumento entre 1895 e 1950, demonstrando, claramente, um processo de valorização da terra e do espaço.

Foi com a instituição da propriedade privada da terra, familiar ou não, como alertamos em Saquet (2002), que o capitalismo se expandiu no espaço agrário num primeiro momento. Esta foi uma das mediações destacada por Martins (1973). Outra, talvez a mais importante, ocorreu com a circulação do resultado da produção, no mercado e sob sua lógica.

¹²⁰ A cobrança de juros foi regulamentada pelo Decreto n. 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Os imigrantes que não pagavam os lotes no prazo estipulado (10 anos) pagavam multas que variavam entre 10 e 30%, conforme consta em vários títulos de propriedade definitiva. Além disso, os títulos definitivos de propriedade só eram recebidos depois de quitarem todas as dívidas com o Governo, referentes ao pagamento dos lotes e auxílios na alimentação, sementes e compra de instrumentos agrícolas.

Para que essa segunda mediação se concretizasse, era preciso ter força de trabalho. A partir dos dados apresentados por Sponchiado (1990) e do Códice C 51 (apud Saquet 2002), verificamos que a média de pessoas por família e por lote rural na Colônia Silveira Martins em agosto de 1882 era de 4. Do total de *famílias* que adquiriram lotes rurais até aquele momento, 23% eram solteiros e o restante, casados. De acordo com a Relação de Imigrantes n. 106, por exemplo, dirigidos em sua maioria à Colônia Silveira Martins em 1878, 56,7% eram do sexo masculino; 58,3% solteiros (aí incluídas as crianças, correspondendo a 50% destes); apenas 2,3% eram viúvos; todos eram agricultores e católicos e a média de idade era de 21,6 anos!

Um processo semelhante ocorreu entre 1887 e 1890. Do total de imigrantes estrangeiros que chegaram na Colônia Silveira Martins, 99,6% eram agricultores¹²¹. Ou seja, a maioria dos casais formava famílias relativamente pequenas, com alguma experiência na prática agrícola, eram jovens e católicos. Parece-nos que estamos diante de uma ética católica, que envolve as lógicas do poder estatal e dessa Igreja, através da valorização do trabalho, da disciplina e da moral.

No dizer de De Boni (1996), essa ética é: “(...) contribuição da Igreja, através dos colégios católicos da imigração, na implantação de uma ética, de uma maneira de viver, onde passaram a brilhar virtudes como a pontualidade, a moderação, o controle, o apreço pelo trabalho, o cálculo exato, a persistência, o método etc” (p.250). Em nosso entendimento, a atuação da escola católica reforçou a lógica do capital, do esforço no trabalho e mesmo a submissão e o comodismo, implícitos já na política imigratória brasileira do final do século XIX, disseminando essa ética no extremo Sul do Brasil¹²².

Carvalho (1886), afirma que o padre era o elemento mais poderoso na ordem, na moralidade e na estabilidade dos colonos italianos. Por isso, afirma que os *chefes* das comissões (representantes do Estado) encarregados de estabelecê-los nas colônias, aproveitavam-se dos padres para conseguir que os recém-chegados se dedicassem ao trabalho com perseverança e não abandonassem os lotes e as colônias. Por isso, esse relator

¹²¹ Códice SA 309 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Os outros eram 1 sapateiro, 2 pedreiros, 2 carpinteiros, 1 ferreiro, 1 *retratista*, 2 alfaiates, 1 operário e 1 destilador, destinados, juntamente com os agricultores, para os núcleos Norte e Soturno. É importante salientar que alguns agricultores italianos trouxeram experiências artesanais porque exerciam essas atividades na Itália, mas aparecem como agricultores nas Relações de Imigrantes em razão das exigências da política de imigração brasileira.

¹²² Notamos claramente, também, a disseminação dessa ética em Silveira Martins, analisando o *Statuto Dell'associazione di mutuo soccorso fra gli italiani di Silveira Martins*, criada em 1885, que tem como objetivo *secundário* (o principal, conforme o estatuto, era melhorar a assistência médica entre os sócios), promover o espírito de cautela, fraternidade e solidariedade e desenvolver a inteligência da classe *operária*, encorajando-a sempre mais ao trabalho e à poupança. Obs.: os denominados operários, conforme este mesmo estatuto, eram os donos das atividades artesanais e os comerciantes, ou seja, não eram operários.

sugeriu ao Governo Imperial a construção de uma Igreja em cada *núcleo* da Colônia Silveira Martins e a subvenção dos padres nos dois primeiros anos!

Mais tarde, Ancarani (1914) ratifica Carvalho, afirmando que a religião foi a força que amparou os imigrantes nos momentos tristes e desanimadores, tornando-os *missionários do progresso*. Posteriormente, Jérri Marin (1999), ao estudar a atuação das Associações Devocionais na Colônia Silveira Martins, constata a preocupação com a formação de indivíduos ocupados exclusivamente com o trabalho e com a oração: “(...) Os Palotinos valorizavam o trabalho como o único meio enobrecedor, dignificante e formador do ser humano” (Jérri Marin, 1999, p.85).

Além disso, os migrantes eram pobres, sem condições financeiras e, na maioria, sem-terra italianos, que trabalhavam como arrendatários, o que dificultou a reprodução em suas unidades produtivas, pois estavam acostumados a receber ordens dos grandes proprietários fundiários italianos. Eram apegados a valores como a obediência, o respeito, a repetição e os costumes. O espaço na Colônia Silveira Martins, por isso, era um espaço de pobreza e um território inicialmente alicerçado em algumas relações de poder entre os administradores, os negociantes e os produtores diretos e, em algumas diferenças culturais, entre os diferentes grupos italianos que lutavam para sobreviver através dos hábitos repetidos cotidianamente, sem grandes ambições nas mudanças.

Dessa forma, suas territorialidades cotidianas eram territorialidades da pobreza, da luta, da rotina, do sacrifício, porque essa ética sob o capital remete os colonizadores, especialmente os produtores agrícolas e os artesãos agricultores, ao trabalho árduo, rotineiro e à oração como única forma de acumular riqueza, material ou espiritual, pois o trabalho é tido como algo que enobrece o ser humano. Os imigrantes encaram os sofrimentos dos primeiros anos como condição para ganhos futuros, na Terra ou no Céu e, com isso, legitimam e fortalecem a produção de excedentes, colocando suas energias à serviço da lógica da classe hegemônica, pois é *por* e *para* ela, sobretudo, que esse ideário foi gerado e disseminado no ideário do migrante.

Essa ética, e porque não dizer, juntamente com Martins (1990), essa ideologia do trabalho, fez com que o produtor direto acreditasse que ele trabalhava para si, proprietário e autônomo como desejava quando na Itália. Era uma ética do trabalho e da submissão. No entanto, como mostraremos no decorrer de nossa abordagem, essa ideologia encobre as relações de subordinação e exploração, os conflitos sociais em favor dos negociantes, a partir da apropriação territorial e da produção de excedentes.

É por isso, sucintamente, que o Estado institui a propriedade privada familiar do chão rural. Configura a terra em mercadoria articulado aos agentes do capital. A terra como propriedade privada foi uma das condições básicas para a circulação simples de mercadorias na Colônia Silveira Martins (e em outros lugares), a partir das produções agrícola e artesanal para pagarem as dívidas e das necessidades básicas de re-produção biológica e social.

Dessas terras, como apresentamos em Saquet (2002), os agentes sociais extraíam o sustento de suas famílias praticando a policultura, a criação de animais e comercializando, a partir da mediação estatal e da demanda do mercado interno. O Estado propiciou as condições iniciais necessárias à instalação e re-produção do colonizador e, simultaneamente, de relações mercantis em um espaço até então apropriado de forma esparsa por alguns caboclos e indígenas; foi o mediador na apropriação e valorização espacial, na construção do território italiano na Colônia Silveira Martins e na apropriação do trabalho excedente pelos agentes do capital!

No processo de produção deste território, na vila de Silveira Martins, na primeira apropriação, duas características chamam a atenção: 1) não havia concentração fundiária. Apenas as famílias Zago, Pippi e Guarienti tinham 4 lotes urbanos cada. Em média, cada família tinha 2 lotes. Provavelmente, isso aconteceu porque a sede foi a primeira vila a ser construída e porque não foram permitidos privilégios, se é que algum dos italianos tinha condições financeiras para tal; 2) do total de famílias que conseguimos identificar na vila (95)¹²³, predominaram os vênéticos com 32,5%, seguidos pelos friulaneses (20%) e pelos trentinos (12,5%). No total, os italianos do Nordeste somaram 52,5%¹²⁴. Porém, o percentual de indivíduos de outras regiões italianas também foi significativo: os provenientes da Lombardia, da Toscana e Emília Romagna somaram 23% das famílias identificadas, provavelmente, porque além de agricultores, tinham experiências mercantis, eram vendedores da força de trabalho (trabalhavam como diaristas) etc. Estes indivíduos (os negociantes) contribuíram na gênese e incremento das atividades mercantis na vila de Silveira Martins, centralizando as relações sociais de compra e venda de mercadorias e as relações políticas, o que contribuiu na definição da vila como *centro* dinâmico e urbano daquele território.

Simultaneamente, não verificamos esses mesmos fenômenos sociais com a mesma intensidade na vila de Vale Vêneto, iniciada em maio de 1879. Nesse lugar, dos 151

¹²³ No total, eram 289 lotes urbanos na vila de Silveira Martins. Desses, em 140 conseguimos identificar os proprietários, dos quais, a genealogia não está registrada em 9 casos.

¹²⁴ Destaque às províncias de Údine (19%) e Treviso (13,7%).

lotes urbanos cujos proprietários conseguimos identificar¹²⁵, 47 deles eram de Antônio Londero (31%), 10 de Paolo Bortoluzzi (6,6%), 5 de Alessandro Rorato (3,3%), 6 lotes pertenciam à família Zanini (4%) e 54 à Igreja (35,7%)¹²⁶, o que caracterizava uma forte concentração fundiária, pelo menos no início do processo de apropriação e nos revela e ratifica a configuração da *renda territorial capitalizada* na área, pois os proprietários urbanos, à exceção da Mitra Diocesana, provavelmente, tinham interesses fundiários e especulativos no devir do processo de produção territorial das cidades na Colônia Silveira Martins.

E mais, em 1901, os lotes urbanos de Vale Vêneto estavam sendo quitados a réis 40,00 (quarenta réis) por metro quadrado, exceto 44 lotes de Antônio Londero que obtivera o preço módico de réis 2,00 (dois réis) por metro quadrado¹²⁷! Isso explica claramente a concentração fundiária na vila de Vale Vêneto, favorecida por privilégios, por preços inferiores aos do solo urbano da vila de Silveira Martins e pelos recursos financeiros de alguns agentes sociais, como Antônio Londero, Paolo Bortoluzzi e Alessandro Rorato que eram comerciantes¹²⁸. O mesmo aconteceu nas vilas de Soturno, Núcleo Norte e Novo Treviso. Quanto à origem das famílias identificadas na vila de Vale Vêneto, como o próprio nome indica, 66,6% eram vênetas, com predomínio das originárias da província de Treviso (43%)¹²⁹.

No total da Colônia Silveira Martins até o final de 1882, nos lotes rurais e urbanos¹³⁰, predominaram as famílias oriundas do Nordeste italiano, em torno de 74,5%¹³¹. Cabe-nos destacar, aqui, a diversidade de províncias italianas representadas, o que pode ter dificultado as relações entre as famílias no início da colonização em Silveira Martins. Porém, ao mesmo tempo, isso conferiu à colônia, objetivando os interesses do Estado, um caráter predominantemente agrícola, apesar da presença de artífices e comerciantes.

Em 1882¹³², assim como em 1885 e até 1891¹³³, nas unidades produtivas agrárias, conforme as designações oficiais de lotes de terras, na Colônia Silveira Martins,

¹²⁵ No total, eram 224 lotes na vila de Vale Vêneto, dos quais 73 não conseguimos identificar. Os identificados, pertenciam a 21 famílias. Nessa vila, percebemos um detalhe interessante: era a única com duas praças, uma da Igreja e outra era a *praça do comércio*! É uma característica que expressa os tentáculos do capitalismo na área onde se iniciou a colonização italiana.

¹²⁶ Acrescidos por mais uma quadra, o que correspondia a 5 lotes que eram de propriedade da Mitra Diocesana, mostrando o poder da Igreja Católica.

¹²⁷ Códice SA 234 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹²⁸ Alguns poucos imigrantes vinham com algum dinheiro como esses que citamos e outros, como os Rossato, Costa Beber, Lorenzoni, Benincá, Santin etc.

¹²⁹ Aqui, só aparecem, além desses, vicentinos, udineses e brasileiros.

¹³⁰ Ao todo, identificamos 734 famílias como proprietárias em Silveira Martins, Vale Vêneto e Arroio Grande, das quais 657 eram italianas, o que corresponde a 89,5%.

¹³¹ Vêneto (61,8%), Friuli (12,8%) e Trentino (9,9%).

¹³² Primeiras designações feitas na Colônia Silveira Martins.

os imigrantes tinham as seguintes obrigações: 1) conservar os marcos divisórios; 2) até 06 meses após a designação, deviam roçar e plantar uma área mínima de mil braças quadradas¹³⁴ e construir uma casa para alojamento de cada família; 3) pagar integralmente o lote ao Estado, saldar possíveis dívidas com o mesmo e provar residência e cultivo por, no mínimo, um ano, para conseguir o título definitivo de propriedade¹³⁵; 4) ceder, gratuitamente, madeiras, pedras e outros materiais para a construção de pontes e outras obras públicas; 5) construir e conservar as *picadas* entre os lotes rurais¹³⁶.

Ou seja, os deveres impostos pela designação oficial giravam em torno da propriedade da terra, da moradia efetiva, do cultivo agrícola e das estradas, que consubstanciavam os interesses do Estado em ocupar efetivamente aquela área: a terceira obrigação descrita mostra muito bem o atrelamento da concessão do título definitivo de posse das terras com o cultivo agrícola e a moradia efetivos. No entanto, a *propriedade*, o *cultivo* e as *estradas* revelam que não bastava residir e contribuir no povoamento. Tinha-se que cultivar e facilitar a circulação de mercadorias *na* e *da* colônia. Era o início da re-territorialização dos italianos em Silveira Martins, sob a lógica capitalista, sem capitalistas: propriedade privada familiar da terra; produção de alimentos com trabalho familiar e técnicas rudimentares e primitivas; circulação simples de mercadorias.

Em 1882, segundo Isaia (1987), a Colônia Silveira Martins já apresentava um crescimento substancial na área cultivada e conseqüente abundância de alimentos e perspectivas de *progresso*. Tudo indicava um crescimento econômico no espaço produzido até então, devido ao incremento da produção agrícola e das atividades produtivas artesanais, como moinhos, cervejarias e ferrarias.

Nas atividades artesanais das vilas de Silveira Martins e Vale Vêneto, havia 2 cervejarias, 1 padaria, 2 ferreiros, 1 carpinteiro, 1 olaria, 2 moinhos e 1 serraria, somando em torno de 10 produções. Nas comerciais: 6 de *fazendas e molhados*, com destaque a Paolo Bortoluzzi, primeiro negociante de Vale Vêneto, que já veio com capital familiar, porque era membro de uma família de posses na Itália, onde já eram comerciantes. E, em Arroio Grande,

¹³³ Últimas designações feitas.

¹³⁴ Correspondem a 4.840 metros quadrados. Após o desmatamento, quase tudo era queimado. Os troncos mais grossos seculares próximos à cabana serviam de bancos e as tábuas eram “alisadas” a machado para construir a casa e as tabuinhas para a cobertura. Nas casas: “As tábuas não eram todas pregadas; muitas, por falta de pregos, eram amarradas com cipós, de que havia em abundância no mato e resistiam até 15 e 20 anos.” (Busanello, 1952, p.38).

¹³⁵ Somente os lotes urbanos eram dispensados da moradia efetiva, o que mostra as facilidades concedidas aos futuros especuladores fundiários.

¹³⁶ A abertura e conservação dos caminhos rurais é mencionada seis vezes no decorrer do texto de pouco mais de 2 laudas! Tinham, quando muito, 2 metros de largura, sendo os proprietários indenizados quando necessário.

havia duas atividades artesanais, sendo um moinho, o primeiro da colônia movido com a força das águas, construído em Val Feltrina em 1878, por Antonio Cassol e dois estabelecimentos mercantis.

As atividades artesanais complementavam, tanto em Silveira Martins e Vale Vêneto como em Arroio Grande, a prática agrícola e estavam ligadas à alimentação e à habitação no espaço colonial. Algumas transformavam produtos primários e outras produziam instrumentos de trabalho. Além de implementos e ferramentas, tijolos, cervejas etc, os artesãos “forneciam”, em troca de outros produtos ou de dinheiro, alguns serviços como consertos de enxadas, foices, rodas de carroças e outros. Em torno de 80% das produções artesanais e cerca de 75% das atividades comerciais estavam em Silveira Martins e Vale Vêneto.

Tabela n. 1 - A Colônia Silveira Martins em agosto de 1882

População ¹³⁷	Atividades artesanais	Atividades comerciais	Produção agrícola em sc ¹³⁸
2.710	12	8	64.404

Fonte: Carvalho (1886); *Cronologia e Documentos Veneráveis* do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Montagem do autor.

Nas oficinas e “fábricas”, a produção dependia do manejo dos instrumentos de trabalho e do conhecimento adquirido pelo produtor imediato. Seu capital era familiar e com o passar dos anos, mantinha como aprendizes os próprios membros da família ou filhos dos amigos e vizinhos, que re-produziram algumas das atividades. Não havia nem capital nem tecnologia para adquirir força de trabalho. Além disso, a produção era limitada pelo consumo, o que não motivava a busca de melhorias. É exatamente esta singularidade produtiva, das forças e relações de produção, do *como* fazer, que distingue as diferentes épocas e lugares, e por isso, confere uma especificidade à Colônia Silveira Martins, onde a produção artesanal era efetivada com forças produtivas rudimentares e com o trabalho familiar.

É através de suas relações sociais e de suas técnicas, que os homens vivem diariamente, re-produzindo o espaço geográfico e o território. Conforme Santos (1997), as técnicas são história e revelam as condições sociais que permitem sua criação em cada lugar e tempo. Elas permitem *fazer isto ou aquilo* a partir das relações de produção, em Silveira

¹³⁷ Se acrescentarmos à população da vila da sede (88 indivíduos), aproximadamente 50 moradores de Arroio Grande e 50 de Vale Vêneto, teremos um total de 188 moradores nas vilas em agosto de 1882, o que significa que cerca de 93% dos habitantes da colônia residiam nos lotes rurais naquele momento.

¹³⁸ Estes dados correspondem à safra 1882-83, mas os apresentamos aqui porque os demais dados são de agosto de 1882; são expressos em sacas de 60 kg. Não incluímos no total, por isso, o fumo e o vinho. Nessa safra, a produção de milho foi de 43.104 sacas, a de feijão 7.247, a de arroz 6.612, a de trigo 5.530, a de aveia 790, a de cevada 395 e a de centeio 726 sacas; a produção de fumo foi de 2.004 kg e do vinho de 456 pipas (cada pipa continha 480 litros).

Martins, em ritmo lento, agindo como mediadoras nas relações entre a sociedade e a natureza inorgânica do homem.

Em Silveira Martins, a produção não genuinamente capitalista era a força maior, a lógica da dinâmica territorial e da concomitante produção, através de diferentes técnicas rudimentares e do trabalho familiar, estreitamente ligada às habilidades técnicas e ao modo de vida trazidos pelos italianos do seu país de origem. Como afirmamos em Saquet (2002), a própria característica predominantemente familiar das atividades artesanais e a articulação *artesão-camponês* eram inerentes à forma de vida que tinham no Nordeste da Itália no final do século XIX. E essa característica influenciou, com outros fatores, o ritmo de desenvolvimento artesanal na Colônia Silveira Martins, pois os italianos e seus descendentes procuraram re-produzir suas produções da Itália.

De acordo com Singer (1977), no período em que, nas colônias agrícolas, concretizou-se a produção de subsistência com a venda de excedentes, desenvolveu-se a atividade artesanal, ao mesmo tempo, para atender as necessidades imediatas da demanda local, como as serrarias, os ferreiros, oleiros etc. Na Colônia Silveira Martins, os donos das produções artesanais, em sua maioria, não vendiam excedentes. Eles produziam valor de troca e em algumas atividades como as ferrarias e moinhos, consumiam uma pequena parcela da produção.

E essa foi uma característica marcante da re-territorialização em Silveira Martins, porque representou mais uma das re-produções dos italianos nesse lugar. Re-produziram a diversidade artesanal por necessidade, mas também porque foram condicionados a produzir mercadorias, porque estavam sujeitados por uma dominação econômica e política e porque era uma de suas características culturais, como afirma Roverato (1996). Também, porque permitiu a constituição de dinâmicas econômicas, nas *linhas* coloniais, com uma certa auto-suficiência. “Esse artesanato demonstra o parcelamento do mercado colonial em numerosos núcleos locais relativamente estanques, cada um tendendo a certa auto-suficiência.” (Singer, 1977, p.167).

Em cada *núcleo* e mesmo nas principais *linhas* da Colônia Silveira Martins, substantivaram-se territórios sobrepostos sob o comando dos comerciantes, principalmente, e a partir das diferenças culturais, presentes em decorrência da diversidade das províncias de origem, em que a produção artesanal assumiu um papel complementar na economia local e menos dinâmico, mas de vital importância, principalmente até a década de 1920, pois supria parte da demanda local.

Conforme Ancarani (1914), as primeiras casas comerciais da vila de Silveira Martins foram a *Carvalho Bastos e Vieira* e a *venda* de Próspero Pippi. A partir de 1885, passaram a existir as casas de José Aita e Antônio Londero. Porém, nesses primeiros anos, na colônia, as atividades mercantis eram relativamente precárias, desorganizadas e predominava a relação de troca mercadoria-mercadoria. O uso do papel moeda era incipiente, como em outros lugares do espaço agrário brasileiro naquele momento histórico. A circulação praticamente restringia-se à circulação de *produtos-mercadorias* e acontecia em favor dos comerciantes porque os excedentes dos colonos tinham preço inexpressivo, não compensando, muitas vezes, o esforço e os gastos com o cultivo agrícola. Muitos comerciantes tinham suas próprias mulas e carroças para transportar os produtos agrícolas até Santa Maria e adquirir outras mercadorias que re-vendiam para seus clientes no espaço produzido na Colônia Silveira Martins.

Nesse sentido, apesar das dificuldades, na safra agrícola de 1883, destacou-se, nessa colônia, o cultivo do milho (67%), do feijão (11%), do arroz (10%) e do trigo (8,5%), usados na subsistência das famílias, tanto no consumo direto, na alimentação, como para a criação de porcos e frangos, como faziam na Itália, com o milho. O cultivo das parreiras era pequeno porque o mercado consumidor local era inexpressivo, uma vez que quase todos produziam o vinho para o consumo familiar. A comercialização em outros lugares era prejudicada pela precariedade das “rodovias” e da má qualidade do vinho, que, como na Itália, não tinha boa durabilidade, pois re-produziam aquela produção rudimentar.

De modo geral, o artesanato e a prática agrícola condicionavam-se, desde o início da colonização na área, como no Nordeste italiano: a primeira atividade influiu no incremento da segunda e gerava uma renda complementar onde o agricultor também era artesão, e, o cultivo agrícola contribuía para o incremento lento da produção artesanal e também gerava renda complementar onde o artesão era secundariamente produtor agrícola.

No início da colonização, em Silveira Martins, segundo Ancarani (1914), as atividades *sociais* dos imigrantes eram limitadas às religiosas, sobretudo, nos dias festivos e domingos. Nestes últimos, encontravam-se na Missa ou na praça da Igreja, conversando no dialeto dos respectivos lugares de origem. Após a Missa, os que não moravam na vila, aproveitavam para fazer compras. As diversões centravam-se nos jogos de bochas, nas danças, nos jogos de baralho (tressette), quase sempre acompanhados do vinho.

Não existiam médicos, enfermeiros etc. Segundo Sponchiado, em entrevista, nos primeiros anos, os italianos encontravam os primeiros socorros com os caboclos que conheciam o uso de ervas medicinais, além de benzimentos, simpatias e credíes.

Freqüentemente morriam crianças pelas mais variadas razões. Somente em 1884 é que se instalava uma farmácia na vila de Silveira Martins¹³⁹. Apenas em 1887 é que aparece uma “ajuda” do governo em um dos relatórios do engenheiro Siqueira Couto, onde consta o pagamento de medicamentos contra a varíola. Suas casas eram, na maioria, de madeira. Alguns poucos, nas vilas, construíram casas de pedras e tijolos, tentando re-produzir a arquitetura italiana. A própria cobertura com tabuinhas, além de representar o aproveitamento desse recurso abundante no local, constituía uma re-produção das coberturas de habitações do Vêneto no final do século XIX.

Nesse processo de colonização, apesar da abolição do subsídio fornecido pelo Governo Imperial até o Decreto de 20.12.1879, não cessou a vinda de italianos para a Colônia Silveira Martins. De janeiro de 1880 a novembro de 1881 poucos imigrantes chegaram à colônia, como já demonstramos. Porém, a partir de 1882 caracterizou-se a chamada “imigração espontânea”¹⁴⁰: “Continuarão a afluir para esta colônia (Silveira Martins)¹⁴¹ depois da emancipação (agosto de 1882)¹⁴² muitos imigrantes espontaneos, motivo pelo qual foi nela restabelecida a comissão tecnica que ahi ainda funciona.” (Carvalho, 1886, p.44).

Foi uma forma, além da Fé que tinham na religião, encontrada pelos colonizadores para amenizar o sofrimento e para encontrar forças para superar as dificuldades diárias, como o isolamento na mata, forças produtivas rudimentares etc. Na chamada imigração espontânea, que de *espontânea* só tem o nome [“(...) a espontaneidade ‘pura’ não existe na história: ela coincidiria com a mecanicidade ‘pura’.” (Gramsci, 1992, p.124)], os já residentes em Silveira Martins, como afirma Sponchiado (s/d), convidaram seus parentes ou amigos conterrâneos, comprometendo-se em hospedá-los e ajudá-los até a primeira safra agrícola.

¹³⁹ Quando doentes, os que tinham condições, preferiam procurar o Hospital de Caridade, na cidade de Santa Maria. Indicador das dificuldades enfrentadas pelos colonizadores, também foi a criação da *Associazione di mutuo soccorso fra gli operai italiani di Silveira Martins* em 1885, com o objetivo principal de buscar auxílio aos sócios em caso de doenças ou enfermidades por velhice. A deficiência na assistência médica e alguns laços comuns às origens italianas motivavam as relações de solidariedade e iniciativas associacionistas como essa. Criam, assim, um Fundo Social com os recursos arrecadados com as mensalidades pagas pelos sócios. Essa associação existiu até 1938 quando foi sucedida por um clube recreativo.

¹⁴⁰ Segundo Carvalho (1886), o fluxo migratório “espontâneo” que aconteceu para o Rio Grande do Sul entre 1882 e 1885 foi resultado do contrato celebrado entre o Governo Imperial e o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior em 1874. E mais: “O susto dos imigrados, ainda encurralados na floresta, de perder a proteção direta do imperador, foi enorme. Levantaram clamores que provocaram a imigração espontânea para a redondeza. (...) Nestes novos núcleos encontrariam colocação todos os que viessem por conta, a convite de parentes ou conhecidos que aqui se encontrassem” (Sponchiado, 1990, p.445).

¹⁴¹ Esclarecimento nosso.

¹⁴² Idem.

A comissão de medição continuou planejando a demarcação e a venda dos lotes de chão e a construção das estradas para alojamento dos novos imigrantes que deveriam pagar agora até suas passagens da Itália ao Brasil. Nesse momento histórico, como os lotes da Colônia Silveira Martins já estavam todos ocupados e não havia mais terras “*devolutas*” contínuas, foram criados *núcleos interioranos*, onde os lotes foram medidos a partir do início de 1883, para a instalação dos recém-chegados.

Assim, fundou-se o *Núcleo Norte* em 25.09.1883¹⁴³, hoje município de Ivorá e no ano seguinte, em 01.06, foi criado o *Núcleo Soturno*¹⁴⁴, hoje município de Nova Palma, ambos ao Norte da vila de Silveira Martins. Ou seja, a “imigração espontânea” praticamente coincidiu com a “emancipação” política da colônia, o que condicionou a permanência da comissão de medição de lotes em Silveira Martins, como menciona Carvalho, e, significou, simultaneamente, a expansão territorial da colonização italiana na área.

¹⁴³ Conforme anotações na *Cronologia* do CPG, nessa data foram designados os primeiros 55 lotes rurais, para 51 famílias. Núcleo *Norte* porque ficava ao Norte da sede, também denominado de Nova Údine.

¹⁴⁴ Na *Cronologia* do CPG, consta que a designação *Soturno* foi tomada do lageado de mesmo nome que serviu de linha base para as medições. Conforme essa mesma fonte ainda, os primeiros lotes designados foram os de número 82, 83 e 84. Ainda nesse ano foi demarcada a vila do Núcleo Soturno, correspondendo aos lotes 33, 34 e 35. Com a expansão da colonização, outra vila foi produzida no lote rural n. 367,

4. A EXPANSÃO TERRITORIAL E OS TERRITÓRIOS

A partir da “emancipação”, em agosto de 1882, até por volta de 1889 quando Siqueira Couto foi transferido para Cruz Alta¹⁴⁵, a Colônia Silveira Martins esteve sob gestão da comissão de medição dos lotes, que tentava acomodar os imigrantes que chegavam. Ao mesmo tempo, sofreu interferência das Intendências de Santa Maria, Cachoeira do Sul e São Martinho, que influenciavam, de diferentes formas e intensidades, na vida das pessoas e na produção do espaço e do território.

Dessa forma, constituíram-se os chamados núcleos interioranos, mesmo rompendo a continuidade territorial da colônia. Os recém-chegados só decidiram ocupar as terras ainda cobertas pela mata nativa em plena encosta do planalto pela necessidade que tinham da mesma para sobreviver e porque conseguiram um privilégio que seus antecessores não tiveram, que foi a possibilidade de escolher os lotes rurais. No Núcleo Norte, conforme Monsenhor Busato (1943), os colonizadores iam em grupos *sondar* as terras e escolher o lote de chão a ser comprado.

Mesmo com a hospedagem que tinham junto a amigos ou parentes, alguns, em grupos, logo se dirigiam para seus lotes, providos de alimentos, derrubando a mata e construindo suas casas de madeira e chão de terra, e iam trabalhando a lavoura, retornando nos finais de semana para onde estavam hospedados: enfrentavam a chuva, os animais, a solidão, a mata etc, enquanto o governo, a partir de 1882, encarregava-se, principalmente, da medição dos lotes de chão e da construção de estradas¹⁴⁶. Os italianos construíam seu território e suas territorialidades na Colônia Silveira Martins, produzindo sua subsistência e logo excedentes vendidos em forma de mercadorias e, simultaneamente, transferindo trabalho não pago.

No início da re-territorialização a vida foi muito difícil, porque era preciso relacionar-se com a natureza exterior com recursos extremamente rudimentares e escassos. As forças produtivas eram simples e insuficientes para “dominar” e transformar a natureza de forma significativa. Também não tinham prática na “lida” com a floresta subtropical.

inicialmente chamada de Geringonza e mais tarde de Novo Treviso. Em ambas as vilas a localização foi escolhida pela abundância das águas.

¹⁴⁵ Onde funda a Colônia Ijuí em 19/10/1890.

¹⁴⁶ “Enquanto a primeira leva de Núcleo Norte semeava clareiras no matagal, a golpes de machado e foice e erguiam ranchos em mutirão, Siqueira Couto, (...) buscava a melhoria das estradas que comunicassem (...) onde em breve exportariam, comerciando, os produtos agrícolas, que a terra (...) fecundada pelo suor dos desbravadores ia produzir.” (Sponchiado, s/d, p.5).

Segundo Sponchiado (s/d), aprenderam a derrubar as árvores e rachá-las com os caboclos que residiam por ali. Conforme Monsenhor Busato (1943), venceram essas dificuldades, acrescidas pela saudade dos que ficaram na Itália, porque buscaram coragem e perseverança na Fé Cristã. Porém, além de ter que enfrentar os fenômenos naturais, sua natureza exterior, tinham conflitos sociais e eram esses que lhes provocariam os maiores desafios na luta pela sobrevivência cotidiana no Brasil.

Isso não significa, como já apresentamos na introdução, que sociedade e natureza estejam dicotomizadas. Tentaremos explorar melhor essa relação. Reconhecemos e valorizamos que o social é consubstanciado por relações de dominação e exploração, relações sociais de produção contraditórias e conflitantes, que arrancam do produtor imediato fração do resultado de sua produção, o que já mostramos em Saquet (1996).

No entanto, além de social, concomitantemente, o homem é natureza. Ser humano, animal produtor que, no ato da produção, exterioriza-se coisificando-se nos objetos e obras por ele produzidos. É o que Marx (1984) denomina de trabalho alienado. É o gastar energia do trabalhador em seu trabalho de que, contraditoriamente, não é dono nem se apropria da maior fração do que produz com sua força de trabalho ao relacionar-se mutuamente com seu patrão, no espaço, clara ou disfarçadamente.

Nesse movimento, a relação recíproca que acontece na relação patrão versus empregado, para nós, também se dá na relação entre os espaços agrário e urbano, por exemplo. Assim como a idéia difere da matéria, o sujeito difere do objeto; o urbano e o agrário também são diferentes, mas não são excludentes. E, como idéia e matéria relacionam-se mutuamente, sujeito e objeto da mesma forma, o urbano relaciona-se reciprocamente com o agrário em qualquer lugar. Ambos, tanto um quanto outro, só vêm a ser o que são, pelo outro. O urbano só é, a partir de sua interação com o agrário e, da mesma forma e concomitantemente, o agrário só é, a partir de sua relação mútua com o urbano. Logo, um não existe concreta e abstratamente, sem a existência do outro. Entre estes contrários, há uma interação e um movimento incessantes, que os constituem e dão vida à sociedade, que se desenvolve desigualmente. Cheptulin (1982) ratifica-nos, quando afirma que os contrários são ligados mutuamente, substantivando um movimento dialético.

Pensamos que esta reciprocidade e complementaridade ocorrem também na relação social versus natural. O espaço social é simultaneamente natural, pois até mesmo os elementos do ambiente construído, materiais ou ideológicos, contêm frações da natureza e da natureza homem. Ora, se o natural está no social, o social está no natural. E mais, se o homem é natureza, a natureza está nele, e simultaneamente, ele está na natureza. Porém, o

homem estando na natureza oferece-nos um bom problema, porque ele encerra em si a dupla dimensão do natural e do social, tornando, assim, ao nosso ver, a natureza também social, mesmo sem ser apropriada e modificada pelo *trabalho social* e sem estar integrada a algum tipo de projeto como menciona Souza (1997).

Marx (1984) dá-nos motivos para pensar dessa forma. Ele afirma que o homem é um *ser social*. Os seres humanos vivem em sociedade. Mas, ao mesmo tempo, ao falar de homem, fala de natureza:

“A universalidade do homem aparece na prática justamente na universalidade que faz da natureza toda seu corpo inorgânico, por ser: 1) um meio de subsistência imediato; 2) por ser a matéria, o objeto e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem; a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. Dizer que o homem vive da natureza é a mesma coisa que dizer que a natureza é seu corpo, com o qual tem que manter-se em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e a espiritual do homem estão ligadas com a natureza e não têm outro sentido senão o de que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza” (p.111).

Para esse autor, segundo nosso entendimento, o homem é natureza. Natureza que pensa, que luta, que produz; natureza orgânica e inorgânica¹⁴⁷. A sociedade não está separada da natureza. “A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente.” (Marx e Engels, 1991, p.23-24, nota 3).

Para nós, o trabalho social e as representações são *dois* elos de ligação entre a sociedade e a natureza. Mas não são os únicos. Outro elo, talvez o principal, é a dupla dimensão do homem que, ao estar na natureza, torna-a simultaneamente social e ao estar na sociedade, torna-a concomitantemente natural. A natureza contém o homem multidimensional. Assim, não há sociedade sem natureza, nem natureza sem sociedade.

Acreditamos que o espaço geográfico é o natural interagido ao social e este naquele; é resultado das relações que os homens mantêm entre si e com suas naturezas orgânica e inorgânica. Entre os contrários *natural* e *social* há uma unidade. Não é possível separá-los. Por isso, só existe um espaço, que é o espaço geográfico.

¹⁴⁷ “O espaço geográfico (...) é produzido pelas relações contraditórias entre a natureza orgânica e inorgânica interior e exterior ao homem. O homem é espaço, está no espaço e produz espaço a um só tempo. Espaço social.” (Silva, 1991, p.50). Não existe separação entre o homem social e o homem natural: ambos são espaço. Essa autora também afirma que o homem é natureza e história que ele mesmo faz.

Mas voltemos ao processo de apropriação e produção do espaço na Colônia Silveira Martins. Em cada localidade, assim como ocorre em outros lugares da re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul, tudo aconteceu em torno da igreja ou das capelas. A partir dessas é que se produzem as vilas, sedes das mesmas. A presença dessas formas espaciais e do padre em cada *núcleo* de colonização foi sinônimo de progresso para as famílias e nos revela a íntima relação entre elementos da cultura, da política e da economia na vida cotidiana e na produção do território.

Dessa forma, os moradores contribuíam na edificação das capelas e igrejas e no fornecimento de mesas, tábuas, utensílios para a cozinha da canônica etc. A segunda construção, em importância, era a *venda*, resultado da expansão territorial do Modo Capitalista de Produção, que produzia no espaço, as condições para sua re-produção, desde a instituição da propriedade privada, fosse ela urbana ou rural, familiar, passando pela produção, circulação e realização de mercadorias, até a produção de uma ideologia sob sua lógica, uma ideologia do trabalho e do consumo. O capital produz seu espaço na Colônia Silveira Martins e noutros lugares, envolvendo as características culturais dos diferentes agentes sociais.

Segundo Carvalho (1886), desde o início de 1883 até dezembro de 1885, foram efetivados pela comissão de medições os seguintes *trabalhos* na Colônia Silveira Martins para instalação dos imigrantes recém-chegados: medição e demarcação de 811 lotes rurais e 150 urbanos; construção de 103 km de caminhos vicinais até os lotes; construção de um barracão de madeira na vila de Silveira Martins para abrigar 100 pessoas; produção da planta de algumas linhas, na extensão de 32,5 km e exploração de 12,7 km de terras “*devolutas*”.

Entre os caminhos destacaram-se: um *picadão*¹⁴⁸ com aproximadamente 39 km entre as vilas de Silveira Martins e do Núcleo Soturno concluído por volta de 1888; outro de 9 km para facilitar o acesso aos lotes recém-demarcados nas proximidades da vila de Soturno; 16 quilômetros ligando Geringonza¹⁴⁹ à Colônia Dona Francisca; uma ligação entre a vila de

¹⁴⁸ Eram caminhos vicinais com valas e pedregulhos onde nos primeiros anos, só se transitava a pé ou a cavalo e a partir da década de 1890 com carroças, mas formaram as primeiras redes de circulação e comunicação na Colônia Silveira Martins. Segundo Vargas (1994), até o final do século XVIII, no Brasil, existiam apenas trilhas de índios. Conforme esse autor, a primeira estrada construída foi a *calçada do Lorena*, entre 1788 e 1790. Em 1800 foi feita a estrada que liga Recife ao Rio São Francisco e a rodovia Rio-São Paulo foi iniciada por volta de 1810. Em 1833 concretizou-se a rodovia Porto Alegre-São Leopoldo. Entre 1840 e 1880 também construíram-se estradas em direção a Minas Gerais, no Paraná, Santa Catarina, etc. Todas eram, na maior parte, caminhos de terra com no máximo 4 metros de largura, atravessando rios através de pequenas pontes de madeira. Suportavam apenas o tráfego de carroças, cavalos e burros.

¹⁴⁹ Geringonza ou Novo Treviso que, posteriormente, foi ligada à vila de Silveira Martins por um caminho passando pelo Núcleo Soturno e Vale Veronês. “(...) Deviam descer e subir todos os montes até chegar ao destino e por isso muitos perderam a coragem de se estabelecer em Novo Treviso, preferindo permanecer na sede ou esperar nova posição para estabelecer-se.” (Storia di Novo Treviso, s/d, p. 2).

Silveira Martins e o Núcleo Norte, de aproximadamente 16 km, passando por Linha Dois, iniciada em 1885 e concluída também no início de 1888 e ainda outro caminho ligando o extremo Norte da sede, Silveira Martins, com o Núcleo Soturno, passando por Chapadão, terras *particulares* e lotes medidos em Soturno¹⁵⁰.

E esta foi a principal preocupação da comissão de medição dos lotes desde 1883, interligando os chamados núcleos e suas linhas à sede da colônia, facilitando, na medida do possível, a circulação de mercadorias, pessoas e informações. Ou seja, pretendia-se interligar e dinamizar este território em produção, pois todo território, mais ou menos articulado ou relativamente isolado, não prescinde de redes de circulação e comunicação, internas e externas, para sustentar-se, dinamizar-se e re-produzir-se. As redes são cristalizadas tanto na des-territorialização como na territorialização e confundem-se constantemente com estes processos. “Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território” (Raffestin, 1993, p.204).

Em um dos requerimentos do engenheiro Siqueira Couto, dirigidos à Inspetoria Especial de Terras e Colonização, em 1888, para aquisição de terras *particulares*¹⁵¹, encontramos o seguinte: “Tanto os Penas, quanto os Limas e Martins, donos das glebas, estão dispostos a revendê-las ao Estado, cujos cofres serão, com bons juros, ressarcidos num futuro bem próximo com o pagamento dos colonos que as obtiverem e pela *renda agrícola*¹⁵² que proporcionarão com a esforçada luta dos imigrantes (...)”. Isso corrobora nossa tese da apropriação territorial promovida pelo Estado e pelos agentes do capital, predominantemente, no intuito de incrementar a produção agrícola e a apropriação de trabalho excedente por esses mesmos agentes sociais. É o território italiano em Silveira Martins produzido em plena encosta do planalto sob a égide do MCP, a partir da apropriação e produção capitalista do espaço, do enraizamento e da produção de excedentes.

Todas essas atividades de medição dos lotes e construção de estradas foram pagas pelo Governo Provincial e estavam relacionadas, à chegada e instalação de imigrantes na Colônia Silveira Martins e com a expansão territorial da colonização em terras “*devolutas*”, isto é, com a formação dos Núcleos Norte e Soturno (ver figura n.3). Isso também demonstra a continuidade da interferência do Governo na administração da colônia e simultaneamente na expansão e apropriação territorial. A grosso modo, até por volta de 1889, há quatro participações do Estado na re-territorialização italiana na Colônia

¹⁵⁰ Ver na figura n. 3 as principais *estradas*.

¹⁵¹ Ver figuras ns. 2, 3 e Anexo n. 3.

¹⁵² Grifo nosso.

Silveira Martins: hospedagem; transporte; medição, demarcação e venda dos lotes de chão e construção de estradas.

O próprio Relatório de Carvalho (1886), dirigido ao Governo Imperial, revela a interferência do mesmo até 1886 e seu interesse pela colonização do Estado no Rio Grande do Sul. E o fez, porque estava intimamente articulado aos agentes capital, no intuito de favorecer a valorização das terras e a produção e a apropriação de trabalho excedente. Assim, o próprio Estado apropriava-se de uma fração do sobretabalho através do pagamento dos lotes de terra; dos juros pagos nos casos de não cumprimento dos prazos estabelecidos e do pagamento de impostos pelos imigrantes, tanto para circular¹⁵³ como para comercializar¹⁵⁴.

Fruto da expansão capitalista e do caráter eminentemente local da economia, em 1884, já existiam em Silveira Martins e Vale Vêneto, 12 casas de negócios, 4 tavernas, 4 sapatarias, 2 padarias, 2 hospedarias, 2 carpintarias, 2 cervejarias, 1 açougue, 1 farmácia, 8 moinhos e 4 olarias, ou seja, 22 produções artesanais e 20 atividades comerciais, aproximadamente. Arroio Grande tinha cerca de 4 estabelecimentos artesanais e 4 mercantis. Os moinhos difundiam-se como nos *povoados* italianos, ligados à alimentação das famílias, tanto na produção da farinha de trigo como na de milho.

Tabela n. 2 - A Colônia Silveira Martins em 1884

População	Atividades artesanais	Atividades comerciais	Produção agrícola em sc ¹⁵⁵
6.001 ¹⁵⁶	26	26	114.332

Fonte: Corte (1884); *Cronologia* do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma; Anuário da Província do Rio Grande do Sul (1884). Elaboração do autor.

Nesse momento, a produção dos Núcleos Norte e Soturno estava-se iniciando, por isso a existência de poucas atividades comerciais no Núcleo Norte (2 casas de negócios: uma de Primo Dall'Aglio e outra de Giovanni Stroilli) e nenhuma em Soturno. As produções artesanais, por essa mesma razão, também ainda não existiam nessas localidades.

¹⁵³ Verificamos o pagamento de impostos, por Lei Provincial, em 1887, para trafegarem com suas carroças.

¹⁵⁴ Demonstraremos no decorrer do texto.

¹⁵⁵ Sacas de 60 kg cada. Corte (1884) refere-se à safra do ano de 1883, assim distribuída: 20.000 sacas de trigo; 10.000 de aveia; 26.666 de feijão; 53.333 de milho; 3.333 de arroz e 1.000 sacas de cevada, além de 6.041 pipas de vinho (480 litros cada pipa).

¹⁵⁶ Aqui estão incluídos Vale Vêneto, Silveira Martins, Arroio Grande e o Núcleo Norte. Subtraindo os moradores das vilas (283 em Silveira Martins, cerca de 70 em Arroio Grande e 100 em Vale Vêneto) temos 4.455 habitantes nos lotes rurais da sede que, divididos pelos 715 lotes, dá uma média de 6,2 moradores por lote rural e, subtraindo os habitantes da vila do Núcleo Norte (em torno de 100 pessoas), temos 883 moradores nos lotes rurais que, divididos entre os 143 lotes já ocupados, confere uma média também de 6,2 pessoas por lote rural. Ou seja, em 1884, a partir dos dados de Corte (1884), a média de indivíduos por lote rural na colônia (Silveira Martins, Vale Vêneto, Arroio Grande e o Núcleo Norte) era de 6,2.

“Naturalmente”, configurava-se uma concentração das atividades comerciais e artesanais na sede da colônia, Silveira Martins.

(montagem)

Figura n. 3 – As medições na Colônia Silveira Martins em 1884.
Original do engenheiro José Siqueira Couto – CPG/Nova Palma. Re-produção de Marcos Aurelio Saquet.

Segundo Corte (1884), existiam na colônia 600 casas de madeira e 170 construídas de pedras e tijolos. Para este relator, a Colônia Silveira Martins tinha condições mais favoráveis para a comercialização dos produtos coloniais do que as demais colônias italianas (sic), porque era cercada por “muitos centros” consumidores, como Santa Maria,

Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Cruz Alta e São Gabriel. No entanto, como afirma o próprio Corte, boa parte dos negócios eram feitos na própria colônia (economia regional), o que significava *vantagens*, porque os imigrantes economizavam tempo e despesas com o desgaste dos animais de carga (cavalos e mulas).

Parece-nos que existem algumas contradições no relatório de Corte (1884). Outro aspecto importante, é a produção agrícola na safra de 1883. Apesar da fertilidade natural inicial do solo, enaltecida em Busanello (1952), por exemplo, a produção de 6.041 pipas de vinho possivelmente não é verídica, porque nem todos tinham esta prática. Alguns tinham parreirais mas não produziam o vinho. Se imaginarmos que 60% dos proprietários rurais (715 lotes) tinham esta produção, a média aproximada é de 14 pipas por unidade produtiva em 1883!

A produção agrícola citada por Corte (1884) também nos parece aumentada. A safra de 1883 referida pelo autor é apenas a quinta da colônia. Os parreirais eram ainda mais recentes (entre 3 e 4 anos)! Se dividirmos o total da produção agrícola mencionada por Corte por 90% das propriedades rurais (715), temos em torno de 178 sacas por unidade produtiva, o que nos parece demasiado em decorrência da rudimentaridade do processo produtivo e do recente início dessa prática na Colônia Silveira Martins.

Como descrevemos, os agentes desmatavam e cultivavam seus respectivos lotes de terra aos poucos, com o passar dos anos. O processo de apropriação e produção territorial era lento e as forças produtivas eram rudimentares, porém, Santin (1986) assenta sua argumentação sobre o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins neste relatório de Corte (1884)! Não podemos esquecer, também, que esse relatório é oficial e foi efetivado com o fim específico de apresentar a produção das colônias italianas no Rio Grande do Sul em Turim, Itália¹⁵⁷. O Governo Geral tinha interesse em enaltecer, no exterior, a produção das colônias agrícolas, no Brasil, para atrair novos imigrantes. Por isso, para nós, os dados de Carvalho (1886) são mais coerentes.

A maior contribuição de Pasquale Corte são os dados sobre os preços dos produtos agrícolas comercializados na Colônia Silveira Martins e em Porto Alegre em 1883. A partir dos dados que ele apresenta, constatamos que do total dos 33 produtos agrícolas, artesanais e *animais* relacionados, comercializados nas próprias colônias, em 36,4% os de

¹⁵⁷ Com relação aos produtos *minerais*, *vegetais* e *animais* enviados à exposição de Turim, os resultados obtidos (20 *campeões*) foram os seguintes: os da Colônia Caxias correspondem a 45 % dos *campeões*; produtos comuns às quatro colônias: 25%; de Silveira Martins, de Conde d'Eu e de Dona Isabel, 10% cada. Isso já demonstra um desenvolvimento desigual entre as referidas colônias agrícolas, sobretudo com relação a Caxias.

Silveira Martins eram mais caros do que os das outras 3 colônias¹⁵⁸; em 54,5% os preços eram iguais em todas as colônias¹⁵⁹ e em 9,1% apenas, em Silveira Martins os preços eram mais baixos¹⁶⁰, o que tornava o custo de vida nessa colônia mais caro do que nas demais. Além disso, a partir dos mesmos dados, verificamos que em 57,5% dos casos de re-venda em Porto Alegre, os produtos ficavam mais caros, em média, 50%, em virtude da *re-venda* e dos custos do transporte de Silveira Martins até aquela cidade. E isso, incentivava os produtores e os consumidores da Colônia Silveira Martins a comercializarem proeminentemente no próprio lugar, porque o custo do transporte diminuía significativamente o ganho dos revendedores que, em Porto Alegre, enfrentavam a concorrência de outros comerciantes, por isso, não podendo exagerar no preço final das mercadorias.

Lentamente, portanto, dava-se a apropriação e a produção territorial na Colônia Silveira Martins. Em 1885 quase todos os lotes rurais e urbanos já estavam demarcados e ocupados. Só restavam terras não apropriadas no Núcleo Soturno, porém, as estradas e as produções agrícola e artesanal ainda eram incipientes e rudimentares¹⁶¹.

Nos Núcleos Norte e Soturno, inicialmente, os colonizadores foram dinamizados preferencialmente levando-se em consideração as respectivas províncias italianas de origem, possivelmente, para facilitar as relações de ajuda mútua na vida diária. No Núcleo Norte, na apropriação dos lotes rurais, predominaram os italianos vindos de Údine (30%), Vicenza e Treviso (17% cada) e Verona e Pordenone, com 14,5% cada¹⁶². Somando os italianos nordestinos, temos 97% das famílias da Itália que colonizaram o Núcleo Norte, posteriormente denominado de Nova Údine em virtude do predomínio dos oriundos dessa província.

No Núcleo Soturno, na apropriação dos lotes rurais, se destacaram os italianos que vieram das províncias de Treviso (31,3%), de Vicenza (24,7%) e de Pádua (15,4%)¹⁶³. Somando os italianos nordestinos, temos mais de 96% das famílias italianas de Soturno. Nos núcleos referidos, o caráter agrícola da re-territorialização objetivada pelos

¹⁵⁸ Trigo, centeio, milho, semente de milho, feijão preto, cevada, aveia, amendoim, cachaça, vacas e cavalos.

¹⁵⁹ Vinho tinto e branco, grapa, arroz, mandioca, batata doce, peixe, batata inglesa, lã fina e grosseira, tábuas, bois, ovelhas, mulas, porcos, toucinho, ervilhas e óleo de amendoim.

¹⁶⁰ Fumo em folha, charutos e açúcar.

¹⁶¹ O Anexo n. 3 mostra a expansão e a constituição de territórios identitários no espaço.

¹⁶² No total de 175 lotes rurais, no Núcleo Norte, quase todos ocupados, identificamos 139 famílias na primeira apropriação, das quais 92% eram italianas. As demais províncias estavam assim representadas: Trento (1% das famílias), Belluno (3%), Pádua (1%) e Réggio Nell'Emilia (2%).

¹⁶³ No Núcleo Soturno, no total de 612 lotes rurais, em 12 linhas, ocupados até por volta de 1891, identificamos 483 famílias proprietárias, das quais 84,6% eram italianas. As outras províncias tinham as seguintes proporções: Belluno (9,5% das famílias), Údine (6%), Verona (4,7%), Pordenone (2,5%), Trento (2,2%), Veneza (2,2%), Mântova (0,7%) e Cremona, Pistóia e Réggio Nell'Emilia com 0,2% cada.

italianos do Friuli, do Vêneto e do Trentino era ainda mais marcante do que em Silveira Martins, Vale Vêneto e Arroio Grande, onde estes correspondiam a 86% das famílias que residiam nos lotes rurais¹⁶⁴.

É importante mencionar, aqui, que esses italianos que chegaram em Silveira Martins e no Rio Grande do Sul no final do século XIX, não conheciam a língua oficial da Itália, recém unificada. Falavam o dialeto de cada comuna de origem. Por isso, os que tiveram a possibilidade de viajar juntos, procuram adquirir lotes de terra próximos uns dos outros, o que foi dificultado pela forma de “distribuição” dos lotes rurais, por linha, até que eles acabassem, no sentido Norte-Sul ou Sul-Norte. “A LINHA determinou a estrutura social e a unidade orgânica do povoamento.” (Manfroi, 1975, p.115). Essa forma de apropriação condicionou inicialmente a vida cotidiana e as dinâmicas política, econômica e cultural e, simultaneamente, o processo de produção do espaço e do território na Colônia Silveira Martins e noutros lugares.

Os italianos tinham essa preocupação de vizinhança com os seus porque estavam acostumados, na Itália, com os vizinhos, seja no espaço agrário onde os lotes eram bastante subdivididos, seja nas pequenas cidades de origem medieval onde as residências eram muito próximas umas das outras. Também a unificação italiana, no dizer de Azevedo (1975), não aboliu os sentimentos *localistas* e *regionalistas*. Não se sentiam italianos, mas vicentinos, veroneses, beluneses, de Mântova, de Treviso etc, constituindo, assim, suas identidades e territórios culturais, obedecendo à paixão, ao desejo, à identidade e não apenas à vontade dos agentes do Estado e do capital.

Além disso, os italianos, em razão das dificuldades, circulavam muito pouco. Ou seja, em virtude do modo de vida italiano, procuravam re-produzir na Colônia Silveira Martins seus territórios. A própria mataria neste lugar e a falta de meios e vias de circulação e comunicação facilitou a tendência à constituição de associações de ajuda mútua, o caráter de vizinhança, trazidos da Itália, como meios de solidariedade frente às dificuldades diárias e à estratificação social a que estavam submetidos, tanto na Itália como no Brasil.

Apesar da forma de apropriação dos lotes rurais, conseguiram re-produzir na colônia, além de características de suas produções agrícola e artesanal, elementos de seu modo de vida cultural, através da alimentação (polenta, massas, vinho, salame, fortaglia,

¹⁶⁴ Algo semelhante acontece com a presença dos vênnetos nos lotes rurais: 61,7% na sede da colônia, 52,5% no Núcleo Norte e 87,7% no Núcleo Soturno. O percentual era baixo no Núcleo Norte em decorrência da quantidade significativa dos friulanese (44,5%).

queijos...), das roupas, da religião (igrejas, Santos, capitéis, cantos, festas etc.) e dos próprios dialetos, constituindo no território local, territórios, a partir de suas diferenças, no processo de formação do território na Colônia Silveira Martins e no Rio Grande do Sul, inerentes à lógica do capital e seus aspectos culturais.

Como nas demais colônias italianas no estado *gaúcho*, criaram-se as *linhas*, como Vale Vêneto, Val Veronês, Novo Treviso, Val Feltrina, Nova Údine, Val de Búia etc. que expressavam uma identidade e diversidade na unidade do território, produto das dificuldades cotidianas, do relativo isolamento a que estavam submetidos, da origem italiana, das relações de parentesco e da forma de vida que tinham na Itália. Simultaneamente, essa dinâmica marcou, juntamente com as relações dos colonizadores com os diretores da colônia e com os subintendentes e inspetores, a questão política no território da Colônia Silveira Martins, pois isso facilitava sua organização social através das associações de ajuda mútua, como as de Arroio Grande e Silveira Martins.

“A sede da colônia era o centro administrativo e comercial, mas foi na própria LINHA que os imigrantes organizaram sua vida religiosa e social, segundo o modelo de seus vilarejos natais. A mata virgem e a falta de estradas dificultavam o contato com outras LINHAS e com outras sociedades” (Manfroi, 1975, p.116). A formação de grupos ou associações foi uma reação diante da pobreza e do abandono, centradas na Religião Católica e nas raízes italianas.

Conforme Manfroi (1975), a Religião Católica foi a principal força que permitiu aos colonos a solidariedade para enfrentarem e superarem as diferentes dificuldades da vida cotidiana nas colônias italianas. Outras abordagens que ratificam esta situação são De Boni (1996) entendendo a Religião como fator de *identificação cultural*, e, principalmente, Ancarani (1914), já mencionado; Santin (1986) corrobora a importância da Igreja e do padre na Colônia Silveira Martins e Jérri Marin (1993) aborda a restauração católica também nessa colônia: “Através da unidade pela fé, criou-se uma concepção de mundo e uma norma de conduta capazes de manter uma identidade social comum, indispensável para se autoprotegerem e para lutarem pela sobrevivência individual e grupal na nova realidade que começava no Brasil distante da pátria de origem” (Idem, p.18).

Dessa forma, os imigrantes italianos encontravam forças para superar as dificuldades diárias e a saudade da terra natal e dos parentes e amigos. Estes territórios se apresentam como lugares num espaço apropriado e produzido para a vida; lugares de des- encontro, de trabalho e de lazer, de tristezas e alegrias. “O lugar é produto das relações humanas, (...) tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante

a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.” (Carlos, 1996, p.29). O lugar é fruto da vida cotidiana de um grupo social. É o conhecido, é onde se reconhece e se é reconhecido pelo outro; é identidade e relações de afetividade, é onde o geral se objetiva, onde acontece a apropriação e a produção do espaço e do território.

A própria lógica da produção familiar é um traço fundamental desse processo relativamente homogeneizador, para além da fé, da Religião e das semelhanças culturais, especialmente aquela da prática agrícola. De modo geral, na re-construção de suas territorialidades, os italianos procuram re-produzir as características do seu modo de vida e momento histórico, *tradicionais* e *católicos*, como aponta Trento (1984), constituindo na Colônia Silveira Martins lugares regidos pelo tempo lento na vida cotidiana.

Os agentes sociais, colonizadores, re-produziam uma certa identidade local fragmentada em distintos grupos. Eram pluri territórios locais, articulados entre si pelas relações políticas, econômicas e culturais, como pela Religião Católica. Assim, temos territórios locais (nas *linhas*), relativamente isolados e, concomitantemente, conflitos sociais e uma certa unidade territorial e uma articulação deste território com outros territórios, como demonstraremos na seqüência.

Nos Núcleos Norte e Soturno, aos quais estávamos referindo-nos ao descrever a expansão territorial, a homogeneidade no tamanho dos lotes rurais na primeira apropriação é ainda maior do que aquela que verificamos em Arroio Grande, Vale Vêneto e Silveira Martins.

No Núcleo Norte, em 1889, dos 143 lotes rurais relacionados, 97,9% estavam no estrato entre 11 e 30 hectares, enquanto que no Núcleo Soturno, em 1891, estavam neste estrato 99% das 531 propriedades identificadas¹⁶⁵. Nesses *núcleos*, o tamanho médio¹⁶⁶ dos lotes rurais, conforme os dados do Mapa Estatístico da Colonização em Silveira Martins¹⁶⁷ e do registro dos lotes rurais do Núcleo Norte¹⁶⁸, era de 21,7 hectares¹⁶⁹.

¹⁶⁵ Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma e Códice SA 214 do Arquivo Histórico do RS.

¹⁶⁶ Média aritmética.

¹⁶⁷ Códice C 51, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁸ Códice SA 214 do Arquivo Histórico do RS.

¹⁶⁹ O tamanho médio no Núcleo Norte era de 20,85 ha e no Núcleo Soturno de 22,54 ha, o que conferia uma média de 21,61 ha para o total dos lotes rurais medidos na Colônia Silveira Martins até 1891.

Conforme essas mesmas fontes e a partir de designações e títulos de propriedade definitiva dos lotes, o tempo médio para pagamento¹⁷⁰ dos lotes rurais nos Núcleos Norte e Soturno foi de 10,9 anos¹⁷¹, o que resultou, também, no pagamento de juros ao Estado, e, como pagavam as dívidas com o dinheiro ganho com a venda de excedentes produzidos nas unidades familiares, isso significa que também transferiam ao Estado, uma fração do trabalho excedente familiar. Ou seja, as dificuldades que se efetivavam em Silveira Martins para o pagamento da mercadoria terra também ocorriam nos Núcleos Norte e Soturno, fruto, principalmente, dos baixos preços pagos aos produtores agrícolas.

Tanto no Núcleo Norte como no Soturno, na primeira apropriação (no primeiro pelo menos até 1892 e no segundo até 1904), o preço do solo rural foi o mesmo, réis 0,6 (seis centavos de réis) por metro quadrado, para todos os lotes, independente da localização ou da fertilidade das terras¹⁷². O mesmo aconteceu na sede da colônia, como já apresentamos, o que nos contrapõe à defesa de Manfroi (1975): “Em princípio, todos os lotes deviam ter água, e quando isso não era possível eram vendidos como ‘lotes secos’, mais baratos” (p.115). O que é uma inverdade, pois essa lógica pode ter se efetivado nas chamadas *colônias novas*, criadas no período republicano sob os ideais positivistas da *ordem* e do *progresso*, mas não na Colônia Silveira Martins. São as incoerências das generalizações falsas pois, nessa colônia, as linhas e travessões eram perpendiculares, formando retângulos mais ou menos homogêneos.

Não havia relação entre o preço do solo rural e a qualidade das terras no espaço colonial de Silveira Martins: todos tinham o mesmo preço por metro quadrado, pelo menos na primeira apropriação. “E esse preço, evidência do caráter de *mercadoria* dos terrenos, é base monetária da propriedade privada e comporta e realiza nos momentos de transferência (venda) desse direito (propriedade privada) a *renda capitalizada* intrínseca a esse direito” (Sposito, 1990, p.218). E o Estado, cabe destacar, foi mediador nesse processo social, desde a apropriação territorial até a apropriação da renda fundiária através da regularização da

¹⁷⁰ No decorrer de 1894 o Governo republicano, em decorrência do término do prazo concedido (10 anos) para pagamento das designações feitas em 1883 e 1884 e dos gastos do Governo na Revolução de 1893, passou a cobrar dos colonos a quitação de suas dívidas. De acordo com os Títulos de propriedade definitiva e com o Mapa Estatístico de Silveira Martins, notamos que mais de 90% dos colonizadores desse lugar tiveram condições de saldar suas dívidas com a Nação, apesar das dificuldades que enfrentavam e do pagamento de juros.

¹⁷¹ No Núcleo Norte os imigrantes levaram, em média, 12 anos para pagar os lotes rurais enquanto que no Núcleo Soturno esse tempo baixa para 9,8 anos. No conjunto da Colônia Silveira Martins, o tempo médio para pagamento dos lotes rurais foi de 11,5 anos

¹⁷² Códice SA 214 e designações e títulos de propriedade definitiva de lotes rurais.

propriedade familiar e da construção de algumas infraestruturas, que contribuíram para aumentar o preço de venda dos lotes de terra, principalmente do futuro solo urbano.

A partir dos dados apresentados por Sponchiado (1996), calculamos que a média de pessoas por família e por lote rural nos Núcleos Norte e Soturno era, respectivamente, em torno de 3,5 e 3,2, no início da re-territorialização italiana. Nesses *núcleos*, aproximadamente 25% das famílias proprietárias rurais eram compostas por solteiros e o restante por casados, o que dá uma média para a colônia (proprietários) de 24% para os solteiros e 76% de casados. Além disso, conforme Sponchiado (1975), 50% dos italianos da Colônia Silveira Martins eram analfabetos. Os mais instruídos, geralmente, eram os comerciantes, o que facilitava suas ações econômicas e políticas em cada localidade, tirando proveito de sua capacidade de comunicação, o que também dificultou a vida diária dos produtores imediatos.

No total, no início da re-territorialização na Colônia Silveira Martins, até por volta de 1891, as médias eram, respectivamente, 3,7 e 3,6 indivíduos, por família e por lote rural. Ou seja, não eram números elevados, o que poderia tornar possível a sobrevivência da família num lote rural naquele instante histórico.

De modo geral, não havia uma concentração fundiária significativa, pelo menos nos primeiros anos de ocupação. O que verificamos é uma pequena concentração no Núcleo Soturno, onde estavam 60% das famílias proprietárias com 5 ou mais lotes rurais, provavelmente, porque foi o último a ser colonizado, o que deve ter facilitado a apropriação. As 36 famílias¹⁷³ que conseguiram comprar 5 ou mais lotes rurais em toda a Colônia Silveira Martins, tinham juntas, 264 lotes rurais, o que representava cerca de 19% do total de lotes rurais (cerca de 1.390) apropriados até por volta de 1891. As maiores proprietárias, com 10, 11 ou 12 lotes rurais, eram as famílias Denardin, Brondani, Garlet, Zago e Dellaméa. Outro aspecto que nos chama a atenção é a existência das chamadas terras particulares nas proximidades de Silveira Martins e entre os Núcleos Norte e

¹⁷³ Falamos em *família* porque eram irmãos que conseguiam comprar lotes rurais e costumavam ajudar-se mutuamente. Eram pouquíssimos os casos de aquisição individual de 2 ou mais lotes. As famílias com 5 ou mais lotes rurais eram as seguintes: Rossato (5 lotes); Piovesan (8); Busanello (6); Vendrusculo (9); Ceolin (9); Stefanello (9); Pesamosca (7); Denardin (10); Lago (7); Depellegrin (8); Cargnelutti (5); Somavilla (8); Spanevello (5); Cagnin (5); Daronck (7); Brondani (10); Bevilaqua (6); Bortoluzzi (6); Bolzan (5); Costa (5); Dotto (8); Dellaméa (12); Faccin (5); Londero (8); Noal (9); Lovato (5); Sartori (7); Tonetto (6); Villani (6); Zago (10); Moro (7); Parzianello (8); Rubert (6); Dallanora (7); Garlet (11) e Copetti (9).

Soturno, que dificultavam, como também ressaltaram Carvalho (1886) e Sponchiado (1996), a continuidade territorial na Colônia Silveira Martins¹⁷⁴.

Já nas vilas dos Núcleos Norte e Soturno, notamos uma concentração fundiária bastante mutiladora, o que não se deu na vila de Silveira Martins, pelo menos na primeira apropriação. Na vila de Soturno, do total de 107 lotes¹⁷⁵, 25 eram de Ângelo Grotto (23,4%), 18 lotes da família Descovi (17%), 10 de Ângelo Alessio (9,4%), 10 da Mitra Diocesana (9,4%) e 10 da família Volcato (9,4%), ou seja, apenas quatro famílias de um total de 20 e a Mitra monopolizavam a posse de 69% dos lotes da vila de Soturno; na vila do Núcleo Norte, dos 71 lotes cujos proprietários identificamos¹⁷⁶, 9 lotes eram da família Londero (12,5%), 8 pertenciam à Mitra Diocesana (11%), 7 à família Fantoni (9,8%), 6 à família Pippi (8,5%) e 5 à Trevisan (7%).

E na vila de Novo Treviso, espaço do Núcleo Soturno, dos 75 lotes identificados¹⁷⁷, 8 eram da família Busanello (10,6%), 6 da Antoniazzi (8%), 5 de Ângelo Ragagnin (6,6%) e 29 lotes de Nicola Rosso (38,6%), o que significa que apenas 4 famílias do total de 16, apropriaram-se de 63,8% dos lotes urbanos de Novo Treviso! Além desses, no início da produção dessa referida vila, a Mitra Diocesana era dona de uma quadra, o que correspondia a 12 lotes (16%). Repete-se em Novo Treviso o processo da apropriação monopolizante do solo urbano, pois somando os lotes urbanos das 4 famílias referidas aos da Mitra, temos 79,8%. No total, nos Núcleos Norte e Soturno, eram 30 os lotes urbanos que pertenciam à Mitra Diocesana. Isso, nos primeiros anos da colonização, porque em 1908 a Mitra compra mais 8 lotes urbanos no Núcleo Norte e em 1927 adquire mais 21 lotes em Novo Treviso, monopolizando parte do território, resultado e condição do poder da Igreja Católica.

Para Sponchiado, em entrevista, os agentes sociais colonizadores não adquiriam os lotes urbanos para vender no futuro, mas, em nosso entendimento, essa concentração fundiária nas vilas dos Núcleos Norte e Soturno foi favorecida, possivelmente, porque alguns privilegiados podem ter-se antecipado e comprado lotes de terra para especulação, ratificando a objetivação da *renda territorial capitalizada* nas cidades em construção na Colônia Silveira Martins. Como em Vale Vêneto, os principais concentradores do chão urbano em Soturno, Novo Treviso e Núcleo Norte eram ou logo se

¹⁷⁴ Alguns dos proprietários dessas terras eram descendentes de alemães provenientes da Colônia Santo Ângelo, não muito distante, mas a maioria era descendente de paulistas estabelecidos nas terras mais planas, após envolverem-se no transporte de mares e bovinos para Sorocaba no início do século XIX.

¹⁷⁵ Identificamos os proprietários de todos.

¹⁷⁶ No total, eram 138 lotes urbanos; os identificados pertenciam a 20 famílias.

transformaram comerciantes: Alessio, Londero, Grotto, Descovi, Fantoni, Volcato, Pippi e Busanello com alguma experiência e conhecimento sobre a re-produção do capital.

Apesar das atividades não genuinamente capitalistas que se efetivavam, a dinâmica de produção das vilas em Silveira Martins era capitalista, centrada na configuração da terra em mercadoria e nos interesses especulativos fundiários que podem ter produzido cidades relativamente¹⁷⁸ fragmentadas e descontínuas territorialmente. E essa característica não se cristalizou no espaço agrário da Colônia Silveira Martins com a mesma intensidade, foi específica das cidades em construção, onde parte dos lotes eram vendidos para imigrantes interessados em se dedicar às atividades mercantil e artesanal. Ou seja, a especulação futura e os preços mais baixos nas vilas dos Núcleos Norte e Soturno e em Vale Vêneto em relação à vila de Silveira Martins, promoveram a concentração fundiária urbana no território da Colônia Silveira Martins.

Aquela presença de italianos não nordestinos na vila de Silveira Martins não se verificava nos Núcleos Norte e Soturno, onde predominavam os vênetos, friulaneses e trentinos, devido à íntima relação das vilas com as atividades agrícolas e artesanais. O urbano não se configurava nessas localidades com a mesma intensidade que na vila da sede. Na vila de Soturno, do total de 20 famílias proprietárias¹⁷⁹, 50% eram vicentinas, resultado do predomínio dos mesmos no loteamento rural; na vila do Núcleo Norte, do igual número de famílias proprietárias¹⁸⁰, predominavam os udineses com 30% das famílias colonizadoras, o que também foi produto do predomínio dos friulaneses no processo de apropriação territorial rural nesse *núcleo*. Esse fenômeno social também se manifestava na vila de Novo Treviso, onde 94% dos moradores identificados eram vênetos, sobretudo provenientes da província de Treviso (56%), o que explica o nome daquele lugar.

Boa parte desses proprietários, nas vilas dos Núcleos Norte e Soturno, também eram proprietários de lotes rurais, o que, de certa forma, aconteceu na vila de Silveira Martins, com a diferença que lá se deu maior divisão social e territorial do trabalho, em virtude da maior diversificação das origens e profissões e simultânea diversificação das produções, o que conferiu uma maior complexidade social àquela vila. Eram os primórdios da re-territorialização italiana na Colônia Silveira Martins.

¹⁷⁷ No total eram 85 lotes urbanos. Os identificados pertenciam a 16 famílias.

¹⁷⁸ Denominamos *relativamente* porque os agentes sociais conquistam, lentamente, algumas inovações técnicas que dinamizam articulações territoriais, como o telefone, os automóveis e o uso da energia elétrica.

¹⁷⁹ Setenta e cinco por cento são vênetas e 15% do Friuli.

¹⁸⁰ São oriundas do Friuli 40% e do Vêneto 35%.

Somando os dados relativos à construção das vilas aos da produção do espaço agrário nos Núcleos Norte e Soturno, a situação não se altera, ou seja, predominam os italianos provenientes do Vêneto, do Friuli e do Trentino, com 98% das famílias¹⁸¹, frente aos 84,5% de italianos dessas regiões na sede¹⁸², urbana e rural. Apesar da presença de alguns comerciantes e artesãos, principalmente na vila de Silveira Martins, é evidente, a constituição de uma colônia essencialmente agrícola, promovida pelo Estado articulado ao capital no intuito da produção de alimentos e mercadorias para o mercado interno e concomitante transferência de trabalho não pago.

Se observarmos os dados pertinentes a toda Colônia Silveira Martins¹⁸³, como já apresentamos no capítulo 2, notamos o predomínio dos italianos (88,3%); desses, 90,9% eram provenientes do Vêneto (70%), do Friuli (14,4%) e do Trentino (6,5%), na maioria agricultores, jovens e analfabetos. Cabe destacar, ainda, a quantidade de famílias alemãs (3,6%) e brasileiras (7,7%) na colônia; em Soturno, estava o maior percentual de brasileiros proprietários, comprando lotes rurais nas linhas 13, 14 e 15, as últimas medidas e demarcadas, subordinados à expansão da colonização italiana¹⁸⁴.

Outro aspecto importante é que, segundo Carvalho (1886), em dezembro de 1885, o Núcleo Norte tinha 562 habitantes e o Soturno 1.280, logo, o restante da colônia que correspondia a Silveira Martins, Vale Vêneto e Arroio Grande tinha 3.476 moradores. Isso confere ao espaço colonial, a partir dos dados de Carvalho (1886), do Códice SA 214 e do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, uma média de 3,7 moradores por lote rural em 1885, o que ratifica os cálculos que fizemos com os dados apresentados por Sponchiado (1990 e 1996) e revela um número não elevado, suportável por cada unidade de produção agrícola familiar, pelo menos no que se refere à re-produção biológica familiar. O maior índice (4,2) de pessoas por lote rural é o da sede¹⁸⁵, mais antiga, o que demonstra a gestação de negações do processo de desenvolvimento em ritmo mais acelerado nas próprias conexões internas desse mesmo processo, que é, ao mesmo tempo, territorialização a partir das forças e relações produtivas que se manifestam nas próprias diferenciações territoriais e nas condições para o desenvolvimento.

¹⁸¹ No total, lotes urbanos e rurais, identificamos 157 famílias proprietárias no Núcleo Norte e 501 em Soturno.

¹⁸² Silveira Martins, Vale Vêneto e Arroio Grande.

¹⁸³ Arroio Grande, Silveira Martins, Vale Vêneto, Núcleo Norte e Núcleo Soturno, lotes urbanos e rurais.

¹⁸⁴ Os brasileiros, chamados de caboclos, eram mal vistos pelos imigrantes, que só mantinham com eles as relações necessárias à sobrevivência.

¹⁸⁵ Silveira Martins, Arroio Grande e Vale Vêneto.

Conforme Carvalho (1886), na Colônia Silveira Martins, o número de casamentos aumentou de 25 em 1883 para 41 em 1885 (64%); o número de batizados de 166 para 284 (71%) e o de óbitos de 33 para 45 (36%)¹⁸⁶. No total, foram 106 casamentos, 685 batizados e 132 óbitos entre agosto de 1882 e dezembro de 1885. O que chama a atenção é a quantidade de batizados (nascimentos) e o baixo número relativo de óbitos (19% dos nascidos no período), o que representa um bom crescimento vegetativo, pelo menos nesse período. Esse número de casamentos e batizados revela indícios de um dos fatores da fragmentação dos lotes de terra, pois parte dos casais ficava nos lotes rurais, geralmente, dos pais dos noivos/maridos.

No total, entre agosto de 1882 e dezembro de 1885, a população da Colônia Silveira Martins aumentou em torno de 96%¹⁸⁷. Neste último ano, cerca de 86,3% da população residia no espaço agrário da mesma (4.585 moradores)¹⁸⁸.

Na dinâmica econômica, em 1885, a situação praticamente não se alterou em relação a 1884, mas já identificamos atividades comerciais e artesanais no Núcleo Soturno, o último a ser construído. Evidentemente, a maior parte das atividades comerciais e artesanais estavam na sede da colônia, Silveira Martins e Vale Vêneto, concentradora das relações econômicas e políticas, mais antiga e dinâmica, o que revela, desde o início, o desenvolvimento desigual na Colônia Silveira Martins.

Tabela n. 3 - A Colônia Silveira Martins em 1885

População	Atividades artesanais	Atividades comerciais	Produção agrícola em sc ¹⁸⁹
5.318	31	26	67.868

Fonte: Carvalho (1886); *Cronologia e Documentos Veneráveis* do CPG. Elaboração do autor.

Na vila de Silveira Martins existiam em dezembro de 1885, conforme Carvalho (1886), 5 cervejarias¹⁹⁰, 2 padarias, 1 ferraria, 1 tanoaria¹⁹¹, 3 carpinteiros, 1 moinho a vapor e

¹⁸⁶ Para esse tipo de cálculo, usamos a seguinte fórmula: $IR = \frac{F - I}{I} \times 100$

IR= Índice Relativo

F= Final

I= Inicial

¹⁸⁷ Conforme dados das Relações de Imigrantes, entre 1886 e 1888, chegaram mais 1.312 italianos em Silveira Martins, o que resultou numa população aproximada de 6.630 habitantes na colônia no final de 1888, mais os nascidos nela: se nasceram 553 entre 1883 e 1885 (3anos) devem ter nascido em torno de 500 entre 1886 e 1888, o que dava uma população aproximada de 7.130 habitantes no final 1888 em toda a colônia. Esse total (7.130) representava cerca de 1,1% da população total do Rio Grande do Sul em 1888.

¹⁸⁸ Calculamos o número aproximado dos moradores das vilas: Núcleo Norte: 100 moradores; Vale Vêneto: 100; Arroio Grande: 70; Soturno: 180. Não consideramos a vila de Novo Treviso porque nesse ano iniciavam-se as medições. Isso, acrescentando os 283 habitantes da vila de Silveira Martins, dava uma população urbana aproximada de 733 pessoas em 1885, sendo 39% nesta última vila.

¹⁸⁹ Dados referentes à safra 1884-85 e expressos em sacas de 60 kg. Não constam do total o fumo e o vinho.

¹⁹⁰ De acordo com o depoimento do Padre Sponchiado, foram iniciativas dos que vieram do Friuli italiano.

4 olarias (17). E nas atividades comerciais, 12 estabelecimentos de *fazendas e molhados*, mais 1 hotel, 1 drogaria e 1 açougue. Portanto, na vila de Silveira Martins, a partir desses dados, entre agosto de 1882 e dezembro de 1885, o número de atividades artesanais aumentou 183%, passando de 6 para 17, e as comerciais, 400%, aumentando de apenas 3 para 15, provavelmente, em virtude das facilidades e da necessidade, na vila, de abertura de casas comerciais, menos dispendiosas e mais lucrativas que as produções artesanais. Também, porque as produções artesanais estavam distribuídas nas diferentes *linhas* da colônia enquanto as casas comerciais concentravam-se na vila da sede, característica da produção capitalista de cidades.

Com relação às atividades artesanais, no mesmo período, destacamos as cervejarias que tiveram um aumento de 150% na quantidade de unidades produtivas, as carpintarias com 200% e as olarias com 300% de aumento. Esse aumento no número das carpintarias e olarias ocorreu em virtude da demanda na construção de moradias, sobretudo na vila de Silveira Martins. Em 1885, aparece uma nova atividade nessa vila: uma tanoaria que, juntamente com as demais atividades artesanais e comerciais, daria cada vez mais complexidade à vida diária; na sede, surgiu também um hotel, uma farmácia e um açougue, inexistentes em 1882. Ou seja, aconteceu um incremento considerável no número de atividades comerciais e artesanais entre 1882 e 1885 na vila de Silveira Martins, passando, no total, de 9 atividades em 1882 para 32 em 1885.

Já em Arroio Grande, em 1885, havia em torno de 4 casas comerciais e 4 produções artesanais; em Vale Vêneto, aproximadamente 3 mercantis e 4 artesanais; no Núcleo Norte, 2 estabelecimentos comerciais e 3 artesanais e no Núcleo Soturno, 2 atividades mercantis (uma do Zavagna e outra do Pippi) e 3 artesanais. Em torno de 50% do total das atividades artesanais eram de transformação de produtos primários e as demais, produziam instrumentos de trabalho e outras mercadorias. Nessas produções, o trabalho era familiar e os instrumentos de trabalho eram rudimentares, trazidos da Itália ou re-produzidos no Brasil, como as serras manuais, os esquadros, martelos, bigornas, baldes de madeira, tornos, plainas, prensas, entre outros. Cada força produtiva era fruto das atividades e relações anteriores, do modo de vida e do modo de produção precedente, adaptada às condições locais.

Somando os estabelecimentos comerciais e artesanais de Silveira Martins e Vale Vêneto havia cerca de 18 atividades mercantis e 21 artesanais, ou seja, respectivamente, 69% e 68% do número total desses estabelecimentos do espaço colonial em 1885, onde, de fato, o aumento no número destas atividades foi significativo, especialmente na quantidade de

¹⁹¹ As tanoarias eram atividades que forneciam tonéis para os produtos líquidos e acondicionamentos para outros.

comerciais, que “ofereciam” aos moradores as mercadorias mais urgentes à sobrevivência familiar e às práticas produtivas, principalmente para a agrícola. Os comerciantes eram mediadores na realização mercantil que se dava *na e da* Colônia Silveira Martins.

Em 1885 ainda, conforme Carvalho (1886), existiam na vila de Silveira Martins, uma Igreja Católica em construção, um cemitério cercado, uma casa do Estado, de pedra e 87 casas *particulares* de tijolos; dessas últimas, só existiam 8 em 1882. O aumento na quantidade dessas casas foi de 987% em 3 anos e 4 meses, resultado do aumento dos moradores na sede, de 88 pessoas em 1882 para 283 em 1885 (221%) e de melhorias que os colonizadores conseguiam conquistar aos poucos, a partir do conhecimento para construção de casas com tijolos, da compra dos tijolos e demais materiais e de técnicas desenvolvidas por alguns para a fabricação dos tijolos nas olarias. Estas, significavam melhorias importantes nas habitações e por isso, eram sinais do desenvolvimento em Silveira Martins.

Em 1887, a vila de Silveira Martins tinha 131 casas de pedras e tijolos e um sobrado de madeira. Mas, mesmo em tempos desiguais, também se objetivavam mudanças significativas nas outras vilas: havia 29 casas de pedras e tijolos na vila de Vale Vêneto e 3 sobrados de madeira em 1887; 2 de pedras e tijolos e 3 de madeira na vila de Soturno; 1 de pedras e tijolos em Novo Treviso e uma de pedras e 3 de madeira na vila do Núcleo Norte, somando 164 casas de pedras e tijolos nas vilas em produção no território da Colônia Silveira Martins¹⁹².

Já nas atividades agrícolas, segundo Carvalho (1886), a produção estava assim distribuída no final de 1885: 45.263 sacas de milho; 7.680 de feijão; 6.992 de arroz; 5.870 de trigo; 840 de aveia; 455 de cevada e 768 de centeio, aumentando no total da produção apenas 5,4% entre as safras de 1882-83 e 1884-85, porque a produtividade e a área cultivada devem ter sido mantidas. Os Núcleos Norte e Soturno tinham sua apropriação recentemente iniciada, por isso o aumento na produção agrícola não era significativo naquele momento. Além disso, produziram-se 2.236 kg de fumo destinados à comercialização e 552 pipas de vinho¹⁹³. Como produtos de destaque continuavam o milho (66,7%), o feijão (11%), o arroz (10%) e o trigo (8,5%), porque estavam estreitamente ligados à sobrevivência familiar. Somente o vinho teve um aumento importante na fabricação: 21% entre 1883 e 1885.

Na prática agrícola, nos primeiros anos da territorialização na Colônia Silveira Martins, conforme Ancarani (1914), os italianos derrubavam a mata e depois a queimavam. As roçadas e as queimadas eram práticas aprendidas com os primitivos do lugar. Queimava-se

¹⁹² Códice SA 49, do Arquivo Histórico do RS.

¹⁹³ Tinham 480 litros cada.

a capoeira e juntamente com ela a camada superficial, mais fértil do solo. Era a chamada rotação de terras, em que o plantador deixava uma parte de suas terras “descansar” e onde crescia a capoeira. Depois da queimada, o cultivo era feito no meio dos tocos das árvores e das cinzas. Sucessivamente, deixava-se crescer a capoeira, derrubava-se, queimava-se e plantava-se, até 1950 e mesmo posteriormente. Aí faziam as *roças* para o cultivo.

Os principais instrumentos de trabalho eram a enxada, a foice e alguns poucos arados, facilitando, nas encostas, a erosão e a destruição do solo facilmente carregado pelas águas das chuvas. No primeiro ano plantavam, geralmente, apenas milho, feijão e arroz. Notamos, portanto, um aumento no número de variedades cultivadas até 1885, quando, além dos produtos referidos, cultivavam-se trigo, aveia, cevada, centeio, fumo e parreiras, em virtude da demanda do mercado local e em razão da subsistência familiar. Porém, as forças produtivas eram bastante simples, baseadas em instrumentos de trabalho trazidos da Itália ou re-produzidos na colônia, em madeira e ferro: machados, foicinhas, enxadas, mós afiadeiras, carros de mão, carroças, debulhadeiras de milho, moendas, arados dentre outros.

Em 1885, o excedente da produção agrícola da Colônia Silveira Martins era transportado até a cidade de Santa Maria em carroças e de lá a maior parte era comercializada na Campanha Gaúcha. Somente uma pequena parte das produções agrícola e artesanal chegava a Porto Alegre e ao Rio de Janeiro, em decorrência dos custos do transporte.

Ainda conforme os dados apresentados por Carvalho (1886), todos os produtos¹⁹⁴ de Silveira Martins tinham seus preços elevados aproximadamente, em média, 65% na revenda no Rio de Janeiro, em decorrência do lucro dos re-vendedores e do custo dos transportes da colônia até Santa Maria (de carroça), de lá até Porto Alegre de trem ou via fluvial (Rio Jacuí) e da capital do Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro, através de paquetes marítimos. O produto que teve maior aumento no preço final foi o milho, 213%; dos produtos relacionados, comercializados nas colônias italianas referidas¹⁹⁵, em 60% Silveira Martins teve seus preços maiores do que os das outras três colônias¹⁹⁶; em 20% eram iguais¹⁹⁷ e em 20% eram inferiores¹⁹⁸. E no que se refere ao preço final, no Rio de Janeiro, 40% dos produtos da Colônia Silveira Martins eram mais caros do que os das demais colônias italianas

¹⁹⁴ Os comercializados comuns às quatro colônias (Silveira Martins, Caxias, Dona Isabel e Conde d’Eu) eram 10.

¹⁹⁵ Fizemos um cálculo médio.

¹⁹⁶ Centeio, feijão, vinho, salame, presunto e manteiga.

¹⁹⁷ Trigo e ovos.

¹⁹⁸ Milho e galinhas.

citadas, exatamente aqueles perecíveis, devido a maior distância e porque deviam ter o custo de produção mais elevado¹⁹⁹.

De forma geral, esses dados ratificam os de Corte (1884) e nos revelam o custo de vida mais elevado na Colônia Silveira Martins; as dificuldades para comercializar os excedentes em outros lugares, apesar de ter 60% de seus produtos agrícolas e *animais*²⁰⁰ mais baratos no Rio de Janeiro do que os das demais colônias italianas; um pouco da importância dessas colônias agrícolas na produção de gêneros alimentícios para o mercado interno a partir da produção familiar, e, fortes sinais da apropriação de sobretrabalho, na circulação. Os preços dos produtos coloniais eram fixados pelos intermediários, de acordo com suas margens de lucro. Os produtores diretos, assim, estavam à mercê dos interesses dos negociantes e transportadores. Era no âmbito do mercado que os preços eram definidos, desfavorecendo os produtores imediatos.

Ainda segundo Carvalho (1886), apesar de ser menos extensa e populosa, a Colônia Silveira Martins acompanhava Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel no seu *progresso* (sic). Seu território apresentava estradas mal conservadas e praticamente intransitáveis, como a que ligava a vila de Silveira Martins à cidade de Santa Maria. Somente por volta de 1896 é que se interligou o Núcleo Soturno à cidade de Júlio de Castilhos.

Carvalho (1886) também indica a necessidade de aperfeiçoamento no fabrico da farinha e do vinho, além da renovação periódica das sementes de trigo e de novas variedades de vinhas para serem cultivadas (as variedades italiana e francesa). O vinho fabricado conservava-se por pouco tempo em decorrência da qualidade da uva utilizada, das imperfeições do fabrico, dos vasilhames feitos de angico, canela e cedro e dos longos trajetos por que eram transportados até o mercado consumidor. Assim, seu consumo ficava limitado ao próprio território da Colônia Silveira Martins ou a lugares circunvizinhos. Fato que demonstrava, já naquele período, preocupações em conservar ou aumentar a produção e a produtividade vinícola nas colônias, garantindo assim, segundo essa mesma fonte, *a continuidade do progresso das colônias italianas no Rio Grande do Sul*.

Ou seja, na década de 1880, o vinho das colônias italianas do Rio Grande do Sul era vendido no Rio de Janeiro. Provavelmente, o alto custo dos transportes deve ter prejudicado essa transação, mas não impediu sua realização. Lentamente, os colonizadores de Silveira Martins aumentaram a produção de excedentes para o mercado interno, apesar das dificuldades enfrentadas em suas vidas cotidianas.

¹⁹⁹ Salame, presunto, manteiga e vinho.

²⁰⁰ Trigo, centeio, feijão, milho, galinhas e ovos.

Em *Storia di Novo Treviso* (s/d), há referências a essa localidade, quanto à situação econômica que, em 1888, era *crítica*. As condições das “estradas” eram péssimas, além da grande distância de Novo Treviso dos *centros* de abastecimento²⁰¹, como as vilas de Silveira Martins e Vale Vêneto que concentravam as relações mercantis no território em questão. Também menciona-se os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas em 1888 e o predomínio, ainda, das trocas sem a mediação de dinheiro. Essa transação social poderíamos denominar de troca-troca da subordinação e exploração, o que explica, sucintamente, a situação de *penúria* e *miséria* em que viviam os italianos em Novo Treviso.

Por isso, Carvalho (1886) também sugere melhoramentos na *viação*, sobretudo nas estradas que ligavam a vila de Silveira Martins até Santa Maria e Vale Vêneto até Arroio do Só. Segundo Carvalho, essas duas estradas estavam *arruinadas* pelo abandono a que estavam submetidas, mas tinham um papel importantíssimo na comercialização da produção agrícola colonial. Eram vias de circulação e de comunicação simultaneamente e poderiam facilitar o escoamento do excedente produzido; também sugere desenvolver as atividades *industriais* nascentes, como os moinhos distribuídos tanto nas vilas como nas linhas, que eram excessivamente rudimentares. A farinha de trigo era de má qualidade, não tendo por isso bons preços no mercado. Além disso, Carvalho comenta que a criação de *moinhos centrais* em cada colônia italiana no Rio Grande do Sul poderia diminuir as importações de farinha de trigo feitas pelo Império. Outrossim, indica a construção de *fábricas* de vinho subvencionadas pelo Governo, e, alerta: “Sem o emprego imediato deste meio ou de qualquer outro, julgado preferível, em breve o grande número de colonos, que com tanta dedicação tem trabalhado os seus lotes, verá perdido o fructo de seus perseverantes esforços e se retirará das Colônias e também do paiz, o que será para a colonização do Império um verdadeiro desastre” (p.55); sugere ainda aumentar as produções agrícola e artesanal; expandir o ensino primário²⁰², com a construção de uma escola no Núcleo Norte e outra no Núcleo Soturno e garantir o culto religioso.

²⁰¹ Conforme essa mesma fonte, no inverno, nas proximidades dos rios Jacuí e Soturno os caminhos eram praticamente intransitáveis em razão dos lamaçais. Mal alimentados e geralmente molhados pelas chuvas abundantes, muitos adoeciam nos trajetos percorridos. Em geral, andavam a pé e carregavam os produtos agrícolas no lombo dos burros.

²⁰² Em 1885, na Colônia Silveira Martins, existiam apenas duas escolas *mistas* sustentadas pelo governo provincial e uma particular. O próprio governo não tinha interesse pelo ensino. De acordo com Manfroi (1975), no RS, no século XIX, não existia um *sistema escolar*. “Os diretores das colônias e os inspetores de colonização reclamavam, constantemente, do governo a abertura de escolas nas colônias, sem nunca serem ouvidos” (Manfroi, 1975, p.136).

Portanto, era preciso melhorar a qualidade do resultado da produção, as vias e meios de transporte e conservá-los²⁰³ para facilitar a circulação e a comercialização em mercados mais distantes, uma vez que os gastos com os transportes naquele período eram elevados, dificultando a circulação e a comunicação *da e na* colônia: “Será isto também causa poderosa para abandonarem os lotes (...)” (Carvalho, 1886, p.55). Essas indicações eram, para esse autor, as condições para o *progresso* da Colônia Silveira Martins e para a permanência de seus habitantes. E são, para nós, sinais de que apenas alguns produtores artesãos conseguiam mudanças na produção, mesmo assim não muito significativas; são indicadores, já no século XIX, de mudanças de que a produção desse lugar exigiria dos agentes econômicos e políticos.

O incremento nas atividades artesanais em Silveira Martins até o início do século XX, aconteceu em razão das necessidades cada vez maiores dos colonizadores em suas vidas diárias, seja nas atividades produtivas seja em outras situações, como na construção e melhoria de suas residências e na sua alimentação. As dificuldades nas vias e meios de transporte e o relativo isolamento da colônia contribuíram para esse incremento, pelo menos até por volta de 1910 em Silveira Martins e em torno de 1920, nos Núcleos Norte e Soturno e em Arroio Grande.

De forma geral, aumentou o número de atividades produtivas artesanais em Silveira Martins e no Rio Grande do Sul a partir de 1890. Para Roche (1969), a Revolução Federalista de 1893 e as duas guerras mundiais contribuíram, pelo menos temporariamente, para a *prosperidade* das atividades artesanais nesse estado. O “distanciamento” do Rio Grande do Sul de outros lugares do Brasil favoreceu o aumento no número de atividades artesanais nas colônias agrícolas, onde os agentes sociais tinham que produzir uma parcela do que necessitavam para efetivar suas atividades diárias, desde as produtivas até as tidas como sociais, que também são produtivas, de momentos alegres ou não.

Por isso, as produções artesanais estavam ligadas ao desenvolvimento local, fornecendo instrumentos de trabalho, prestação de serviços e transformando alguns produtos agrícolas. As “*fábricas*” e oficinas aumentaram em Silveira Martins em quantidade e diversidade em decorrência da precariedade nas vias e meios de circulação e comunicação, do relativo isolamento, das necessidades cotidianas e da expansão territorial da colonização, pois, até por volta de 1889, quase todos os lotes rurais da Colônia Silveira Martins já estavam

²⁰³ Como o Governo Provincial havia abandonado a conservação das estradas, Carvalho sugere a criação de pedágios. Como se vê, esta indicação não é tão recente!

apropriados, à exceção daqueles mais declivosos e portanto impraticáveis para a prática agrícola.

Concomitantemente, as atividades artesanais eram prejudicadas por essa mesma precariedade dos transportes e comunicações, que dificultavam ou impediam, pelo menos até a década de 1930, a circulação das matérias-primas e do resultado da produção, que já era condicionada pela incipiente demanda local.

Mesmo assim, no distrito de Silveira Martins, em 1899, existiam 69 atividades artesanais²⁰⁴ e 36 casas comerciais, o que significa um aumento em torno de 300% no número de produções artesanais e de cerca de 140% no de comerciais desde 1885²⁰⁵. São produções como a marcenaria de Albino Zanchi, a alfaiataria de Giovanni De Gregori, a “*fábrica*” de objetos de vime de Cipriano Dal Rosso, a “*fábrica*” de cervejas de Benjamin Dellaméa, a ferraria de Augusto Socal, a carpintaria de Caetano Lorenzoni e estabelecimentos mercantis como a casa de José Aita, a de Próspero Pippi, a de Antônio Londero, a de Ângelo Cattani, de Domenico Zamberlan, de Antônio Dreon entre outras.

As artesanais, eram todas pequeníssimas produções, com força de trabalho familiar e totalmente manuais, ligadas à alimentação, à prática agrícola, à construção de moradias e ao vestuário, que resultavam das necessidades locais mais imediatas para a sobrevivência e revelavam mudanças no território da Colônia Silveira Martins, sem inovações técnicas e tecnológicas, em que predominava a diversidade e não a qualidade, mas significavam melhorias nas condições gerais de vida, a partir da própria “oferta” mais diversificada de gêneros. É por isso (necessidades locais) que o aumento na quantidade de atividades artesanais foi maior do que o verificado nos estabelecimentos comerciais, no mesmo período e lugar. Se, num primeiro momento, até 1885, deu-se uma expansão das casas comerciais, sobretudo na vila de Silveira Martins, em seguida, houve uma expansão, pelo menos quantitativa, nas atividades artesanais nesse distrito.

Em Arroio Grande, em 1899, existiam 9 produções artesanais²⁰⁶ e 10 casas comerciais, dentre as quais, a sapataria de Bortolo Bianchini, o engenho de Pietro Vedolin, a selaria de Fausto Cauduro e comerciantes como Isidoro e Raimundo Cauduro e Angelo

²⁰⁴ Eram 3 ferrarias, 8 moinhos, 2 marcenarias, 3 oficinas, 2 alfaiatarias, 31 “*fábricas*” de aguardente, 5 sapatarias, 2 “*fábricas*” de cervejas, 4 olarias, 1 “*fábrica*” de louças, 2 “*fábricas*” de objetos de vime, 1 curtume, 4 carpintarias e 1 selaria.

²⁰⁵ Livro 13 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: *Lançamento das casas comerciais, fábricas, oficinas e indústrias consideradas permanentes no exercício de 1899*. Mesmo que os dados de 1885 se restrinjam à vila de S. Martins, acreditamos que isso não invalida nosso raciocínio, porque naquele ano deviam existir poucas atividades artesanais e comerciais dispersas nas linhas próximas àquela vila.

²⁰⁶ Eram 3 engenhos de aguardente, 1 “*fábrica*” de cervejas, 1 curtume, 1 moinho e descascador, 1 ferraria, 1 selaria e 1 sapataria.

Bona²⁰⁷. Nesse distrito, também houve, entre 1885 e 1899, um aumento em suas atividades econômicas, ou seja, cerca de 125% no número de estabelecimentos artesanais e em torno de 150% no de comerciais. Em torno de 30% dos estabelecimentos comerciais de Arroio Grande e Silveira Martins aparecem nos livros mencionados como *botequins*, e destacam-se, já em 1899 um restaurante, um hotel e um açougue na vila de Silveira Martins e outro açougue na vila de Arroio Grande. Esses açougues estavam nas vilas, porque nas linhas, os próprios agricultores e artesãos criavam e abatiam os bovinos e suínos de que precisavam, enquanto nas vilas a divisão social do trabalho era mais complexa.

No total desses estabelecimentos comerciais e artesanais, em Silveira Martins e Arroio Grande, havia 124 unidades em 1899, o que correspondia a 9% do total dessas atividades (1.338) contribuintes no município de Santa Maria nesse ano. Dessas 124 atividades, 85% estavam em Silveira Martins, vila e linhas, mais extensa territorialmente, o que nos mostra concomitantemente, uma permanência na concentração dos agentes econômicos e na centralidade exercida por estes agentes da vila de Silveira Martins no território da Colônia Silveira Martins. No total das atividades artesanais, entre 1885 e 1899, em Arroio Grande e Silveira Martins, aconteceu um aumento em torno de 270% e no total das comerciais, no mesmo intervalo de tempo e lugar, notamos um aumento de 140%.

No entanto, simultaneamente, nas conexões internas deste processo de expansão, em ritmo desigual, manifestava-se a objetivação de suas contradições. Em 1889, uma das atividades comerciais que nos chamou a atenção foi a de Giuseppe Forgiarini, na vila de Novo Treviso, em virtude de sua efemeridade, ou seja, sobreviveu apenas 4 anos, fruto do baixo poder aquisitivo dos imigrantes, da precariedades das “estradas” e da falta de capital para investimentos, pois sua *venda* era *pessimamente sortida*, como se menciona na *Storia di Novo Treviso* (s/d).

Também alguns pequenos comerciantes da Colônia Silveira Martins, de acordo com Beber (1998), migraram para a cidade de Santa Maria já no final do século XIX. Desse modo, as condições locais desfavoráveis já influenciavam no ritmo de desenvolvimento econômico no território da Colônia Silveira Martins. Eram os gérmenes, as negações de um ritmo mais acelerado.

Observando as correspondências entre os subintendentes de Silveira Martins e os intendentes municipais de Santa Maria entre 1897 e 1899, notamos que migrou o dono de uma ferraria de Silveira Martins para Cruz Alta; Luís Aita criou um restaurante em Santa Maria; 3 “*fábricas*” de aguardente deixaram de produzir; Pedro Brondani fechou sua casa de

²⁰⁷ Livro 13 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, já citado.

negócios e faleceu Caetano Cervi, sapateiro, cuja atividade não foi continuada por seus descendentes a partir de 1898. Em Novo Treviso, a casa comercial Segabinazzi durou poucos anos em virtude das condições precárias para comercializar.

Outro indicador do que estamos apontando é que, em 1888, na Colônia Silveira Martins, a média²⁰⁸ de pessoas por lote rural era 4,5, já um pouco maior do que em 1885 (3,7), em decorrência do fluxo imigratório e do crescimento vegetativo. Ou seja, lentamente conjugam-se os fatores que condicionaram e determinaram o ritmo lento de desenvolvimento econômico artesanal na Colônia Silveira Martins, uma vez que alguns comerciantes conseguiram uma boa dinâmica econômica.

Na década de 1890, apesar da diversificação nas atividades artesanais, conforme *Storia di Novo Treviso*, as dificuldades na vida cotidiana eram imensas: epidemias, chuvas, estradas ruins, baixos preços dos produtos agrícolas e falta de recursos financeiros. Alguns poucos agricultores tinham casas com “banheiro” e cozinha; tamanha era a pobreza dos produtores agrícolas, que uma das primeiras juntas de bois da Colônia Silveira Martins foi comprada em 1895, em Novo Treviso, para auxiliar nos serviços da lavoura! São as contradições sociais no território da Colônia Silveira Martins, onde os tempos são lentos e mais rápidos e se efetivam de acordo com as condições de cada unidade produtiva e momento histórico.

Nem tudo, portanto, foi expressão de crescimento e desenvolvimento. Articuladas às questões econômicas, houve as políticas, concomitantemente. Desde sua extinção do regime de *colônia imperial* em 1882, parte do território da Colônia Silveira Martins passou a pertencer ao município de Santa Maria²⁰⁹ e parte a Cachoeira do Sul²¹⁰. Assim, em agosto de 1882, aconteceu uma bipartição políticoadministrativa e em 1883 uma tripartição: Santa Maria, Cachoeira do Sul e São Martinho²¹¹. A partir de 1891, Júlio de Castilhos²¹² apenas substituiu o Município de São Martinho: a tripartição política continuou, o que contrapõe as

²⁰⁸ Calculada pela média aritmética: estimativa da população em 1888 (7.130), subtraindo os moradores aproximados das vilas (800) e dividindo pelos 1.390 lotes rurais ocupados na Colônia Silveira Martins até o momento.

²⁰⁹ *Freguesia* “elevada” a Município em 16/12/1857. Passaram a pertencer a esse município Silveira Martins e Arroio Grande.

²¹⁰ Município criado em 26/04/1819, a que passou a pertencer Vale Vêneto.

²¹¹ Município criado em 9/5/1876, abrangendo parte do território de Santa Maria e os Núcleos Norte e Soturno. Foi extinto em 27/7/1901.

²¹² Júlio de Castilhos foi *povoado* inicialmente por sesmeiros descendentes de portugueses provenientes de São Paulo, conforme Costa (1991), entre 1802 e 1818. Soturno pertenceu ao quinto distrito de Júlio de Castilhos e o Núcleo Norte ao quarto.

defesas de Santin (1986)²¹³ e Sponchiado em suas *Crônicas da Colonização* da tripartição em 1886 defendendo a instalação de Distritos Militares; de Ancarani (1914)²¹⁴ e Manfroi (1975) para o ano de 1888 e de Lorenzoni (1975)²¹⁵ que apresenta o ano de 1893.

Dessa forma, esses três Poderes influenciaram nos rumos da vida dos indivíduos e na produção do território na Colônia Silveira Martins já a partir de 1883, o que se fortaleceu a partir de 1891, quando se criou o município de Júlio de Castilhos em homenagem ao líder estadista e republicano de mesmo nome²¹⁶ e quando iniciou-se a República.

Com o advento da República e a partir da regularização do serviço de introdução e localização de imigrantes no Brasil e da nova legislação, aconteceu o segundo momento da colonização provincial, até 1914. O Estado então se voltou para a apropriação e concomitante re-territorialização no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul e extinguiu a comissão de medição de lotes de Silveira Martins porque, em 1889, já não existiam mais terras “*devolutas*” nessa colônia e seu território pertencia aos Municípios já referidos.

Foi aí que se concretizou a tripartição ou fragmentação politicoadministrativa do território da Colônia Silveira Martins, sobretudo, por motivos externos. Sponchiado, em depoimento às entrevistas, destaca as lutas entre republicanos e liberais no nível estadual, ou, mais precisamente, entre Júlio Prates de Castilho e Gaspar de Silveira Martins. Para ele, Júlio de Castilho era republicano, positivista e era *inimigo* de Silveira Martins e a Colônia Silveira Martins tinha justamente o nome do líder liberalista. Por isso, a criação do município de Júlio de Castilhos envolvendo parte da colônia, mais especificamente, o que cabia até então à jurisdição de São Martinho. Ou seja, o período em que os Núcleos Norte e Soturno estiveram sob a administração de São Martinho (1883-1891) foi muito curto e se considerarmos a fragilidade dessa administração que o leva à extinção em 1901, podemos

²¹³ “Realmente o território da Ex-Colônia Silveira Martins foi dividido e anexado a três jurisdições municipais distintas, através de um decreto promulgado pelo governo imperial no ano de 1886.” (Santin, 1986, p.54).

²¹⁴ Para Ancarani (1914), a Colônia Silveira Martins foi *separada* em 1888, quando Vale Vêneto, Ribeirão, Dona Francisca e parte de Vale Veronese passaram a pertencer ao Município de Cachoeira do Sul e Soturno e Novo Treviso ao Município de Júlio de Castilhos. Porém, Júlio de Castilhos foi criado em 1891!

²¹⁵ A partir da tripartição da Colônia Silveira Martins, segundo Lorenzoni (1975), as localidades de Arroio Grande, Val de Serra, Val Feltrina, Val Veronese e a sede - Silveira Martins -, foram anexadas ao território do Município de Santa Maria; o Núcleo Norte e o Núcleo Soturno foram anexados à jurisdição do Município de Júlio de Castilhos; enquanto as localidades de Vale Vêneto, Ribeirão e Novo Treviso foram anexadas ao território do Município de Cachoeira do Sul. Parece-nos que Lorenzoni, em suas memórias, esqueceu que os Núcleos Norte e Soturno pertenceram a São Martinho.

²¹⁶ Segundo Costa (1991), Júlio Prates de Castilho, na certeza de que seria escolhido como primeiro Presidente republicano do Estado do Rio Grande do Sul, teria influenciado o Vice-Governador em exercício, seu amigo, pedindo a emancipação política de sua terra natal. Assim, a 14.07.1891, no mesmo dia em que foi promulgada a primeira Constituição do RS, foi criado o município de Villa Rica, hoje município de Júlio de Castilhos.

inferir aos agentes políticos do município de Júlio de Castilhos a influência maior, pelo abandono, no ritmo de desenvolvimento nos Núcleos Norte e Soturno.

Articulado a isso, na última década do século XIX a Colônia Silveira Martins teve suas tentativas emancipatórias frustradas²¹⁷. Conforme Ancarani (1914), a primeira tentativa deu-se em 20 de outubro de 1898. Entre os motivos das frustrações, Lorenzoni (1975) e Santin (1986) destacam a falta de lideranças locais competentes e Sponchiado, em entrevista, os empecilhos impostos pelos poderes dos Municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul, corroborado por Santin (1990). Outras tentativas sem sucesso aconteceram em 1899 e 1900, o que demonstrou não faltarem lideranças em Silveira Martins, como afirmam Santin (1986) e Lorenzoni (1975). As determinações principais foram extra-locais, vinculadas aos interesses dos governos de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul, favorecidos pelas produções agrícola e artesanal e pela circulação de mercadorias na Colônia Silveira Martins através do pagamento de diversos impostos e também foram locais, mas vinculadas aos interesses econômicos dos comerciantes, que dificultavam a emancipação política por receio de terem outros concorrentes no território da Colônia Silveira Martins e porque eram a classe dominante nesse lugar. Com isso, o espaço colonial ficou praticamente abandonado pelos administradores dos Municípios a que pertencia.

Num documento encontrado no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, notamos que, nas estradas de Vale Vêneto, após 1882, podia-se apenas andar a cavalo. Tamanho era o abandono da administração de Cachoeira do Sul, que os comerciantes tinham que contratar algumas pessoas para melhorar a qualidade dos caminhos. Nesse mesmo registro, o escritor reclama da miséria dos moradores e dos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas; noutro documento do escrivão de Silveira Martins, de outubro de 1899, encontramos a seguinte declaração que bem demonstra o abandono: “Atualmente desmembrada (a colônia)²¹⁸ é contornada por quatro municípios que só cuidam de desfrutá-la e aniquilá-la, estando suas estradas quase intransitáveis (...)” (s/p).

Com a proclamação da República Federativa do Brasil, no Rio Grande do Sul, concretizou-se a substituição da *Aliança gasparista* pela *Aliança castilhista*. Segundo Pesavento (1985), após a crise no governo estadual de 1891, com a reintegração de Júlio

²¹⁷ Em junho de 1890, a Colônia Caxias foi emancipada politicamente. Em 1890 ainda, porém no mês de outubro, a Colônia Dona Isabel conseguiu sua emancipação política. A Colônia Conde d'Eu só veio a emancipar-se politicamente em outubro de 1900. Já o primeiro dos fragmentos da Colônia Silveira Martins que conseguiu emancipar-se politicamente foi o Núcleo Soturno, a 29.07.1960, atualmente denominado de Nova Palma; depois foi a vez da sede da colônia - Silveira Martins -, a 11.12.1987, quase um século depois da emancipação política de Caxias do Sul e por fim, emancipou-se o Núcleo Norte a 09.05.1988, atual município de Ivorá.

²¹⁸ Esclarecimento nosso.

Prates de Castilho ao poder, este buscou incrementar o processo de adesão dos colonos italianos à prática política vigente. Para tal, construíram a estrada de ferro ligando Porto Alegre a Caxias do Sul e fizeram estudos para melhorar a navegação do Rio Caí, ambas, vias de escoamento da produção italiana das colônias de Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel.

Simultaneamente a esses fatos, nenhum projeto estadual ou de construção envolveu o espaço da Colônia Silveira Martins. Em se tratando de ferrovias, o distrito de Silveira Martins chegou a ter uma concessão através da Lei n. 1.832 da Prefeitura Municipal de Santa Maria, de 28/6/1889, para Timotheo Feijó e Cláudio Badé para construção de um ramal da linha Porto Alegre-Uruguaiana passando por Silveira Martins até Cruz Alta, o que não se concretizou. Segundo Saquet (1996), naquele momento histórico, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul era Gaspar de Silveira Martins, exilado no Uruguai depois da proclamação da República. “Este pode ter sido um forte motivo para a não realização da ferrovia passando pela sede da colônia, pois com a República, quem assume a Presidência do estado *gaúcho* é Júlio de Castilhos, adversário político de Gaspar de Silveira Martins (...).” (Saquet, 1996, p.53).

Assim, os agentes sociais e moradores da Colônia Silveira Martins se *diluía*m frente às forças externas que determinavam a re-produção de seu território. Segundo Sponchiado em entrevista, com a tripartição, cada *núcleo* passou a viver por si, dependendo dos governantes dos municípios a que pertenciam, o que também dificultou a união das lideranças, as lutas e reivindicações daqueles produtores praticamente abandonados na mataria.

Retornando à questão *mais* econômica, em 1906²¹⁹, de acordo com o Relatório da Subintendência do Núcleo Norte, o principal produto comercializado pelos produtores agrícolas era o fumo que, através do porto fluvial de Dona Francisca, era transportado até Porto Alegre. Conforme os dados do IBGE (1986), em 1907, o Rio Grande do Sul figurava entre os estados brasileiros *exportadores* de milho, banha e vinho para o mercado interno, o que conferia aos espaços de colonização uma evolução econômica frente a relativa *decadência* da Campanha Gaúcha. Essa mesma fonte, ao mencionar a produtividade no cultivo de videiras nos principais municípios do Rio Grande do Sul, não cita Santa Maria, nem Cachoeira do Sul e nem Júlio de Castilhos, porque a produção vinícola em Silveira Martins não era significativa.

²¹⁹ Com a proclamação da República não acabou somente a interferência dos governos estadual ou federal na Colônia Silveira Martins. Terminaram também as vistorias e os relatórios sobre a mesma. Por isso, na virada do século XIX, encontramos um hiato em relação aos dados integrais dessa colônia.

Porém, ao apresentar a *composição química* de alguns vinhos nacionais, essa mesma fonte menciona a Colônia Silveira Martins, onde se produziam videiras da *casta americana*, mostrando que o vinho dessa colônia também era comercializado em outros lugares do Brasil, pelo menos até 1906, mesmo que em pequena quantidade e apesar da baixa produtividade. Deviam destacar-se pouquíssimos produtores de vinho, mas aquela economia de subsistência inicialmente precária constituída pelos agentes colonizadores, lentamente conseguiu gerar excedentes comercializados em forma de mercadorias no mercado interno, corroborando as demonstrações de Corte (1884) e Carvalho (1886) e nossa argumentação sobre a importância da dimensão econômica na constituição da Colônia Silveira Martins, que participou, através da circulação do resultado da produção de seus agentes sociais, do movimento geral de re-produção do MCP.

Em 1915, apesar das migrações que já ocorriam, a quantidade de atividades econômicas mantinha-se aumentando no complexo territorial da Colônia Silveira Martins. As 50 atividades artesanais do distrito de Silveira Martins estavam assim distribuídas: 3 “*manufaturas*” de fumo; 2 sapatarias; 1 “*fábrica*” de foguetes de Domênico Costa, 5 “*fábricas*” de salames; 1 produção artesanal de cervejas; 11 moinhos; 5 ferrarias; 1 “*fábrica*” de objetos de vime; 1 padaria; 3 olarias; 5 carpintarias; 2 marcenarias e serrarias; 1 funilaria de José Dal Forno; 3 alfaiatarias; 3 “*fábricas*” de aguardente; 1 de chapéus de palha²²⁰ e 2 selarias, entre as quais, a sapataria Bisognin, a produção de salames da família Chiocari, a carpintaria de Pedro Bianchi, a alfaiataria de Domenico Bevilacqua e a ferraria Pazzi, além de 2 moinhos em Val Veronês, 7 produções em Ribeirão²²¹ e 10 em Vale Vêneto²²², somando 69 atividades artesanais na sede da Colônia Silveira Martins nesse momento, cujos proprietários pagavam impostos municipais para produzir e comercializar.

Nas 33 casas de negócios do distrito de Silveira Martins incluíam-se 2 hotéis, 2 restaurantes, 1 açougue, 1 relojoaria, 2 farmácias e comerciantes como Artemio Cervi, consolidando-se como um dos principais da *região*, Pedro Londero, Domingos Trevisan, Pedro Basso, a casa Zago, a comercial de Antônio Piccoli, Antônio Londero, Antônio Frassetto entre outros, além de 2 estabelecimentos comerciais em Val Veronês, 14

²²⁰ Para a fabricação, colhiam a palha ao amadurecer do trigo, porque não era muito grossa. Cortavam-na e formavam pequenos maços para secar. Com as palhas melhores faziam chapéus de melhor qualidade e mais caros, e com as piores, produziam chapéus mais rústicos e mais baratos. O processo produtivo era extremamente simples e rudimentar, pois a confecção era toda manual, usando-se além da palha, apenas agulhas e linhas. A força de trabalho era familiar.

²²¹ Um curtume, 1 moinho, 1 funilaria, 2 “*fábricas*” de aguardente, 1 ferraria e 1 sapataria. Estes dados de Ribeirão e de Vale Vêneto são do ano de 1916.

²²² Duas produções de aguardente, 2 moinhos, 2 descascadores de arroz, 1 “*fábrica*” de cerveja, 1 ferraria, 1 marcenaria e 1 selaria.

contribuintes em Vale Vêneto onde encontravam-se negociantes como Atilio Iop, Antonio Grigoletto, Carlos Dotto, Paolo Bortoluzzi e Alessandro Rorato e 10 em Ribeirão, o que dava um total de 59 atividades mercantis nessas localidades naquele momento. Além disso, segundo Ancarani (1914), Silveira Martins tinha 155 carroças de 4 rodas e 33 carroças de 2 rodas, um colégio de freiras, uma Igreja, duas escolas públicas e duas particulares, um centro telefônico²²³ e uma agência do correio.

Tabela n. 4 - A Colônia Silveira Martins em 1915²²⁴

População	Atividades artesanais	Atividades comerciais
10.990 ²²⁵	113	102

Fonte: *Documentos Veneráveis e Cronologia* do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma; Livro 49 do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: *Lançamento das casas comerciais, fábricas, oficinas e indústrias consideradas permanentes no exercício de 1915*; Marcuzzo (1982); Ancarani (1914); Serviço de Referência e Difusão do Arquivo Histórico do município de Cachoeira do Sul – *Lançamento dos impostos entre 1915 e 1917*. Construção do autor.

Arroio Grande, por sua vez, tinha, em 1915, 5 ferrarias, 3 carpintarias, 1 selaria, 2 moinhos, 1 olaria, 2 descascadores de arroz, 1 sapataria Fuganti, 1 “fábrica” de salames, 2 curtumes, 1 de aguardente, 3 oficinas, 1 alfaiataria e 1 produção de objetos de vime, somando 24 unidades produtivas, entre as quais a ferraria de Luís Aita, o descascador de arroz Tonetto, o curtume Dal Fabro, o moinho Bilibio e o engenho de arroz Favarini, além de 30 casas comerciais em todo distrito²²⁶, entre elas uma de Raimundo Cauduro, outra de Oreste T. Culau, outra de Maximiliano Noal, Eugenio Pozzobon, Antonio Bona, José Aita, Isidoro Cauduro, Augusto Budel etc.

Conforme Ancarani (1914), Arroio Grande tinha ainda 3 *aulas* públicas e duas Igrejas, quase 200 *carretas* de 4 rodas, mais de 50 aranhas²²⁷, quase 300 arados, 3 trilhadeiras e várias máquinas para prensar a alfaça, que revelavam as forças produtivas na prática agrícola em Arroio Grande mais desenvolvidas que nos Núcleos Norte e Soturno e do que nos primeiros anos da colonização: os arados e as trilhadeiras, lentamente, são

²²³ No Brasil, em 1854 ocorreu a primeira ligação telegráfica, no Rio de Janeiro; em 1922 inaugurou-se a primeira central telefônica automática com tecnologia eletromecânica, em Porto Alegre, o que vai configurando redes de circulação e comunicação no país, junto com as ferrovias, as rodovias e o telégrafo.

²²⁴ O número total de atividades artesanais e comerciais está incompleto, porque não temos os dados do Núcleo Norte e porque os de Soturno estão incompletos.

²²⁵ Cálculo aproximado a partir do número de famílias citadas por Ancarani (1914) multiplicado pelo número médio de membros por família (7). Diminuindo a população aproximada das vilas (1.500 pessoas) temos 9.490 moradores nos lotes rurais da colônia que, divididos pelos 1.537 lotes ocupados, dá uma média aproximada de 6,2 pessoas por lote rural em 1914.

²²⁶ Em 1915, o distrito de Arroio Grande era formado por Arroio do Meio, Fachinal, Val de Serra, Vacacaí-Mirim, Três Barras e Val Feltrina, mas as referidas casas comerciais tinham como proprietários indivíduos com sobrenomes italianos.

²²⁷ Pequenas carruagens de duas rodas puxadas a cavalo para o transporte de pessoas.

usados na produção agrícola. E as aranhas, eram a novidade nos meios de transporte na Colônia Silveira Martins.

No Núcleo Soturno²²⁸, havia 13 comerciantes, como o Rubin, o Descovi, o Facco, o Busanello e Luiz Zago em Novo Treviso; e, 20 unidades produtivas artesanais: 7 moinhos, 6 alambiques, 2 selarias, a marcenaria Prendin, as ferrarias Busato, Pesamosca e Cargnin e 1 “*fábrica*” de presuntos na Linha Sete. Nessa localidade, provavelmente como na sede, após a instalação de casas comerciais, deu-se um aumento na quantidade de produções artesanais, e, ao mesmo tempo, um constante aumento no número de negociantes até por volta de 1919. Os moinhos, importantíssimos na alimentação familiar, tinham uma localização dispersa, em número razoável nas linhas e menos nas vilas, principalmente, em virtude das quedas d’água necessárias a sua instalação, re-produzidos com os conhecimentos e técnicas trazidos da Itália. No total de unidades produtivas artesanais identificadas em 1915, as atividades de transformação de produtos primários permaneceram desde 1885 com uma participação aproximada de 50%.

De modo geral, diminuíram as atividades artesanais no distrito de Silveira Martins, em quantidade, 28%, e as comerciais, 8%, e aumentaram em Arroio Grande tanto as comerciais (200%) como as artesanais (166%), entre 1899 e 1915, em razão da expansão territorial da colonização neste último. Isso significa que em Silveira Martins, em 1915, os produtores artesanais já sentiam os sintomas da concorrência e da precariedade do processo produtivo, enquanto os comerciantes permaneciam dinâmicos. Produto da expansão territorial, dos 137 estabelecimentos artesanais e comerciais nos distritos de Arroio Grande e Silveira Martins, em 1915, apenas 60% estavam nesse último, diminuindo dos 85% de 1899. Em 1915, a distribuição das casas comerciais estava equiparada: 33 em Silveira Martins e 30 em Arroio Grande, enquanto em 1899 apenas 22% desses estabelecimentos estavam em Arroio Grande. Em 1916, também fruto da expansão econômica e territorial, existiam 14 estabelecimentos mercantis em Vale Vêneto e 10 em Ribeirão, dos quais, 4 açougues e 10 *vendas de vinho*²²⁹. Entre 1899 e 1915, aumenta em torno de 10% o número de atividades artesanais e comerciais nos distritos de Arroio Grande e Silveira Martins, passando de 124 estabelecimentos, no total, em 1899, para 137 em 1915. Somadas as produções artesanais desses distritos, no mesmo período, notamos uma diminuição de 5% e no número de estabelecimentos comerciais, verificamos um aumento de 37%.

²²⁸ Dados incompletos para esta localidade e para Novo Treviso.

²²⁹ Certamente existiam produções de vinho nestas localidades, mas os donos não aparecem como *contribuintes*.

Os distritos de Silveira Martins e Arroio Grande, em 1915, possuíam 12% (137 atividades) do total (1.131) dos *contribuintes* com atividades comerciais e artesanais do município de Santa Maria, índice que aumenta 3% em relação a 1899, quando a participação desses distritos era de 9% no total municipal dessas atividades, o que nos revela indícios de uma maior importância do território em questão, entre 1899 e 1915, na economia do município de Santa Maria. Entre 1899 e 1915, o valor total pago pelos *contribuintes* artesãos e comerciantes de Arroio Grande e Silveira Martins à intendência de Santa Maria aumentou em torno de 86%. Acreditamos que o número de hotéis na vila de Silveira Martins, aumentando de 1, em 1899, para 2, em 1915, e os 2 restaurantes agora registrados, também nos indicam mudanças na dinâmica econômica na Colônia Silveira Martins, assim como os dados do período entre 1899 e 1908.

Entre 1899 e 1908²³⁰, somando as atividades de Arroio Grande e Silveira Martins, notamos um aumento, um salto quantitativo de 192% nas produções artesanais cujos proprietários eram *contribuintes*, quando passam de 78 atividades para 228. Nas unidades comerciais, o aumento foi de 17%, passando de 46 estabelecimentos para 54 no mesmo período e lugar. O destaque, nas comerciais, é para o número de restaurantes, que aumentou de 1 em 1899 para 6 em 1908 e para os açougues, que passaram de 2 para 5.

Nas artesanais, em 1908, se manifestaram novas atividades, como a produção artesanal de charutos, as bombilharias, a “*fábrica*” de vassouras e os descascadores de arroz²³¹ representando indícios da complexidade social cada vez mais intensa no território da Colônia Silveira Martins, sobretudo nas cidades em processo de produção, e por que não dizer, sinais do desenvolvimento econômico e territorial. Aumentou significativamente, entre 1899 e 1915 (150%), em Arroio Grande e Silveira Martins, o número de ferrarias, de 4 para 10 em virtude do uso cada vez maior de carroças e *carretas*: “(...) Depois dos instrumentos agrícolas, as ferrarias foram crescendo, desde que começaram a abrir estradas, passaram dos instrumentos agrícolas para as carroças, fazendo rodas, eixos de ferro, arcos de pipas para os produtores de vinho (...)” (Sponchiado em entrevista).

²³⁰ Conforme o Livro 30 do Arquivo Histórico Municipal de Santa, o quarto distrito de Santa Maria (Silveira Martins e Arroio Grande juntos, vilas e linhas) tinha 228 atividades artesanais e 54 casas de negócios, entre as quais 2 hotéis, 6 restaurantes, 5 açougues e 5 canchas de jogos de bochas. As artesanais eram as seguintes: 35 “*fábricas*” de aguardente, 12 moinhos, 7 ferrarias, 5 alfaiatarias, 7 carpintarias, 9 sapatarias, 12 “*fábricas*” de charutos, 2 bombilharias, 1 curtume, 1 “*fábrica*” de louças de barro, 1 produção de objetos de vime, 2 selarias, 1 olaria, 1 de cervejas, 1 “*fábrica*” de vassouras, 3 descascadores de arroz e 128 “*fábricas*” de vinho.

²³¹ Nos primeiros anos, descascavam o arroz no pilão, movido a água ou manualmente.

Observando esses processos sob um outro foco, ou seja, a partir do valor de imposto municipal pago anualmente²³², verificamos que, em média, entre Arroio Grande e Silveira Martins, o aumento ocorrido entre 1899 e 1908 no número de produtores artesãos *contribuintes* acontece no estrato mínimo²³³, entre 10 e 15.000 réis de *contribuição*.

De 1908 para 1915 aumenta a quantidade de *contribuintes* nos estratos intermediário e máximo. Em 1899, o maior número dos maiores *contribuintes* artesãos estava em Arroio Grande e, em 1915, a concentração estava equiparada em Arroio Grande e Silveira Martins. Somando os *contribuintes* dos estratos mínimo e intermediário, em 1899, temos 83% dos artesãos de Silveira Martins e 76% dos de Arroio Grande. Ou seja, eram, na maioria, pequenos produtores artesãos. Essa situação praticamente não se altera em 1908 e nem em 1915, quando 77% estavam nesses mesmos estratos em Silveira Martins e 76% em Arroio Grande.

Mais um indicador da produção artesanal em pequena escala na Colônia Silveira Martins em 1915, apesar das mudanças que acontecem, verificamos comparando os dados de Silveira Martins e Arroio Grande com os da cidade de Santa Maria, que tinha, nos estratos de maior *contribuição*, 54% dos artesãos (“*industriais*”), diante dos 23,5% da média entre os dois distritos referidos.

Na dinâmica econômica mercantil, em Arroio Grande e Silveira Martins, diminuiu o número de comerciantes pequenos *contribuintes* entre 1899 e 1915 e aumentou a quantidade no estrato de maior pagamento de imposto, a partir de 1908²³⁴. Em 1899, havia maior concentração de comerciantes que pagavam mais impostos em Silveira Martins mas, em 1915, esse fenômeno social ocorreu em Arroio Grande.

De forma geral, esses processos mostram indícios de uma pequena concentração do capital comercial, de uma dinâmica econômica mercantil mais intensa e de maior arrecadação de impostos pela intendência municipal de Santa Maria. Em média, entre Silveira Martins e Arroio Grande, em 1915, predominavam os comerciantes do estrato intermediário, mas com negociantes de porte considerável. Comparando-os com os da cidade de Santa Maria, constatamos uma certa aproximação na dinâmica mercantil, pois naquela cidade, em 1915, 24% dos comerciantes estavam no estrato de maior *contribuição*, diante dos 16% da média entre Silveira Martins e Arroio Grande.

²³² Livros 13, 30 e 49, do Arquivo Histórico de Santa Maria.

²³³ Estrato mínimo: valor mínimo pago no ano, entre 10 e 15.000 réis; intermediário: entre 20 e 25.000 réis; máximo: acima de 30.000 réis. Esses estratos são válidos também para os demais anos referidos.

²³⁴ Estrato mínimo: valor mínimo pago no ano, entre 10 e 25.000 réis; intermediário: entre 30 e 60.000 réis; máximo: acima de 70.000 réis. Esses estratos são válidos para dos demais anos referidos.

As novidades, em 1915, eram uma “*fábrica*” de foguetes e uma relojoaria que servem de indicadores do desenvolvimento. Os maiores *contribuintes* artesãos, naquele ano, foram Próspero Pippi com sua “*fábrica*” de fumos e João Carlesso com sua serraria, ambos de Silveira Martins; Antônio Tonetto com um descascador de arroz e uma olaria e José Favarini com seu descascador em Arroio Grande²³⁵. É importante mencionar, ao mesmo tempo, a força econômica mercantil das famílias Cauduro (Raimundo e Isidoro), Londero e Nochi, em Arroio Grande; Artemio Cervi em Silveira Martins em 1915; a força das famílias Iop, Bortoluzzi, Rorato e Dotto em Vale Vêneto por volta de 1916. Só Paolo Bortoluzzi, por exemplo, tinha nesse ano, uma casa comercial, um açougue e um descascador de arroz! Dos cinco principais comerciantes *contribuintes* de Arroio Grande e Silveira Martins, quatro estavam no distrito de Arroio Grande. Cristalizou-se uma expansão territorial do capitalismo mercantil, especialmente neste último, em Vale Vêneto e Soturno.

Das 128 “*fábricas*” de vinho que apareceram em 1908 em Arroio Grande e Silveira Martins, 79% dos donos *contribuintes* estavam no estrato mínimo e o restante no intermediário²³⁶, porque correspondiam ao número de produtores diretos, ou seja, tudo indica que eram pequeníssimas atividades produtivas, que, inclusive, não constam do Censo Industrial de 1907. O mesmo vale dizer para os moinhos e para as produções de aguardente que identificamos em 1915: 79% dessas unidades, de Silveira Martins e Arroio Grande, encontravam-se no estrato intermediário. São produções artesanais movidas pelas forças hidráulica ou animal e com a força de trabalho familiar. Sucintamente, após o aumento maior no número de produções artesanais até 1908, o incremento na quantidade de estabelecimentos mercantis em Silveira Martins e Arroio Grande voltou a ser mais significativo a partir desse ano, em decorrência da dinâmica dos negociantes e do mercado desfavorável aos artesãos que diminuíram a partir de 1908 no distrito de Silveira Martins.

Entre 1908 e 1915, no total dos distritos de Arroio Grande e Silveira Martins, ocorreu uma diminuição de 68% na quantidade de unidades artesanais familiares, passando de 228 para 74 apenas, principalmente nas chamadas fábricas de vinho e de aguardente²³⁷. Estas últimas praticamente desapareceram, pois aquelas 13 registradas em 1899 em Arroio Grande e Silveira Martins e aquelas 35 de 1908, em 1915, restringiam-se a 4. A cachaça era

²³⁵ Em 1899, os maiores *contribuintes* artesãos foram Francisco Tesseli (curtume) e a família Noal (moinho e descascador), respectivamente, de Silveira Martins e Arroio Grande.

²³⁶ Esses, conforme a classificação da intendência de Santa Maria, produzem o vinho de *primeira classe* e os demais, o de *segunda classe*.

²³⁷ Mesmo somando as 128 “*fábricas*” de vinho que apareceram em 1908 nesses distritos e não constam nos dados de 1915, há um total de 202 atividades artesanais em Arroio Grande e S. Martins neste último ano, ou seja, ratifica-se a diminuição que constatamos entre 1908 e 1915.

produzida no intuito de gerar um ganho extra para algumas poucas famílias. Era vendida em *medidas*²³⁸. Porém, com a criação do Instituto do Alcool, a produção ficou mais difícil para os produtores diretos em decorrência da fiscalização e das exigências impostas, como o pagamento de impostos pelos produtores imediatos. As “*fábricas*” de cervejas, de 3 em 1899 em Silveira Martins e Arroio Grande, havia apenas 1 em 1915. Por outro lado, surgiram em Silveira Martins 5 produções de salames entre 1908 e 1915, como resultado do incremento da criação de suínos.

Já o número de atividades comerciais, entre 1908 e 1915, em Arroio Grande e Silveira Martins, teve um pequeno aumento de 16,5%, passando de 54 para 63 estabelecimentos. Concomitantemente, diminuiu a quantidade de produções artesanais e aumentou a de estabelecimentos comerciais nesses distritos a partir de 1908.

Como uma primeira reflexão, comparando os dados da sede da colônia, Silveira Martins, em 1915, com os de 1885 (28 anos antes), notamos um aumento de 17 para 50 produções artesanais, o que correspondia a cerca de 194%, e de 15 para 33 estabelecimentos comerciais, ou seja, em torno de 120%. Em Arroio Grande o aumento na quantidade de atividades artesanais e comerciais foi bem maior: aumentou o número de produções artesanais em torno de 500% e o de estabelecimentos comerciais, cerca de 700% entre 1885 e 1915, em razão da expansão territorial da colonização italiana em Arroio Grande. No total, nesses dois distritos, no mesmo período, ocorreu um aumento aproximado de 250% no número de atividades artesanais e de 293% no de comerciais.

Dito de outra forma, houve um aumento importante na quantidade de atividades artesanais em Arroio Grande e Silveira Martins até 1908 e uma posterior retração e um aumento constante nas atividades comerciais até 1915, resultado da força econômica dos negociantes, dos lucros que obtinham e da fragilidade dos processos produtivos artesanais que lentamente se dissolviam diante da concorrência das mercadorias cada vez mais diversificadas e baratas realizadas pelos comerciantes no território da Colônia Silveira Martins.

Duas questões se destacam: 1) as cervejarias, entre 1885 e 1915, diminuíram de 5 para 1, provavelmente, em virtude do consumo do vinho entre os colonos italianos e descendentes, das dificuldades na importação de malte e do lúpulo e da concorrência de grandes cervejarias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essa concorrência se acirrou a partir de 1920. Indício disso é que, em 1924, as fábricas de cervejas mais importantes de Porto Alegre, a *Bopp & Irmãos*, a *Sassen & Filho* e a *Ritter*, fundiram-se formando a *Cervejaria Continental* para enfrentar a concorrência. Nos anos 1930, em Pelotas, a *Cervejaria Sul-*

²³⁸ Uma *medida* correspondia a uma concha de cobre com capacidade de 4 garrafas.

Brasil Ltda resultou da fusão das fábricas *Ritter e Anselmi & Filhos* e *Schmidt*. Essas próprias cervejarias, naquele momento mais fortes, contribuíram para o aniquilamento de pequenas cervejarias *domésticas* no Rio Grande do Sul; 2) houve uma diversificação na produção artesanal e as novas produções construídas a partir da década de 1890 permaneceram: de charutos, de objetos de vime, curtumes e de louças, vinculadas a diferentes atividades diárias dos próprios moradores da Colônia Silveira Martins. As atividades artesanais alimentícias e de vestuário, intimamente ligadas à economia e à unidade produtiva familiar também se mantiveram.

A diversidade das produções artesanais continua sendo fruto das necessidades impostas pelas atividades cotidianas e da falta e precariedade das vias e meios de circulação e comunicação. Isso confere uma permanência na “auto-suficiência” de cada localidade do território da Colônia Silveira Martins, porque viam-se obrigados a produzir no lugar o essencial de que precisavam para sobreviver biológica e socialmente e porque tinham baixo poder aquisitivo. Cada vila e cada uma das principais *linhas* tinha sua ferraria, sua selaria, suas serrarias e carpintarias, moinhos, alfaiatarias etc, configurando territórios no território colonial. São territórios constituídos e circunscritos às linhas ou vilas onde cada artesão efetiva sua produção e realiza sua comercialização, comprando as matérias-primas necessárias e vendendo o resultado da produção. É o processo de re-territorialização marcado pelo caráter local da economia na Colônia Silveira Martins.

Concomitantemente, as negações do desenvolvimento econômico continuaram a se manifestar. Entre 1907 e 1920, dois moinhos em Soturno foram desativados, um pela escassez de águas, outro pela migração do dono. Em dezembro de 1915, Pedro Salla pediu *baixa* de sua casa comercial em Silveira Martins; Isidoro Cauduro e Abramo Noal, comerciantes de Arroio Grande, conforme os registros do livro de *contribuintes* de 1921, já apareciam como tal e residentes na cidade de Santa Maria; nessa mesma década, também foi desativada a produção artesanal de cervejas de Vale Vêneto.

Ao mesmo tempo, no nível de Brasil, conforme os dados do Censo Industrial/IBGE (1986), em 1907, com relação ao valor da produção industrial, a situação era a seguinte: os agentes industriais do Distrito Federal e do Rio de Janeiro geraram 38% do total, os de São Paulo, 15,9%, os do Rio Grande do Sul, 13,5% e os de Minas Gerais, 4,4% do valor da produção industrial no Brasil. Ou seja, a expansão da indústria no Brasil aconteceu num movimento concentrador, em decorrência das determinações favoráveis apresentadas pelo eixo Rio-São Paulo.

No Rio Grande do Sul, a situação não era diferente²³⁹. O capitalismo expandiu-se desigual e contraditoriamente, de acordo com as determinações sociais de cada momento histórico e lugar. A indústria desenvolveu-se, sobretudo, articulada à formação da economia nas colônias agrícolas italianas e alemãs, e por isso, teve um ritmo mais lento do que em outros lugares, como São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com os dados do IBGE (1986), em 1907, os agentes de Porto Alegre foram responsáveis por 21,7% do valor da produção industrial total gerado no Rio Grande do Sul, os de Pelotas por 20%, os de Rio Grande por 15,3%, Montenegro por 3,2%, Caxias por 3%, São Leopoldo por 1,8% e as participações dos produtores industriais de Santa Maria e Cachoeira do Sul foram insignificantes, respectivamente, 0,34 e 0,52% do total do valor da produção industrial do Rio Grande do Sul²⁴⁰. O mesmo verificamos quando identificamos 15.426 operários no estado e nenhum nas produções artesanais de Silveira Martins. São indicadores do desenvolvimento econômico desigual objetivando-se e manifestando-se histórica e geograficamente no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, o espaço da Colônia Silveira Martins não se configura no início do século XX como um território industrial. Suas atividades artesanais são, de fato, pequenas unidades produtivas, sem operários, com pequeníssimos capital familiar e valor da produção e com força motriz manual e/ou hidráulica. A concentração industrial na formação do Rio Grande do Sul é evidente em torno de Porto Alegre, Caxias do Sul e São Leopoldo e de Pelotas-Rio Grande: 29,7% do valor da produção industrial do estado é gerado no eixo Porto Alegre-Caxias envolvendo aí São Leopoldo e Montenegro, frente os 35,3% de Pelotas e Rio Grande em 1907. No “interior” do estado, o destaque é para Santa Cruz do Sul, com 4,5% dos estabelecimentos industriais e 1,6% do valor da produção.

Segundo Singer (1977), a industrialização no Rio Grande do Sul iniciou-se em Rio Grande e Pelotas, em razão do *hinterland* agrícola e comercial e das facilidades de

²³⁹ Para Roche (1969), os primeiros estabelecimentos industriais no RS foram construídos pelos colonizadores alemães, a exceção do estaleiro Só e Cia., fundado em 1850. Dentre as unidades criadas pelos alemães, esse autor destaca as seguintes: a) uma fundição fundada em 1856 (J. Becker e Irmãos); b) uma fábrica de sabão e velas fundada em 1864 (Lang); c) a fiação Rheingantz fundada em 1874 (União Fabril). Esta fábrica alemã, para Roche, marca o início da indústria rio-grandense.

²⁴⁰ Conforme essa mesma fonte, das 314 unidades produtivas industriais existentes no Rio Grande do Sul em 1907, 35% estavam localizadas em Porto Alegre, 17,8% em Pelotas (56), 6,7% em Caxias, 6,4% em São Leopoldo, 6,3% em Rio Grande e 2,5% em Montenegro. Os municípios aos quais pertencia o território da Colônia Silveira Martins, Santa Maria e Cachoeira do Sul constaram no Censo Industrial, respectivamente, com 1,6 e 1,3% dos estabelecimentos. Júlio de Castilhos não apareceu no Censo Industrial de 1907! Predominavam no Rio Grande do Sul as indústrias do vinho, charque, preparo de couros, fundição e obras de metais, cervejarias e banha. O estado de Minas Gerais é o que apresenta o maior número de estabelecimentos produtores de vinho no Brasil (45,6%), seguido pelo Rio Grande do Sul (30,4%), porém, este último, foi responsável por 87,6% do valor da produção vinícola no Brasil em 1907.

circulação e comunicação com o mercado nacional. Já Porto Alegre teve sua industrialização significativa a partir de 1890, em decorrência do incremento do mercado regional com as colonizações alemã e italiana.

“A indústria porto-alegrense procura antes penetrar no mercado da zona colonial, atendendo as múltiplas necessidades de consumo de sua população. (...) A indústria de Porto Alegre cresce, num primeiro período, apoiada no mercado das colônias, onde goza de posição privilegiada. (...) É este fato que acaba capacitando a indústria porto-alegrense a conquistar a supremacia no conjunto do estado.” (Singer, 1977, p.173).

E essa supremacia deve ter sido conquistada a partir da década de 1920.

A concentração industrial em Porto Alegre estava, pois, intimamente ligada à proporção de seu papel comercial na economia do Rio Grande do Sul em formação e à gênese e desenvolvimento *dos e nos* territórios de re-territorialização alemã e italiana. E era para esse mercado que as indústrias de Porto Alegre voltavam-se, atendendo às suas necessidades de consumo. Ou seja, na formação territorial do Rio Grande do Sul, o processo de industrialização ocorreu de forma concentrada em alguns lugares, conferindo novas formas e conteúdos ao espaço geográfico. Em geral, em 1907, predominavam pequenas unidades produtivas industriais, com pequenos capitais constante e variável e baixo nível tecnológico, dirigidas proeminentemente para o mercado regional, favorecidas pela precariedade das vias e meios de circulação com o restante do Brasil.

Na Colônia Silveira Martins, uma das atividades artesanais, a oficina Prendin²⁴¹, em 1913, expressava as forças e as relações produtivas daquele momento. O processo produtivo era rudimentar, movido pela força hidráulica e basicamente manual. O mesmo acontecia nos moinhos e serrarias. Prendin tinha 4 aprendizes registrados nos *livros caixas* como “*servos*”²⁴² que recebiam alimentação (descontada de seu “salário”) e um “salário” mensal. Quando pernoitavam na residência do dono da unidade produtiva, descontavam o gasto de seus ganhos. Às vezes, como nos afirmaram alguns dos entrevistados, esses aprendizes ficavam devendo a seus *patrões*, como aconteceu nesta mesma unidade produtiva, pois o dono tinha uma casa comercial e salão de jogos de cartas onde seus “*servos*” tinham crédito! Ele se apropriava, portanto, do sobretabalho de seus “*servos*” comercializando o resultado da produção imediata, além de subordiná-los e envolvê-los, pois raramente pagava-os em dinheiro. Geralmente, conforme verificamos nas entrevistas, eram rapazes e não

²⁴¹ Iniciada no final do século XIX. No início, Constante Prendin foi *fabriqueiro* e agricultor como a maioria dos artesãos da colônia e, a partir de 1911, foi *fabriqueiro* e comerciante.

permaneciam como aprendizes por muito tempo²⁴³, porque acabavam se dedicando a outras atividades ou, em alguns casos, construindo suas próprias oficinas.

Nas atividades comerciais, no Núcleo Soturno, na casa comercial Prendin, em 1913, vendia-se: vinho, cerveja, graspa, sela de cavalo, rapadura, sabão, café, cigarros, pregos, livros, pólvora, erva-mate, fósforo, bolachas, sal, açúcar, martelo, caramelos etc, além de emprestar dinheiro cobrando juros²⁴⁴. Juros que contribuíaam no crescimento de seu capital familiar e significavam transferência gratuita de trabalho excedente: “(...) Juro e lucro figuram também na produção, na medida em que são formas que determinam o aumento do capital, o seu crescimento, na medida em que são fatores da sua própria produção. Juro e lucro (...) são igualmente modos de reprodução do capital” (Marx, 1983, p.213).

Os empréstimos concedidos eram uma forma de garantir a permanência da subordinação dos produtores agrícolas e artesãos ao comerciante e ao capital comercial. Com isso, tinham compromisso de vender parte de sua produção ao negociante ou de pagá-lo em dinheiro. Mesmo na efetivação do pagamento em dinheiro, ao saldar suas dívidas, geralmente nas safras seguintes²⁴⁵, com ou sem juros, o produtor direto transferia uma fração de seu trabalho excedente ao comerciante, porque estava entregando parte do dinheiro que recebeu vendendo os excedentes agrícolas e a produção artesanal, familiar. Os empréstimos, portanto, além de aumentarem o capital do negociante, mantinham, re-produziam a relação de subordinação e dominação entre vendedor e consumidor. Os comerciantes, com isso, conseguem melhorias sociais em detrimento dos artesãos agricultores e dos agricultores.

Outra característica econômica desse instante histórico e geográfico (1915), foi a objetivação de filiais das principais casas comerciais, construindo redes mercantis no território da Colônia Silveira Martins. Assim, aconteceu com Próspero Pippi de Silveira Martins que foi o primeiro negociante a estabelecer sua rede no espaço em construção, com subsidiárias no Núcleo Norte, Soturno e Novo Treviso e, com Artemio Cervi, também de Silveira Martins, com filiais em Vale Vêneto, Soturno e Novo Treviso. Paolo Bortoluzzi de Vale Vêneto abriu filiais em Novo Treviso, Núcleo Norte, Ribeirão, Vale Vêneto e São João do Polêsine; César Rubin, de Soturno, teve uma filial em Pinhal Grande, área de expansão da colonização. Nas

²⁴² Denominação de origem feudal, re-produzida na Itália até a emigração para o Brasil. Por isso, provavelmente, aparece nas *cadernetas* que localizamos no CPG de Nova Palma.

²⁴³ Em média, trabalhavam nessa situação em torno 1 e 1,5 anos. A cada ano, Prendin *contratava e liberava* novos aprendizes. Com a pretensa intenção de ajudar amigos e vizinhos, dessa forma, mantinha sua produção.

²⁴⁴ *Livros Caixas* – CPG de Nova Palma.

²⁴⁵ Conforme os registros que verificamos em algumas *cadernetas*, as contas tinham entre 1 e 5 anos, em média. O comerciante tinha como garantia não contratual a terra de seus clientes: uma espécie de “avalista” do proprietário e consumidor.

décadas de 1930 e 1940, as famílias Mainardi e Alessio produziram sua rede com *vendas* em Arroio Grande, Vale Vêneto e Soturno. Dessa forma, promovendo a circulação de mercadorias, capital e informações, e interligando o produtor direto agrícola e/ou artesanal ao mercado, ou seja, formando redes locais e extra-locais, esses comerciantes firmaram-se e permaneceram como hegemônicos econômica e politicamente no território da Colônia Silveira Martins até as respectivas migrações.

No dizer de Sponchiado, em entrevista, o comerciante:

“ (...) era o homem mais cotado do lugar depois do Padre. Ele que ia a Porto Alegre, ele que tinha as carroças (...). Agora, o que eles erraram no começo foi o seguinte: se um tava aqui, o grande trabalho dele era afastar qualquer um ou outro que viesse fazer concorrência. Eles cuidavam de sua clientela, brigavam. Ficaram ricos e entravaram. Não queriam ninguém por perto (...)”.

Por isso, sustentaram seus territórios nas relações mercantis de subordinação de produtores imediatos, que se efetivavam simultaneamente como relações políticas. Eles eram os principais mediadores locais na política, juntamente com os padres da Igreja Católica.

Cada comerciante em sua territorialidade cotidiana, através da circulação de mercadorias e demais ações, substantivava redes de relações de dominação, de controle. E essas redes, cristalizadas pelas questões políticas e econômicas, representavam, na Colônia Silveira Martins, o poder dos negociantes, suas centralidades, modelando o espaço-tempo que lhes era inerente. Eram a imagem do poder. O vaivém de produtos agrícolas, artesanais e manufaturados, comunicava o poder dos comerciantes, a presença do capital, controlando seu espaço, seu território. Todo transporte, além de circulação, é comunicação, é mensagem, é ordem na aparente desordem. O próprio papel moeda, ao circular, comunica, revela o poder de quem o detém; manifesta relação social, abstração. A circulação e a comunicação são o poder sendo exercido.

Nesse sentido, materializam-se diferentes territórios a partir de redes de comando condicionando à lógica do capital comercial as territorialidades vividas pelos moradores. Assim, re-produz-se constantemente as diferenciações territoriais, multiformes, onde uns lutam para acumular capital e a maioria, para sobreviver. O território em Silveira Martins é, antes de mais nada, um espaço de dominação e subordinação; é um espaço do capital, em que as relações sociais constituem territórios sobrepostos e heterogêneos economicamente, e, também, política e culturalmente.

É um lugar de lugares, de diversidade na unidade e de unidade na diversidade. Todos, de uma forma ou outra, com maior ou menor intensidade, vivem as dinâmicas

econômica, política e cultural, em seus lugares, de acordo com suas especificidades. Há um domínio, em certos momentos e/ou períodos e situações das forças econômicas. Mesmo nas *redes de solidariedade* formadas nas *linhas coloniais* em decorrência da pobreza e do abandono e das relações de parentesco, o trabalho individual e familiar acaba sendo a força maior em cada unidade produtiva. A vida diária está impregnada por um ritmo e por características que impedem ou dificultam a efetivação de associações e de relações de ajuda mútua mais consistentes.

Os territórios no território da Colônia Silveira Martins, assim, têm um caráter econômico, cultural e político, o que faz das relações e das redes, também, econômicas, políticas e culturais. Os territórios locais sustentam-se em redes, principais e secundárias, onde os agentes dominantes procuram manter seu domínio.

Assim, em 1913, as trocas que efetivavam redes já eram objetivadas, na maioria, mediadas pelo dinheiro; entretanto, Constante Prendin, eventualmente, recebia dos seus clientes produtos como queijo, vinho, milho, trigo e tripa para descontar nas dívidas e revender posteriormente²⁴⁶. O uso do papel moeda acontecia no início do século XX porque a Colônia Silveira Martins teve sua gênese e seu desenvolvimento sob a lógica do capital em constante movimento de expansão, o que resultou numa interconexão dos agentes da colônia através da circulação simples de mercadorias, apesar das dificuldades, com outras instâncias socioespaciais. Lentamente, dá-se uma progressiva monetarização. Prendin e os demais comerciantes além de ganharem na re-venda dos manufaturados, também ganhavam re-vendendo os produtos agrícolas que recebiam ou que compravam dos produtores diretos, o que é inerente à lógica de movimento e re-produção do capital.

Ou seja, os negociantes trocavam dinheiro por mercadorias, mercadorias por dinheiro e mercadorias por mercadorias, além de emprestarem dinheiro cobrando juros. São os mecanismos que desenvolvem para ampliar seu capital, nesse momento, na Colônia Silveira Martins. Também, era comum atrair a clientela “oferecendo” jogos e refeições. O que Prendin mais vendeu, em 1915, foi vinho e cervejas, porque havia, no local, uma sala de jogos de cartas e uma *casa di pasto*, sendo que a venda dessas duas bebidas não acontecia apenas nos finais de semana, mas todos os dias, o que significa que a complexidade social nas vilas já

²⁴⁶ Só conseguimos identificar alguns preços dos produtos vendidos na casa comercial de Prendin do ano de 1915. Nesse ano, com um saco de milho que um produtor vendia, às vezes ao próprio Prendin, por 3,500 réis, podia adquirir, nessa casa comercial, 1 kg de açúcar (que custava 700,00 réis), 1 kg de erva-mate (600,00), 1 chapéu (800,00), 1 sardinha (600,00), 2 caixas de fósforo (200,00) e 1 kg de sabão (600,00). Uma sardinha, por exemplo, valia mais do que uma garrafa de vinho vendida por Prendin a quatrocentos réis (400,00) que, certamente, comprava dos produtores imediatos por um valor inferior.

era significativa, com uma divisão social do trabalho que produzia algumas pessoas com tempo livre e dinheiro para jogar cartas e beber durante a semana.

Outra constatação clara na década de 1910, era o cultivo do fumo, do milho, do trigo, feijão, alfafa e de videiras (e o fabrico do vinho), praticamente em todos os lugares da Colônia Silveira Martins, destinados, à exceção do fumo, principalmente, à subsistência familiar. A criação de suínos para alimentação da família aparece em várias localidades. A força de trabalho na prática agrícola era totalmente familiar. Nos momentos de safra e de plantio, alguns praticavam os mutirões, motivados pelas dificuldades, pelas relações de vizinhança e solidariedade e pela identidade cultural herdada da Itália.

Segundo Ancarani (1914), naquele instante, os produtos agrícolas da Colônia Silveira Martins eram transportados em *carretas* puxadas por sete cavalos até Camobi, nas proximidades de Santa Maria, ou, até Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria. Os agricultores vendiam seus produtos e adquiriam artigos em *secos e molhados*, na maioria, vindos de Porto Alegre, porque mais de 50 comerciantes da capital mandavam seus representantes vender suas mercadorias na Colônia Silveira Martins. Aliás, era o comércio portoalegrense que servia de elo de integração e entrega entre o “interior” do Rio Grande do Sul, o exterior e o “centro” do Brasil, articulando a produção e a circulação das linhas e vilas de Silveira Martins, Arroio Grande, Vale Vêneto, Soturno, Novo Treviso, Núcleo Norte e de outros lugares às esferas nacional e internacional.

Os negociantes de Porto Alegre, conforme Lagemann (1996), controlavam a *exportação* de feijão, milho, mandioca, arroz, trigo, fumo e banha e *importavam* manufaturados e bens de produção. Por isso, ao mesmo tempo, consubstanciavam redes entre os agentes sociais de Silveira Martins e de outros lugares do Rio Grande do Sul e do Brasil. Seus representantes, os *viajantes* ou *caixeiros*, percorriam o território da Colônia Silveira Martins, as *linhas*, vendendo suas mercadorias e simultaneamente informando os comerciantes locais. Os viajantes eram mediadores, juntamente com os negociantes, nas relações extra-locais que se materializavam na Colônia Silveira Martins.

Por fim, outra observação julgamos relevante porque revela indícios do desenvolvimento e dos tempos na Colônia Silveira Martins. Além das produções artesanal e agrícola, das atividades mercantis e outras, por volta de 1915, nesse território, existiam cerca de 17 escolas, 10 públicas e 7 particulares (destas, 3 eram colégios de freiras que marcavam a religiosidade local), diante das 3 que existiam em 1885, o que representa um aumento aproximado de 466% em 28 anos. Oitenta e dois por cento das escolas estavam na sede, sendo 30% na vila de Silveira Martins e 23% em Vale Vêneto. Em 1915, também,

havia 8 igrejas diante de 2 em 1885; uma agência do correio (transporte a cavalo) e um centro telefônico na vila de Silveira Martins o que não existia em 1885, o que se efetivará (correio) na vila de Soturno, em 1918, e em Ivorá somente em 1952. Os telefones só existiram nos Núcleos Norte e Soturno a partir dos anos 1930.

O que aumentou pouco foi o número de farmácias: de uma em 1884 para 2 em 1914, localizadas na vila de Silveira Martins e em Vale Vêneto. Em 1916, tinha uma também em Ribeirão. Segundo Ancarani (1914), nessa época, 03 médicos provenientes de Santa Maria atendiam na Colônia Silveira Martins periodicamente, diferente dos primórdios da colonização, quando os imigrantes aprendiam com os nativos como “proteger” a saúde. Entre 1916 e 1919, um dentista e um farmacêutico provenientes de Santa Maria atenderam periodicamente em Nova Palma. Em média, permaneciam na vila entre 8 e 15 dias por mês.

De modo geral, o desenvolvimento objetivava-se primeiro em Silveira Martins, Vale Vêneto e Arroio Grande, mais antigos e onde as mudanças territoriais eram mais intensas e posteriormente nos Núcleos Norte e Soturno, mais recentes e menos dinâmicos econômica e politicamente. Esse processo acompanhava os tempos da expansão territorial e o movimento de formação dos territórios no território da Colônia Silveira Martins, em que os mesmos fenômenos sociais, ou semelhantes, manifestavam-se e concretizavam-se em diferentes momentos e lugares, numa sucessão constante de superações.

5. O DESENVOLVIMENTO E OS TEMPOS; MUDANÇAS TERRITORIAIS E A POLÍTICA REGIONAL

O processo de apropriação e produção do espaço geográfico e de territórios dá-se, historicamente, em tempos desiguais. Tempos *lentos* e mais *rápidos*, coexistentes e *breves* e mais *longos*, históricos, que se cristalizam no espaço e no território, ou nos territórios, desigualmente, sob as forças predominantes do Modo Capitalista de Produção e seus aspectos culturais.

Em 1925, entre as 28 atividades artesanais da vila de Silveira Martins e proximidades, encontravam-se 3 carpintarias, 2 marcenarias, 3 alfaiatarias, 2 serraria, 1 selaria, 3 oficinas de calçados, 1 “*fábrica*” de cigarros, 6 moinhos, 2 ferrarias, 3 alambiques e 1 “*fábrica*” de louças e 1 de tijolos, além de 4 produções em Vale Vêneto²⁴⁷, 1 selaria em Ribeirão e 2 moinhos em Val Veronês, somando em torno de 35 atividades artesanais contribuintes na sede²⁴⁸ naquele ano. E entre as 32 unidades comerciais, 8 comerciantes, 2 açougues, 3 restaurantes, 1 farmácia, 2 hotéis, 2 bancos²⁴⁹, 8 estabelecimentos em Vale Vêneto, 4 em Ribeirão e 2 em Val Veronês²⁵⁰. Constituem detalhe importante a diminuição de carpintarias e ferrarias em Silveira Martins, de 5 em 1915 cada, para 3 e 2, respectivamente, em 1925, cada uma destas produções.

Arroio Grande tinha 19 atividades artesanais: 5 serrarias, 2 selarias, 1 produção artesanal de tamancos, 1 oficina de móveis, 6 moinhos, 2 descascadores de arroz, 1 “*fábrica*” de cachaça e graspa e a de vinho de Augusto Budel que, conforme Crocetta (1925), tinha um bom *desenvolvimento* porque Budel usava a *razão* e estudava as técnicas de cultivo e as condições climáticas. Seu vinho era comercializado em vários municípios do Rio Grande do Sul; nas comerciais, tinha uma farmácia e 12 casas de negócios que compravam e re-vendiam artigos em geral. Uma era a casa comercial de Massimiliano Noal & Companhia que, segundo Crocetta (1925), tinha importante negócio de tecidos, ferramentas, louças, miudezas, farinha,

²⁴⁷ Uma ferraria, 1 descascador de arroz, a carpintaria Iop e 1 moinho. Estes dados e os de Ribeirão são de 1924.

²⁴⁸ Silveira Martins, Vale Vêneto, Val Veronês, Ribeirão e Val de Búia.

²⁴⁹ Eram sucursais do Banco Nacional do Comércio e do Banco Pelotense e revelam os tentáculos da expansão do capitalismo na área, agora, através do capital financeiro.

²⁵⁰ Conforme os dados do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, em 1921, existiam 10 atividades comerciais em Vale Vêneto e 9 em Ribeirão, e, 4 artesanais no primeiro e 2 no segundo.

ervas medicinais etc. comercializando no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Tinha, em 1925, de acordo com esta mesma fonte, 4 *empregados* e 15 “*operários*”²⁵¹.

Tabela n. 5 - A Colônia Silveira Martins em 1925

População	Atividades artesanais	Atividades comerciais
10.498 ²⁵²	88	88

Fonte: Crocetta (1925); Bombassaro (1925)²⁵³; Cura del sotto - Comitato locale per il Cinquantenario della Colonizzazione italiana (1925); *Documentos Veneráveis e Cronologia* do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma; Faria (1919); Saquet (1996); Serviço de Referência e Difusão do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul; Censo Demográfico do IBGE/1920; Marcuzzo (1982); *Município de J. de Castilhos – Lançamento de indústrias e profissões – 1925; Lançamento do imposto da Intendência Municipal de Cachoeira do Sul em 1921*. Construção do autor.

Em Nova Palma²⁵⁴, em 1925, havia cerca de 24 produções artesanais cujos donos pagavam impostos (5 serrarias/marcenarias, 5 ferrarias, 4 sapatarias, 2 alfaiatarias, 6 moinhos, 1 selaria e uma “*fábrica*” de *gazosa*, da família Pesamosca), entre as quais a marcenaria Prendin, a “*fábrica*” de calçados Zasso, o moinho Segato que será desativado em 1928, a ferraria Scapin e a selaria Volcato, e, 26 estabelecimentos mercantis, sendo o hotel Ravello, 2 açougues, 2 farmácias e comerciantes como Facco, Descovi, Raimundo Alessio, Pedro Mazzonetto, João Thomazi, Dalcin e Ceolin, Zago e Busanello de Novo Treviso, distribuídos na vila de Soturno e nas linhas. Em Ivorá, identificamos 10 artesãos *contribuintes* (4 moinhos, 1 sapataria, 1 “*fábrica*” de fumo, 2 ferrarias, 1 serraria e 1 selaria) e 17 atividades comerciais: uma farmácia e as casas do Zancan, do Meneghetti, do Leonardo Londero, do Fogliato, do Bruno Pippi, entre outros. A novidade produtiva, em 1925, foi a produção artesanal de louças de Silveira Martins.

A título de ilustração, observando os valores pagos no ano 1925 pelos *contribuintes* artesãos dos Núcleos Norte e Soturno, notamos que, respectivamente, em torno de 80% e 83% eram pequeníssimas produções²⁵⁵. Já nas atividades comerciais, percebemos uma certa desigualdade, pois em torno de 70% dos *contribuintes* do Núcleo Norte estavam no

²⁵¹ Conforme Sponchiado, em entrevista, os *empregados* eram mais permanentes, ficavam mais tempo nessa situação e trabalhavam no próprio estabelecimento comercial. Já os “*operários*” eram temporários e faziam os serviços braçais, como carregadores, na roça etc, pois os comerciantes também tinham terras onde cultivavam produtos agrícolas.

²⁵² São dados do Censo Demográfico de 1920. Além dos Distritos de N. Norte (2.220 hab.), Soturno (3.672 hab.) e S. Martins (2.606), acrescentamos a população aproximada de 2.000 habitantes para Arroio Grande e 500 para Vale Vêneto, com base no número de famílias. Isso representa cerca de 0,48% do total da população do Rio Grande do Sul em 1920.

²⁵³ A maior parte desse texto repete Ancarani (1914), porém, os dados (aquilo que mais nos interessa) não coincidem. Por isso, apresentamos também aqui os dados de Bombassaro (1925).

²⁵⁴ Inclusive em Novo Treviso. Os dados dessa localidade são do ano de 1921, porque não localizamos os de 1925.

²⁵⁵ Pagaram entre 15 e 30\$000 de imposto no ano.

estrato de menor *contribuição*²⁵⁶, enquanto no Núcleo Soturno, apenas 54% estavam nesse mesmo estrato. Ou seja, o Núcleo Soturno tinha, em 1925, o maior número de comerciantes *contribuintes*, e, ao mesmo tempo, a maior quantidade dos que pagavam mais impostos, destacando-se João Dalcin e Irmãos, Luiz Busanello, casa comercial Battistella, João Thomasi e Luciano Descovi. Em média, entre os Núcleos Norte e Soturno, nesse ano, todos os artesãos e 97% dos negociantes estavam nos estratos mínimo e intermediário de *contribuintes*!

Há outras observações dignas de nota: 1) em 1925, a maior concentração de unidades produtivas artesanais estava no complexo territorial formado por Silveira Martins, Vale Vêneto e Ribeirão, seguido pelo Núcleo Soturno. O mesmo processo aconteceu na localização dos comerciantes, possivelmente, porque a extensão territorial era maior nos referidos complexos; 2) nesse ano, em torno de 29% das atividades artesanais da Colônia Silveira Martins, cujos donos eram *contribuintes*, constituíam-se de moinhos, cerca de 23% eram carpintarias/marcenarias/serrarias, 14% ferrarias e 10% “*fábricas*” de calçados; todas produções voltadas para a alimentação, moradia, prática agrícola e para o vestuário.

A diminuição na quantidade de produções artesanais em Silveira Martins, já verificada a partir de 1908, sofreu agora os impactos da Primeira Guerra Mundial e da crise do início dos anos 1920, que provocaram efeitos na colônia, contrários àqueles de outros lugares, onde deu-se um aumento da produção industrial. Entre 1915 e 1925, o número de atividades artesanais diminuiu cerca de 21% em Arroio Grande e em torno de 49% no distrito de Silveira Martins. Entre 1916 e 1924, a quantidade dessas atividades também diminuiu 60% em Vale Vêneto e 86% em Ribeirão.

Em relação ao número de estabelecimentos comerciais, ocorreu o mesmo fenômeno: diminuiu 57% em Arroio Grande e em torno de 06% no distrito de Silveira Martins entre 1915 e 1925, e, entre 1916 e 1924, diminuiu 43% em Vale Vêneto e 60% em Ribeirão. Nos Núcleos Norte e Soturno, esse impacto deve ter sido semelhante. Nesses, em 1925, ao que tudo indica, também efetivou-se uma diminuição no número de produções artesanais. Ou seja, aquele processo anteriormente constatado em Silveira Martins, mais antiga, começava a manifestar-se na década de 1920 nas demais localidades, mais recentes, especialmente na quantidade de atividades artesanais. Um indicador dessa referência, está na diminuição de 30% no número de artesãos *contribuintes* e de 24% na quantidade de negociantes no Núcleo Norte entre 1925 e 1928.

Conforme verificamos, nos anos 1920, na Colônia Silveira Martins, não existia trabalho assalariado nas produções artesanais. Havia os chamados aprendizes: "Eles botavam

²⁵⁶ Entre 10 e 60\$000 pagos no ano de 1925.

as pessoas da família pra trabalhá. (...) Do total, uns 25% devia ter aqueles aprendizes, como diziam naquela época" (Sponchiado em entrevista). Isso significa que as relações sociais de produção ainda eram as mesmas do início da re-territorialização, baseadas sobretudo no trabalho familiar. Essa é a estratégia (aprendizes-operários) adotada pelos proprietários das atividades artesanais para conseguir força de trabalho a baixo custo ou até mesmo gratuita, pois sempre existiam pais desejosos de encaminhar seus filhos mais jovens em alguma profissão nas vilas. Geralmente, os adolescentes recebiam apenas alimentação e, quando muito, moradia. O fato de serem amigos e estarem aprendendo uma profissão ocultava as relações de classe.

Na produção artesanal da Colônia Silveira Martins, constatamos, através das entrevistas, que, apesar da diversidade das atividades produtivas na década de 1920, o único destaque em nível regional foi a “*fábrica*” de vinhos Budel. As atividades artesanais e as casas de negócio distribuíam-se por todas as localidades (vilas e principais linhas), porém, parece-nos que prevalecia a diversidade de pequenos empreendimentos e não investimentos concentrados bem como uma economia predominantemente *voltada para dentro*, uma economia regional pouco articulada a outras instâncias socioespaciais, característica da formação territorial brasileira nesse momento histórico.

Também é uma característica da formação da economia no Rio Grande do Sul. Segundo Lagemann (1996), em geral, a indústria nesse estado nasceu *voltada para o atendimento dos mercados locais*. Em Silveira Martins, a precariedade nas redes de circulação e comunicação contribuíram para isso, de certa forma, protegendo o mercado local. Dito de outra forma, as relações de circulação e comunicação exteriores ao espaço local tiveram uma intensidade incipiente, centradas na centralidade do poder dos negociantes.

Uma produção artesanal desse instante foi a serraria e oficina de carroças iniciada em 1920 por Maximiliano Cattani, ao Norte da vila de Silveira Martins. O trabalho era totalmente manual e, conforme depoimento do atual proprietário, filho do fundador, em 1929, já havia uma serra fita, um torno, furadeiras e desempenadeiras, feitas de madeira.

Outra foi a oficina Prendin, que estamos acompanhando em alguns aspectos de seu desenvolvimento, que também conseguiu alcançar alguns avanços. Na oficina e produção, apesar da permanência dos aprendizes, agora em número de 3 (1923) e do trabalho familiar, deu-se a incorporação de novas técnicas produtivas, no início dos anos 1930, devido ao uso da

energia elétrica²⁵⁷. Até então, era movida pela força das águas do arroio Portela e o trabalho era quase todo manual através de plainas, formões e martelos. Com isso, Prendin substituiu definitivamente a força hidráulica por motores elétricos e deu um salto qualitativo no processo produtivo.

Na sua casa comercial e bar, Prendin chegou a contratar garçons para trabalhar nos dias de festa na vila de Soturno²⁵⁸. Ou seja, o desenvolvimento econômico foi lento e simultaneamente desigual, porque alguns produtores e/ou comerciantes conseguiram materializar algumas inovações em suas atividades, fossem artesanais ou comerciais, em momentos e ritmos distintos, o que resultou das contradições e desigualdades do próprio processo de re-territorialização, em que ocorreu uma conjugação entre o social e o natural, a produção e a apropriação, entre as forças e as relações produtivas. Porém, apesar dessas inovações, não houve no território da Colônia Silveira Martins, indicadores de um ritmo mais acelerado na economia artesanal nos anos 1920. Sinais da conquista de melhorias mais significativas na produção artesanal verificamos somente após 1930.

Por volta de 1934, a mesma usina hidroelétrica²⁵⁹ que produzia a energia consumida pela atividade do Prendin, também abastecia a vila de Nova Palma. Anteriormente, conforme registros no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, a primeira usina da colônia, fora construída em 1922 em Vale Vêneto e a segunda, em Soturno em 1926 no arroio Portela; em 1928, inaugurou-se uma pequena usina em Arroio Grande, de Maximiliano Noal e Irmãos e, em 1935, iniciou-se a construção de mais três pequenas usinas hidroelétricas, localizadas no Núcleo Norte, em Nova Palma e em Novo Treviso, o que revela indícios do desenvolvimento no território da Colônia Silveira Martins em diferentes momentos e lugares. A vila de Silveira Martins também era abastecida pela energia elétrica a partir de 1938.

Além da “*fábrica*” e oficina Prendin, outras atividades foram beneficiadas pela usina hidrelétrica Nova Palma Ltda na década de 1930: “Além de luz para Nova Palma, Fachinal e Polêsine, fornece energia ao ‘Moinho Aurora’, a três carpintarias, uma oficina

²⁵⁷ Em 1931 comprou de uma fábrica de Santa Cruz do Sul uma serra fita e uma furadeira para sua oficina. Em 1935 Prendin já era associado da usina hidroelétrica inaugurada no Rio Soturno/Nova Palma, com Raimundo Alessio e Silvio Grotto.

²⁵⁸ Nos anos 1920, e certamente nos anteriores e posteriores, conforme depoimento de um morador, aos domingos e festas, iam primeiramente à Missa. Depois, alguns permaneciam nas vilas e outros retornavam a casa para caçar com armas de fogo e com os cães. No retorno da caça, cansados, oravam e ainda jogavam bochas antes de voltarem definitivamente para casa.

²⁵⁹ A Usina Hidrelétrica Nova Palma Ltda foi fundada em 1932 por 12 sócios de Nova Palma, um de Val Veronês, um de Faxinal do Soturno e um de Arroio Grande, com o capital social de Réis 115:000\$000 (cento e quinze contos de réis). Tinha como objetivo, além de produzir energia elétrica para as vilas, promover a instalação de *indústrias* nos *povoados*.

mecânica e uma serraria, todas em Nova Palma; a duas bombas centrífugas, ao moinho do sr. Vicente Pigatto e à fábrica de trilhadeiras ‘Tigre’, do Fachinal. Polêsine só recebe luz” (A Paróquia da Santíssima Trindade de N. Palma, 1944, p.53). A serraria mencionada era a oficina de Floravante Baggioto, onde o processo produtivo era manual até 1930. Ele efetivava a produção primeiramente com a aquisição de um motor diesel nesse ano, mas deu um salto qualitativo cinco anos depois com o uso da energia elétrica, que marcou o processo de desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins. Isso também verificamos na serraria Cattani de Silveira Martins. Em 1935, o proprietário importou um motor a gasolina e posteriormente passou a usar a energia elétrica. A partir de 1947, passou a fabricar esquadrias em geral e imprimiu mudanças na produção através de novas plainas, furadeiras e lixadeiras.

Antes do evento da energia elétrica, a força hidráulica era a base dos processos produtivos artesanais. As mudanças foram de ordem mais quantitativa do que qualitativa. A partir de 1930, alguns artesãos conseguiram adquirir motores diesel e as inovações técnicas provocadas pelo advento da energia elétrica, caracterizando, tempos mais lentos e mais rápidos no território da Colônia Silveira Martins, onde as permanências e as mudanças artesanais e mercantis aconteciam simultaneamente desde o final do século XIX, mas se manifestaram mais clara e intensamente a partir de 1930. Nesse momento, concretiza-se em algumas produções mudanças qualitativas como em outros lugares, com o evento da energia elétrica. O salto só não foi mais significativo porque não existia uma política econômica favorável às iniciativas produtivas familiares. O desenvolvimento econômico não é apenas econômico. É, concomitantemente, político e cultural.

Simultaneamente, o uso da eletricidade, da luz e de algumas máquinas, extrapola algumas mudanças na produção e envolve, como afirma Lefebvre (1991), a cotidianidade, modificando a percepção do dia e da noite, das formas, os desejos, a visão. A vida cotidiana nas localidades da Colônia Silveira Martins, a noite, ganha “novas cores”, novas formas e um salto qualitativo, pelo menos nas vilas. “Em princípios de 1934 a energia elétrica, o grande fator do progresso, fazia sua entrada solene em Nova Palma, ante olhos estupefatos que pela primeira vez a contemplavam” (A Paróquia da SS. Trindade de N. Palma, 1944, p.52).

E aqui precisamos abrir um parêntese para refletirmos sobre o desenvolvimento econômico, assim definido por Furtado (1964): “(...) *processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas*” (p.29). Em obra posterior, Furtado (1986) afirma que as modificações no processo produtivo significam crescimento.

“Podemos, portanto, admitir que o crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o referido setor especializado” (Furtado, 1986, p.79).

O desenvolvimento é condicionado pelo aumento da produtividade no conjunto econômico, como afirma Furtado, sendo esse aumento de produtividade decorrente do crescimento que se manifesta em setores singulares. Sem crescimento, portanto, não se tem desenvolvimento, porém, crescimento não implica, necessariamente, desenvolvimento, pelo menos para todos os agentes envolvidos nos processos econômicos.

Desenvolvimento implica, necessariamente: “(...) Aumento da produtividade média do fator trabalho decorrente de acumulação de capital e avanço da técnica o qual acarreta, conforme indicamos, uma série de modificações nas relações e proporções internas do sistema econômico” (Furtado, 1986, p.80). Na Colônia Silveira Martins, as mudanças qualitativas na produção artesanal concretizaram-se desigual e lentamente, historicamente determinadas.

O próprio Marx destaca o papel central das inovações técnicas no processo de acumulação de capital. Aliás, o aumento da produtividade, as inovações técnicas e a acumulação de capital condicionam-se reciprocamente e estão intimamente ligados à procura: “A diversificação da procura, da mesma forma que o aumento da produtividade, constitui elemento motor do desenvolvimento” (Furtado, 1986, p.95). A procura é determinada pelo aumento de salários, ou, como na produção familiar, pelo aumento do ganho dos produtores. São saltos quanti-qualitativos, de modo geral, que determinam a aceleração ou não do desenvolvimento econômico, a partir das forças e relações produtivas. Aqui, o processo de incorporação e difusão de técnicas e tecnologias, como já mencionamos, assume um papel central no aumento ou não da produtividade da força de trabalho.

Os indicadores do desenvolvimento econômico industrial, aqui evidenciados a partir dos estudos de Celso Furtado, exprimem apenas uma parcela do desenvolvimento. Esse ultrapassa as condições econômicas e envolve, necessariamente, o político e o cultural. Concordamos com o que apresentou Souza (1997) sobre a relação entre desenvolvimento e desenvolvimento econômico. O primeiro envolve e supera o segundo. É mais amplo e complexo: “um movimento (...) em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros” (Souza, 1997, p.19). O próprio econômico é, para

nós, simultaneamente, social e territorial. Da mesma forma, o desenvolvimento (é social e territorial), resultado dos processos sociais.

O desenvolvimento local, conforme Oth (1997), é uma *tentativa*, uma vontade de superar momentos do passado. Assim, a própria tentativa, a organização são indícios do desenvolvimento. “(...) Um espaço em desenvolvimento será portanto, antes de tudo, um espaço capaz de ultrapassar a esclerose e a estagnação, uma sociedade em movimento. O desenvolvimento é assim uma perpétua capacidade de evoluir (...)” (Oth, 1997, p.88).

Nesse sentido, as próprias iniciativas econômicas, políticas e culturais dos moradores locais também são sinais do desenvolvimento, desde as sociedades de Mútuo Socorro criadas em 1885 e 1896, passando pelas tentativas emancipatórias, pela “eleição” de subintendentes descendentes de italianos até as relações de ajuda mútua que formam pequenas redes de solidariedade e identitárias, incluindo as farmácias, as escolas, as inovações técnicas, a energia elétrica etc.

Na Colônia Silveira Martins, as conquistas e melhorias conseguidas, mesmo que em tempos desiguais e em ritmo lento, representam o movimento em direção à superação das dificuldades e da situação pré-existente. A diversidade de pequenas iniciativas produtivas, artesanais, também indica a tentativa de superação a partir dos recursos locais. As inovações técnicas sim, essas são extremamente tímidas e só se manifestaram mais significativamente a partir da década de 1930 em algumas unidades produtivas artesanais.

Portanto, melhorias na saúde, nas habitações das vilas, nos meios de comunicação e circulação, na quantidade e qualidade das escolas públicas e privadas são sinalizadoras do desenvolvimento local, para além do desenvolvimento econômico comercial, que se manifesta com intensidade desde o início do século XX. São indicadores econômicos, mas também culturais e políticos e, por assim dizer, sociais, que se objetivam na territorialidade cotidiana dos indivíduos. Por isso, é preciso superar a idéia de desenvolvimento economicista, porque este extrapola a dimensão econômica; é necessário buscar indicadores quantitativos, mas principalmente os qualitativos, nos processos sociais, que são históricos e geográficos.

No território em questão, as mudanças qualitativas nas produções artesanais decorrentes de algumas inovações técnicas e tecnológicas são lentas em razão da falta de capital para investimento e da precariedade do mercado consumidor; enfim, da própria rudimentaridade das forças produtivas, e, sobretudo, da lógica de subsistência da unidade produtiva e da exploração subjacente, que limita a produção e a acumulação de capital na

mesma unidade. As forças e as relações produtivas condicionam-se mutuamente, interferindo diretamente no desenvolvimento econômico das unidades produtivas artesanais familiares.

Na prática agrícola, conforme Bellinaso (1984), em fins da década de 1920 e nos anos 1930, o trigo era debulhado por trilhadeiras movidas por força animal e o feijão era batido a manguá ou com os cascos de cavalos. “O grande invento, porém, apareceu no ano de 1925, quando a firma Zamberlan revolucionou toda a colônia italiana com a compra de uma trilhadeira com motor a óleo cru. Também esta, era importada da Alemanha (...)” (Marcuzzo, 1982, p. 103/104). Essa firma, por volta de 1916, já havia importado da Alemanha uma trilhadeira movida a força animal, que usava para prestar serviços. Era uma inovação que acarretava mudanças na produção agrícola. Porém, nem todos conseguiam comprar esse serviço, e, mesmo a partir de 1930, muitos continuavam a usar o manguá, a foicinha, o saraquá etc. em suas práticas agrícolas diárias, de forma semelhante como faziam no Vêneto e no Friuli no final do século XIX.

“O espaço de tempo decorrido entre 1930 e 1947 foi uma época pacata para não dizer monótona, época onde não havia inflação, nem *ganância* pelo bem estar e nem pelo dinheiro. Os colonos, de modo geral, eram ‘pobretões’, exceção feita aos Venturini e aos Moro, que tinham alguns contos de Réis a juro (...)” (Bellinaso, 1984, p.162). Para nós, Bellinaso não consegue apreender as mudanças que se efetivam nas atividades produtivas e nas demais da vida diária na Colônia Silveira Martins, encobertas pelo ritmo lento, mas oferece subsídios que reforçam nossa tese do ritmo lento de desenvolvimento, das desigualdades entre as unidades produtivas e entre as famílias e da lógica das atividades não tipicamente capitalistas, sem *ganância pelo dinheiro*, como menciona, pelo menos nas produções artesanal e agrícola.

Essa face da re-territorialização italiana sinônima de sofrimento e pobreza para a maioria dos artesãos e produtores agrícolas, não ocorria com os comerciantes. Conforme Bellinaso (1984), alguns negociantes, no início dos anos 1930, enfrentaram significativas dificuldades decorrentes da crise de 1929, como Bruno Pippi no Núcleo Norte, porém, as atividades comerciais, ao que tudo indica, apesar da diminuição em sua quantidade, estavam na década de 1920, ainda, a todo vapor.

As casas comerciais da época como a de Prendin, a de Cervi, de Mazzonetto, de Raimundo Cauduro, de Maximiliano Noal, dos Thomasi e outras, revelavam o desenvolvimento econômico comercial, a força de alguns comerciantes e o incremento das relações mercantis, mesmo sem a generalização da produção genuinamente capitalista nas unidades produtivas artesanais e agrícolas. Era na circulação que a produção capitalista se

cristalizava. Inclusive, em duas casas comerciais apareciam *empregados* e “*operários*”, sinal do desenvolvimento econômico e de relações mercantis mais intensas, sobretudo nas vilas de Silveira Martins, Arroio Grande, Soturno e Vale Vêneto.

Na casa dos Thomasi, no Núcleo Soturno, tantas eram as transações, que adquiriram, em 1924, um caminhão para transportar suas mercadorias²⁶⁰; emprestavam dinheiro aos produtores agrícolas e artesãos cobrando juros (6% ao ano entre 1919 e 1921) e, quando guardavam o dinheiro desses, como depósito, também cobravam juros (6%). Essa era uma prática comum dos negociantes que dominavam e controlavam a circulação do papel moeda e subordinavam os produtores diretos, objetivando seus territórios de atuação e controle.

Os Thomasi, na relação social de troca, além de papel moeda, também recebiam, às vezes, alguns produtos como o fumo, a alfafa, milho, trigo, arroz, vinho, ovos e banha e, *dias de trabalho* (esta era uma nova forma de pagamento dos manufaturados consumidos que aparece pela primeira vez, em 1929, nos *livros caixas* e *cadernetas* que localizamos) que abatia na dívida dos agricultores. Destas três formas de pagamento, dinheiro, produto e trabalho, a maior parte dos gastos, como em 1913 com Prendin, eram pagos em dinheiro, desde 1916 até 1932. Nos casos da “entrega” dos produtos agrícolas para abater na dívida, em 100% deles, a dívida dos produtores agrícolas ou dos artesãos sempre foi maior do que seu crédito. Sempre tinham que pagar o restante em dinheiro, o que mantinha a relação de subordinação do produtor imediato. Isso significa que os produtores diretos estavam, cada vez mais e constantemente, dependentes do mercado e dos agentes do capital.

Como ilustração, em abril de 1920, com um saco de trigo vendido ao comerciante Thomasi a 15.000 réis, podia-se comprar 7,5 metros de tecido ou um guarda-chuvas (15.000 réis cada). Em 1929, tinha-se que vender ao comerciante 3 dúzias de ovos para comprar 1 kg de pregos, ou, enquanto vendiam o fumo a 1.400 réis por kg, pagavam 7.500 por um par de chinelos! Esse mesmo par de chinelos, em 1916, custava 3.000 réis, ou seja, aumentou 150% entre 1916 e 1929, enquanto que o preço da saca de trigo, entre 1920 e 1928, aumentou apenas 26,6%. O tecido, em 1916, custava 1.100 réis por metro e em 1932, passou a custar 2.100, aumentando 90,9% no período, menos que os chinelos e mais que o trigo, provavelmente em decorrência da expansão da indústria têxtil no Brasil.

²⁶⁰ Re-vendiam óleo de oliva, botões, querosene, chapéus, soda, chinelos, sal, açúcar, doces, carne, vinho, alimentos diversos, banha, sabão, tecidos, livros, pregos, azeite, baldes, erva-mate, tesouras, vidros, bacalhau, tripas, lamparinas etc.

Outra casa comercial importante nesse momento (1925) é a de Raimundo Cauduro, fundada em 1892, com matriz em São Paulo e, paradoxalmente, a filial em Arroio Grande: “La poderosa Ditta importa tutti i generi indispensabili alla vita coloniale ed esporta negli Stati di Rio Grande, San Paolo e Rio de Janeiro tutti i prodotti coloniali, senza eccezione alcuna. É uno scambio di compra-vendita che importa in parecchie migliaia di contos, annualmente” (Crocetta, 1925, p.271)²⁶¹. Era a circulação de mercadorias propiciando a formação de uma rede extra-local, em que se dava a circulação de alimentos e demais manufaturados no mercado interno e concomitante transferência de sobretrabalho dos imigrantes italianos e seus descendentes da Colônia Silveira Martins. Aquela interligação apontada por Lagemann (1996) entre as colônias agrícolas do Rio Grande do Sul e outros mercados do Brasil materializada pelos negociantes de Porto Alegre, também se efetivava, portanto, por alguns agentes do território em questão. As redes locais que já apontamos estavam sob as extra-locais, inclusive, interligando os agentes sociais da Colônia Silveira Martins com o exterior, como objetivava Artemio Cervi.

A casa comercial de Artemio Cervi foi fundada em 1910.

“(...) Il signor Artemio Cervi é importatore ed esportatore di miriardi di articoli, coltivatore e fornitore di tabacco del Governo italiano, coltivatore del baco da seta, agente del Banco Popolare per il Rio Grande del Sud, agente dell’ufficio postale locale. La sua casa A Preferida si occupa di (...) svariato commercio, compra e vende tutti i prodotti della colonia (...).” (Crocetta, 1925, p.274)²⁶².

Artemio Cervi era intermediário na exportação de fumo de Silveira Martins para a Itália (Toscana e Nápoles). Além disso, re-vendia vestidos da moda, tecidos, lã, perfumes finos, ferramentas agrícolas (arados importados da Europa), chapéus, licores, drogaria, conservas alimentares, queijo, cereais, vinhos nacionais e importados, salame etc. Tinha, conforme esta mesma fonte, 5 empregados e mais de 40 “operários”!

Enfim, ganhava comprando e re-vendendo produtos coloniais e manufaturados e contribui na apropriação do trabalho excedente por terceiros. As unidades produtivas familiares da Colônia Silveira Martins, como se observa, eram unidades produtivas e consumidoras. E consumidoras inclusive de artigos importados, o que representava desenvolvimento, pelo menos para alguns consumidores privilegiados, principalmente, dos

²⁶¹ “A poderosa casa importa todos os gêneros indispensáveis à vida colonial e exporta nos estados do RS, SP e RJ todos os produtos coloniais, sem exceção. É uma troca de compra e venda que importa alguns milhares de contos anualmente”(Idem).

²⁶² “O sr. Artemio Cervi é importador e exportador de inúmeros artigos, cultivador e fornecedor de tabaco do governo italiano, criador do bicho da seda, agente do Banco Popular no RS e agente do correio local. A sua casa, *A preferida*, tem um comércio variado, compra e vende todos os produtos da colônia” (Idem).

próprios comerciantes. Outro aspecto importante, é que algumas mercadorias manufaturadas e re-vendidas na Colônia Silveira Martins pelos negociantes, eram similares e concorrentes de alguns produtos artesanais locais, como os vinhos importados, os chapéus, ferramentas agrícolas, o açúcar refinado, cervejas, entre outras.

Desse modo, os mecanismos que se configuravam na década de 1920 no território da Colônia Silveira Martins eram mais diversificados e dinâmicos do que no início da produção desse lugar e do que aqueles que identificamos em 1913. A partir de 1920, os comerciantes, após trocarem dinheiro por mercadoria, trocavam mercadoria por dinheiro; mercadoria por mercadoria e mercadoria por dias de trabalho, além de cristalizarem empréstimos e a guarda de dinheiro, cobrando juros. Eram todos mecanismos de integração e entrega entre os negociantes e os produtores diretos, no processo de sujeição do trabalhador agrícola e/ou artesão. Enquanto isso, a maioria das casas residenciais dos agricultores de Silveira Martins continuavam cobertas por tabuinhas! Pouquíssimos produtores agrícolas e artesãos tinham suas casas de pedras e tijolos!

Nas *vendas*, os comerciantes agiam personificando o capital, como local de troca de mercadorias e como local de informações sobre o que e como produzir, o que comprar e o que vender. Além do papel econômico, os negociantes desempenhavam um papel político e até cultural como estratégia para dinamizar o circuito de rotação do capital. Conquistando a simpatia dos agricultores e artesãos, mais pobres, agiam como conselheiros para efetivação de suas atividades produtivas. Eles agiam na intermediação no processo de submissão daquele lugar de caráter mais identitário, cultural, à lógica do capital, cada vez mais intensa e complexa. O momento da troca, abstrata e concretamente, manifestava-se cada vez mais na vida cotidiana dos agentes sociais: inicialmente, sem a interferência do papel moeda e logo com a lenta intensificação de seu uso.

Contraditoriamente, o produtor imediato, produtor agrícola e artesão agricultor, das mãos calejadas e pés rachados, era sujeitado e explorado, entregando parte do resultado de seu esforço e do esforço de sua família a terceiros que não participavam diretamente da produção. O próprio transporte dos produtos agrícolas até Santa Maria e Júlio de Castilhos, efetivado pelos *carroceiros*, continuava servindo de meio para exploração, justificada pelo custo do transporte.

Na década de 1920, a cidade de Santa Maria permanecia a principal “praça” de distribuição e comercialização da produção agrícola da Colônia Silveira Martins em virtude da estrada de ferro. Essa circulação envolvia, conforme o *Comitato locale* (1925) e Crocetta (1925), várias cidades do Rio Grande do Sul, sobretudo Porto Alegre e também outros lugares

da Federação como dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, através das redes de circulação extra-locais.

As redes são constituintes do território e, ao mesmo tempo, tornam-no um *ponto*, um território articulando a outros territórios. No primeiro processo dá-se uma *introversão* e no segundo, uma *extroversão*, como afirma Haesbaert (1997). O primeiro, para nós, assenta-se na conjugação de fatores econômicos, políticos e culturais, e o segundo, sobretudo, na dinâmica econômica, mas também, significativamente, nas faces política e cultural, estabelecendo redes estaduais, com uma velocidade, na Colônia Silveira Martins, pouco acelerada. “(...) A rede (...), figura numa posição ambivalente, ou seja, pode gerar a coesão no interior de um território, alimentando uma territorialidade, e/ou promover o desenraizamento através da aceleração dos fluxos e da mobilidade exteriores a esse território” (Haesbaert, 1997, p.245). As interrelações se dão tanto no nível interno como no externo, sendo estas últimas lentas e não muito intensas na Colônia Silveira Martins, que articula-se com outros território do Rio Grande do Sul, do Brasil e mesmo do exterior.

Internamente, apesar das territorialidades comerciais e artesanais produzidas, aconteceu uma certa convergência das relações políticas e econômicas à vila de Silveira Martins, mais antiga e locus administrativo nos primeiros anos, mas com efeitos até os anos 1920. A partir daí, lentamente, deu-se um “desligamento” entre os agentes sociais da sede, Silveira Martins e os dos Núcleos Norte e Soturno, que se relacionaram mais com os do município de Júlio de Castilhos.

Culturalmente, no nível interno, já não constatamos essa mesma convergência. A rede provocou uma certa coesão do grupo ou entre parcelas dele com suas respectivas linhas de residência e ligou-os à outras instâncias socioespaciais, especialmente nos primeiros anos da colonização na área, com uma conotação mais afetiva na medida em que alguns italianos mantinham relações com parentes ou amigos que permaneceram na Itália, através de cartas, de algumas viagens, lendo jornais e livros italianos e da remessa de algum dinheiro, apesar das dificuldades impostas pelas distâncias, pelo custo e pela precariedade das vias e meios de circulação. Eram redes identitárias e de solidariedade, contrapondo a *racionalidade* econômica, como aquela das duas agências bancárias instaladas na vila de Silveira Martins demonstrando a circulação do capital e a interligação extra-local.

Ainda no nível interno, no processo de produção do território na Colônia Silveira Martins, houve outras conquistas importantes nos anos 1920, além de algumas inovações nas práticas agrícola e artesanal, como as construções de farmácias e escolas. Em 1925, surgiram duas farmácias na vila de Nova Palma, onde *farmacêuticos* agiam regularmente até 1943 e

uma na vila do Núcleo Norte. Pouco antes iniciou-se uma farmácia em Arroio Grande, uma em Vale Vêneto e uma na vila de Silveira Martins. Um primeiro médico em Nova Palma atendeu periodicamente entre 1930 e 1933, mas somente em 1935 efetivou-se a Sociedade Hospital Nossa Senhora da Piedade, responsável pela construção do primeiro e único hospital inaugurado em 1938 e ainda existente em Nova Palma. A partir daí, vários médicos vieram de Santa Maria para clinicar em Nova Palma. Em 1925, existiam seis farmácias no território correspondente à Colônia Silveira Martins, diante das duas que existiam em 1914 (200% de aumento). Esses foram também sinais do desenvolvimento, em ritmo lento, mas objetivando-se no processo de territorialização.

Pelo que conseguimos constatar, em 1925, conforme as mesmas fontes da Tabela n. 5, havia em torno de 24 escolas na Colônia Silveira Martins²⁶³ frente às 17 em 1914, sendo 20 públicas (83%) e 4 particulares, da Igreja. O aumento no número de escolas foi de aproximadamente 40% nesse período e, sua distribuição tornou-se mais ou menos equitativa. As escolas da Igreja localizavam-se em Novo Treviso, Ivorá e Vale Vêneto, principalmente neste último que, de acordo com Santin (1986), tornou-se a partir do início dos anos 1920, o *centro religioso da colônia e, também, o centro cultural e educativo da região* até 1950.

Mesmo assim, apesar desses sinais de conquistas e melhorias, parece-nos que na década de 1920, os moradores da Colônia Silveira Martins, em geral, ainda não tinham conquistado níveis satisfatórios de vida. Também, houve uma diminuição na quantidade de estabelecimentos produtivos, em decorrência, sobretudo, da precariedade nas vias e meios de circulação e do mercado consumidor local, da concorrência de mercadorias importadas e nacionais e da crise econômica do pós-I Guerra Mundial, em que a recessão e a re-articulação internacional envolviam o Rio Grande do Sul até a década de 1930. Nessa crise, as oscilações e as baixas dos preços dos produtos agropecuários foi uma constante, situação agravada pela falta de crédito e pela concorrência enfrentada pelos agentes econômicos do Rio Grande do Sul no mercado interno brasileiro.

Conforme Sponchiado, em entrevista, na Colônia Silveira Martins desde 1921: “Foi um desastre até 1934. Ficou estoques agrícolas e não conseguiram vender. Os negociantes mais fracos, que só tinham este negócio, faliram. Houve falências em toda região. Alguns compraram alguma terrinha noutra lugar”. Outros migraram para as cidades mais próximas: “Em 1925, o casal de imigrantes italianos Leonardo e Ana Sangoi saíram de Linha Base (Silveira Martins), em procura de uma nova oportunidade de negócios e estabeleceram-

²⁶³ Eram 5 escolas públicas em Nova Palma; 5 públicas e 1 da Igreja em Ivorá; 1 das Irmãs em Novo Treviso; 1 das Irmãs e 1 seminário em Vale Vêneto; 2 em Arroio Grande e 8 escolas em Silveira Martins.

se com um pequeno moinho de trigo e milho em Camobi (...)” (Beber, 1998, p.221). Camobi pertence ao município de Santa Maria. “Na mesma época da família Sangoi, com a mesma procedência e com a localização na rua Domingos Almeida 2.748 (cidade de Santa Maria)²⁶⁴, os irmãos (...) Trevisan abrem um grande armazém de secos e molhados (...)” (Idem, p.222). Em Novo Treviso, o comerciante Busanello também migrou em 1925 para Santa Rosa/RS, onde tinha terras adquiridas em 1916. São as características do processo de re-territorialização italiana na Colônia Silveira Martins, onde não só as permanências e as inovações coexistem no tempo e no espaço, mas também as falências e as negações da própria territorialização, do enraizamento.

Outro indicador da crise dos anos 1920 na Colônia Silveira Martins foi a atividade criatória. De acordo com Faria (1919) e com os Relatórios Municipais de Júlio de Castilhos dos anos de 1929, 1930 e 1933, o número de bovinos nos Núcleos Norte e Soturno aumenta 24% entre 1903 e 1919. A quantidade de muares aumenta 100% no mesmo período e lugar e a de eqüinos diminui 30%, provavelmente porque as mulas e os bois eram mais usados na prática agrícola e na tração das carroças e *carretas*. Apenas em 1905 apareceram os ovinos e suínos nos Núcleos Norte e Soturno, como alternativa para a alimentação familiar, mas principalmente de produção de ganho extra, pois vendiam o porco vivo e fabricavam salame e banha. Por isso, o número de suínos aumentou em torno de 3.800% entre 1905 e 1919 nessas localidades, sobretudo em Soturno, onde edificou-se um matadouro de suínos para a produção de presuntos entre 1911 e 1917.

Porém, entre 1919 e 1929, a criação de animais diminuiu, no total, nos Núcleos Norte e Soturno, 43%. Em 1933, a criação de suínos incrementada nas duas primeiras décadas do século XX, sofreu uma redução significativa, passando das 21.000 cabeças nos Núcleos Norte e Soturno, em 1919, para 1.559, porque os suínos passaram a ser criados principalmente para a subsistência familiar e não mais para a comercialização e em razão de doenças dissimuladas na área. Houve uma inversão na lógica dessa criação, decorrente dos baixos preços do porco vivo, da banha e do salame.

Nas atividades vinícolas, sempre importantes nos territórios de colonização italiana no Rio Grande do Sul, na Colônia Silveira Martins, em virtude da má qualidade das variedades das videiras e das técnicas rudimentares de cultivo, diminuiu a quantidade dos parreirais e a produção de vinho; não se efetivou um salto quanti-qualitativo na produção.

Enquanto isso, no nível de Brasil, conforme Singer (1977), a produção industrial, em 1920, concentrava-se no eixo São Paulo-Guanabara-Rio de Janeiro, responsável por

²⁶⁴ Esclarecimento nosso.

52,3% da produção brasileira, enquanto o Rio Grande do Sul respondia por 11%, 2,5% menos que em 1907. Conforme Reichel (1993), na década de 1920, o parque fabril do Rio Grande do Sul estava baseado em indústrias de pequeno porte, transformando matérias-primas agropecuárias locais²⁶⁵. Ou seja, quando São Paulo já despontava como “centro” nacional de acumulação, outros lugares do Brasil estavam em diferentes níveis de desenvolvimento econômico industrial.

No Rio Grande do Sul, no final da década de 1920 e início dos anos 1930, os representantes políticos do setor pecuarista ainda se comportavam como hegemônicos na economia e na política. Na economia brasileira, o estado sulino era: “(.) Um Estado de economia subsidiária, voltado para o mercado interno, zona de um capitalismo incipiente que se encontrava em discordância com a orientação da política econômica nacional e com a hegemonia do grupo cafeicultor paulista no poder” (Pesavento, 1980, p.40). Isso, apesar do enfraquecimento da política agroexportadora no país, mas esse momento histórico, como outros, continua marcado por desigualdades regionais sustentadas pelas oligarquias locais que alimentam tempos desiguais de desenvolvimento e re-produzem seus territórios de mando (e vice-versa). Internamente, o RS permanecia marcado por desigualdades e diferenças significativas.

Na Colônia Silveira Martins, nos anos 1930, além das já referidas, destacou-se a “fábrica” das *Trilhadeiras Tigre* localizada em Faxinal do Soturno, área de expansão territorial, que faliu em 1939. Foi na década de 1930, também, mais precisamente em 1931, que foi criado um dos primeiros sindicatos. Foi o *Sindicato Agrícola de Fumo*, com sede em Faxinal do Soturno, mas com seus associados, na maior parte, residentes em Nova Palma. Eram 34 plantadores de fumo, sócios, com o objetivo de facilitar a comercialização do produto²⁶⁶. Porém, seus registros acabaram em junho de 1934, segundo Sponchiado, em depoimento, porque o próprio tesoureiro do sindicato manipulava a comercialização do fumo até 1940, quando migrou para São Gabriel/RS, juntamente com outros produtores agrícolas. Com isso, reforçado pelo desinteresse dos sócios, o sindicato, que poderia contribuir para melhorar a organização de cultivadores de fumo, teve desvirtuado seu papel e deixou de existir definitivamente.

E a década de 1930 parece mesmo ter sido uma década de efemeridades. Em 1930 foi criada a *Sociedade Cooperativa de Fumo e Derivados em Nova Palma*, extinta por

²⁶⁵ Na década de 1920, as melhorias feitas no serviço de água a partir de 1904; a eletrificação do transporte de bondes em 1907; a eletrificação pública em 1908 e a modernização do porto entre 1913 e 1920 contribuem à concentração industrial em Porto Alegre.

²⁶⁶ Conforme consta no Livro de Atas da Assembléia Geral Constitutiva.

volta de 1940, segundo Sponchiado, porque seus sócios desejavam conquistar lucros imediatos. De acordo com Pimentel (1952), em 1937, foram organizados o *Consórcio Cooperativo da Cana e Mandioca em Nova Palma*; a *Cooperativa de Vinhos e Derivados Nova Palmense* e a *Sociedade Cooperativa de Álcool e Aguardente e Derivados Flor da Colônia*, também em Nova Palma. Todas têm pouca duração, tanto pela precariedade da produção e comercialização, pela falta de experiência organizativa e de gestão como pela força dos comerciantes, intermediários, que diminuiriam seus lucros. Assim, não planejaram e não se organizaram a ponto de facilitar a comercialização e a conquista de melhores preços pelo fumo, vinho etc. Desistiram diante das dificuldades impostas pelo mercado e pela classe hegemônica local.

Essa foi mais uma das faces da re-produção das forças e relações de produção de forma não caracteristicamente capitalista, integrada à dinâmica capitalista clássica e por isso expressão de suas contradições internas. Foi mais uma característica da territorialização na Colônia Silveira Martins. Os colonizadores tentaram construir alternativas para melhorar os ganhos, mas foram sufocados pela própria inexperiência, pela dinâmica econômica e pela classe dominante. Os diferentes territórios são constituídos pelo capitalismo como modo produtivo em tempos desiguais e as organizações sociais, quando re-produzidas, são moldadas, geralmente, pela força do capital. Congugam-se, nesses territórios, contradições e conflitos, conquistas e não-conquistas, mudanças e não-mudanças.

Um depoimento de um dos Prefeitos Municipais de Júlio de Castilhos, em 1933, mostra um pouco disso:

“A falta de organização (...) dos nossos produtores, tem impedido que o vinho produzido neste município se torne conhecido e consumido fora dêle. Para sanar este mal, que tão diretamente afeta a nossa economia municipal, a prefeitura vai entrar em entendimento com o Governo do Estado, no sentido de vir a êste município um técnico para orientar os nossos produtores de vinho na organização e desenvolvimento da sua produção” (Relatório da Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1933, p.8).

Isso revela o caráter regional da economia na Colônia Silveira Martins, a rudimentaridade da produção e a concomitante necessidade de inovações técnicas defendidas ainda por Carvalho (1886), mas também o abandono a que estavam submetidos os produtores de vinho e a dependência em relação à possível “ajuda” do Estado, uma vez que esse relatório, como os demais desse município, assentava-se na situação e nas necessidades dos criadores de gado, latifundiários hegemônicos na política local e que por isso, sufocavam os italianos e seus descendentes nos Núcleos Norte e Soturno.

Lenta e concomitantemente, o espaço em questão também sofreu mudanças significativas em sua estrutura fundiária, especialmente a partir de 1920, em virtude do crescimento vegetativo, das migrações, da prática agrícola conservadora e primitiva, dos baixos ganhos etc.

No distrito de Silveira Martins, em 1937, a homogeneidade no tamanho das propriedades rurais constatada no início da colonização não existe mais, resultado das vendas dos lotes de chão ou parte dos mesmos com o passar dos anos. Em 1937, o tamanho médio dos lotes rurais no distrito de Silveira Martins era de 28,3 ha, superior aos 21,53 ha de 1882. Ao mesmo tempo, notamos uma fragmentação de lotes rurais em virtude da divisão por herança e uma pequena concentração fundiária a partir da migração, pois os que permaneciam e tinham recursos para tal, adquiriam os lotes ou parte das terras dos que migravam. Do total de *contribuintes*, em 1937, nesse distrito (355 propriedades), 20,5% tinham entre 1 e 10 hectares; dois casos revelam muito bem a partilha dos lotes rurais por herança: trata-se das famílias Mezzomo e Guerra com 4 lotes de 6 ha para cada um dos 4 indivíduos e 4 lotes de 7 ha para cada um dos 4 membros da família, respectivamente²⁶⁷. Por outro lado, 39,6% dos *contribuintes* estavam no estrato entre 31 e 130 hectares, o que demonstra também uma concentração do solo rural, fenômeno social que ocorreu também nos Núcleos Norte e Soturno.

Dos 410 lotes rurais relacionados no Núcleo Soturno, em 1950, apenas 34,2% estavam no estrato predominante no início da colonização (11-30 ha), o que também notamos no Núcleo Norte²⁶⁸, onde 41,2% dos 430 *contribuintes* estavam nesse mesmo estrato, diante, respectivamente, dos 99 e 97,9% de 1891 e 1889! O que mais nos chama a atenção, por um lado, é a fragmentação dos lotes rurais: respectivamente, nos Núcleos Norte e Soturno, 13,5 e 14,1% das propriedades estavam, em 1950, entre 1 e 10 hectares, e, por outro, a relativa concentração fundiária, como no distrito de Silveira Martins, mas com a agravante de algumas unidades produtivas terem mais de 200 hectares²⁶⁹. Com isso, o tamanho médio dos lotes rurais nos Núcleos Soturno e Norte aumentou mais de 100%, passando, respectivamente, para 46,9 e 40,9 ha em 1950, em razão dos motivos já expostos, o que conferia um tamanho médio para os lotes rurais de Silveira Martins,

²⁶⁷ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: Contribuintes do Imposto Territorial Rural do quarto distrito (Silveira Martins) em 1937.

²⁶⁸ Levamos em consideração apenas os proprietários com sobrenome italiano, pois o território desse distrito extrapola os limites do Núcleo Norte. Apresentamos os dados de 1950 porque não localizamos os de 1937. Fonte dos dados: *Lançamento Estatístico de Impostos e Taxas do município de Júlio de Castilhos, exercício de 1950*.

²⁶⁹ Eram 12 propriedades rurais nos distritos do Núcleo Norte e Soturno.

Núcleo Norte e Soturno na década de 1940, de 38,7 hectares, diferentemente da média do início da colonização (21,61 ha).

Sucintamente, a subdivisão dos lotes do chão rural efetivou-se a partir da conclusão da expansão territorial nas terras “*devolutas*” demarcadas. Já a partir dos anos 1920 ocorreu, ao mesmo tempo, um processo lento de concentração fundiária.

Por um lado, essa pequena concentração dos lotes rurais indica as transações de compra e venda e a concomitante realização da renda capitalizada para os proprietários que re-vendiam, por outro, parece-nos condição de sobrevivência na unidade produtiva familiar e da própria re-produção desta renda para os que permanecessem territorializados. Essas mudanças na estrutura fundiária mostram indícios da penúria em que viviam os produtores agrícolas e artesãos e mesmo da migração como produto dessa situação, pois os primeiros filhos que casavam recebiam um pedaço de chão no lote da(s) família(s), mas como esta(s) era(m) grande(s), os filhos mais jovens acabavam forçados a migrar.

Em 1940, no distrito de Silveira Martins, o número médio de indivíduos por lote rural foi de 8,7, ou seja, 142% maior que nos primeiros anos da territorialização quando era de 3,6. Em 1888, essa média já era de 4,5 e em 1914, cerca de 6,2. Pelo mesmo raciocínio, temos, em 1950, no Núcleo Norte, uma média de 10,3 pessoas por lote rural e no Núcleo Soturno, 8,6, o que condicionou o desenvolvimento nas unidades produtivas e forçou a des-territorialização, a partir do processo contraditório e concomitante de fragmentação e concentração fundiária rural, negação do movimento de territorialização.

Essa característica de famílias grandes foi condicionada pela produção familiar nos moldes rudimentares que era efetivada, exigindo força de trabalho braçal, o que Ianni (1972) denominou de *ideologia da família numerosa* ao referir-se à situação italiana no período da chamada grande emigração. Tal marca foi herdada daquela situação e reproduzida na Colônia Silveira Martins, onde o baixo nível de instrução agravava e facilitava a re-produção biológica e da força de trabalho alimentando o mercado de trabalho *livre*, pois a produção, na forma como era efetivada, não absorvia todo o potencial de recursos humanos disponível.

Fazendo um cálculo aproximado, entre as médias de Silveira Martins em 1940 e dos Núcleos Norte e Soturno em 1950, temos cerca de 9,2 indivíduos por lote rural na colônia na década de 1940. Ou seja, do início da colonização até 1914 a média de pessoas por lote rural aumentou em torno de 72% e de 1914 até os anos 1940 apenas cerca de 48%, em virtude das migrações. No geral, do início da apropriação e produção do território na Colônia Silveira Martins até a década de 1940, o número de pessoas por lote rural aumenta

cerca de 155%, intensificando o uso das unidades produtivas familiares e dificultando a sobrevivência familiar nos moldes como as práticas agrícola e artesanal eram cristalizadas.

No entanto, os comerciantes continuaram dinâmicos e dominantes em seus territórios, como os já referidos ou como Raimundo Alessio em Nova Palma que passa a vender sorvetes e oferecer jogos de bochas e cartas; como Afonso Pozzobon ou a família Mainardi em Arroio Grande. Nesse sentido, os carroceiros permaneceram transportando as mercadorias até a chegada dos caminhões: eram os *condutores de tração animal* que tinham, inclusive, carteira de habilitação concedida pelas Delegacias de Trânsito e Acidentes de Júlio de Castilhos e de Santa Maria.

E foram os comerciantes, intimamente ligados aos agentes políticos dominantes, que promoveram mudanças nas comunicações no território da Colônia Silveira Martins. Eles dificultaram as emancipações políticas das localidades constituídas com a re-territorialização italiana e dinamizaram a circulação e a comunicação para manter seus domínios, seus controles *no* espaço, seus territórios. Dinamizaram, juntamente com os demais agentes sociais, as mudanças territoriais no espaço da Colônia Silveira Martins.

Produto e condição do processo de expansão capitalista e, ao mesmo tempo, significando melhorias nas comunicações, em 1929, iniciou-se a construção de uma linha telefônica ligando Val de Serra, o Núcleo Norte e o Núcleo Soturno: “Será um melhoramento que muito contribuirá para o desenvolvimento daquelas zonas coloniais. Para isso os colonos prometem todos os postes e parte do fio. Será fácil depois ligar estes districtos com Pinhal Grande, ficando portanto esta grande parte do município com este meio rápido de comunicações com a villa e todo o estado.” (Relatório Municipal de Júlio de Castilhos, 1930, p.21/22). Deu-se lentamente uma dinamização nas redes de comunicação²⁷⁰.

O telefone era uma resposta à necessidade de acelerar a velocidade de circulação da informação entre os principais agentes econômicos e políticos, excluindo, evidentemente, os demais. Primeiro foi a sede da colônia, Silveira Martins, interligada por volta de 1915 com a cidade de Santa Maria. Em 1932, inaugurou-se a linha telefônica na vila do Núcleo Norte e, em 1933, na vila de Soturno, revelando o desenvolvimento a

²⁷⁰ “Os primeiros telefones eram fixados na parede. O usuário, em pé, tocava a manivela à direita do corpo de madeira do aparelho. Nesse instante, no Centro, caía uma placa metálica que cobria a tomada correspondente ao número do assinante. A telefonista colocava o ‘plug’ de seu aparelho com fones de ouvido e entrava em contato com o usuário. Este, falando numa espécie de bocal fixo ao corpo do telefone (...), pedia, dando em geral não o número, mas o próprio nome da pessoa com quem desejava falar. O funcionário, que praticamente conhecia a todos, ligava ambos os telefones (...) e, com uma manivela, fazia chamada do número pedido.” (Costa, 1991, p.298).

objetivar-se em momentos distintos e contribuindo na re-produção do território na Colônia Silveira Martins. Só a partir da década de 1930, portanto, essas duas localidades foram interligadas à cidade de Júlio de Castilhos, modificando, através do telefone, as relações pré-existentes. O telefone facilita, pelo menos para alguns, o acesso às informações, ativando as relações entre as pessoas e os lugares; encurta distâncias e acelera o tempo, lentamente.

Dupuy (1982) enfatiza os efeitos do telefone nas famílias, nos indivíduos e nas administrações. O telefone influencia na rentabilidade de alguns setores produtivos e de alguns indivíduos, na educação, nos transportes, na comunicação etc, sobretudo, no espaço urbano. Segundo Dupuy, o telefone é uma evolução técnica muito ligada à transformação do espaço urbano e para nós, também, é uma técnica de comunicação que mediatiza a produção e apropriação de um território. Essa técnica é uma manifestação da vida social, produto e condição de novas relações entre os indivíduos e setores, servindo de base para a formação de redes de circulação e comunicação. Nesse sentido, as redes de informação contribuem para acentuar as desigualdades sociais, pois favorecem alguns agentes sociais em detrimento de outros, e, ao mesmo tempo, lentamente, contribuem para diversificar, dinamizar e complexificar a vida cotidiana dos indivíduos, a partir, concomitantemente, das estratégias políticas do governos municipais e dos agentes econômicos.

As vias de circulação, por exigirem infraestrutura e pelo fluxo de mercadorias, são visíveis e portanto facilmente detectadas, o que não favorece aos detentores do poder políticoeconômico porque o poder nem sempre quer ser visto; seu ideal é ver sem se mostrar. Eis porque a comunicação, com o passar dos anos, assume cada vez maior importância e velocidade. Com ela e através dela o poder pode controlar, vigiar, dominar, intervir quase imperceptivelmente.

Desse modo, produziu-se o território na Colônia Silveira Martins e no Rio Grande do Sul, no movimento de apropriação e produção do território brasileiro até o início do século XX, de forma pouco articulada, ou pelo menos, sem uma interação expressiva, e, intimamente articulado ao poder de mando das oligarquias regionais que, política e economicamente, moldaram seus territórios de domínio. E foi a prioridade de produção agrícola para exportação no século XIX, no dizer de Sposito (1999a), que caracterizou a dinâmica econômica no território brasileiro em torno de *ilhas*. Até 1930, destacaram-se as oligarquias regionais, política e economicamente voltadas para “dentro”, para um mercado específico, regional.

Segundo Oliveira (1993), o Brasil tinha uma economia nacional, mas formada por diferentes economias regionais. Para esse autor, o desenvolvimento industrial que ocorreu em

São Paulo iniciou a definição da *divisão regional do trabalho* na economia do país. Essa redefinição regional, superou a imediatamente anterior caracterizada por *economias regionais*, tanto no nível da federação como no estadual, pois a industrialização no Brasil consolidou-se e acelerou-se a partir de 1929 com a depreciação cambial e com o encarecimento repentino de produtos importados, gerando mudanças profundas na formação do território brasileiro, em que, o Estado, então denominado burguês²⁷¹, continuou proporcionando as condições básicas ao processo de produção e acumulação de capital.

E um momento importante nesse salto, também destacado por Goldenstein e Seabra (1982), no pós-1930, foi o fim das barreiras alfandegárias que existiam entre os estados facilitando a circulação de mercadorias entre os mesmos. Outro fator nesse processo foi a construção de rodovias e de outras redes de comunicação ligando o Sudeste com o Sul, que fomentou a formação do mercado interno. As produções industrial e agrícola do Sudeste começaram a competir cada vez mais com as de outras regiões. Ou seja, se, por um lado, ocorreu um processo de concentração industrial no Sudeste, sobretudo em São Paulo²⁷², por outro, aconteceu o enfraquecimento de atividades menos dinâmicas, tanto com relação à escala de produção, como em relação às técnicas e às tecnologias usadas. As indústrias do Sudeste, além de terem garantido o principal mercado em expansão, que era o do próprio Sudeste, conquistaram mercados em outros lugares do Brasil. Trata-se, no nosso entendimento, de um momento decisivo no processo de expansão do capitalismo no Brasil e da concomitante produção de uma economia de mercado interno, de fomento e incremento, em continuidade ao movimento que evoluiu e gerou a re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul e a Colônia Silveira Martins.

No processo de formação do território brasileiro, a divisão social e territorial do trabalho leva a uma circulação (e comunicação) e complementaridade cada vez maiores e, ao mesmo tempo, a dinamização desse movimento de circulação e comunicação permite um aprofundamento na divisão social e territorial do trabalho, acentuando as desigualdades entre os territórios. Neste processo: “O Rio Grande do Sul, tradicional estado de economia periférica, fornecedor do mercado interno brasileiro, aparecia com um sentido preciso, colaborando para a estruturação deste novo modo de acumulação de capital que se gerava e

²⁷¹ Ianni (1971 e 1989).

²⁷² Concentração resultante, conforme Singer (1977), sobretudo, da *extensão do mercado regional* e, ao mesmo tempo, de mudanças nas relações de produção. Além disso, contribuíram para essa questão, o desenvolvimento na rede de transporte, principalmente a ferroviária, e na produção de energia elétrica; a força de trabalho existente; as matérias-primas; a crise da produção cafeeira; o desenvolvimento do *espírito burguês* e de habilidades empresariais; a acumulação de capital proveniente da lavoura cafeeira e a intervenção do capital

onde o setor agropecuário tinha o papel de fornecer alimento a baixo preço.” (Pesavento, 1980, p.49). Assim, o Rio Grande do Sul permanece na economia brasileira com um papel subsidiário, complementar.

Esse movimento de expansão do Modo Capitalista de Produção e seus aspectos culturais provoca outras mudanças (que se objetivam pela conquista) territoriais significativas na Colônia Silveira Martins a partir de 1920 e, principalmente, a partir de 1930. De acordo com os Relatórios dos Intendentes Municipais de Júlio de Castilhos, entre 1923 e 1933, deu-se, nos Núcleos Norte e Soturno, um aumento constante no número de *veículos* cujos proprietários eram *contribuintes*, sobretudo na quantidade de carroças e *carretas*. Estas, aumentam, respectivamente, 84% e 120% no referidos distritos e no mesmo período. Simultaneamente, a partir de 1920, os automóveis²⁷³ começaram a aparecer na colônia e, na década seguinte, os caminhões, concentrando-se mais no distrito de Núcleo Norte, pelo menos até 1933.

O número de automóveis aumentou nos Núcleos Norte e Soturno, respectivamente, 83% e 800%, passando de 6 para 11 no primeiro e de zero para 8 em Soturno, entre 1923 e 1933. Um aspecto que nos chama a atenção é que, mesmo com este avanço nos transportes, a quantidade de carroças continua significativa na década de 1930, principalmente no Núcleo Norte. Dito de outra forma, entre 1923 e 1933, as carroças e *carretas* eram o principal meio de circulação *da e na* Colônia Silveira Martins, o que deve ter permanecido até 1950 em razão do baixo poder aquisitivo dos moradores em geral, mas sua negação se substantivou com a compra de alguns caminhões por alguns comerciantes, que superaram e substituíram a maior parte das carroças e *carretas*. O número de caminhões aumentou de 1, em 1930, para 7, em 1933, no Núcleo Norte (600%) e de 2, em 1930, para 3, em 1940, no Núcleo Soturno. Algo semelhante aconteceu com as aranhas que, apesar de terem aumentado 111%, em média, entre 1923 e 1933, principalmente no Núcleo Soturno, onde o número de automóveis era menor, foram substituídas pelos veículos com motor de explosão.

Em Silveira Martins e Arroio Grande, no total, o número de carroças e *carretas* de que os proprietários pagavam impostos, passou de 134, em 1899, para 179, em 1908,

estrangeiro. O Estado, no pós-1937, favoreceu institucionalmente a industrialização, que se concentrou cada vez mais no Sudeste, principalmente em São Paulo.

²⁷³ No nível de Brasil, a partir de 1908 transitaram os primeiros automóveis. Até por volta de 1930, as estradas de rodagem tinham o papel principal, ainda, de proporcionar lazer e esporte aos usuários. O transporte de cargas pesadas era feito via ferrovias. Somente a partir dos anos 1930 iniciou-se o transporte rodoviário coletivo de passageiros e cargas através das *jardineiras* e de caminhões.

umentando 33%, e para, aproximadamente, 368 em 1914, registrando um acréscimo de 105% entre 1908 e 1914, ou, 175% entre 1899 e 1914.

No entanto, entre 1914 e 1937, as carroças e *carretas* diminuíram nessas duas localidades, passando para 84 *contribuintes*, o que corresponde a 77% de redução no período, produto, entre outros fatores, da aquisição de caminhões, pois em 1937, já existiam 6 em Silveira Martins. Na década de 1930, as carroças e *carretas* estavam mais nos Núcleos Norte e Soturno, respectivamente, com 41% e 39% do total da colônia²⁷⁴, mais recentes, uma vez que a extensão da área era equivalente. Já os caminhões concentravam-se em Silveira Martins e no Núcleo Norte, com 85% do total de 15 em 1937, contribuindo na caracterização de territórios, como meios de circulação e comunicação usados/envolvidos pelos agentes sociais dominantes, e, simultaneamente, nas articulações externas, como condição e resultado do processo de formação e fortalecimento do mercado interno brasileiro, desigualmente, no tempo e no espaço.

Nesse sentido, esse aumento geral na quantidade de veículos no Núcleo Norte (89%) e em Soturno (135%), entre 1923 e 1933, indica sinais cada vez maiores da circulação e da comunicação interna e externa, na vida diária e o desenvolvimento acontecendo na Colônia Silveira Martins, lenta e desigualmente, mas se manifestando. Não se adquirem caminhões sem motivos. A introdução de automóveis e de alguns caminhões vai lentamente re-definindo o papel desempenhado pelos agentes *nas* e *das* pequenas cidades e amenizando as barreiras espaciais, porque facilitou a circulação e a simultânea interconexão com os agentes das cidades de Santa Maria e Júlio de Castilhos, mas não alterou a centralidade exercida pelos negociantes *do* e *no* território da Colônia Silveira Martins. Tudo indica que sua hegemonia foi reforçada, porque esses caminhões eram justamente de sua propriedade. Apesar das dificuldades que enfrentavam para transitar, a quantidade de caminhões aumentou de 7, em 1933, para 9, em 1950, em Ivorá (29%); e de 3, em 1940, para 15, em 1950, no Núcleo Soturno (400%)²⁷⁵. Aquele salto que verificamos no Núcleo Norte nos anos 1930, notamos na década de 1940 em Soturno, em razão das estradas mais ruins neste último e da maior distância entre este e as cidades de Santa Maria e Júlio de Castilhos. Lentamente expandiram-se as conquistas sociais na Colônia Silveira Martins, territorializando-se no espaço em momentos, ritmos e lugares distintos.

²⁷⁴ Consideramos aqui os Núcleos Norte e Soturno, Arroio Grande e Silveira Martins; não incluímos Vale Vêneto e Ribeirão porque não temos seus dados. No total, em 1937, havia cerca de 413 carroças e *carretas*.

²⁷⁵ Relação dos *contribuintes* do município de Júlio de Castilhos em 1950.

Os automóveis, os caminhões e o telefone, de forma geral, além de serem elementos constituintes do território (pois este não está desligado das formas espaciais) revelam as interferências de evoluções técnicas na produção do espaço e do território local, dinamizando as redes locais e extra-locais e agilizando a circulação e a comunicação, acelerando a circulação, seja de indivíduos e mercadorias, seja de informação, e, reforçam o domínio dos negociantes em seus territórios. E este é um cuidado que os geógrafos devem ter, para o qual Haesbaert (1997) já chamara a atenção, pois se privilegiarem os *pontos* ou as *linhas* mais facilmente cartografáveis poderão negligenciar os fluxos, o conteúdo dessas redes geográficas, mais importantes que os primeiros, pois imprimem novas relações sociais aos/nos territórios, dinamizando a territorialidade cotidiana até então estabelecida.

"Redes de circulação e redes de comunicação (...) se compenetraram, se articularam, interagem. (...) Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga." (Raffestin, 1993, p.213). A circulação e a comunicação, assim, não são separáveis, são complementares, interagem-se mutuamente e estão presentes em todas as ações e relações, em todos os acontecimentos sociais na re-produção do território e de territorialidades, aproximando e unindo, integrando, afastando e separando, des-articulando aqueles indivíduos sem poder aquisitivo, excluindo.

As redes de circulação e comunicação, no Brasil, são evolutivas, inacabadas e contínuas e descontínuas concomitantemente, atingem praticamente a todos os indivíduos, de uma forma ou outra em diferentes tempos. Liberam uns e aprisionam outros, dependendo de sua situação econômica e político-cultural. Essas redes contribuem de forma decisiva na caracterização da territorialidade cotidiana dos indivíduos e na construção do território, ou dos territórios. Elas estão intimamente ligadas aos projetos e papéis dos agentes sociais que as formam articulando diferentes *pontos* através dos fluxos que comunicam e circulam e vice-versa.

Esses projetos econômicos, políticos e culturais (sociais) são levados a efeito de diferentes formas e intensidades. No espaço da Colônia Silveira Martins, o evento do veículo automotor exigiu melhores estradas, no entanto, conforme o depoimento de um agricultor, nos anos de 1940, elas encontravam-se em completo abandono, com buracos, pedras soltas e água. Como transitar por esses caminhos? Quando chovia, as estradas próximas aos rios e arroios eram um lamaçal. Em Novo Treviso, segundo esse mesmo depoimento, só recebiam promessas nas épocas de eleições: "nós, pobres colonos desta terra, somos lembrados pelas autoridades no tempo do imposto, no sorteio militar de nossos filhos e no tempo da politicagem. Então sim: tudo se arranja, tudo é fácil, tudo se promete (...)". O que demonstra,

claramente, a continuidade do abandono a que estavam submetidos os moradores pelas administrações dos municípios a que pertenciam.

Observando os *demonstrativos* dos gastos municipais com “*melhoramentos materiais*” no Relatório da Intendência Municipal de Júlio de Castilhos do ano de 1912, notamos que no ano anterior, foram gastos apenas 6% do total dos gastos no Núcleo Norte e nenhum investimento dessa ordem foi feito no Núcleo Soturno. A partir do *demonstrativo de receitas por distrito* de Júlio de Castilhos, no ano de 1929, verificamos uma equivalência entre os Núcleos Norte e Soturno, responsáveis, respectivamente, por 8,7% e 8,8% das receitas municipais. No ano seguinte, a situação não muda muito e esses distritos representam, respectivamente, 7 e 9,3%²⁷⁶. Somados, tinham 16,3% da receita municipal em 1930.

No ano de 1929, as despesas efetuadas nos Núcleos Norte e Soturno corresponderam, respectivamente, a 10,7 e 8,7% dos gastos totais do Município de Júlio de Castilhos naquele ano. Os gastos no Núcleo Norte, portanto, foram superiores à arrecadação distrital e em Soturno, inferiores, em 1929. No ano seguinte, a situação ficou ainda mais alarmante, porque os gastos diminuíram nesses distritos: 6,2% no Núcleo Norte e 7% em Soturno do total das despesas municipais em 1930²⁷⁷. Ou seja, naquele ano, os gastos efetivados foram inferiores à arrecadação em ambos os distritos. Enquanto isso, em 1930, 77% das despesas municipais aconteceram no primeiro distrito, que correspondia à vila/cidade de Júlio de Castilhos! Em 1933, os Núcleos Norte e Soturno foram responsáveis por 13,2% da arrecadação total do Município de Júlio de Castilhos, no entanto os gastos efetuados naqueles foram de 11,6%, novamente inferiores à arrecadação.

Entre 1929 e 1933, as despesas efetivadas nos núcleos Norte e Soturno diminuíram, respectivamente, 3,7% e 4,1%, o que mostra muito bem o descaso do poder municipal com os chamados distritos coloniais; enquanto isso, a sede de Júlio de Castilhos, com uma arrecadação de 70,6% do total, tem 77,4% das despesas de 1933! Isso, porque em Júlio de Castilhos, o poder sempre esteve calcado no latifúndio de criação extensiva, componente elementar do Estado patrimonialista, que direciona e regula os investimentos e a apropriação da riqueza. A política econômica republicana no Rio Grande do Sul privilegiava os lugares de colonização estrangeira, mas a Colônia Silveira Martins estava tripartida, sob a administração de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, onde a força dos liberais ainda era intensa.

²⁷⁶ Relatório Municipal referente aos exercícios de 1929 e 1930.

²⁷⁷ Esses gastos foram feitos, tanto em 1929 como em 1930, basicamente, com a “conservação de estradas” vicinais, reconstrução de boeiros e “pontes” e compra de ferramentas para serviços nas estradas. Em um ano (1930), foi construído apenas um boeiro nestes distritos!

Nesse processo contraditório de re-territorialização, analítica e didaticamente, as vilas da Colônia Silveira Martins, centradas no poder dos negociantes, podem ser consideradas simples *nós* que articulam redes e sustentam a constituição de territórios, interligando os agentes sociais das vilas e linhas com os de outros lugares.

As vilas desse espaço, na década de 1940²⁷⁸, configuravam-se como pequenas cidades; só o Núcleo Norte não tinha sua agência de correio; Silveira Martins²⁷⁹ e Soturno tinham uma linha de ônibus para transportar passageiros até Santa Maria e uma oficina mecânica cada; todas tinham o serviço de energia elétrica, sua farmácia, suas produções artesanais, seus agentes administrativos e burocráticos, seu hotel, suas casas comerciais, seus bares; eram lugares de moradia permanente, ou seja, tinham atividades eminentemente urbanas, como manifestações do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e seus aspectos culturais, da complexidade social e territorial daquele momento histórico na Colônia Silveira Martins.

No distrito correspondente ao Núcleo Soturno²⁸⁰, em 1940, identificamos 34 atividades artesanais²⁸¹ e 29 comerciais, entre as quais um hotel, o moinho Aurora, a serraria Thomazi, a ferraria Scapin, a serraria Baggiotto, a carpintaria Prendin e comerciantes como João Bertoldo, José Dalcin, José Antoniazzi, Vergílio Descovi, José Girardello, Raimundo Alessio, Pedro Mazzonetto, entre outros; no Núcleo Norte, havia 16 estabelecimentos artesanais²⁸² e 12 comerciais, sendo 1 hotel, a alfaiataria Belinaso, a marcenaria Cargnelutti que produzia carroças, aranhas e aberturas para casas e negociantes como Leonardo Londero, Santo Moro etc; no distrito de Silveira Martins havia 41 produções artesanais²⁸³, com destaque para a selaria Dalla Lana, “*fábrica*” de vinho Brocardo, Carpintaria Padoin, carpintaria Cattani, entre outras, acrescidas de 2 moinhos em Val Veronês, 7 artesãos

²⁷⁸ Neste ano, conforme os dados do IBGE, as vilas de Nova Palma e Silveira Martins tinham maior população que Ivorá. Silveira Martins e Nova Palma concentravam, respectivamente, 45 e 39% da população urbana do território correspondente à Colônia Silveira Martins, o que, é um dos fatores que explica o maior número de casas comerciais existentes nessas localidades. Do total, em torno de 90% da população da colônia morava no espaço rural e o restante nas vilas. No nível de estado, em 1940, 69% da população total residia no espaço rural e 31% nas cidades, sendo que a população da Colônia Silveira Martins correspondia a cerca de 0,35% do total do estado (3.230.689 habitantes conforme os dados do IBGE), diminuindo, portanto, aproximadamente 0,75% entre 1888 (1,1%) e 1940. Esses cálculos são aproximados, pois não temos os dados populacionais de Vale Vêneto e Arroio Grande.

²⁷⁹ Belém (1933) refere-se à vila de Silveira Martins no início da década de 1930: “A povoação é uma ‘picola città’. Luz elétrica, telefone, de alvenaria todos os prédios, alguns de 2 andares, colégios particulares, estação telegráfica, igreja, praça arborizada, eis Silveira Martins!” (p.168).

²⁸⁰ Inclusive Novo Treviso.

²⁸¹ Eram 3 olarias, 4 alfaiatarias, 5 moinhos, 1 produção de calçados, 3 serrarias/oficinas, 8 carpintarias, 2 alambiques, 1 selaria, 1 “*fábrica*” de vinho, 1 de bebidas e 5 ferrarias.

²⁸² Eram 5 serrarias e carpintarias, 1 selaria, 2 alfaiatarias, 2 ferrarias e 6 moinhos.

²⁸³ Eram 3 moinhos, 14 “*fábricas*” de aguardente, 3 carpintarias, 9 produções de vinho, 1 de massas alimentícias, 1 funilaria, 2 selarias, 3 alfaiatarias, 2 olarias e 3 ferrarias.

contribuintes em Vale Vêneto²⁸⁴ e 2 em Ribeirão²⁸⁵, somando cerca de 52 produções artesanais nessas localidades. Nas 34 casas comerciais, 2 eram de Val Veronês, 3 de Vale Vêneto e 2 de Ribeirão, entre as quais estavam 3 hotéis e 4 bares, a casa de Artemio Cervi, a do Lourenço Anversa, a de Maffini, a de Zambonato etc. E em Arroio Grande, havia 29 unidades artesanais²⁸⁶, como a “*fábrica*” de vinhos de Augusto Budel que foi desativada em 1948 e a “*fábrica*” de trilhadeiras de Luiz Colpo, além de 17 estabelecimentos comerciais, sendo um hotel, a *venda* de Maximiliano Noal, outra de José Pozzobon, outra de Ferdinando Mainardi etc.

A partir desses dados, constatamos que, em 1940, o maior percentual das atividades artesanais e comerciais continuou na sede da colônia, Silveira Martins, Vale Vêneto, Val Veronês e Ribeirão, com 38%, seguida pelo Núcleo Soturno com 28%, por Arroio Grande com 21% e pelo Núcleo Norte com 13%. A expansão foi maior no Núcleo Soturno, onde a extensão territorial era maior do que no Núcleo Norte. Do total de estabelecimentos comerciais da Colônia Silveira Martins, nesse ano, 32% estavam em Soturno, onde também localizava-se 26% do total de atividades artesanais, em continuidade ao processo que verificamos já na década de 1920.

Tabela n. 6 - **A Colônia Silveira Martins em 1940**

População ²⁸⁷	Atividades artesanais	Atividades comerciais
11.512	131	92

Fonte: *Documentos Veneráveis* e *Cronologia* do Centro de Pesquisas Genealógicas; Saquet (1996); Censo do IBGE/1940; Guia Ilustrado do Município de Santa Maria (1938); Grande Álbum do Município de Júlio de Castilhos (1937); Bellinaso (1984); Serviço de Referência e Difusão do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul; Marcuzzo (1982); entrevistas com o Padre Sponchiado e com Vitório Pozzobon; Beber (1998). Construção do autor.

Outro aspecto importante é a diminuição substancial na quantidade de atividades comerciais em Arroio Grande em relação a 1915, cerca de 43%, em virtude da migração; a diminuição de 79% em Vale Vêneto e de 80% em Ribeirão em relação a 1916. Entre 1915 e 1940 também diminuiu significativamente o número de estabelecimentos comerciais e artesanais no distrito de Silveira Martins. Mesmo assim, em 1940, no complexo territorial formado por Silveira Martins, Vale Vêneto, Val Veronês e Ribeirão, havia em torno de 40% do total de produções artesanais da colônia nesse instante.

²⁸⁴ Dois moinhos, 1 ferraria, 1 olaria, 1 carpintaria, 1 alfaiataria e 1 engenho de aguardente.

²⁸⁵ Uma olaria e 1 engenho de aguardente.

²⁸⁶ Eram 3 moinhos, 4 “*fábricas*” de aguardente, 1 de trilhadeiras, 2 carpintarias, 1 selaria e curtume, 4 engenhos de arroz, 3 serrarias, 3 ferrarias, 3 olarias, 2 alfaiatarias e 3 produções artesanais de vinho.

²⁸⁷ População aproximada, uma vez que não temos os dados de Arroio Grande e Vale Vêneto.

Outro, é o predomínio na produção artesanal da Colônia Silveira Martins, da quantidade de serrarias e carpintarias, com 19% do total das unidades produtivas identificadas em 1940, seguida pelo número de engenhos de aguardente (17%), pelos moinhos (14%), ferrarias (11%), fábricas de vinho (10%) e pela quantidade de olarias e alfaiatarias com 7% em cada uma destas.

Em termos gerais, aconteceu uma retração na quantidade de atividades artesanais na Colônia Silveira Martins entre 1908 e 1925; ocorreu um aumento constante no número dos negociantes até 1915 e uma diminuição destes até 1925; um aumento no número de estabelecimentos artesanais após 1930 e até 1940; porém, a partir dos anos 1920, os negociantes tinham uma maior complexidade e intensidade em sua dinâmica econômica. Na década de 1940, apesar das migrações, ainda existiam na Colônia Silveira Martins comerciantes importantes, que controlavam a circulação de mercadorias e, ao mesmo tempo, a apropriação da riqueza, como Leonardo Londero²⁸⁸, Felin e Padoin no Núcleo Norte; Francisco Guerino, Zambonato e Artemio Cervi em Silveira Martins; Ferdinando Mainardi, Orestes Beltrame, Maximiliano Noal e Afonso Pozzobon²⁸⁹ em Arroio Grande; Mazzonetto, Thomazi, Facco, Pigatto e Girardello em Soturno; Antônio Pivetta, Alessandro Rorato e Ferdinando Mainardi em Vale Vêneto, entre outros. Eles resistiram, pelo menos até 1950, o contrário do que afirma Santin (1986).

Entre as citadas, a casa comercial de Pedro Mazzonetto, fundada em 1923 na Linha Três do Núcleo Soturno, expressa um pouco da intensidade mercantil na década de 1940. Mazzonetto cobrava juros quando emprestava dinheiro para algum cliente²⁹⁰. Porém, quando efetivava empréstimo junto a algum produtor agrícola, também pagava juros. Revendia: tecidos, açúcar, café, tamancos, azeite, remédios, perfumarias, calçados, louças, vidros, armas e munições, fumo, erva-mate, pregos, foicinhas, sabão, cerveja, cadernos etc, que comprava de Porto Alegre²⁹¹. Destaquem-se os relógios, as pilhas e os sabonetes agora comercializados no complexo territorial da Colônia Silveira Martins, o que significa, com o passar dos anos, que aumentava a diversidade dos produtos comercializados, e, ao mesmo tempo, havia uma expansão do capitalismo no território em questão.

²⁸⁸ Comercializava fazendas, roupas feitas, miudezas, drogaria, louças, ferragens, calçados e “exportava” fumo e outros produtos coloniais como, de certa forma, faziam os demais comerciantes. As mercadorias eram basicamente as mesmas.

²⁸⁹ Afonso Pozzobon adquiriu a casa comercial de Raimundo Cauduro em 1938 e deu continuidade a essa atividade. Os Cauduros migraram para São Paulo, Porto Alegre e Santa Maria na década de 1930.

²⁹⁰ Às vezes, fazia contrato por escrito com quem pedia dinheiro emprestado.

²⁹¹ Registros do próprio dono nas *cadernetas* e nos *livros caixas*. As casas comerciais, desde os primórdios da colonização, não tinham uma especialização. Pelo contrário, cada uma comercializa uma diversidade cada vez maior de produtos.

Tantas eram suas transações mercantis em Porto Alegre que Pedro Mazzoneo chegou a ter uma conta corrente no Banco Industrial e Comercial do Sul S. A. daquela cidade. Esse negociante anotava nas *cadernetas* o dia e o mês, o que era vendido, o preço e para quem. Geralmente, quitavam as dívidas nos anos seguintes porque pagavam com a venda das safras agrícolas; era a mesma lógica das transações que verificamos nas anotações do comerciante Prendin em 1913. Também predominava nessa época o uso do papel moeda nas relações sociais de troca. Poucos eram os produtos agrícolas recebidos por Mazzoneo para abater na dívida dos produtores diretos. Portanto, os mecanismos desenvolvidos pelos negociantes *do e no* território da Colônia Silveira Martins nos anos 1940, e mesmo nos 1950, foram os mesmos que identificamos na década de 1920. Eles ganhavam guardando ou emprestando dinheiro, re-vendendo manufaturados importados ou não e re-vendendo os produtos agrícolas. Desse modo, tinham um papel central no processo de produção do mercado regional.

Pedro Mazzoneo, ao mesmo tempo, pagou diferentes impostos à Intendência de Júlio de Castilhos, entre janeiro de 1941 e dezembro de 1950: imposto sobre as vendas; imposto territorial rural; uma taxa de tráfego para “*consolidação rodoviária*”, referente a uma carroça de 4 rodas (1928 a 1930); imposto de renda (1937/36) e uma taxa para exercer a profissão de comerciante²⁹². Como se vê, essa forma de transferência de renda aos cofres do Estado não é uma prática somente da atualidade.

Não é sem justificativa, portanto, que, desde 1932, Pedro Mazzoneo conseguiu na Exatoria Federal de Júlio de Castilhos, uma *patente de registro* para o *comércio a retalho* de 18 mercadorias. Essa “patente” servia para comprovar o pagamento dos impostos aos fiscais. Não é sem motivos, portanto, como já nos referimos, que o Estado teve participação decisiva no processo de apropriação territorial dos italianos no Rio Grande do Sul e na Colônia Silveira Martins: “Cada burocracia arruma (para si mesma) o seu espaço. Ela baliza e demarca. Há o espaço fiscal, o espaço administrativo, o espaço jurídico” (Lefebvre, 1991, p. 170/171). No Relatório Municipal de Júlio de Castilhos do ano de 1905, já constava a obrigatoriedade do pagamento de impostos para os “industriais”, os comerciantes, criadores de gado, para os carroceiros e para os promotores de atividades para o *divertimento*, além dos impostos territoriais urbano e rural para os municípios dos Núcleos Norte e Soturno. O mesmo ocorreu em Silveira Martins, Arroio Grande e Vale Vêneto.

Na prática artesanal, o moinho *Aurora* de Soturno foi mais uma unidade produtiva a se beneficiar com a energia elétrica, o que melhorou sensivelmente a quantidade e

a qualidade da produção²⁹³. Outras produções desse momento histórico que conseguem inovações técnicas foram a “*fábrica*” de trilhadeiras de Luiz Colpo e Irmãos²⁹⁴ de Arroio Grande e a de esquadrias Cattani de Silveira Martins. As atividades artesanais sobreviventes continuavam intimamente articuladas à prática agrícola e às demais atividades locais, sobretudo à alimentação e à habitação, com trabalho familiar e prejudicadas pela precariedade e pelo custo da energia elétrica. Permaneciam, portanto, como pequenas produções de mercadorias, familiares.

Nas décadas de 1940 e 1950, a maior parte dos moinhos ainda era movida a roda d’água ou a máquina a vapor ou a óleo diesel. O nível de desenvolvimento técnico e tecnológico era ainda muito baixo: “A energia barata é o grande problema de nossos dias” (A Paróquia da SS. Trindade de N. Palma, 1944, p.51).

Para termos maior clareza desse fenômeno, recorreremos mais uma vez aos dados oficiais que, apesar das imprecisões, servem de indicadores. De acordo com os dados do IBGE²⁹⁵, os municípios de Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul tinham, juntos, 5% (13)²⁹⁶ do total (249) de usinas hidro e termoelétricas do Rio Grande do Sul em 1939, produzindo apenas 4% da energia gerada no estado naquele ano. Ou seja, as usinas hidroelétricas da Colônia Silveira Martins, se consideradas ou não pelo levantamento do IBGE, eram, também, pequeníssimas produções. Conforme essa mesma fonte, em 1939, tanto no município de Júlio de Castilhos como em Cachoeira do Sul, a produção local de energia era insuficiente para o consumo local com luz e força motriz²⁹⁷, o que, conforme Müller (1993), também ocorria no nível estadual na década de 1940.

Por isso, entre outros fatores, aquela diversidade artesanal verificada no início dos anos 1900 permanece, ou seja, cada localidade tem sua ferraria²⁹⁸, sua selaria, alfaiataria, serrarias e carpintarias, seus moinhos familiares, o que confere uma continuidade naquela certa “auto-suficiência” de cada localidade e o caráter regional da economia nesse território, pautado na rudimentaridade da produção.

Na vila do Núcleo Soturno, uma das atividades artesanais que nos revela a situação “industrial”, na década de 1940, é a produção artesanal de calçados da família Zasso.

²⁹² *Registro das vendas à vista para pagamento do imposto sobre vendas e consignações.*

²⁹³ Em 1940, sua capacidade de moagem diária era de 60 sacas de trigo.

²⁹⁴ Seus produtos tinham a marca *Colonial*. Fabricavam também engenhos para a moagem de cana e tinham um moinho.

²⁹⁵ Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul – Indústria de Eletricidade, 1941.

²⁹⁶ Cinco hidro e oito termoelétricas.

²⁹⁷ Não consta neste levantamento os dados do município de Santa Maria.

²⁹⁸ Continuam vendendo serviços para a conservação de carroças, *carretas*, aranhas, arados, grades, foices, enxadas etc.

Segundo Saquet (1996 e 2002), essa produção foi fundada por volta de 1915 com capital familiar²⁹⁹. Entre 1930 e 1950, a produção era feita apenas para suprir as necessidades da família e assim se acomodaram: “a idéia dos velho não deixava ampliá a produção né. Se 03 par de bota chegava pra comprá o que precisava, se produzia só isso.” (depoimento do dono apud Saquet 1996, p.93). De acordo com esta mesma fonte, havia um certo equilíbrio entre a produção e o consumo. Nos primeiros anos, a produção dos calçados era totalmente artesanal. Provavelmente, também era totalmente manual, uma vez que as primeiras máquinas só foram adquiridas na década de 1940: uma máquina de costura e uma lixadeira³⁰⁰.

Isso significa que alguns produtores artesãos conseguem incorporar inovações técnicas no complexo territorial da Colônia Silveira Martins, porém, a lógica de produção continua a subsistência e não a produção capitalista clássica, a busca do lucro e a modernização do processo produtivo, enfrentando a concorrência de indústrias modernas do Rio Grande do Sul e de outros lugares, que dificultam sua re-produção. Vivem conformados com a situação, fruto da sociedade em que vivem, que rege sua re-produção, e, do ideário não genuinamente capitalista, pois não sentem necessidade de *modernizar administrativamente o setor industrial* como afirma Santin (1986). Produzem em primeiro plano, ainda, para a subsistência familiar. Esse fenômeno social também se efetiva nas ferrarias, nos moinhos, nas serrarias, alfaiatarias, produções de aguardente e de vinho, entre outras. O consumo do resultado da produção destas atividades continua sujeito à produção.

Simultaneamente, no Rio Grande do Sul, em 1940, conforme os dados do IBGE, existiam 6.557 estabelecimentos industriais envolvendo 82.731 empregados. Com relação ao valor da produção industrial, 24,8% era gerado pelos estabelecimentos de Porto Alegre, 11,7% pelos de Rio Grande, 5,7% em Novo Hamburgo, 5,6% em Pelotas, 5,5% pelos agentes produtivos de Livramento, 3,6% em Caxias do Sul, 3,5% pelos estabelecimentos industriais de São Leopoldo e 3% em Santa Cruz do Sul, enquanto os de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul eram responsáveis, respectivamente, por 1,2, 0,9 e 1,8%, somando 3,9% do total do valor da produção industrial no Rio Grande do Sul em 1940. Esses três municípios

²⁹⁹ “Faz muito tempo que começamo com a fábrica. Acho que uns 80 ano. (...) Foi com dinheiro próprio né. (...) Fabricava o sapato, as botas e o chinelo. (...) Quando trabalhava com meu pai, eu trabalhava na indústria e agricultura. Plantava trigo, feijão, milho (...). Mas isso aqui começo com meu avô que veio da Itália né e trabalhava na profissão. Aí o meu tio que morava aqui (...) e meu pai, aprenderam com ele. Inclusive, eu trabalhei 8 ou 9 anos com ele, com meu avô né. Aprendi bastante com ele. No início produzia um par por dia, ou 2 par. Era tudo artesanato né” (depoimento do proprietário apud Saquet 1996, p.93).

³⁰⁰ Segundo Saquet (1996), na década de 1980, o dono comprou uma estufa e uma prensa. Seus instrumentos de trabalho podem ser considerados rudimentares em comparação à indústria moderna de calçados e não têm operários, apesar de destinarem à comercialização os produtos produzidos.

tinham, naquele mesmo ano, 4% do total dos estabelecimentos industriais³⁰¹ e 3% do pessoal ocupado no estado³⁰². A concentração industrial em Porto Alegre acentuou-se em relação a 1907, passando de 21,7% do valor da produção industrial para 24,8% em 1940, apesar da diminuição relativa do número de unidades produtivas.

Na produção vinícola, por exemplo, conforme Simões (1952), a principal *região* produtora de uvas do Rio Grande do Sul, em área cultivada e produtividade, era a do Nordeste³⁰³. Os plantadores desses municípios eram responsáveis por 57,8% da produção no estado, com destaque a Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente, municípios de maior produtividade e maior área cultivada. As *áreas* de baixa produção, também classificadas por essa autora, eram formadas por uma parte do litoral, alguns municípios da Campanha Gaúcha e dos vales do Rio Uruguai e Jacuí, como o território correspondente à Colônia Silveira Martins.

Essa concentração da produção vinícola no Nordeste do Rio Grande do Sul, segundo Simões (1952), deu-se em decorrência da ferrovia (desde 1910) e das rodovias que facilitavam o escoamento da produção e de instituições ligadas à vitivinicultura que incentivavam e facilitavam a produção, como a Estação Experimental de Viticultura e Enologia³⁰⁴, o Sindicato Vitivinícola Rio-grandense, a Sociedade Vinícola Riograndense³⁰⁵ e o Instituto Rio-grandense do Vinho. Além disso, os agentes produtivos desses lugares contavam com os benefícios da concorrência e da infraestrutura já efetivada pela colonização alemã proximamente localizada, vitais para a concretização de seu processo de industrialização, vinícola ou não.

Esses fatores, para nós, dificultaram a produção vinícola em Silveira Martins: a precariedade nas vias e meios de circulação e comunicação; mercado local incipiente; os custos de produção bastante elevados e a insuficiência de capital, a ausência dessas instituições promotoras do cultivo e melhoramento das vinícolas. Na Colônia Silveira Martins, por esses motivos, e a própria Simões confirma isso quando se refere à produção na *região* de Santa Maria, na década de 1940, predominou a produção para o consumo próprio, sem modernização do processo produtivo e sem a industrialização na produção do vinho. A produção de vinho permaneceu uma atividade artesanal, *doméstica*, com as cantinas

³⁰¹ Júlio de Castilhos tinha 38 unidades produtivas; Santa Maria, 144 e Cachoeira do Sul, 83.

³⁰² Júlio de Castilhos tinha 195 pessoas ocupadas; Santa Maria, 1.370 e Cachoeira do Sul, 952, o que resulta, respectivamente, nas médias de 5, 9,5 e 11,5 empregados por unidade produtiva *industrial* em 1940.

³⁰³ Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e Antônio Prado.

³⁰⁴ Criada em 1928.

³⁰⁵ Criada em 1929 e formada por 49 cantineiros do Nordeste do Rio Grande do Sul.

rústicas³⁰⁶ e com o trabalho manual e familiar, sem condições de concorrer no mercado em gestação. Quando a produção de vinho do Rio Grande do Sul ganhou destaque no mercado brasileiro, a produção na Colônia Silveira Martins continuou rudimentar e destinada à subsistência.

No nível nacional, em 1938, conforme Singer (1977), 57,4% da produção industrial brasileira era gerada no eixo Rio-Distrito Federal-São Paulo, seguidos por Minas Gerais com 11,3% e pelo Rio Grande do Sul com 10,7% da produção industrial do Brasil, resultado do processo de industrialização concretizado desde o início do século XX, concentrador, em alguns espaços. A concentração industrial, em São Paulo, é cada vez maior, passando de 15,9% do valor da produção brasileira, em 1907, para 43,2% em 1938, enquanto a participação do Rio Grande do Sul diminuiu de 13,5%, em 1907, para 10,7% em 1938.

No Brasil, até início do século XX, existiam diferentes espaços e territórios com diferentes formas de re-produção do capital (forças e relações produtivas), o que continuou no pós-1945, mas com uma crescente articulação entre essas unidades espaciais, setores e indivíduos, fruto e condição da expansão capitalista em movimento de re-produção ampliada³⁰⁷. De modo geral, o desenvolvimento técnico e tecnológico acelerou-se a partir da Primeira Guerra Mundial e, principalmente, depois dos anos 1950. No entanto, a difusão das inovações deu-se em ritmo lento, tanto com relação ao tempo como em relação ao espaço, atingindo diferentes lugares em diferentes momentos históricos. Foram diferentes processos espaço-temporais na expansão territorial do capitalismo como modo produtivo e os artesãos da Colônia Silveira Martins foram alijados do processo modernizador num ritmo mais acelerado e intenso.

O mesmo verificamos na produção agrícola na Colônia Silveira Martins nos anos 1940, que teve um pequeno aumento em quantidade com a introdução de algumas inovações técnicas em algumas unidades produtivas e continuou diversificada, mas sem maior qualidade. “O que dá elevado valor econômico ao município de Júlio de Castilhos, onde, como é natural (sic), a indústria maquinofatureira não teve ainda grande surto, é a variedade, ou melhor a multiplicidade de sua produção rural” (Álbum do Município de J. de Castilhos, 1937, s.p.). Nesse sentido, comenta-se nesse mesmo texto, que o governo municipal ofereceu assistência técnica aos agricultores dos Núcleos Norte e Soturno, bem como distribuiu mudas

³⁰⁶ As cantinas geralmente eram feitas de pedra, no porão/andar inferior das casas.

³⁰⁷ “A especificidade de cada ‘região’ completa-se, pois, num quadro de referências que incluía outras ‘regiões’, com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção; pelo menos quando se está em presença de uma ‘economia nacional’, que globalmente se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital (...)” (Oliveira, 1993, p.29).

de videiras e sementes selecionadas de trigo e outros cereais. No entanto, esses *cuidados* não atingiram todos os agricultores, porque as reclamações foram intensas nas entrevistas. Devem ter sido insignificantes. Esse discurso da “ajuda” e da “preocupação” enaltecidos nesse documento comemorativo, parece-nos muito mais um discurso político e mistificador do que demonstrativo da realidade, um discurso da representação da classe hegemônica, latifundiária e ganadeira.

Mais coerente parece-nos a declaração do intendente municipal de Júlio de Castilhos no relatório referente ao exercício de 1939: “Nos permitimos sugerir, (...) que fossem procedidos estudos técnicos que melhor orientassem os nossos agricultores em culturas compensadoras, evitando-se assim o êxodo dos colonos que de ano para ano vimos observando” (p.3). Concretiza-se, a grosso modo, o prognóstico de Carvalho (1886)! Nesse relatório, destaca-se o *problema máximo* do município de Júlio de Castilhos como o fornecimento de energia elétrica barata. Evidentemente, a produção das poucas atividades artesanais movidas por essa energia estava comprometida.

Concomitantemente, de acordo com os entrevistados, até as respectivas emancipações políticas, os moradores das localidades da Colônia Silveira Martins sofriam o que se pode denominar de abandono socioeconômico: “antes de se emancipá nós era abandonado. Até hoje a estrada de Júlio de Castilho não dá pra passá (...)”. Todos os entrevistados deixaram claro as dificuldades enfrentadas no transporte na década de 1940: “(...) os transporte era difícil, (...)”; “(...) estrada com pura pedra, aberta a picão (...)”; “(...) as picadas, quando chovia não dava pra passá”. Os moradores em geral se sentiam abandonados.

Examinando Relatórios dos Intendentes Municipais de Júlio de Castilhos dos anos de 1905 a 1944, notamos que neles constam trabalhos de *conservação e reestruturação*³⁰⁸ nas estradas de Soturno e Ivorá e nas que ligavam as respectivas vilas/cidades à cidade de Júlio de Castilhos. Apesar disso, as reclamações dos entrevistados são intensas e justificadas porque a prefeitura fazia apenas reparos. Os próprios intendentes municipais, nos respectivos relatórios de 1905 e 1912, destacavam o abandono a que estavam submetidos os Núcleos Soturno e Norte pela precariedade das vias de transporte.

O mesmo aconteceu em Silveira Martins e em Arroio Grande onde constatamos inúmeras reclamações sobre a falta e a precariedade das estradas, com buracos e atoleiros³⁰⁹. A própria criação, em 1927, da Liga Cívica Republicana, em Silveira Martins, serve de

³⁰⁸ São construções de boeiros e pontilhões de madeira e/ou pedra.

³⁰⁹ Correspondências entre a subintendência de Silveira Martins e a intendência de Santa Maria: 1884, 1890, 1891, 1892, 1895/96/97, 1914, 1922, 1924, 1929, 1938, 1948, 1949 e 1950.

indicador deste abandono, pois tinha como objetivo, além de pugnar pelos interesses sociais, políticos e administrativos dos sócios, *reclamar os melhoramentos necessários e urgentes*³¹⁰ junto à administração municipal de Santa Maria.

Segundo Sponchiado, em entrevista, as estradas da Colônia Silveira Martins sempre foram ruins devido ao relevo declivoso e à falta de recursos financeiros. Os aclives sempre foram difíceis de serem transpostos e nos declives, existiam os atoleiros do rio Soturno e seus afluentes. Quando chovia as estradas ficavam intransitáveis. Não existiam máquinas e quem construía parte das estradas eram os próprios moradores, já responsabilizados, pelo menos desde 1905, pela conservação dos *caminhos coloniais*. Também faltou, pelos depoimentos que ouvimos, vontade política dos administradores de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul.

Observando a relação de subintendentes³¹¹ do Núcleo Norte, somente em 1939 é que constam descendentes de italianos: dos 9 inspetores, três (33%) são descendentes de italianos. Conforme os dados apresentados por Costa (1991), dos 28 subintendentes do Distrito de Núcleo Norte, entre 1896 e 1947, apenas 4 eram descendentes de italianos (14%). No Núcleo Soturno, dos 8 inspetores em 1939, seis (75%) eram descendentes de italianos, diferentemente de 1923 quando nenhum dos 2 subintendentes do Núcleo Norte e dos 2 de Soturno estavam nessa situação, o que justifica, pelo menos em parte, o abandono dos referidos territórios até a década de 1930, porque a classe hegemônica de Júlio de Castilhos era consubstanciada por latifundiários e militares. Como se isso não bastasse, os subintendentes: “Em sua maioria eram autoritários, perseguidores e intimidavam os colonos que, por receio e represálias, davam-lhes produtos agrícolas.” (Jérri Marin, 1999, p.87). Em Silveira Martins, sede, em abril de 1905, os *colonos* promoveram uma demonstração de repúdio ao subintendente major J. Claro de Oliveira, por suas atitudes autoritárias e prepotentes. Esse major foi substituído, mas por um tenente coronel!

Conforme os dados de Costa (1991), entre 1891 e 1951, dos 26 intendentes e prefeitos do município de Júlio de Castilhos, 62% foram militares e 50% nomeados. Apenas um descendente dos italianos da Colônia Silveira Martins governa o município, entre abril e dezembro de 1947! Em Santa Maria, entre 1892 e 1932, os 15 intendentes e prefeitos que assumiram a administração municipal foram brasileiros, dos quais, 60% ligados às atividades militares.

³¹⁰ Grifo nosso.

³¹¹ Eram responsáveis pela execução da legislação vigente e das *posturas* municipais; pela administração do distrito; fiscalização da construção de obras e deviam zelar pela conservação das estradas de sua jurisdição.

São as reminiscências do poder da oligarquia regional, latifundiária, em que uma parcela dos pecuaristas se mantém na hegemonia através de alianças com os militares, a partir de 1889 e pelo menos até 1930 no nível estadual, mas presente até a década de 1950 em municípios como Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul e em outros do Rio Grande do Sul, onde conseguem re-produzir seus territórios políticos, definindo, com isso, o caráter político *do e no* território da Colônia Silveira Martins. Eles tinham uma estrutura rígida de poder que retirava a autonomia dos imigrantes e seus descendentes. Nessas situações, o Estado patrimonialista age e se dissimula, como afirma Faoro (1993), sob uma *máscara capitalista*. O território, assim, como já demos a conhecer, está sustentado e vinculado a redes culturais, econômicas e políticas, sendo espaço de lutas e resistências, na disputa pelo controle dos poderes político e econômico nos níveis local e estadual.

Na aliança republicana da chamada República Velha, representantes dos descendentes de imigrantes comerciantes e industriais foram envolvidos e compuseram, segundo Pesavento (1996), um grupo secundário na esfera política estadual, mas os produtores agrícolas descendentes, minifundiários, foram praticamente alijados do cenário político, exceto nos momentos eleitorais. Se acrescentarmos a isso, uma certa inclinação dos agentes sociais italianos e seus descendentes a apoiar os republicanos (pelas pressões que recebiam), agravam-se os conflitos entre os poderes municipais de Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul e os respectivos moradores dos chamados distritos coloniais. Também por isso, foram relativamente abandonados pelas reminiscências liberais, em favor da re-produção da dominação social.

Os intendentes municipais desses três municípios eram afinados com o executivo estadual, mas não representavam os interesses e as aspirações dos italianos e seus descendentes. “A participação política dos italianos, portanto, deu-se mais como massa eleitoral de manobra, dentro dos quadros de uma ‘política de cabresto’ de uma estrutura oligárquica de mando” (Pesavento, 1996, p.180). Na Colônia Silveira Martins, apenas os comerciantes mais bem sucedidos tinham acesso à classe hegemônica regional, fortalecendo-a e conseguindo algumas melhorias *para-si*, como o telefone, a abertura de algumas estradas para seus caminhos etc.

Dessa forma, tanto os subintendentes como os comerciantes e demais autoridades distritais faziam o jogo político da classe dominante, pecuarista e latifundiária, pois mesmo no *interior* do grupo social dirigente existia uma divisão social. Assim, os produtores agrícolas e artesãos apenas reforçavam o poder de mando da classe dominante.

E essa ausência de representantes “legítimos” dos interesses dos colonizadores italianos e seus descendentes deve ter prejudicado o desenvolvimento em cada localidade da Colônia Silveira Martins, pois historicamente o governo de Estado tem participado no desenvolvimento dos lugares, seja no Rio Grande do Sul e no Brasil ou em outros países, como na Itália. Talvez seja por isso que Pedro Mazzonetto, como outros comerciantes, após acumular algum capital, comprou terras em Palotina/PR em 1954 e migrou. Mas a situação mais grave era a dos produtores agrícola e artesãos.

Mesmo o voto secreto, instituído a partir da década de 1930, não mudou a situação destes últimos, mais pobres, na política local. Somente a partir dos anos 1940, como fruto da chamada *democracia populista* no nível nacional, alguns descendentes de italianos conseguiram ter maior participação no processo de tomada de decisões no território da Colônia Silveira Martins. O mesmo acontece no nível estadual.

“(…) Em 1947, para a Assembléia Estadual, foram eleitos sete deputados ítalo-brasileiros e 17 teuto-brasileiros para 31 de origem luso-brasileira. (...) Sem que, contudo, as classes agrárias tradicionais perdessem sua voz ativa ou fossem afastadas do poder, os novos setores emergentes de descendência imigrante consolidaram a supremacia da sociedade urbano-industrial e de acumulação de capital sobre uma pecuária estagnada.” (Pesavento, 1996, p.193).

Substantivou-se, portanto, no Rio Grande do Sul, um novo *bloco* de forças políticas a partir dos anos 1940, no entanto, os mais pobres continuaram aliçados do processo, subordinados e oprimidos, formando uma *tropa de manobra*, usando uma asserção de Gramsci (1992). As próprias legislações eleitorais imperial e republicana eram excludentes com relação à participação dos grupos sociais desprivilegiados.

Este é o território Colônia Silveira Martins, que só é território, em razão dos diferentes territórios que o substantivam, nutridos por contradições. Apesar das desigualdades na circulação e comunicação, dá-se uma articulação em diferentes formas e intensidades entre os diferentes agentes sociais, cristalizando um território nos territórios. Há um território econômico do capital, um político para a classe dominante e um cultural envolvido por estas lógicas, que se desdobram em territórios, aqueles dos negociantes, dos artesãos, dos grupos unidos pela origem italiana e pelas relações de parentesco, e, aquele da classe hegemônica latifundiária. São territórios no território, articulados, os lugares no lugar, interligados, as territorialidades, resultado do *viver*, do *estar* e do *ser*, da re-territorialização italiana e das próprias territorialidade cotidianas. Esses territórios se desdobram, porém, têm uma unidade, fruto das articulações entre os diferentes agentes sociais. Nele (no território), integra-se e

desintegra-se, diferencia-se e une-se. Os territórios são diferentes mas não excludentes. Suas conexões constituem um movimento unitário, o território, as territorialidades.

Tanto os impostos como a questão política local; tanto a policultura e a produção artesanal como as mudanças que acontecem nos meios de circulação e comunicação no processo de apropriação e produção do território representam as imposições, os conflitos políticos entre os republicanos e os liberais no nível estadual, a política econômica do governo de Estado nos níveis estadual e federal e o movimento geral de re-produção do MCP e seus aspectos culturais.

É no lugar que o geral manifesta-se e efetiva-se, onde se dá a re-territorialização, o *enraizamento*. A própria política econômica do final do Império e principalmente o plano republicano de diversificação e incremento da economia do Rio Grande do Sul sem, evidentemente, anular as forças econômicas e políticas dos pecuaristas, é enraizadora, apropriadora e territorializadora, como condição primeira para a produção de valor e de sua permanência (dos republicanos) no poder.

Algumas observações ainda se fazem necessárias antes de abordarmos a economia em 1950. No processo de re-produção do território na Colônia Silveira Martins, nesse ano, conforme os dados do IBGE, as vilas de Nova Palma e Silveira Martins permaneceram com maior população que Ivorá. Em média, o aumento populacional nas localidades do complexo territorial que correspondia à Colônia Silveira Martins, verificado no período (1940-50), foi de 6,7%. No entanto, a população total desse território representava, em 1950, aproximadamente 0,30% do total da população do Rio Grande do Sul, diminuindo 0,05% entre 1940 e 1950 ou 0,80% em relação a 1888, ou, ainda, 0,18% em relação a 1920, em virtude de migrações.

Nas vilas, entre 1940 e 1950, a população urbana de Silveira Martins diminuiu 13%, a de Ivorá aumentou 33% e a de Nova Palma diminuiu 2,2%, ao mesmo tempo em que, respectivamente, aumentou a rural, 3,5, 13,2 (aumenta a área do distrito) e 6%. Em 1950, a vila de Silveira Martins tem 40% da população urbana, Núcleo Norte 22% e Soturno 38%, o que corresponde a um aumento de 6% na vila do Núcleo Norte, uma permanência em Soturno e uma diminuição de 5% na população urbana da sede, Silveira Martins, em relação a 1940, provavelmente, decorrente da migração dessa vila para a cidade de Santa Maria. Já o aumento na vila do Núcleo Norte deve ter acontecido devido ao êxodo rural.

Por um outro raciocínio, o número de moradores da vila de Silveira Martins aumentou 59% entre 1885 e 1950 e o das vilas dos Núcleos Norte e Soturno em torno de 140%

cada³¹². Ou seja, na vila de Silveira Martins, mais antiga, o aumento da população urbana foi menor, fruto da dinâmica territorial local e do processo de diferenciação, encoberto pelo ritmo lento do desenvolvimento, em que, parece-nos claro, apesar da intensa migração, não se efetivou o *esvaziamento* defendido por Santin (1986), pelo menos até 1950.

Na relação urbana versus rural, se compararmos com 1882, quando em torno de 93% da população da Colônia Silveira Martins residia nos lotes rurais e com 1885, quando aproximadamente 87% estava na mesma situação, notamos mais uma permanência nesse território, pois, em 1950, cerca de 91% residia no espaço agrário como resultado da não industrialização, da não diversificação das atividades ocupacionais nas vilas e da manutenção simultânea da característica proeminentemente agrícola.

Nesse contexto, em 1950, as atividades artesanais na Colônia Silveira Martins estavam assim distribuídas: em Silveira Martins, Vale Vêneto, Val Veronês e Ribeirão, existia um total aproximado de 54 produções artesanais, sendo 1 carpintaria, 1 selaria, 17 “*fábricas*” de aguardente, 2 engenhos de arroz, 2 olarias, 3 alfaiatarias, 2 serrarias, 3 ferrarias, 1 moinho e uma manufatura de fumo em corda em Silveira Martins; 4 moinhos em Val Veronês; 1 ferraria, as carpintarias Iop e Foletto, 8 engenhos de aguardente, 1 olaria e 1 moinho em Vale Vêneto e 1 olaria, 1 carpintaria e 2 engenhos de aguardente em Ribeirão³¹³. É importante mencionar a diminuição no número de carpintarias em Silveira Martins, de 3 em 1925 para apenas 1 em 1950. Há também cerca de 31 atividades mercantis em Silveira Martins, dentre as quais 3 cantinas de vinho, 2 hotéis, 2 açougues e 3 barbearias, mais 5 estabelecimentos em Vale Vêneto e 3 em Ribeirão, somando, no total, 39 unidades comerciais em 1950³¹⁴.

Em Arroio Grande, havia 25 produções artesanais, ou seja, a “*fábrica*” de trilhadeiras Colpo, 2 engenhos de arroz, 3 produções de vinho, 3 serrarias, 3 ferrarias, 3 “*fábricas*” de facas (entre as quais a *Coqueiro*³¹⁵), 3 olarias, 1 selaria, 2 alfaiatarias, 3 moinhos e 1 carpintaria, além de 17 estabelecimentos comerciais, como 1 farmácia, 2 hotéis e negociantes como Orestes Beltrame, Ferdinando Mainardi, Afonso e Fiorino Pozzobon, João Baldissera e Maximiliano Noal.

No Núcleo Norte, existiam 15 estabelecimentos artesanais em 1950, como em Silveira Martins e Arroio Grande, predominantemente, ligados aos setores de alimentação,

³¹² Não temos os dados para calcular o aumento ou não dos habitantes das vilas de Vale Vêneto, Novo Treviso e Arroio Grande.

³¹³ Os dados de Vale Vêneto e Ribeirão são de 1951.

³¹⁴ Não temos os dados de Val Veronês.

³¹⁵ Conforme informações do atual proprietário, filho do fundador dessa atividade (Bortholo Bianchini), várias fábricas produziam lâminas com essa marca no Rio Grande do Sul, mas é Bortholo quem requer o registro da marca para todo o território brasileiro. A tecnologia original das lâminas é de origem belga.

habitação e móveis, vestuário e voltados para a prática agrícola: 6 moinhos, 5 serrarias, 2 alfaiatarias, 1 ferraria e a selaria Felin, com destaque para a serraria Coradini e Barichello e à alfaiataria Belinaso, e, 14 unidades comerciais, dentre as quais 2 hotéis e comerciantes como Felin, Londero, Bianchi, Padoin, Moro e outros. Nas *profissões contribuintes* tinha apenas 1 pedreiro.

Tabela n. 7 - A Colônia Silveira Martins em 1950

População ³¹⁶	Atividades artesanais	Atividades comerciais
12.323	128	94

Fonte: *Documentos Veneráveis e Cronologia* do Centro de Pesquisas Genealógicas; Saquet (1996); Censo do IBGE/1950; *Lançamento Estatístico de Impostos e Taxas do município de Júlio de Castilhos, exercício de 1950*; Marcuzzo (1982); Prefeitura Municipal de Santa Maria: contribuintes de 1950; Serviço de Referência e Difusão do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul; entrevista com Vitório Pozzobon. Produção do autor.

Em Nova Palma, havia 28 produções artesanais, ou seja, 3 serrarias, 3 olarias e 8 carpintarias e marcenarias ligadas ao setor de habitação e móveis; 3 alfaiatarias e 1 “*fábrica*” de calçados do setor de vestuário; 2 alambiques, 1 moinho e 1 produção de vinho do setor de alimentação e 1 selaria e 4 ferrarias interligadas à prática agrícola, além de 1 “*fábrica*” de vassouras. Em Novo Treviso havia 1 produção artesanal de bebidas, 1 ferraria, 2 alfaiatarias e 2 moinhos, somando 34 atividades artesanais no Núcleo Soturno cujos donos eram *contribuintes*, com destaque para selaria Volcato, “*fábrica*” de calçados Zasso, moinho Aurora, olaria Manfio, produção de vassouras da família Pesamosca e para a marcenaria Prendin. Existiam 24 estabelecimentos comerciais, entre os quais 2 barbearias, 1 hotel e 1 farmácia, todos donos *contribuintes*, como os negociantes Thomazi, Alessio, Pigatto, Descovi, Dalcin, Facco, Mazzonetto e outros. Além disso, constam 2 pedreiros, 2 *arquitetos*, 1 dentista, 1 médico e 1 carpinteiro, que davam, juntamente com os negociantes e artesãos, uma divisão social à vila de Soturno mais dinâmica do que no Núcleo Norte.

Desse modo, em cada momento, cada divisão social do trabalho produz *seu* tempo e *seu* espaço; seus diferentes agentes sociais consubstanciam certas relações em cada instante e lugar, particularizando cada situação e distinguindo os lugares. Se no início da re-territorialização italiana na área existia uma pequena diversificação nas atividades artesanais ligadas à alimentação, à habitação e à prática agrícola, com o passar dos anos, produz-se novas atividades como os engenhos de arroz, as fábricas de louças e objetos de vime, manufatura de fumo, fábricas de facas, de trilhadeiras etc, além de uma constante diversificação nas mercadorias re-vendidas pelos negociantes no território da Colônia Silveira

³¹⁶ População aproximada, pois não temos os dados de Arroio Grande e Vale Vêneto.

Martins e algumas profissões que substantivaram-se na década de 1940, como os barbeiros que são a novidade nas vilas de Soturno e Silveira Martins, os pedreiros, dentistas, médicos etc.

Com isso, cada vez mais, os espaços urbanos em construção atraíam cotidianamente, indivíduos que traziam produtos para comercializar ou que buscavam suprir suas necessidades nas casas comerciais; para o culto religioso; festejos etc, como no início da colonização, mas também, atraíam pela diversidade de serviços “oferecidos” nesse momento, o que, ao mesmo tempo, caracterizava-os como lugares cada vez mais urbanos, não isolados (evidentemente) e com características diferentes do espaço agrário, onde as permanências se manifestavam mais intensamente.

Em 1950, em torno de 42% das atividades artesanais do território da Colônia Silveira Martins estão em Silveira Martins, Vale Vêneto e Ribeirão; 27% em Nova Palma e Novo Treviso; 19% em Arroio Grande e 12% em Ivorá, o que nos revela claramente que a sede da colônia permanece como principal locus das produções artesanais na dinâmica econômica regional. Nas atividades mercantis, a situação não é diferente. Aproximadamente 42% das unidades estão em Silveira Martins, Vale Vêneto e Ribeirão; 25% em Nova Palma e Novo Treviso; 18% em Arroio Grande e 15% em Ivorá, o que, ao mesmo tempo, representa indícios de desigualdades econômicas na Colônia Silveira Martins em 1950, uma expansão no Núcleo Soturno, um ritmo mais lento em Ivorá e a continuidade do predomínio de Silveira Martins no que se refere à localização dos estabelecimentos mercantis.

Em relação a 1915, notamos em Silveira Martins, Vale Vêneto, Val Veronês e Ribeirão, uma diminuição em torno de 22% no número de atividades artesanais até 1950 e uma permanência em Arroio Grande, e, na quantidade de estabelecimentos comerciais, no mesmo período, ocorreu uma diminuição de cerca de 34% nas primeiras localidades e uma redução de aproximadamente 43% na segunda, mais próxima da cidade de Santa Maria. No Núcleo Soturno, tudo indica que o número de produções artesanais e comerciais tenha aumentado no mesmo intervalo de tempo. Individualizando a sede, entre 1915 e 1950, deu-se um aumento de 30% no número de artesãos *contribuintes* em Vale Vêneto, uma redução de 43% em Ribeirão e de 34% no distrito de Silveira Martins.

Entre 1925 e 1950, o número de artesãos *contribuintes* aumentou em torno de 40% no Núcleo Soturno e cerca de 50% no Núcleo Norte. A quantidade de comerciantes, no mesmo período, praticamente, manteve-se na primeira localidade e diminuiu aproximadamente 18% na segunda. Por outro foco, notamos que, no mesmo intervalo de tempo, nos Núcleos Norte e Soturno, ocorreu um pequeno aumento na quantidade de artesãos e comerciantes no estrato de maior pagamento de imposto anual.

No total de atividades mercantis, entre 1940 e 1950, houve uma certa permanência no território da Colônia Silveira Martins. O que não significa dizer, para nós, que existiu uma estagnação geral. O mesmo acontece na quantidade de estabelecimentos artesanais. Em Arroio Grande, entre 1940 e 1950, verificamos uma pequena redução em torno de 14% no número de produções artesanais, especialmente no de engenhos de arroz e uma manutenção na quantidade de unidades comerciais, mas Arroio Grande teve uma novidade produtiva em 1950: as três “*fábricas*” de facas criadas no decorrer da década de 1940.

Em Silveira Martins, Vale Vêneto, Val Veronês e Ribeirão, no mesmo intervalo de tempo, aconteceu uma certa permanência no número de atividades artesanais e um pequeno aumento no de comerciais (15%); em Soturno, uma redução em torno de 17% na quantidade de estabelecimentos comerciais e uma manutenção na de artesanais, com destaque para a produção artesanal de bebidas em Novo Treviso e para as 8 carpintarias e serrarias, e, no Núcleo Norte, entre 1940 e 1950, ocorreu uma certa permanência no número de produções artesanais e no de unidades comerciais.

Outro aspecto importante é o predomínio, em 1950, da produção artesanal de aguardente no distrito de Silveira Martins diante do maior número de moinhos em 1915 e de cervejarias e olarias em 1885; o predomínio de engenhos de aguardente também em Vale Vêneto; dos moinhos e serrarias no Núcleo Norte e das marcenarias e ferrarias no Núcleo Soturno, o que confere (além da diversificação que tem sua representação máxima nas atividades de Arroio Grande), uma relativa especificidade produtiva artesanal a cada lugar e mudanças nessa produção com o passar dos anos. No complexo territorial que corresponde à Colônia Silveira Martins, em 1950, predomina a quantidade de produções de aguardente com 23% do total de unidades produtivas identificadas, as carpintarias e serrarias (20%), os moinhos (14%), as ferrarias (10%) e as alfaiatarias (9%).

Ou seja, permanece aquele certo equilíbrio entre as produções de instrumentos de trabalho, roupas e as serrarias/carpintarias e as produções que transformam produtos agrícolas, mesmo com a possível perda de importância da prática agrícola na economia regional e com o surgimento de novas atividades artesanais.

Também cabe observar que a quantidade de “*fábricas*” de aguardente voltou a ter importância na economia regional na década de 1940. A graspa e a cachaça sempre foram produzidas desde o final do século XIX. A primeira da uva, que era cultivada para o consumo em muitas propriedades e a segunda, da cana-de-açúcar. Davam um pequeno ganho extra para ajudar na compra do que não produziam. Aliás, essa era a lógica da transformação de

excedentes em mercadorias: vender para comprar o que não produzem e os instrumentos de trabalho.

“Na colheita da cana usava-se um método primitivo de atear fogo no canavial, evitando, assim, o trabalho de descascá-la. No torcio³¹⁷ era moída e aparada a garapa que, após fermentada, era colocada na cucúrbita, ajustava-se o capacete e a serpentina e tocava-se fogo no alambique. O vapor passando pela serpentina era resfriado com água destilando o precioso líquido.” (Bolzan, 1997, p.189).

Da cana, desde o início do século XX, também faziam o açúcar mascavo e o melado, usados na alimentação das famílias. As dificuldades com a comercialização desse produto artesanal, não motivavam a modernização do processo produtivo. Os donos das atividades rudimentares não tinham condições de financiar a aquisição de máquinas e a transformação em indústrias modernas.

Na oficina/marcenaria Prendin, em 1950, amplia-se a produção. Agora produz guarda-louças, cabides, mesas, janelas, portas, camas e outros, além de vender pregos, lâmpadas, tábuas, serrar toras etc, com as novas forças produtivas que o dono engendra com o uso da energia elétrica. Mesmo assim, mantém o trabalho familiar e os aprendizes-operários como produtores diretos. Quando seus consumidores não pagam à vista, cobra juros e quando deve, também paga juros. As vendas a dinheiro predominam nos *livros caixas*, mas também recebe produtos agrícolas e madeiras brutas para abater na dívida de seus clientes.

Assim, a relação social da troca continua a acontecer sem o envolvimento do dinheiro, mesmo com menor intensidade, como no início da colonização italiana na área. Outra atividade artesanal desse momento é a produção de vassouras da família Pesamosca na Linha Sete de Soturno. Conforme Saquet (2002), o atual proprietário dessa “*fábrica*” era dono de uma produção de cervejas que faliu em 1938. Entre 1938 e 1945, esta família sobreviveu de uma pequena atividade mercantil³¹⁸, iniciando, por volta de 1945, a produção de vassouras.

A produção de vassouras, iniciada com uma pequena máquina, foi continuada por seus descendentes e permanece totalmente artesanal e baseada apenas no trabalho dos membros da família; é destinada à comercialização.

Ou seja, se a aquisição de uma máquina na década de 1940 representa a conquista de inovações técnicas, ao mesmo tempo, não significa a modernização do processo produtivo

³¹⁷ Prensa.

³¹⁸ “No início, desde 1920, nós tinha a fábrica de cerveja. O nome da cerveja era Frente Única e a água de soda, a gasosa e o guaraná se chamavam Lígia. (...) Depois, em 1938 mais ou menos, com a descapitalização da

em ritmo mais rápido. Em 1993, ainda conforme Saquet (2002), esse estabelecimento continua com uma única máquina, a mesma desde o início, em 1945³¹⁹.

As condições locais relativas ao custo elevado da produção, dificuldades para a circulação e comunicação e a concorrência externa, entre outras, determinam o não incremento da “*fábrica*” de vassouras, da mesma forma que condicionam outras produções artesanais que ainda sobrevivem em 1950 e mesmo posteriormente. Os moinhos também se enfraquecem diante da concentração industrial³²⁰ e da concorrência que se efetiva no mercado, sobretudo a partir dos anos 1920, como ocorreu com as cervejarias.

O processo produtivo artesanal na Colônia Silveira Martins permanece rudimentar, com ritmo predominantemente lento, técnicas e tecnologias, na maioria, primitivas, com o predomínio do trabalho familiar e dos chamados aprendizes-operários e voltado ao mercado local. Na Serraria Cattani, conquista-se algumas inovações técnicas e tecnológicas mas o trabalho continua familiar e com aprendizes assalariados temporariamente; a fábrica de lâminas *Coqueiro* está iniciando sua produção com capital familiar, energia elétrica e dois aprendizes-operários etc.

Até 1950, não identificamos sinais embrionários da industrialização moderna no território da Colônia Silveira Martins. Observando os valores pagos pelos artesãos dos Núcleos Norte e Soturno em 1950, verificamos que, em média, cerca de 65% estavam nos estratos de *contribuição* mínima e intermediária, até CR\$ 250,00 no ano. Os demais artesãos, em número de 11, pagaram CR\$ 300,00 de imposto no ano de 1950, o que significa que não eram produções de vulto. No total de negociantes, pelo mesmo raciocínio, notamos que em torno de 90%, em média, entre os *contribuintes* do Núcleo Norte e de Soturno, naquele mesmo ano, estavam nos estratos mínimo e intermediário. Ou seja, eram quase todos pequenos comerciantes ou artesãos com produções incipientes.

O Núcleo Soturno tinha maior número de atividades artesanais que o Núcleo Norte, mas a maior quantidade dos maiores *contribuintes* artesãos estava no Núcleo Norte. Já nas atividades mercantis, Nova Palma tinha a maior quantidade de estabelecimentos e também o maior número dos maiores *contribuintes* em 1950. Destaque para os comerciantes Zambonato e Londero no Núcleo Norte e para Bruno Pippi, Gentil Thomasi, Raimundo

‘fábrica’, passamo a vivê do comércio. (...) E mais tarde né, lá por 1945, resolvemo investi numa ‘fábrica’ de vassora’. (depoimento do dono, apud Saquet, 2002, p.60).

³¹⁹ A produção média mensal dessa pequena atividade produtiva aumenta entre 1945 e 1988 (43 anos) 70%. Porém, entre 1988 e 1993, apenas 06 anos, aconteceu uma diminuição na produção média mensal, em torno de 54%. Entre 1988 e 1993, o proprietário teve uma margem de ganho mensal por ele considerada pequena (25%), da mesma forma que acha impagável uma máquina nova.

Alessio e José Antoniazzi no Núcleo Soturno. Nas artesanais, os que pagaram mais imposto naquele ano foram os donos do engenho de serra Simonetti e da serraria Cherobini no Núcleo Norte e os da marcenaria Prendin e da serraria Baggioto no Núcleo Soturno.

O destaque nesse território e momento parece ser apenas a “*fábrica*” de trilhadeiras Colpo de Arroio Grande. Efetivam-se tempos mais rápidos mas o tempo predominante é o lento; a divisão social do trabalho, simples, mostra que o desenvolvimento das forças produtivas é lento e incipiente, ao mesmo tempo que a rudimentaridade das forças produtivas revela a permanência de relações de produção, desde o final do século XIX. As produções artesanais familiares têm, em sua maioria, um tempo lento do trabalho vivo, braçal.

Simultaneamente, no Rio Grande do Sul, Porto Alegre concretiza sua hegemonia na produção industrial que se expande em direção a Caxias do Sul, envolvendo Novo Hamburgo e São Leopoldo. Para isso, contribuem decisivamente as rodovias que confluem em Porto Alegre e as chamadas produções coloniais, influenciando na divisão social e territorial do trabalho e ao mesmo tempo na re-definição de espaços e territórios. Porto Alegre, de uma participação de 21,7% em 1907 no valor da produção industrial no Rio Grande do Sul, passa para 24,8% em 1940 e 22,2% em 1950, evento acrescido pela diminuição na participação de Pelotas e Rio Grande no mesmo período.

De acordo com os dados do Censo Industrial/IBGE, em 1950, 22,2% do valor da produção industrial no Rio Grande do Sul é gerado em Porto Alegre; 8,2% em Pelotas; 7% em Rio Grande; 4,3% em Caxias do Sul; 4,2% em São Leopoldo; 3,3% em Novo Hamburgo; 2,9% em Santa Cruz do Sul; 2,5% em Livramento; 2% em Passo Fundo e 1,9% em São Gerônimo. Esses são os principais municípios. Aqueles da Colônia Silveira Martins aparecem dessa forma: Cachoeira do Sul com 1,8% do valor da produção industrial gerado no estado; Santa Maria com 1,1% e Júlio de Castilhos com 0,6%. Somando estes três últimos municípios temos 3,5% do valor da produção industrial no Rio Grande do Sul em 1950, diante, por exemplo, dos 34,8% da produção de Porto Alegre e de seus municípios vizinhos³²¹.

Ou seja, o território Silveira Martins permanece não se configurando como um espaço industrial. Pelotas e Rio Grande mantêm uma produção significativa desde o final do século XIX e início do XX, apesar de diminuírem substancialmente a participação no valor total da produção industrial no Rio Grande do Sul, de 35,3% em 1907 para 15,2% em 1950. Desse modo, materializam-se processos sociais, histórica e geograficamente, em tempos

³²⁰ É importante destacar, nesse ramo, a constituição, em 1924, da S. A. Moinhos Rio-Grandenses com sede em Porto Alegre, sob orientação e comando do grupo internacional Bunge e Born.

³²¹ Acrescentamos Montenegro em virtude da comparação com a produção de 1907.

desiguais; é o processo de formação da economia no Rio Grande do Sul e simultânea diferenciação territorial.

Comparando o valor da produção industrial dos municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul, entre 1907 e 1950, verificamos um aumento entre 1907 e 1940, quando passou de 0,86% para 3,9% da produção no Rio Grande do Sul e uma certa permanência dessa situação em 1950, quando esses três municípios tinham 3,5% da produção industrial no estado. O aumento no período (1907-1950) girou em torno de 307%. Aumentou o número de unidades produtivas, de 2,9% (9) do total em 1907 para 4% (265) em 1940 e, proporcionalmente, diminuiu para 2,9% (407) em 1950; o pessoal ocupado, entre 1940 e 1950, passava de 3% (2.517) do total do estado para 2,4% (3.010)³²².

Tudo indica que a participação relativa desses três municípios nos anos 1940, na indústria do Rio Grande do Sul, tenha diminuído, registrando uma certa retração diante do incremento ocorrido entre 1907 e 1940 e demonstrando o ritmo lento de crescimento e desenvolvimento econômico industrial, produto, sucintamente, da política de mando, da dominação social efetivada pelos pecuaristas latifundiários, seja em Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul. Se houve, entre 1940 e 1950, uma certa permanência na quantidade de estabelecimentos comerciais e artesanais no território da Colônia Silveira Martins, ocorreu uma retração na produção industrial de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul.

“A sucumbência de 169 indústrias no curto período de 10 anos (1937/1947) foi provocada principalmente pelas seguintes causas: ineficiência do transporte ferroviário, falta de energia elétrica, telefones e água e a inexistência de estradas de rodagem em condições de trafegabilidade. As indústrias de Santa Maria ficaram sem condições de competir com as indústrias de outras localidades, onde não existiam os problemas daqui.” (Beber, 1998, p.237).

Santa Maria, nas décadas de 1940 e 1950, se configura proeminentemente como um *centro* ferroviário e militar; Júlio de Castilhos é caracterizado especialmente pela pecuária extensiva e Cachoeira do Sul, da mesma forma. Outro aspecto que nos chama a atenção é a gênese de industrializações em outros lugares do “interior” do Rio Grande do Sul. Enquanto que em 1907 se destacava apenas Santa Cruz do Sul, em 1950, aparecem, além desse, Livramento, Passo Fundo, Erechim, Ijuí e Carazinho, apesar da cristalização da concentração industrial em torno de Porto Alegre, Caxias do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, que aumentam sua participação no valor da produção industrial de 29,7% em 1907 para 34,8% em

³²² Em 1950, Júlio de Castilhos tinha 342 pessoas ocupadas na indústria, Santa Maria 1.255 e Cachoeira do Sul 1.413, o que resulta, respectivamente, nas médias de 4, 8 e 8,5 empregados por unidade produtiva *industrial*, menores que as de 1940.

1950³²³. Isso não significa, evidentemente, que exista nesse momento uma desconcentração industrial no Rio Grande do Sul, mas sim processos embrionários de industrialização em lugares onde as condições gerais para a acumulação são favoráveis, como a participação do Estado e a política local, energia elétrica, força de trabalho, mercado consumidor, vias e meios de transporte etc.

Enquanto há no Rio Grande do Sul, ainda conforme os dados do IBGE, 99.945 operários nas indústrias em 1950, na Colônia Silveira Martins, só identificamos assalariados temporários que são alguns dos denominados aprendizes. As produções artesanais permanecem pequeníssimas, com pouquíssimo capital familiar, sem trabalho assalariado tipicamente capitalista e com forças produtivas, na maior parte, rudimentares, ao mesmo tempo que a indústria expande-se num ritmo mais acelerado em outros lugares do Rio Grande do Sul e do Brasil. O assalariamento, tanto nas atividades comerciais como o dinheiro, às vezes, pago aos “*servos*” nas produções artesanais, como remuneração temporária, não significa e não se configura em assalariamento capitalista. Em ambas as atividades, o dono divide seus ganhos com o trabalhador imediato que lhe prestou aquele serviço. São relações sociais não genuinamente capitalistas.

Há uma certa permanência da situação do início do século XX: a indústria no Rio Grande do Sul nasce e se desenvolve concentrada, e dá, para nós, conteúdo e forma a um novo momento do processo de diferenciação territorial, manifestando-se mais em alguns lugares frente a outros, principalmente nas cidades mais dinâmicas, pois estas oferecem condições mais favoráveis à dinamização do movimento de rotação e acumulação de capital, a partir dos agentes econômicos e políticos ali concentrados e da infraestrutura em geral.

Dessa forma, apesar das mudanças que se efetivam em diferentes lugares do Brasil e do Rio Grande do Sul, onde se produzem novas atividades como a da mecânica, a da eletricidade, a do papel e a da borracha, os produtores artesanais da Colônia Silveira Martins não conseguem acompanhar as novas exigências do *modelo de industrialização*. É uma “desarticulação” que parece não ter sido superada até a concretização das emancipações políticas de Silveira Martins, Ivorá e Nova Palma e resulta num tempo predominantemente lento nessas localidades.

³²³ Um fenômeno semelhante notamos na expansão mercantil no Rio Grande do Sul. Conforme os dados do Censo Comercial de 1950, Porto Alegre concentrava 35% dos estabelecimentos do estado, 55% do pessoal ocupado nessa atividade e 51% do capital aplicado, enquanto que Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul tinham 4,6% dos estabelecimentos comerciais, 2,8% do pessoal ocupado e apenas 1,8% do capital aplicado nas unidades comerciais do RS em 1950. Além de Porto Alegre, destacavam-se como *centros* mercantis, Pelotas, Erechim, Rio Grande, Caxias do Sul e Livramento.

A industrialização no Brasil, que foi e é desigual, acentua-se no pós-1945 e sobretudo a partir dos Governos JK e militar. Nesse período, desenvolve-se uma crescente integração do “mercado nacional”, através das vias e meios de circulação e comunicação que envolvem lentamente os agentes sociais de Silveira Martins. No entanto, essa integração crescente significa, simultaneamente, intensificação das diferenciações territoriais, a partir de São Paulo, que age como *centro* concentrador e difusor; esse fenômeno, centrado nas inovações técnicas e científicas, constitui: “(...) Uma rede urbana calcada na proeminência de São Paulo e da concomitância na modernização de algumas áreas e na obsolescência de outras áreas, de maneira seletiva e anacrônica.” (Sposito, 1999a, p.108).

Antes de 1930, já estavam na base das principais desigualdades na economia brasileira dois processos fundamentais, específicos do Modo Capitalista de Produção: a concentração e a centralização, que são, no dizer de Ianni (1989), *duas tendências universais conjugadas do capital*. Referindo-se aos *desequilíbrios* do pós-1930, esse autor afirma: “(...) instauram-se múltiplos ritmos particulares de mudança, conforme a capacidade interna de capitalização, as relações de dependência com o setor dominante e a dinâmica interna do sistema como um todo. Nesse sentido é que são reais as disparidades regionais, tanto quanto setoriais.” (Idem, p.56).

É um processo inerente à expansão do capitalismo no Brasil, em que o governo de Estado tem agido histórica e intimamente ligado a esse movimento através de diferentes mecanismos, instrumentos e políticas econômicas, *disciplinando* e orientando a mobilidade do capital. O Estado, simultaneamente, é mediador nas relações de classe e na permanência da dominação social, e, age no processo produtivo, diretamente, especialmente a partir dos anos 1930, investindo, principalmente, em infraestrutura nos espaços mais dinâmicos econômica e politicamente. E a acumulação constante do capital em alguns setores e atividades, em seus espaços, está no centro das desigualdades territoriais.

Dito de outro modo, é o movimento do tempo no espaço, em que a difusão das inovações ocorre de acordo com cada articulação entre o singular e o universal, com cada dialética espaço-tempo. Tempo histórico e tempo das coexistências, dos ritmos diferenciados. Aquele movimento iniciado na década de 1920, de expansão da indústria de São Paulo, acelerou-se a partir dos anos 1940 e provocou reações na indústria do Rio Grande do Sul. Porém, só conseguiram re-produzir-se aquelas mais dinâmicas, que tinham condições para se diversificarem e modernizarem suas atividades produtivas. Muitas das

pequenas produções artesanais faliram. De acordo com dados apresentados por Reichel (1993), só no ano de 1921, fecharam 820 pequenas fábricas no Rio Grande do Sul³²⁴.

Trata-se da territorialização, no Brasil, do desenvolvimento desigual e articulado, contraditório, da expansão capitalista, em que os re-arranjos espaciais e territoriais são uma constante, a partir de diferentes formas de re-produção do capital. Essa expansão, a partir dos anos 1940 e principalmente dos 1950, re-produz um duplo movimento de diferenciação e concentração territorial, apesar da integração cada vez mais intensa. É um processo heterogêneo e sobreposto, em que o Estado tem cada vez maior participação. E não é uma simples participação. Ela dá-se em favor da valorização do capital, no processo de re-definição da divisão social e territorial do trabalho, também, cada vez mais ligada ao movimento de expansão do capitalismo e seus aspectos culturais no nível internacional (mundialização do capital).

Concomitantemente, nos anos 1940 e 1950, na Colônia Silveira Martins, a produção artesanal, na maior parte, permanece rudimentar e incipiente. A vida cotidiana tem especificidades ligadas à dinâmica do lugar: os meios de transporte mais utilizados continuam sendo os cavalos, as carroças e *carretas* e as aranhas, além de alguns automóveis, caminhões e ônibus. Em geral, para iluminação das moradias rurais, usa-se a lamparina a querosene e o lampião e nas vilas, a energia elétrica; as roupas, os sapatos, chapéus etc, só são comprados quando extremamente necessários, em virtude do baixo poder aquisitivo que têm.

Como desde o início da apropriação e territorialização italiana, os bois têm um papel muito importante na economia familiar, pois são usados para puxar as carroças com a produção agrícola ou com pessoas, os arados na lavração das terras e movem os engenhos de moer cana; as vacas são usadas no sustento familiar: leite e queijos são consumidos combinados com a polenta e os suínos são criados, principalmente, para o sustento da família: soltos ou em chiqueiros feitos de pedras, madeiras ou arames. Da carne suína, as famílias fabricam o salame e a morcela para a alimentação. Todas as famílias criam frangos, que são consumidos combinados com polenta, com massas, arroz (risoto), sopas e com mandioca. O almoço é centrado no arroz, feijão e *radicci*, às vezes acrescido de mandioca ou polenta e carne, sobretudo a suína e de frango.

Apesar de praticamente todos praticarem todas as atividades na unidade produtiva agrícola familiar, existem algumas atividades que são quase exclusivas das mulheres³²⁵: “A

³²⁴ Essa não é uma característica singular ao Rio Grande do Sul. Ocorreu em outros estados do Brasil e em outros países, como apontam Sereni (1968), Ianni (1972) e Lazzarini (1981) quando abordam a industrialização italiana.

³²⁵ Sobre a vida das mulheres na Colônia Silveira Martins, ver Elizara Marin (1999).

tarefa de cuidar da horta estava a cargo das mulheres, nós, homens, o máximo que fazíamos era cercá-la, virar a terra com a pá e fazer os canteiros. O sexo masculino achava que havia outras tarefas mais importantes a executar.” (Bolzan, 1997, p.185). As mulheres também vão à roça, cuidam dos filhos, da alimentação etc. O “chefe” da família é quem decide o que e onde plantar, quando e como: não tem orientação técnica, à exceção dos “conselhos” dos comerciantes, o que favorece a permanência do manejo inadequado do solo e o simultâneo desgaste do mesmo.

Na atividade agrícola, os agrotóxicos e adubos químicos são raros. Parte das terras dobradas, de maior aclive, ainda são cobertas por mata nativa; parte por capoeiras decorrentes da *rotação de terras*. No cultivo agrícola: o arroz só é plantado por quem possui terra plana (o que resultou sempre numa produção pequena e de poucos agricultores) com o objetivo de suprir as necessidades da família; o trigo também é cultivado com a mesma intenção: é transformado em farinha nos moinhos locais. É colhido, assim como o arroz, em sua maioria, manualmente, com o uso da foicinha.

De todos os produtos agrícolas, o milho continua sendo o mais cultivado, porque é usado na alimentação da família e dos animais. Por isso, praticamente não é comercializado. Na encosta, usa-se o saraquá para o plantio e nas terras mais planas, a máquina manual. “A semente acompanhava o plantador numa sacola de pano, pendurada à tiracolo. Com a mão direita acionava o saraquá, com a esquerda separava os grãos na sacola e os jogava na cova. Os pés ajudavam cobrir a cova.” (Bolzan, 1997, p.195); já o fumo é cultivado para a venda. Fazem irrigação manual até as mudas crescerem depois de serem transplantadas dos canteiros. Nesse cultivo, usa-se, às vezes, inseticidas. “O tabaco, produto supérfluo, estava muito sujeito à oscilação do mercado. De uma safra a outra os preços mudavam tanto, a ponto de muitas vezes, deixar nossa família em situação difícil. (...) A principal causa, no caso do fumo, era a desonestidade de certos compradores.” (Bolzan, 1997, p.201); outro produto, mais nas proximidades de Silveira Martins, foi a batatinha inglesa, principalmente entre 1940 e 1960. A produção destinava-se em sua maioria para a comercialização.

Sucintamente, notamos *algumas* mudanças em *algumas* unidades produtivas, cujos donos conseguem absorver *algumas* inovações técnicas, porque conseguem acumular *algum* capital familiar, como o uso de trilhadeiras em colheitas, da irrigação no cultivo do fumo, etc. que expressam o desenvolvimento, lento e desigual, acontecendo a partir dos anos 1930³²⁶.

³²⁶ O número de escolas e hospitais também pode ter significado desenvolvimento. Em 1950, havia aproximadamente 41 escolas na Colônia Silveira Martins, sendo mais de 90% públicas, diferentemente do início

6. OS TEMPOS E OS TERRITÓRIOS DA COLONIZAÇÃO ITALIANA

No processo em questão, comparando com os primeiros anos do movimento de apropriação e produção do território na Colônia Silveira Martins, verificamos algumas mudanças nas forças produtivas da prática agrícola, pois as primeiras lavouras foram cultivadas basicamente com foices e enxadas, mas as técnicas de cultivo permanecem as mesmas: *capoeira-queimada-plantio* e assim sucessivamente.

O aumento que ocorreu na produção agrícola, como afirmam Pimentel (1952) e o Relatório da intendência municipal de Júlio de Castilhos (1944), entre 1908 e 1944, nos cultivos do trigo, do arroz, do milho e do fumo em folha foi decorrente de algumas inovações técnicas conquistadas, mas principalmente em razão do aumento da área cultivada e não da produtividade. A produção agrícola foi praticamente a mesma: forças produtivas rudimentares e incipientes, falta de capitais e trabalho familiar, pelo menos, na maioria das unidades produtivas, com o agravante da diminuição da produtividade natural do solo a partir de 1930.

Assim, os indivíduos, apesar das mudanças efetivadas nas diferentes produções e atividades da vida cotidiana, estavam submetidos a uma convivência relativamente longa com os mesmos objetos e atividades, com as mesmas relações de produção, os mesmos instrumentos de trabalho, os mesmos caminhos, as ações rotineiras etc, pois o ritmo das mudanças, em seu tempo predominante, foi muito lento. A dinâmica territorial foi, ao mesmo tempo, atomizada e de vizinhança, de cooperação, de mudanças em tempo lento e em tempos mais rápidos, de permanências, de rotinas.

O mercado consumidor foi uma das principais barreiras enfrentadas pelos produtores diretos. “Vários anos tínhamos belas safras, mas na hora da comercialização o produto apodrecia no galpão por falta de compradores ou de escoamento. Estradas quase não existiam e os meios de transporte, muito precários.” (Bolzan, 1997, p.205); “O grande problema, (...) era a comercialização. Ali residia o impasse, que tantas vezes sepultou na cinza o suor de nossos agricultores sacrificados. Falo em base ao que tenho ouvido e visto, desde minha infância. E as principais causas eram: o restrito mercado de consumo; a dificuldade em escoar o produto; e a desonestidade de certos compradores.” (Girardi, s.d., p.146).

do século XX e registrando um aumento em torno de 70% em relação a 1925. Desde o início do século XX existiam algumas escolas públicas, porém, parece-nos que a expansão desse ensino acontece apenas a partir dos anos 1930. O número de farmácias se mantém em seis entre 1925 e 1950, mas foram construídos 1 hospital em Nova Palma, 1 em Silveira Martins e 1 em Ivorá. É o Estado atuando no processo de re-produção da dominação

Isso não motivou a busca de melhorias para a produção. Outro aspecto importante era a grande oferta de produtos agrícolas nos principais *centros* consumidores circunvizinhos: Santa Maria, Cachoeira do Sul, Restinga Seca e Júlio de Castilhos. “Com isto nas grandes safras o preço era baixo e pouca possibilidade de colocação e nas pequenas, apesar de bom preço, faltava o produto.” (Bolzan, 1997, p.205). Faltava organização e planejamento dos produtores imediatos.

Com o comprometimento dos ganhos dos produtores agrícolas, maiores consumidores das mercadorias dos artesãos, estes tiveram seu mercado cada vez mais restrito. Num primeiro instante materializou-se no processo de re-territorialização um aumento decorrente da expansão territorial, e, posteriormente, deu-se uma diminuição na quantidade das atividades produtivas artesanais e comerciais, seguida de um *novo* aumento e de uma certa permanência no número desses estabelecimentos até 1950.

Tabela n. 8 - As produções artesanais na Colônia Silveira Martins

Localidades/ano	1882	1884	1885	1915 ³²⁷	1925	1940	1950
Silveira Martins ³²⁸	10	22	21	69	35	52	54
Núcleo Norte	-	-	3	-	10	16	15
Núcleo Soturno ³²⁹	-	-	3	20	24	34	34
Arroio Grande	2	4	4	24	19	29	25
TOTAL	12	26	31	113	88	131	128

Fonte: Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Construção do autor.

Podemos dividir em três processos distintos a dinâmica nas produções artesanais no território correspondente à Colônia Silveira Martins. No primeiro, ocorre um aumento no número total destas atividades, entre 1882 e 1915, em mais de 800%; no segundo, acontece uma diminuição, entre 1915 e 1925 e posteriormente, a partir de 1930 até 1950, dá-se um aumento até 1940 e uma permanência até 1950 na quantidade total destas unidades produtivas, mas é nesse período que alguns proprietários e produtores conquistam algumas inovações técnicas e tecnológicas a partir do evento da energia elétrica com a construção de pequenas usinas hidroelétricas. Mesmo assim, no geral, os processos produtivos são bastante rudimentares. Em todo o período, desde os primeiros anos da colonização italiana na área, há uma permanência do trabalho familiar e dos chamados aprendizes. Porém, notamos que no Núcleo Soturno, por exemplo, o percentual de artesãos *contribuintes* nos estratos mínimo e intermediário, passa de 100% em 1925 para 79% em 1950, e, de 100% para 50% no Núcleo

social em favor da classe hegemônica, mediador na constituição de desigualdades e diferenças, ou em uma conjugação específica entre mudanças e permanências, que caracterizam a apropriação e a produção territorial.

³²⁷ Os dados dos Núcleos Norte e Soturno estão incompletos e, por conseguinte, o total também está.

³²⁸ Acrescentamos aqui os dados de Vale Vêneto, Val Veronês e Ribeirão.

Norte, o que significa indícios de mudanças na produção artesanal (o mesmo pode ter ocorrido na cobrança dos impostos), a partir de 1930, em virtude do evento da energia elétrica.

Na expansão territorial, Silveira Martins é o primeiro lugar a sentir os sintomas da diminuição na quantidade destas produções, a partir de 1908. Já a redução do pós-1915 se concretiza em todas as localidades do território em questão, em virtude dos impactos da Primeira Guerra Mundial e dos demais fatores que já apresentamos. O que mais nos chama a atenção, é Ribeirão que tem, em 1924, apenas 1 artesão *contribuinte*. Mesmo após 1930, Silveira Martins não consegue recuperar o ritmo anterior a 1908. O contrário verificamos em Arroio Grande, Vale Vêneto e Soturno, especialmente nestes últimos, onde o número de atividades artesanais aumenta após 1930³³⁰.

Tabela n. 9 – As atividades comerciais na Colônia Silveira Martins

Localidades/ano	1882	1884	1885	1915 ³³¹	1925	1940	1950
Silveira Martins ³³²	6	20	18	59	32	34	39
Núcleo Norte	-	2	2	-	17	12	14
Núcleo Soturno ³³³	-	-	2	13	26	29	24
Arroio Grande	2	4	4	30	13	17	17
TOTAL	8	26	26	102	88	92	94

Fonte: Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Construção do autor.

Um fenômeno social semelhante notamos na quantidade de estabelecimentos comerciais no território da Colônia Silveira Martins. Entre 1882 e 1915, dá-se um aumento em mais de 1.100% no total destas atividades; a seguir, até 1925, há uma redução; um aumento a partir dos anos 1930 até 1940 e uma certa permanência entre 1940 e 1950, o que, não é uma especificidade da Colônia Silveira Martins, tanto no que se refere à quantidade dos estabelecimentos artesanais como dos mercantis. Observando as análises de Roche (1969), verificamos que o número de comerciantes e de produções artesanais também diminui nas chamadas *antigas colônias* alemãs, entre 1919 e 1940, em razão dos impactos do pós-I Guerra Mundial.

Em Silveira Martins, provavelmente, o número de atividades comerciais aumenta até 1908 e mantém-se desse ano até 1915, enquanto continua a aumentar em Arroio Grande (cerca de 200% entre 1899 e 1915), Soturno, Vale Vêneto, Ribeirão e Núcleo Norte até 1915.

³²⁹ Acrescentamos os dados de Novo Treviso.

³³⁰ Em Vale Vêneto, entre 1924 e 1951, a quantidade dessas unidades aumenta 225%. Após 1940, isso ocorre também em Ribeirão.

³³¹ Os dados dos Núcleos Norte e Soturno estão incompletos e por conseguinte, o total.

³³² Acrescentamos os dados de Vale Vêneto, Val Veronês e Ribeirão.

³³³ Acrescentamos os dados de Novo Treviso.

O que mais nos chama a atenção, aqui, é a provável continuidade desse aumento no Núcleo Soturno até 1940, certamente, em razão da expansão territorial na área, maior que Arroio Grande e Núcleo Norte. Somente a partir dos anos 1940 é que diminui o número desses estabelecimentos em Soturno. Nas demais localidades, acontece uma redução na quantidade das unidades mercantis já entre 1915 e 1925, um aumento após 1930 até 1940, à exceção de Vale Vêneto, Núcleo Norte e Ribeirão onde o número dos estabelecimentos comerciais diminui até 1940 e de Silveira Martins onde se mantém, e, uma permanência entre 1940 e 1950, exceto em Silveira Martins, Vale Vêneto e Ribeirão onde tem um pequeno aumento e no Núcleo Soturno, onde diminui. Tanto Silveira Martins como Arroio Grande, Vale Vêneto e Ribeirão, mesmo assim, não conseguem recuperar a quantidade de estabelecimentos comerciais anterior a 1915/16.

Ao mesmo tempo, aumenta o pagamento de impostos e o número de *contribuintes* nos estratos de maior pagamento em algumas localidades, como aconteceu na produção artesanal. No Núcleo Soturno, o percentual de comerciantes *contribuintes* nos estratos mínimo e intermediário, passa de 100% em 1925 para 87% em 1950. De modo geral, havia, em 1950, uma concentração do capital comercial familiar nas mãos de alguns negociantes, especialmente do Núcleo Soturno, de Arroio Grande e de Silveira Martins.

Sucintamente, são processos sociais semelhantes manifestando-se e concretizando-se, territorializando-se em momentos e lugares distintos, que só os tempos mais longos permitem apreendê-los. Desse modo, primeiramente, deu-se uma expansão econômica e territorial em Silveira Martins e Vale Vêneto até por volta de 1908 e posteriormente nos *núcleos*, principalmente em Arroio Grande e Soturno, até em torno de 1920.

Outro aspecto digno de nota é que até 1885 o aumento percentual foi maior na quantidade de casas comerciais, porque tinham que suprir as primeiras necessidades da vida cotidiana. Com o passar dos anos, conseguiram produzir suas atividades artesanais.

Entre 1885 e 1899, o número dessas produções aumentou mais, principalmente em Silveira Martins, e, entre 1899 e 1915, a quantidade de unidades mercantis voltou a aumentar em virtude da expansão territorial em Arroio Grande, Vale Vêneto, Ribeirão e nos Núcleos Norte e Soturno. Concomitantemente, o número de estabelecimentos artesanais diminuiu em Silveira Martins e aumentou também nas referidas localidades. Mesmo assim, em 1950, Silveira Martins (com V. Vêneto, Val Veronês e Ribeirão) permaneceu com a maior concentração no número de atividades artesanais e comerciais do complexo territorial da Colônia Silveira Martins, seguida pelo Núcleo Soturno.

Vai figura n. 4 (linha tempo), montagem.

Dito de outra forma, o desenvolvimento econômico artesanal nesse território teve um incremento de 1882 até 1915, diminuiu nos anos 1920, aumentou na década de 1930 e teve uma certa permanência até 1950. Aconteceram, de modo geral, algumas mudanças econômicas no território da Colônia Silveira Martins a partir dos anos 1930, o que não significa dizer que as atividades artesanais deixaram de ser pequenas produções mercantis. Os agentes sociais não conseguiram revitalizar suas economias e, em decorrência da precariedade dos processos produtivos artesanais, da falta e/ou das péssimas condições nas vias e meios de circulação etc, houve indícios de uma nova fase de crise a partir de 1945, provavelmente, em virtude dos impactos da Segunda Guerra Mundial, agravada pelas condições locais desfavoráveis, econômica e politicamente, à acumulação de capital familiar e à modernização da produção artesanal, pois, pelo que constatamos, os agentes mercantis, apesar da redução em sua quantidade, permaneceram dinâmicos.

A partir dos dados coletados, notamos que as oficinas e produções na Colônia Silveira Martins não foram transformadas em indústrias modernas, pelo menos até 1950. Nesse território, em geral, não se reinvestiu na melhoria das forças produtivas; não se diversificou a economia local frente às mudanças da economia brasileira; não se incorporou o que acontecia em outros lugares em termos de desenvolvimento tecnológico. Não foram transformadas em indústrias modernas porque não acumularam capital familiar; tiveram um tempo predominantemente lento. Ora, por que não conseguem acumular capital familiar?

No intuito de respondermos satisfatoriamente a essa questão, destacamos os seguintes fatores que condicionaram o ritmo lento de desenvolvimento econômico artesanal na Colônia Silveira Martins:

1) a produção, não especificamente capitalista, não estimulou a re-inversão dos ganhos no processo produtivo e a modernização da produção artesanal, determinando a permanência de processos rudimentares que não impediram a subordinação e a exploração violentas cristalizadas na produção familiar (agricultores e artesãos agricultores). A sujeição do trabalho e do trabalhador ao capital e concomitante exploração impediu investimentos na produção porque limitou a acumulação na unidade de produção familiar e condicionou a permanência de uma produção, em geral, sem qualidade;

2) a concentração fundiária nas vilas que elevou demasiadamente os preços do solo urbano, dificultando a aquisição por parte dos artesãos e outros residentes das *linhas*;

3) a elevação dos preços do solo rural, o número significativo de pessoas por lote de chão e a permanência da prática agrícola *tradicional*, com forças produtivas rudimentares e conservadoras que desgastam o solo e contribuem no empobrecimento dos

agricultores. As mudanças que poderiam diminuir os custos e aumentar a produtividade agrícola ultrapassam, em geral, a capacidade de acumulação de capital familiar e de gastos em cada unidade produtiva. Manfroi (1975) chega a afirmar que era mais fácil para o agricultor comprar um lote de terra nas áreas de expansão do que melhorar as técnicas produtivas agrícolas. O mesmo podemos dizer dos artesãos, que não têm condições de inserção competitiva no mercado em razão dos fatores que estamos apresentando;

4) a migração, sobretudo de comerciantes, porque acumularam capital na Colônia Silveira Martins e investiram em outros lugares³³⁴;

5) falta e carência de energia elétrica, mesmo após a década de 1930;

6) as características dos colonizadores italianos, como já demonstramos e como chama a atenção Sponchiado, na *Cronologia de 1875*, quando se refere àquilo que denomina de *atraso* da Colônia Silveira Martins, responsabilizando os *tipos humanos* nela estabelecidos, ou seja, na maioria vênets (70% dos italianos da colônia), agricultores (mais de 90%) em parte considerável, analfabetos (em torno de 50%): “faltou-lhes líderes traquejados na industrialização (...) para arriscarem caminhos novos (...)”. Isso não significa dizer que os italianos da Colônia Silveira Martins e seus descendentes não tinham conhecimentos técnicos artesanais. Pelo contrário, embora com o predomínio da prática agrícola, em que a produção artesanal é complementar, a quantidade e diversidade de unidades produtivas artesanais mostra que não faltaram iniciativas e habilidades técnicas. Também não são as relações de trabalho familiar que impedem a acumulação. O principal determinante é sua lógica, não genuinamente capitalista e os demais fatores que estamos apontando. Ou seja, na Colônia Silveira Martins, até 1950, a comercialização artesanal está sujeita à produção. Produz-se e vende-se o que se precisa para sobreviver.

Esperavam que Deus melhorasse suas vidas, a produção etc., conformados com a miséria, sem aspiração maior que a simples sobrevivência. São facilmente condicionados pela atuação da classe dirigente, hegemônica e conservadora que obstaculiza iniciativas associacionistas e cooperativistas e a simultânea construção de alternativas no próprio

³³⁴ Conforme Marcuzzo (1982) e Sponchiado em entrevista, identificamos algumas famílias (que não são apenas comerciantes) que investiram em outros lugares entre 1895 e 1950, seja na compra de terras para a prática agrícola ou criatória, seja em atividades industriais ou comerciais: Rubin; Pigatto; Fontana; Trevisan; Ceolin; Decian; Soldera; Prevedello; Rossato; Zasso; Cassol; Battistella; Copetti; Cantarelli; Beltrame; Barchet; Sponchiado; Antoniazzi; Binotto; De David; Moro; Gazzapina; Guerra; Berleze; Zanon; Librelotto; Piovesan; Pippi; Stefanello; Durigon; Costa Beber; Morgental; Zamberlan; Barichello; Dalcin; Weber; Cordero; Coletto; Michellin; Perobelli; Lazzari; Soncini; Baldissera; Zarantonello; Minuzzi; Coradini; Brugnara; Dall’Asta, entre outras. Conforme Santin (1986), grande parte das lojas do comércio *tradicional* de Santa Maria têm suas raízes nos *núcleos* de colonização italiana. Hoje, boa parte das casas comerciais daquela cidade pertencem à descendentes de imigrantes italianos.

lugar. Estão sujeitados pela ética católica, pela ideologia do trabalho e da submissão, da obediência, o que produz o conformismo. Suas ações são re-produzidas atomizadas frente suas des-articulações. Aquela coesão inicial identitária lentamente é dissolvida pelas forças do capital.

A isso, além das condições locais que os envolveram, acrescenta-se também o fato de que, em sua maioria, os italianos, na Itália, estavam acostumados a trabalhar como arrendatários, ou seja, não tinham a necessidade de tomar iniciativas, de trabalhar por “conta própria”, o que, de certa forma, re-produzem no Brasil, em situação adversa. Isso limitou a busca de inovações tendendo ao conformismo;

7) os baixos preços dos produtos agrícolas e artesanais;

8) o mercado consumidor local incipiente (baixo poder aquisitivo) decorrente do anacronismo na distribuição/apropriação de renda, que se traduz numa demanda enfraquecida para o consumo. Não se dá na Colônia Silveira Martins, até 1950, uma expansão da demanda nem um impulso significativo do urbano. A própria capacidade produtiva rudimentar e em ritmo lento, influencia na capacidade de consumo, como afirmam Marx e Engels (1998);

9) a falta de investimentos em infraestrutura por parte do governo de Estado, a política de mando local voltada aos interesses latifundiários e dos comerciantes mais fortes e o abandono a que estiveram submetidos pelas administrações municipais. Esse abandono teve influência no ritmo de desenvolvimento, favorecido pela não efetivação das emancipações políticas das respectivas localidades até 1950; porém, ao nosso ver, o desenvolvimento não esteve centrado na ausência de uma continuidade territorial, políticoadministrativa, como afirma Sponchiado (1996). Também não foi fundamental a existência de terras *particulares* entre Silveira Martins, Ivorá e Nova Palma, como preconiza Carvalho (1886) e como argumenta Manfroi (1975). Não é o fato de residirem em distritos que os motivou a migrar e faliu iniciativas, nem é a *continuidade* que age, nem o chão, nem o local de residência, mas os agentes sociais, econômicos e políticos. Até porque, com o passar dos anos, as terras *particulares* existentes entre o Núcleo Soturno e Silveira Martins, foram completamente apropriadas pelos descendentes dos italianos. Além do abandono, a divisão do território da Colônia Silveira Martins entre Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, conforme Santin (1986), provocou uma deterioração do *espírito gregário e associacionista*, influenciando no que denomina de *decadência e estagnação*. A rivalidade entre os diferentes

grupos de imigrantes, apontada por Santin, também pode ter contribuído no desenvolvimento econômico artesanal em ritmo lento³³⁵;

10) a precariedade nas vias e meios de circulação e comunicação;

11) a concorrência externa, industrial e mercantil, de importados ou não e os impactos da crise do pós-Primeira Guerra Mundial³³⁶.

As determinações são múltiplas, portanto, econômicas, políticas e culturais, articuladas entre si e se efetivam desde os primórdios da apropriação territorial na área. Assim, a análise do processo histórico e geográfico ou da dinâmica territorial, torna-se imprescindível para uma abordagem coerente da re-territorialização e do desenvolvimento econômico, em que a *questão regional*, como afirma Gramsci, é uma questão do Estado, intimamente articulada ao *bloco de poder* e às políticas que envolvem a economia do país e à produção e apropriação de sobretabalho ou aos principais agentes econômicos.

O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins é produto das contradições do processo de formação das economias no Rio Grande do Sul e no Brasil, resultado dos processos sociais e territoriais, articulados ao movimento internacional de expansão do Modo Capitalista de Produção e seus aspectos culturais. Como afirma Ianni (1989), o capitalismo é um só.

Como o MCP não se circunscreve apenas a produções genuinamente capitalistas, dá-se a re-produção de atividades não capitalistas clássicas. Um dos entrevistados relatou-nos, referindo-se à vida diária durante a década de 1930 no Núcleo Soturno: "(...) naquela época não existia o espírito capitalista, a busca do lucro. Se produzia pra vivê". E assim esse

³³⁵ Santin (1986) chama a atenção para a existência de *momentos turbulentos* na questão religiosa local, também responsáveis pela desestabilização da unidade e pelo *enfraquecimento* da colônia. “Mas não era só no campo religioso que isto acontecia, o bairrismo acabava influenciando as decisões nas áreas política, econômica e esportiva. Conclui-se, facilmente que, como a vida religiosa era o centro polarizador dos imigrantes, a harmonia neste setor seria o ponto fundamental para se possibilitar outras articulações comunitárias.” (Santin, 1986, p.58).

³³⁶ Santin (1986), entre os fatores que destaca, afirma: “A presença acentuada de elementos culturalmente estranhos fez com que rapidamente fosse rompida a homogeneidade cultural do italiano” (p.70). Para este autor, a integração do italiano com outras etnias foi mais decisiva do que a fragmentação no processo de *enfraquecimento* dos ideais de uma *città-nuova*, que os italianos pretendiam formar na sede da Colônia Silveira Martins. Porém, não é isso que verificamos. Constatamos um predomínio étnico e cultural dos italianos no território da Colônia Silveira Martins. Mesmo atualmente, tanto em Ivorá como em Silveira Martins, Vale Vêneto e Nova Palma, predominam os descendentes de italianos. As culturas *estranhas* à do italiano como a dos caboclos, descendentes de portugueses e alguns descendentes dos indígenas são envolvidas e dominadas pela dos italianos e descendentes. Um aspecto digno de nota, ainda, que poder ter influenciado no ritmo de desenvolvimento, são as repercussões da repressão imposta pelo Estado Novo, como aponta Joel Marin (1999): “A repressão instaurada sobre os imigrantes italianos e descendentes, deixou profundas marcas em suas vidas: impôs uma psicologia de inferioridade e para superá-la, fez-se necessário construir uma nova identidade social. Permanecer na colônia, falar o dialeto vênето, construir casas nos moldes da arquitetura italiana, (...) entre outros elementos da cultura italiana passaram a significar atraso, estagnação e por isso, precisavam ser abandonados ou substituídos” (p.116).

produtor e sua família vivem até hoje, com relações de trabalho familiar e sem reinvestimentos no ciclo produtivo. Outros afirmaram: “Faltou estrutura de visão. Só faltou isso”; “não modernizei por causa da crise e porque o comércio era muito ruim aqui”. As atividades artesanais não se desenvolveram mais rapidamente porque não houve reinvestimento dos ganhos no processo produtivo, porque a produção não era tipicamente capitalista. Os poucos artesãos que conseguem acumular alguma poupança não investem em suas produções.

Na Colônia Silveira Martins, até 1950, de forma semelhante ao que aconteceu nas colônias alemãs analisadas por Roche (1969), na produção artesanal, a acumulação de capital familiar foi deficiente: as forças produtivas eram bastante rudimentares e não foram modernizadas; a força de trabalho era baseada em poucas pessoas, 2 ou 3 aprendizes; a circulação e o consumo também eram precários. Não dispunham das condições necessárias para incorporar técnicas e tecnologias mais modernas.

Roche (1969) aponta, entre 1920 e 1950, no Rio Grande do Sul, o *avanço* das *sociedades de capitais*, em detrimento das de *pessoas* e das atividades individuais. É um *novo* momento da economia no Rio Grande do Sul, onde cada vez mais os agentes industriais assumem papel central, especializando-se e modernizando-se diante da concorrência, mas esses processos não envolvem a Colônia Silveira Martins. A acumulação de capital necessária à modernização da produção mais intensa e rápida não se dá nas atividades artesanais, apesar de algumas inovações técnicas e tecnologias conquistadas.

É a re-produção da produção familiar, artesanal e/ou agrícola, na Colônia Silveira Martins, onde os produtores imediatos são subordinados e explorados violentamente, pilhados e mutilados pelos mecanismos de mercado, na circulação. Estão sujeitos ao processo de valorização do capital³³⁷. Essa re-produção das relações de produção não genuinamente capitalistas pelo capitalismo é simplesmente humilhante e multiforme e os mantém vivos para se apoderar de trabalho não pago que incorporam às mercadorias. “É na circulação que se dá a

³³⁷ Interpretando a alienação do trabalho em Marx, Silva (1987), Vasquez (1990) e Saquet (2002), afirmam que ela se materializa em três momentos. O primeiro acontece: “(...) quando o trabalhador vende a força de trabalho ao capitalista. Aí ele se separa dela, aliena-a para o capitalista em troca de um salário (...)” (Silva, 1987, p.51). O segundo momento está na produção em si, durante as atividades produtivas. O trabalhador assalariado se aliena na própria atividade, no local de trabalho onde produz as mercadorias, transferindo-se ao produto e gerando sobretrabalho. E o terceiro momento concretiza-se porque o trabalhador não se apropria do resultado de seu trabalho. Ao mesmo tempo, de acordo com Saquet (2002), essa alienação também ocorre na produção familiar artesanal e/ou agrícola, não genuinamente capitalista, porém de forma disfarçada e não claramente como na produção capitalista clássica, porque na produção familiar não existe um padrão declarado, ali, presente, que adquire no mercado força de trabalho mediante o pagamento de um salário. O segundo momento também acontece porque também há uma transferência das forças do produtor direto ao produto, aos excedentes e mercadorias posteriormente comercializados. O mesmo vale dizer para o terceiro momento da alienação devido ao mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado.

apropriação do trabalho excedente. A circulação é o elo de articulação e de comunicação, da agricultura familiar e dos produtores, ao Modo Capitalista de Produção. É na circulação que o MCP integra à sua reprodução ampliada todo tipo de renda.” (Saquet, 1997, p.92). É aí, no mercado, que se objetivam as relações capitalistas, não na unidade produtiva, porém, contraditoriamente, *no e a partir do* território.

Ou, como afirma Silva (1987): “O pequeno produtor só em parte trabalha para si; consome fração de sua força de trabalho e se apodera de uma pequena parte do que produz. Assim sendo, está trabalhando para outros que não se materializam diante dele para exigir nada, porque estão escondidos na pele dos negociantes (...)” (p.53/54). Esses que estão escondidos por trás dos mediadores, emissários do capital, é que são os *patrões* dos produtores familiares.

A sujeição não é apenas uma sujeição da renda da terra ou do trabalho excedente ao capital, mas uma sujeição do trabalhador, de toda sua família, nas diferentes situações e momentos de sua vida cotidiana. É a subordinação disfarçada, pois o produtor familiar, dono das terras e dos instrumentos de trabalho, ou do estabelecimento artesanal, aparece como livre e autônomo, desde os primórdios da colonização italiana. Aquela apropriação e expansão territorial favorecida pelo Estado e pelos agentes do capital significa simultânea e posterior apropriação de trabalho excedente *por e para* este mesmo capital.

O que o produtor artesanal produz para-si é apenas uma parcela de seu próprio trabalho e do trabalho de seus “*servos*” que absorve na comercialização das mercadorias; o que o produtor agrícola familiar produz para-si é apenas uma fração da produção que é consumida por sua família, na subsistência e também uma parcela de seu próprio trabalho a partir da venda dos excedentes em forma de mercadorias. Apropriação territorial e apropriação de sobretrabalho são unos e condicionam-se reciprocamente, o que se deu na Colônia Silveira Martins.

O Governo de Estado, re-territorializa, apropria para explorar. Historicamente, o capital articulado ao Estado, tem apropriado para explorar, para se apropriar de trabalho alheio, viabilizando a colonização estrangeira e tornando os agentes sociais proprietários familiares, produtores de mercadorias. Aliás, o capital só se expande para sair ampliado através de seus tentáculos que envolvem e comandam de diferentes formas e intensidades os produtores familiares na medida que têm que vender excedentes para pagar os lotes de terra e para adquirir o que não produzem.

O Estado tem agido orientando o movimento de re-produção do capital e a simultânea dominação social, desde o financiamento da imigração e da colonização até

subsídios diretos e indiretos à prática produtiva, a partir da criação de uma infraestrutura mínima para a produção e realização dos excedentes. No dizer de Coradini (1982), o Estado motiva a produção e controla a apropriação dos excedentes, principalmente a partir da década de 1930 e posteriormente com o processo de modernização da agricultura brasileira. Esse controle é histórico, com subsídios indiretos no período colonial e diretos a partir do início do século XX.

O Estado e os agentes do capital regulam a exploração através do mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado no processo de apropriação e expansão territorial, na produção e circulação de mercadorias.

Nessa mediação política feita pelo Governo no intuito de garantir econômica e politicamente a re-produção da dominação da classe hegemônica, da produção de alimentos e do movimento geral da acumulação de capital, os negociantes intermediários têm efetivado um papel central, articulando o produtor direto a outras instâncias socioespaciais. Não é sem motivos que objetivam seus territórios. Sucintamente, eles desempenham o papel que, mais tarde, será das cooperativas agrícolas empresarialmente desenvolvidas³³⁸.

“O comerciante intermediário, após a venda da mercadoria, apropria-se de todo o trabalho excedente nela contido. A alienação do trabalho disfarçada, mascarada, que ocorre na pequena produção de alimentos, determina a reprodução do intermediário de forma ampliada. Ele enriquece às custas do pequeno produtor, apoderando-se de fração do trabalho que esse aliena inconscientemente; enquanto o pequeno produtor se reproduz de forma simples como qualquer trabalhador capitalista, dada a exploração sutil que o sistema lhe impõe” (Silva, 1987, p.60).

Observando as variações nos preços dos produtos comercializados pelos produtores diretos aos comerciantes e os re-vendidos por estes aos produtores imediatos e moradores em geral, notamos, em média, que os manufaturados aumentam 101,6% a mais do que os chamados produtos coloniais. E, considerando que o período estudado sobre os manufaturados é menor do que o dos *coloniais*, é importante destacar que a diferença no aumento dos preços pode ser ainda maior. Entre 1881 e 1938, a inflação acumulada³³⁹ foi de

³³⁸ Com a modernização agrícola, as cooperativas de produção garantem o mercado para os produtos agrícolas, mas a exploração continua violenta. As inovações técnicas aumentam. O desenvolvimento econômico é maior e mais rápido do que até 1950, aumentando as desigualdades e a concentração do capital, como demonstramos em Saquet (2002). Os mecanismos dos agentes do capital no processo de sujeição e exploração dos trabalhadores familiares são diversificados e dinamizados. Em Saquet (2002), constatamos que os produtores agrícolas, quando entrevistados, estavam divididos sobre as melhorias provocadas pela Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda a partir de 1963. Alguns preferem o *tempo dos picaretas* e outros, apesar de reclamarem dos baixos preços pagos pela cooperativa por seus produtos agrícolas, preferem as vantagens “oferecidas”, como financiamentos, venda de insumos, assistência técnica etc.

³³⁹ Cálculo feito a partir dos dados apresentados por Neuhaus (1978).

595%, portanto, maior do que a média verificada no aumento dos preços dos produtos coloniais, provavelmente, em virtude das intervenções e manipulações efetivadas pelos comerciantes locais.

Os produtos manufaturados têm, entre 1913 e 1950, um percentual de aumento, em média, também menor que a inflação acumulada no período (664,83%) e, certamente, maior que o aumento dos preços dos produtos coloniais. Respeitando as especificidades de cada tempo histórico, cabe salientar que é menor a diferença constatada entre o aumento nos preços dos manufaturados e a inflação do que a verificada entre o aumento dos preços das mercadorias coloniais e a inflação acumulada, o que significa perdas significativas para os produtores imediatos.

Outro aspecto importante é que, entre 1913 e 1950, as oscilações nos preços são intensas, como acontece após a crise de 1929 quando os preços dos produtos agrícolas diminuem substantivamente, tendo uma retomada a partir de 1936.

Entre os chamados produtos coloniais, os que têm maior aumento nos preços no período abordado, são os ovos (999%) e o feijão e o arroz (900% cada), como resultado da pequena produção e do intenso consumo na alimentação diária. Isso não significa, no entanto, melhorias para as famílias produtoras, em razão da desvantagem que têm no mercado.

Tabela n. 10 – A variação média nos preços dos produtos na Colônia Silveira Martins (1881-1950)³⁴⁰

	Produtos coloniais ³⁴¹	Produtos manufaturados ³⁴²
Índice (%)	499,6	601,2

Fonte: Pimentel (1952); *Cadernetas e Livros Caixas* do CPG [Prendin (1913-1916); Mazzonetto (1933-50); Thomasi (1916-32)]; *Storia di Nuovo Treviso (1885-1897)*; Corte (1884); Carvalho (1886); Álbum comemorativo de Júlio de Castilhos (1937). Construção do autor.

Em relação às demais mercadorias re-vendidas na Colônia Silveira Martins, pregos (1.428%), sardinha (1.039%), café (983%), tecido (776%) e arroz (749%) são os que têm maior aumento nos preços ao consumidor, decorrentes do mecanismo mencionado. Nesse processo, as duas Guerras Mundiais e a crise de 1929 têm participação importantes. Entre

³⁴⁰ O índice apresentado é a média aritmética. Desconsideramos o segundo algarismo após a vírgula. Portanto, os índices não são exatos.

³⁴¹ Consideramos nos cálculos as variações nos preços, entre 1881 e 1938 (58 anos), da saca de trigo, milho, feijão, arroz e da cevada, além do vinho tinto vendido em garrafas, do fumo em folhas e da banha em kg, dos ovos em dúzias e da graspa em medidas.

³⁴² Consideramos, aqui, as variações entre 1913 e 1950 (38 anos), na venda do kg de arroz, de açúcar, de erva-mate, de sabão, de prego, café e de sal, além de chapéus de palha, sardinhas, guarda-chuvas, cervejas, tamancos, chinelos, tecido (em metro), do fósforo (em caixa) e de alguns instrumentos agrícolas. Acrescentamos três zeros nos valores da década de 1940 para efetivar os cálculos, em virtude da troca e da desvalorização da moeda vigente. Apesar dos períodos não coincidirem, demonstramos uma tendência geral do mercado em detrimento dos produtores diretos.

1918 e 1928, o aumento verificado nos preços dos produtos coloniais foi, em média, de cerca de 62%, enquanto os manufaturados aumentaram, em média, em torno de 132%, o que significa drenagem de trabalho excedente. E é esse processo social que Santin (1990)³⁴³ não consegue apreender quando afirma que a *propriedade* e o *trabalho* determinaram os rumos do desenvolvimento em Silveira Martins. O trabalho que deveria enriquecê-los (os agricultores e artesãos agricultores) torna-os mais pobres, remetendo-os à simples sobrevivência.

Esses preços são definidos no local pelos negociantes intermediários, mas não de forma desligada de outras instâncias socioespaciais ou eventos, principalmente daqueles produtos comercializados em outros lugares do Brasil, como banha, feijão e milho e para outros países, como o fumo, pois os preços obedecem à lógica desses mercados, em que o Estado é mediador e também apropriador de fração do mais trabalho, através dos vários impostos, como mostramos.

Ou seja, na produção capitalista, mesmo sem sua generalização na produção direta³⁴⁴, o processo de trabalho familiar se constitui num processo de valorização do capital. Por isso:

“A vida diária parece ser mistificada e mistificação ao mesmo tempo. É capital versus trabalho, dominação e extorção. Desejo e não desejo. Satisfação e frustração, em que a re-produção imediata do homem em si não deixa de ser, concomitantemente, a re-produção da sociedade. Vive-se, de uma forma ou outra, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista e seus aspectos culturais, em que as pretensas liberdade e igualdade na troca de mercadorias efetivam-se como falta de liberdade e desigualdade, como fetichismo.” (Saquet, 2002, p.104).

Desse modo, o processo de territorialização é sinônimo de sacrifícios para muitos agricultores e artesãos e significa benefícios para muitos comerciantes e para os demais agentes do capital. Os indivíduos produtores imediatos, através de suas ações diárias, rotineiras, são alienados, negados frente ao que produzem com o esforço familiar. Aquelas ações pretensamente comunitárias motivadas pelas dificuldades diárias, efetivam-se atomizadas e dominadas pela lógica do capital que os remete a uma luta constante pela sobrevivência e à produção de mercadorias, porque as ações de solidariedade restringem-se ao lugar de residência e à algumas trocas de favores na prática produtiva.

³⁴³ Apesar de sua pretensão de explicar o desenvolvimento da Colônia Silveira Martins, este autor não avança em relação à sua obra de 1986.

³⁴⁴ “A racionalidade capitalista não é absoluta e uniforme” (Ianni, 1989, p.75). Ela é multiforme e heterogênea, movida por sua ordem, pela lógica de re-produção ampliada do capital.

Outros fatores do ritmo lento de desenvolvimento mencionados são a concentração fundiária nas vilas, que já demonstramos e os preços dos solos rural e urbano. Nestes últimos, as variações e os aumentos nos preços das terras foram constantes, a partir de 1895, demonstrando a valorização do espaço.

Sucintamente, os preços do solo rural foram estáveis por 14 anos, entre 1878 e em torno de 1891, quando constatamos as últimas compras da primeira apropriação no território em produção na Colônia Silveira Martins porque eram os valores definidos pelo Estado para venda aos imigrantes. Os preços do solo urbano também não variaram na primeira apropriação. Em geral, os preços oscilaram constantemente na re-venda, a partir da década de 1890, mas principalmente, a partir dos primeiros anos do século XX para os preços urbanos e, a partir de 1922, para os do solo rural.

Se até por volta de 1904 o preço do metro quadrado de terra rural, nas quitações da primeira apropriação, eram os mesmos em Arroio Grande, Silveira Martins, Núcleo Norte e em Soturno, independente da localização do lote e de sua fertilidade, um dos fatores que influenciou na oscilação e no aumento dos preços a partir de 1922, além das variações gerais do mercado, foi a quantidade e a qualidade das benfeitorias (casa de madeira, árvores frutíferas, galpões, poteiros etc.) construídas em cada lote de chão até a respectiva transação de compra e venda.

Tabela n. 11 – As médias dos preços dos solos rural e urbano na Colônia Silveira Martins, entre 1895 e 1950, por metro quadrado, em réis³⁴⁵

	1895	1901	1905	1913	1914	1921	1926	1927	1930	1931	1940	1950
Rural	2,55	4,0	3,4	4,5	5,8	5,5	10,4	-	11,5	13,9	13,6	58,2
Urbano	12	21	40	-	-	-	100	185	-	350	3.225	5.270

Fonte: *Livros de transmissões* dos Cartórios Cíveis de Nova Palma, Ivorá e Silveira Martins; *Cronologia* do CPG; Códice SA 282: *Colônias Jaguari e S. Martins (1931-1938)*; SA 214: *Registro dos lotes rurais de N. Norte (1892-1898)*; Títulos de propriedade dos lotes; SA 251: *Cadastro dos municípios de J. de Castilhos e Tupanciretã*; SA 258: *Cadastro do município de J. de Castilhos/1927*; SA 234: *Ex-Colônia S. Martins: Cadastro dos lotes urbanos da povoação de Valle Venetta, 1901*; Livro 18 do Arquivo Público do RS. Produção do autor.

Os preços médios do solo rural por metro quadrado aumentaram cerca de 2.180% entre 1895, quando verificamos algumas re-vendas, e 1950. Esse fenômeno social foi agravado pelo crescimento vegetativo e pelo tamanho limitado das unidades produtivas, que provocaram, ao mesmo tempo, uma fragmentação e uma pequena concentração fundiária, sobretudo a partir de 1920. Outro aspecto digno de nota foi a média dos preços do solo rural

³⁴⁵ Média aritmética; coletamos dados de Silveira Martins, Vale Vêneto, Núcleo Soturno, Núcleo Norte, Novo Treviso e Val Feltrina, somando 953 transações de compra e venda de terras urbanas e rurais no referido período. Nos valores de 1950, em virtude da desvalorização da moeda e da mudança de réis para cruzeiro, acrescentamos três zeros aos valores em cruzeiros para efetuar os cálculos. Desconsideramos o segundo algarismo após a vírgula. Portanto, os valores apresentados são aproximados.

que, desde 1895 até os anos 1930, foi mais elevada em Silveira Martins e Vale Vêneto, do que em Ivorá e Soturno.

Entre 1940 e 1950, os preços médios por metro quadrado equivaliam-se nas diferentes localidades, em razão da expansão territorial e da concomitante valorização das terras rurais nos Núcleos Soturno e Norte. Os terrenos chamados de suburbanos, próximos às vilas, tinham seu valor médio mais elevado do que o chão rural, principalmente a partir de 1930, quando as vilas já estavam mais caracterizadas como espaços urbanos. O mesmo vale para as *linhas* do espaço colonial com vilas relativamente importantes, como Linha Sete em Soturno, onde o preço do solo rural chegou a ser maior que a média geral rural desse distrito, tanto em 1940 como em 1950.

Outra observação importante, é que mais de 80% das transações de compra e venda de terras que verificamos no território da Colônia Silveira Martins são de lotes rurais, o que nos revela as constantes mudanças na apropriação desse chão mais barato que o urbano tanto em Silveira Martins como em Ivorá, Nova Palma e Arroio Grande.

O aumento nos preços médios do solo urbano por metro quadrado foi muito maior, atingindo entre 1895 e 1950, a cifra aproximada de 43.800%, o que dificultava as transações e o acesso à terra, sobretudo nas vilas de Silveira Martins, Soturno e Ivorá. O maior salto aconteceu na década de 1930, provavelmente, em virtude da demanda e das melhorias construídas nas vilas. Lentamente, ficava mais difícil a apropriação do solo urbano, tanto pela constante oscilação e pelo aumento dos preços, quanto pela concentração fundiária gerada no início da re-territorialização em todas as vilas, onde a terra é considerada *reserva de valor* para realização da renda capitalizada no devir. Os proprietários urbanos devem ter manipulado esses preços como forma de apropriação da renda territorial capitalizada, o que dificultou o desenvolvimento nas referidas vilas e contribuiu para a migração.

De modo geral, no período abordado, a média dos preços do solo urbano por metro quadrado na vila de Silveira Martins sempre foi mais elevada do que nas vilas de Soturno, Ivorá e Novo Treviso. Apesar da valorização do chão urbano em Soturno, que chega ao dobro dos preços de Ivorá, por metro ao quadrado, em 1950, o valor médio de Nova Palma equivale a aproximadamente 50% da média dos preços na vila de Silveira Martins nesse mesmo ano, fruto da dinâmica econômica neste lugar. Outra constatação importante é que tanto os preços dos solos urbano e rural como os das mercadorias em geral comercializadas, têm uma oscilação maior, mais intensa, a partir da I Guerra Mundial, como fruto das mudanças nas economias internacional e brasileira. É a produção capitalista do espaço e do território, dos territórios e territorialidades, ligada à dinâmica geral dos processos sociais.

Concomitantemente, além de apropriar para explorar, o capital articulado ao Estado expropria para explorar. Por isso, o produtor familiar, principalmente o agrícola, após produzido, é re-produzido pelo MCP no mesmo ou em outros lugares. O MCP produz a necessidade da des-territorialização e da construção de novas territorialidades em outros lugares, inserindo ao seu circuito sempre novas forças mercantis. Esse movimento está intimamente ligado aos interesses do Estado e à re-produção da dominação social, em que a produção de alimentos e matérias-primas aos setores urbanos e industriais é um dos elementos principais. Outro, é a constante re-produção da força de trabalho no mercado de trabalho *livre* e outros, são a Fé e o desejo dos descendentes italianos em conseguir melhores condições de vida.

Na Colônia Silveira Martins, muitos migram em decorrência das condições precárias de vida e de re-produção *da e na* unidade de produção familiar, agrícola e/ou artesanal. Vão em busca de melhores condições de vida, da re-produção biológica e social, seja mantendo a atividade produtiva ou em outros ramos, no espaço agrária ou no urbano, como “única solução oferecida”. A maior parte dos migrantes mantêm a condição de proprietários rurais (des-re-territorializados) e mesmo os que migram para as cidades próximas tentarão investir em suas próprias atividades. Procurarão re-produzir os desejos e as aspirações de seus genitores quando emigraram da Itália para o Brasil, da propriedade e do sustento familiar. Têm, assim, motivações para o fluxo, que são condicionadas pela subordinação e pela exploração, pelas dificuldades de sobrevivência. Primeiramente movimentam-se para as terras e cidades nas proximidades (Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Santa Maria e Júlio de Castilhos) e, posteriormente, para outros lugares mais distantes, como Restinga Seca e Uruguaiana. Até por volta de 1920, para o Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. Daí até em torno de 1940, para o Oeste de Santa Catarina e nessa década e nas duas seguintes, para o Sudoeste e para o Oeste do Paraná.

Essas migrações são facilitadas pela crise da *lavouira colonial*: queimadas, lavração, discagem, esgotamento do solo, baixos preços dos produtos agrícolas, baixa produtividade, partilhas por herança e pelo número elevado de pessoas por lote de chão. Com as condições técnicas e tecnológicas rudimentares, lotes pequenos e com o crescimento demográfico significativo, produz-se um excedente de força de trabalho apto a migrar e ocupar outras áreas agricultáveis. Essas condições não permitem o aumento constante da produtividade agrícola e dos ganhos da família agricultora. Outros fatores decisivos nesse processo, são a construção de estradas ligando o Rio Grande do Sul com os estados de Santa

Catarina e Paraná e a propaganda das terras existentes nesses estados comercializadas a baixos preços.

Manfroi (1975), considera como *grande motor* das migrações: “(...) O próprio sistema de colonização, associado a uma técnica primitiva de exploração do solo e ao extraordinário crescimento demográfico das antigas colônias” (p.83). A des-territorialização na Colônia Silveira Martins é um processo concomitante à re-territorialização e é fundamentada nos fatores, sobretudo, econômicos e políticos. Os condicionantes culturais estão implícitos e interconectados a essas dimensões. A des-territorialização é uma manifestação da expansão do MCP e seus aspectos culturais no Brasil, em que a mobilidade da força de trabalho é re-produzida, histórica e geograficamente, e por isso, é uma das condições (a perda do território) da intensificação no processo de formação do mercado interno brasileiro.

As negações do processo de territorialização são internas a esse mesmo processo, que não produz alternativas de sobrevivência para a força de trabalho excedente na prática agrícola e/ou artesanal. As iniciativas de cooperação, como as sociedades de mútuo socorro e as associativistas, como no Vêneto, no último quartel do século XIX, mostraram-se ineficientes na Colônia Silveira Martins, sendo dissolvidas pelas forças do capital e da classe hegemônica. As próprias produções artesanais não absorvem sequer uma pequena parcela da força de trabalho agrícola, o que é agravado pelo crescimento vegetativo considerável, especialmente a partir de 1900, acentuando as dificuldades para sobrevivência nas unidades de produção familiar.

Com a migração, os artesãos têm uma dupla perda: parte dos fornecedores das matérias-primas que transformavam e parte dos consumidores de seus serviços e/ou produtos. O mesmo ocorreu com os comerciantes, que perdem uma parcela dos consumidores e outra dos produtos primários comprados junto aos produtores diretos. O número aproximado de habitantes por comerciante na Colônia Silveira Martins passa de 338 em 1882 para 132 em 1950 e o número de habitantes por produção artesanal, passa de 225 para 96 no mesmo período! Porém, a atividade mercantil, pelo que pudemos constatar, continua intensa, pelo menos até 1950. Alguns dos negociantes que se des-re-territorializam vão em busca de melhores condições para a acumulação de capital.

Os migrantes, des-territorializados na Itália, re-territorializaram-se re-produzindo alguns aspectos do território imediatamente anterior na Colônia Silveira Martins; com o passar dos anos, perdem este território apropriado e produzido e re-produzem-no em outros

lugares, sobretudo no espaço agrário, através de suas atividades produtivas, culturais e políticas.

Outro condicionante, a localização geográfica, ou seja, o distanciamento de mercados significativos e as dificuldades para produzir e transportar, entre 1878 e 1950, também teve um papel central no ritmo lento de desenvolvimento econômico artesanal na Colônia Silveira Martins. O mercado consumidor nesse território era incipiente, tanto em razão dos baixos preços pagos aos produtos agrícolas e artesanais como pela fragilidade do setor de serviços e pelo predomínio do trabalho familiar e dos chamados aprendizes. Santa Maria, Restinga Seca e Júlio de Castilhos também eram pequenas cidades até 1950. A proximidade e o potencial do mercado a que se destina a produção é fator central, determinante da industrialização.

A distância de Porto Alegre, principal *centro* consumidor e distribuidor dos denominados produtos coloniais, constitui, portanto, uma das condições sociais desfavoráveis à industrialização na Colônia Silveira Martins. No entanto, o papel das vias e meios de transporte/circulação/comunicação e a maior intensidade nas relações mercantis é contraditório, à medida que dificulta a circulação de mercadorias produzidas em Soturno, Vale Vêneto, Novo Treviso, Ivorá, Arroio Grande e Silveira Martins por um lado, e por outro, de certa forma, protege as atividades artesanais desses lugares da concorrência de empresas que se desenvolviam em outros.

À medida que se objetivam algumas melhorias nessas vias e meios, principalmente nestes últimos, a partir da década de 1930, elas facilitam a comercialização dos produtos coloniais, mas simultaneamente promovem a concorrência com as atividades artesanais locais. Essa concorrência com as produções artesanais acontece através dos negociantes que vendem produtos similares aos seus, como farinha, foices, selas para cavalos, enxadas, arados, rodas das carroças, vinhos importados, cervejas etc. A “oferta” de roupas prontas, por exemplo, diminuiu o mercado consumidor dos alfaiates; as cervejarias locais e alguns moinhos faliram; a entrada do caminhão diminuiu o uso das carroças, diminuindo, ao mesmo tempo, o consumo dos produtos das ferrarias, etc. Porém, concomitantemente, como essa evolução não foi intensa nem veloz na Colônia Silveira Martins, as vias e meios de circulação contribuíram para a sobrevivência de algumas das atividades artesanais, apesar de dificultarem seu crescimento e desenvolvimento. Foi um movimento contraditório inerente à formação de uma economia de mercado.

Roche (1969), referindo-se às colônias alemãs no Rio Grande do Sul, afirma que um dos fatores do *declínio* do artesanato foi o *progresso* dos meios de transporte, facilitando a

circulação de mercadorias até os estabelecimentos comerciais nas colônias agrícolas, seja nas vilas ou nas *linhas*. Parte dessas mercadorias como quinquilharias, instrumentos do trabalho agrícola etc. eram, até então, feitas pelos artesãos locais. Resultado da expansão do capitalismo no Brasil, as vias e meios de circulação e comunicação são condições para o desenvolvimento do capitalismo como modo produtivo. No entanto, favorecem desigualmente, ou seja, são beneficiados aqueles empreendedores e setores mais dinâmicos.

Algumas melhorias nas vias e meios de transporte até Santa Maria, facilitam a entrada na Colônia Silveira Martins de *novas* e melhores mercadorias, as mais variadas, muitas delas importadas, dificultando as atividades artesanais que têm cada vez mais restrito seu mercado consumidor. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que as vias e meios de circulação libertam alguns indivíduos, aprisionam outros. Quem ganha nesse processo são os comerciantes, que têm cada vez mercadorias mais diversificadas para “oferecer” a seus consumidores. “A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder.” (Raffestin, 1993, p.204). Elas integram e desintegram, destroem e criam novas relações, entregam. Num primeiro momento protegem as produções artesanais, mas dificultam seu desenvolvimento e num segundo, poderiam facilitar, mas dificultam porque não têm forças para se diversificar e modernizar. Sua capacidade de acumulação familiar é bastante limitada.

Para Singer (1977):

“A constituição de um mercado apropriado para o surgimento da indústria estava preconizada à liquidação do artesanato. Não foi a indústria rio-grandense que a liquidou, pois ela só surge mais tarde. O aniquilamento se deve diretamente aos bens importados, ou seja, à concorrência da indústria estrangeira, cuja penetração se torna possível graças à ligação da economia ‘colonial’ ao mercado nacional” (p.168)³⁴⁶.

Aquele “mesmo” processo de formação do mercado interno que produziu a Colônia Silveira Martins, agora, paradoxalmente, através de sua dinâmica econômica e política e das mais diferentes redes, dificulta ou impede o desenvolvimento de suas atividades artesanais e agrícolas e, ao mesmo tempo, dificulta ou impede a conquista de melhorias sociais, produzindo a des-territorialização.

Somente as indústrias mais dinâmicas do Rio Grande do Sul conseguem resistir à concorrência empresarial de São Paulo e do capital estrangeiro e às importações mercantis,

³⁴⁶ Em 1910, o RS foi interligado por via férrea a São Paulo e Rio de Janeiro, o que passou a facilitar o escoamento e a entrada de mercadorias. “A partir deste momento sofre a indústria rio-grandense as

que se conjugam frente às produções artesanais familiares. Essa concorrência deu-se, num primeiro momento, pelos produtos importados por grandes comerciantes de Porto Alegre e num segundo, pelos fabricados em São Paulo e no Rio de Janeiro e mesmo em Porto Alegre.

Entre as atividades que faliram a partir de 1920 no Núcleo Soturno, podemos citar as seguintes que conseguimos nominar: a “*fábrica*” de Cervejas Librelotto; a Comercial Aléssio; a “*fábrica*” de cerveja e gazosa de Pesamosca & Irmãos; o moinho Boezzio; a ferraria Bertoldo; a ferraria Busato; a “*fábrica*” de presuntos de Linha Sete; o moinho Bellé; a Cooperativa e Cantina Trentin, entre outras. Em Silveira Martins, Arroio Grande e Ivorá, faliram “*fábricas*” de salames, ferrarias, alfaiatarias, moinhos, a “*fábrica*” de foguetes de Silveira Martins, selarias, curtumes, a produção de vinhos Budel etc.

Dessa forma, a progressiva generalização da produção tipicamente capitalista não acontece no território da Colônia Silveira Martins, pelo menos até 1950, porque mesmo assim há transferência de trabalho excedente aos agentes do capital e porque as condições locais não são favoráveis. Se não fosse por isso, o produtor familiar seria extinto: ele aliena trabalho ao capital. Eis aí porque o próprio MCP produz e re-produz relações de produção não tipicamente capitalistas; eis aí porque há um *capitalismo sem capitalistas* no capitalismo.

A re-produção do capital é, simultaneamente, como afirmara Lefebvre (1973), re-produção das relações de produção no movimento *geral* da sociedade, envolvendo as contradições de classe, o espaço e as diferentes atividades da vida diária. “A reprodução das relações de produção faz alastrar as contradições fundamentais, reproduzindo-as, dizemos nós.”(Lefebvre, 1973, p.101/102). Condicionam-se, reciprocamente, a re-produção e as contradições. E são essas contradições sociais que determinam a re-produção das relações de produção na Colônia Silveira Martins, onde a economia, até 1950, é mercantil, sem a generalização da produção capitalista clássica, pois o capitalismo, como afirma Lenin (1982), assume *formas diferentes* conforme as diferentes condições sociais.

O pioneirismo empresarial que ocorreu em outros lugares na busca de novas técnicas e tecnologias e produtos não se efetiva na Colônia Silveira Martins. A própria complexidade social não contribui para o desenvolvimento do *espírito burguês*. E esse salto também não ocorre em outros lugares do Rio Grande do Sul, porque nem todas as fábricas modernas se originaram nas *oficinas* e produções artesanais. “Houve, por conseguinte, antagonismo ou, pelo menos, hiato entre o artesanato e a indústria, e não passagem harmoniosa de um a outro.” (Roche, 1969, p.502).

vicissitudes da competição no mercado nacional. (...) A indústria paulista domina o mercado nacional, relegando a gaúcha e as dos outros estados a uma posição secundária.” (Singer, 1977, p.178).

Porém, se em alguns lugares foi o capital comercial que gerou a industrialização, isso também não se cristalizou na Colônia Silveira Martins. Nem as atividades artesanais foram transformadas em indústrias modernas. Portanto, nesse território, até 1950, apesar do desenvolvimento econômico desigual, dos tempos que conseguimos identificar e caracterizar, não se concretizou nem a metamorfose artesão-industrial nem a comerciante-industrial. Houve, em termos gerais, uma permanência das forças e relações produtivas porque não se materializou a generalização da produção capitalista clássica, em decorrência das determinações históricas que apresentamos.

Na Colônia Silveira Martins, repetimos, até 1950, a re-territorialização italiana não foi sinônimo de industrialização moderna, como preconizam Pellanda (1950)³⁴⁷ e Sá (1950)³⁴⁸ ao referirem-se à colonização italiana no Rio Grande do Sul. Para nós, são algumas das atividades artesanais dos italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul que são metamorfoseadas em indústrias modernas³⁴⁹. Petrone (1987) corrobora nossa abordagem ao referir-se à influência dos artesãos e *artífices* italianos na industrialização brasileira, proprietários ou não de “*fábricas*” e oficinas:

“Embora na maioria esmagadora dos casos não tenham originado grandes empreendimentos, (...) são merecedores de uma particular referência. (...) Na esmagadora maioria dos casos tratava-se, cabe insistir, de empreendimentos modestos, exigindo a aplicação de poucos recursos financeiros, não raro encaminhados exclusivamente à custa do emprego do trabalho individual de quem tivera a iniciativa, ou com o auxílio de seus familiares.” (p.496/497).

Os agentes sociais italianos e seus descendentes, complementam, reforçam e dão continuidade ao processo de expansão do MCP no Rio Grande do Sul, que vem desde os

³⁴⁷ “(...) No RS (...) grande parte da indústria tem base no artesanato rural, que recebemos com as levas imigratórias.” (Pellanda, 1950, p.57).

³⁴⁸ “A oficina se ampliava, tomava aprendizes e operários; o barracão de madeira ia transformando as paredes e a cobertura; dos simples concertos e reparações se aventurava a fazer coisas novas, instrumentos simples, ferramentas, viaturas, depois, bem mais adiante, máquinas; ou era a cantina original que saía debaixo da casa de moradia, adquiria sede própria, novos tonéis e instalações; (...) multipliquem-se os exemplos, na metalurgia, na tecelagem, no curtimento. Sempre igual é a história, o trabalho e a poupança gerando capital, os rendimentos invertidos multiplicando a força do embrião.” (Sá, 1950, p. 100/101). Ora, parece que *trabalho* é sinônimo de crescimento e desenvolvimento para todos. Mem de Sá esquece-se da subordinação e da exploração; esquece que o desenvolvimento é desigual e contraditório e não harmonioso e homogêneo como descreve; o desenvolvimento não se dá em todos os lugares, no mesmo tempo e intensidade. A *poupança* e os *rendimentos invertidos* não se expandem como ele afirma, pelo menos nas mãos de todos os artesãos.

³⁴⁹ Frizzo (1997) e Herédia (1997), por exemplo, mostram a importância do conhecimento e das habilidades técnicas trazidas da Itália por alguns colonizadores e outras condições favoráveis à industrialização no Rio Grande do Sul, mas em Caxias do Sul. Nesse caso, a colonização italiana até pode ser entendida como sinônimo de industrialização moderna, dependendo dos pressupostos teórico-metodológicos adotados pelo pesquisador. Na Colônia Silveira Martins, essa transformação ocorrerá em algumas poucas unidades produtivas a partir dos anos 1980.

tempos iniciais dessa formação, todavia na Colônia Silveira Martins não constituem as forças necessárias à industrialização moderna. Os agentes locais não conseguem adaptar-se às novas exigências do processo de geração de valor do pós-1930, que favorece, a partir das políticas de desenvolvimento econômico do Estado, o capital de grandes empresas brasileiras e estrangeiras. Nesse aspecto Santin (1986) é coerente, quando afirma que a *imigração italiana no Rio Grande do Sul não pode ser tratada de uma maneira genérica e homogênea* (p.34). Os tempos e os territórios da colonização, da re-territorialização italiana na Colônia Silveira Martins são desiguais, bem como na formação dos territórios do Rio Grande do Sul e do Brasil. Não existe uma homogeneidade do espaço nem do território, e o tempo, esse é histórico, rápido e lento, coexistente, de mudanças e permanências.

Porém, Santin (1986) aborda a Colônia Silveira Martins como um espaço homogêneo. Se para esse autor há uma *decadência* nesta colônia agrícola, para nós, há uma diminuição e posterior permanência na quantidade das atividades produtivas artesanais, um ritmo lento de desenvolvimento econômico, desigual. Há mudanças qualitativas na dinâmica mercantil, na prática agrícola e na produção artesanal, principalmente a partir de 1930, em diferentes momentos e unidades espaciais. Não houve *decadência* porque não se efetivou um *auge* na Colônia Silveira Martins, pelo menos até 1950. O que aconteceu, foram mudanças econômicas no início do século XX em razão da expansão da colonização na área e da simultânea demanda crescente de abastecimento do mercado local, ligada às primeiras necessidades dos agentes produtores desse território.

Sobre a *estagnação* propugnada também por Santin (1986), em nosso entendimento, se existem sinais do desenvolvimento em atividades como a oficina Prendin, a “*fábrica*” Baggioto, a de calçados Zasso, a de móveis Thomasi e o moinho *Aurora* em Nova Palma; a “*fábrica*” de trilhadeiras *Colonial*, a de facas *Coqueiro* e o engenho de arroz Fighera em Arroio Grande; a produção artesanal de esquadrias Cattani, a de alambiques Dal Forno, a selaria Dalla Lana (trabalha com artefatos de couro, arreios, tamancaria e estofaria) e a “*fábrica*” de carroças Padoin em Silveira Martins; a marcenaria Iop em Vale Vêneto, que produz altares para as Igrejas; a serraria Coradini e Barrichello e a carpintaria e marcenaria Cargnelutti em Ivorá que *fabrica* móveis, carroças, carretas, aranhas e aberturas; se existe desenvolvimento em várias casas comerciais e em algumas unidades agrícolas e a expansão do Modo Capitalista de Produção neste espaço através dos negociantes, é sinal de que não existe estagnação na Colônia Silveira Martins, pelo menos de forma geral e até 1950. Houve, sim, desigualdades e diferenças, uma heterogeneidade, territorialidades para além da aparente homogeneidade.

O que se dá, é um desenvolvimento desigual entre as atividades produtivas e entre os indivíduos, no movimento do pretérito, do *ser* e do *vir-a-ser*, do tempo no espaço e do espaço no tempo, em que acontece uma conjugação específica entre inovações e não-inovações, entre o *mais* moderno e o tradicional, a partir de fatores econômicos, políticos e culturais, que constituem uma forma singular de apropriação e produção do território, de vida, de produção, circulação, troca e consumo. No mesmo momento, objetivam-se, em diferentes lugares, processos semelhantes com ritmos também semelhantes ou distintos. Os tempos são múltiplos, no processo de expansão do capitalismo e de seus aspectos culturais nos níveis internacional, nacional e do lugar.

A ausência de inovações técnicas intensas e de concentração do capital não impediu o desenvolvimento desigual na Colônia Silveira Martins, em ritmo lento. Isso significa, que existem alternativas para a produção familiar e para a conquista de melhorias sociais para os produtores imediatos, sejam agrícolas e/ou artesãos. O desenvolvimento mais acelerado é possível também nessa produção.

E é devido a esse processo específico de desenvolvimento que, ainda hoje, as cidades são pequenas; predomina a população residente no espaço agrário e estradas sem pavimentação. Muitos dos que ficaram vivem amargurados com o baixo grau de desenvolvimento e se mantêm como pequenos comerciantes, pequenos fabricantes de móveis e artefatos de madeira, ferreiros, moinheiros, produtores agrários de vinho, oleiros, agricultores etc. É uma das faces da re-territorialização com tempos lentos e mais rápidos, em que o ritmo predominantemente lento de desenvolvimento econômico artesanal manteve vivas formas espaciais, forças e relações produtivas. A produção familiar artesanal, as cidades, as vias e meios de circulação e comunicação, a religião, os costumes, a família patriarcal etc. são manifestações espaciais e territoriais, resultado e condição dos processos sociais.

Em geral, os elementos técnicos de uma produção promovem um ritmo lento de desenvolvimento e a permanência do trabalho familiar. Esse, por sua vez, condiciona as técnicas produtivas rudimentares, influenciando na produção direta. Não se efetivam saltos quanti-qualitativos significativos essenciais ao desenvolvimento. Nas atividades produtivas agrícolas e artesanais não se persegue o ganho nem o risco planejado. O objetivo principal nessas unidades produtivas é a subsistência familiar, que condiciona, com outros fatores, a permanência do trabalho familiar.

Entre 1878 e 1950, a Colônia Silveira Martins não esteve no mesmo tempo (de desenvolvimento) de outros territórios do Brasil. Foi tempo de mudanças, mas sobretudo, de

permanências, que mascaram as contradições, mas elas estão aí, implícitas. O desenvolvimento foi desigual, inerente ao capitalismo como modo produtivo. As mudanças sociais foram lentas, cristalizando-se no espaço lentamente. Em decorrência, as permanências coexistiram (e coexistem) no espaço e no território.

A formação do ideário do empreendedor, capitalista, foi dificultada pela migração de alguns dos que conseguiram acumular algum capital familiar; foi dificultada pela lógica da unidade produtiva familiar, não tipicamente capitalista, em que o ideário e o material relacionavam-se mutuamente, numa relação dialética no processo de re-territorialização. O ideário trazido da Itália condicionou o modo de vida e a produção, e estes, concomitantemente, influenciaram no ideário cotidiano. Como a colonização italiana construiu tempos e territórios, estes, simultaneamente, foram condição para o ritmo de desenvolvimento econômico nessa colonização.

A rotina diária, mecânica³⁵⁰, para a concretização do processo produtivo e demais atividades sociais contribui também para a acomodação. São envolvidos pela ideologia do trabalho e da submissão, da obediência e da oração. E mais, o envolvimento cotidiano em larga carga horária de trabalho (o trabalho vivo é maior do que o trabalho morto) absorveu o tempo que seria dedicado ao ócio. Se o ócio foi uma das condições indispensáveis ao desenvolvimento do pensamento racional, como afirma Goblot (1962), também pode ser considerado fundamental para a criatividade e para a busca de alternativas. As inovações técnicas conquistadas provocam mudanças sociais lentas porque as mudanças no ideário, são mais lentas do que aquelas dos processos produtivos, materiais. “Marx captou a essência desse problema quando afirmou que em determinadas condições históricas a superestrutura ideológica pode atrasar-se com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e transformar-se num freio a esse desenvolvimento (...).” (Furtado, 1964, p. 28).

É bem verdade que as mudanças técnicas e tecnológicas no território da Colônia Silveira Martins não se efetivam em intensidade acelerada, mas o ideário não genuinamente capitalista, da produção familiar, condiciona a produção artesanal. Isso gerou uma certa acomodação aos agentes produtivos artesanais, porque a lógica da subsistência, na forma conservadora e rotineira como foi efetivada, não motiva o pensar e a criatividade. A separação

³⁵⁰ “Percebemos no decorrer de nossas pesquisas, que o espaço cotidiano dos trabalhadores diretos, assalariados ou não, corresponde ao *aqui onde vivo, àquilo que faço*, ao lugar propriamente dito. E o tempo cotidiano daqueles indivíduos corresponde ao *agora, ao imediato, só ao presente*. (...) Em sua maioria, eles conseguem apreender muito pouco além do mundo sensível, do mundo *prático-utilitário* que lhes aparece diariamente. Fato esse que nos parece normal. Fetichizados, suas ações diariamente repetidas não passam de hábitos e são mecanicamente executadas no tempo e no espaço.” (Saquet, 2002, p.101/102).

entre o trabalho *manual* e o trabalho *intelectual* é quase inexistente (o que não impediu a subordinação e a exploração).

Se a produção das idéias (aspectos políticos e culturais), da consciência, conforme afirmam Marx e Engels (1998) e Marx (1998), está diretamente ligada às atividades e às relações materiais dos homens, como produto do seu *comportamento material*, estas, para nós, ao mesmo tempo, são condição da vida material. Se as forças e relações produtivas de caráter familiar influenciam no ideário, este, trazido da Itália e re-produzido, concretiza o material na Colônia Silveira Martins. Se a quantidade e a qualidade das forças produtivas acessíveis aos homens condicionam sua situação social, como defendem Marx e Engels (1998), esta determina aquela. O movimento social produz e re-produz as relações produtivas intimamente interconexas às forças produtivas, na sucessão histórica, em que as relações coexistem, como afirma o próprio Marx (1998); as circunstâncias condicionam os homens e estes *fazem* as circunstâncias, como propugnam Marx e Engels (1991).

Idéia e matéria relacionam-se reciprocamente, determinando o ritmo de desenvolvimento na Colônia Silveira Martins, onde as desigualdades e as diferenças são mistificadas pela aparente estagnação e homogeneidade. Nem todos são pobres, nem ricos, nem culturalmente iguais. Nem todos migram. Nem todos conquistam melhorias entre 1878 e 1950: na *periferia* há *centros/centralidades*, e nestes, há *periferias*: um está no outro, principalmente nas pequenas cidades do território produzido pelos italianos e seus descendentes, onde a centralidade assenta-se nas mãos dos comerciantes. Também não existe uma *região de pobres*. Há pobres e ricos (para os padrões da época), dominantes e dominados.

Parece-nos, concomitantemente, que as classes dominantes locais impediram, ou dificultaram, juntamente com os demais fatores internos e externos, o desenvolvimento das forças produtivas nas atividades artesanais, de outras formas de geração de valor, de outras relações de produção, de cooperativas e de outras conquistas sociais até 1950, re-produzindo, com isso, sua dominação politicoeconômica. São as idéias da classe dominante, como apontam Marx e Engels (1991), que predominam em cada período e lugar, determinando as mudanças e permanências em cada territorialidade.

Segundo Oliveira (1993), o domínio de determinadas classes locais “*fecha*” uma *região*, re-produzindo as relações sociais de dominação.

“E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. A ‘abertura’ da região e a conseqüente ‘integração’ nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões,

ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional.” (Oliveira, 1993, p.31/32).

No território da Colônia Silveira Martins, a classe dirigente sufoca e impede a geração de alternativas para os dominados, perpetuando seus privilégios e a *dissolução* só pôde ocorrer em alguns aspectos, após 1960, com as emancipações políticas e a partir dos anos 1980 com o crescimento e o desenvolvimento mais acelerado na produção artesanal³⁵¹.

Logo, como os produtores da Colônia Silveira Martins tinham um mercado consumidor incipiente e estavam distante dos maiores *centros* urbanos; como estavam *amarrados* politicamente à complexidade das relações de classe; tinham precárias vias e meios de transporte e estavam sem matérias-primas importantes, ficaram *fora* do processo de industrialização no que diz respeito à localização das unidades produtivas modernas. O precário mercado não acirrou a divisão social do trabalho, nem a busca de inovações técnicas e, ao mesmo tempo, nem a produção.

Como afirma Marx:

“O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca e o consumo sejam idênticos, mas que são todos momentos de uma totalidade. Diferenciações dentro de uma unidade. A produção transcende tanto sobre si mesma na determinação antagônica da produção como sobre os outros momentos. Dela parte sempre, novamente, o processo. É evidente por si mesmo que a troca e o consumo não podem ser o transcendente. E o mesmo se pode dizer sobre a distribuição, enquanto distribuição dos produtos. Mas enquanto distribuição dos agentes da produção, ela mesma constitui um momento desta. Uma determinada produção determina, portanto, um determinado consumo, uma distribuição, uma troca e as relações determinadas entre estes diferentes momentos. É certo que também a produção, em sua forma unilateral, é determinada por sua vez pelos outros momentos. Por exemplo, quando o mercado aumenta, quer dizer, quando aumenta a esfera da troca, aumenta em extensão a

³⁵¹ Uma atividade produtiva que se torna destaque na economia regional após nosso ano base (1950) e que ilustra o que afirmamos, é a produção de massas alimentícias Nova Palma Ltda, fundada em 1961. Segundo Saquet (2002), entre 1961 e 1988, essa “*fábrica*” teve sua produção com baixos capitais constante e variável. A partir de 1988, esse estabelecimento passou a ter um único dono, que reinvestiu na produção. Assim, entre 1988 e 1993, há nessa unidade produtiva, um aumento considerável na quantidade de máquinas, no número de operários, no de caminhões, no estoque de farinha e na produção diária de massas. Conforme a mesma fonte, essa atividade se transmuta de uma produção artesanal, com capital familiar, em uma pequena empresa industrial, com relações embrionárias tipicamente capitalistas. Outra produção que consegue um salto qualitativo nos anos 1980 é a serraria e *fábrica* de esquadrias Cattani de Silveira Martins. Já em 1954 o dono adquire um motor diesel para substituir o a gasolina. Por volta de 1993, tinha 25 máquinas impulsionadas por 31 motores elétricos, como nos informou o atual proprietário, e 26 funcionários. Outra, é a *fábrica* de lâminas *Coqueiro* na vila de Arroio Grande. Segundo as informações fornecidas pelo dono, atualmente, produz 150 tipos de facas; tem 54 viajantes que atuam no Brasil, no MERCOSUL e na Bolívia; equipamentos modernos para a cutelaria, desde a matrizaria, corte, afiação, polimento até a montagem e 33 empregados.

produção e se divide mais profundamente. Ao modificar-se, a distribuição, modifica a produção; por exemplo, diante da concentração do capital ou da distribuição da população na cidade e no campo etc. Por último, as necessidades do consumo determinam também a produção. Ocorre uma ação recíproca entre os diferentes momentos. É o que ocorre em qualquer totalidade orgânica.” (Marx, 1985, p.20).

Sem produção não há consumo e sem consumo não há produção. “A forma como evolui a procura é, portanto, fator fundamental na orientação das novas inversões” (Furtado, 1986, p.95)³⁵². Só que a procura implica poder aquisitivo, o que, na Colônia Silveira Martins, foi bastante baixo nas mãos dos produtores agrícolas e dos artesãos. Ou seja, o mercado consumidor local era insignificante e o externo ao local foi prejudicado pela rudimentaridade da produção, pelas péssimas estradas e meios de circulação e pelos altos custos do transporte de longa distância.

“O consumo cria a necessidade de uma *nova* produção, por conseguinte a razão ideal, o móbil interno da produção, que é a sua condição prévia” (Marx, 1983, p.209). Só que: “A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material” (Idem, p.210). O que não se cristalizou na Colônia Silveira Martins, onde a produção, por não ser tipicamente capitalista, não criou um sujeito, um consumidor para a produção, nem uma produção para consumidores. Os comerciantes é que têm um desenvolvimento mais significativo, conquistando melhorias. Seu tempo é um tempo mais rápido. São deles as maiores e melhores residências; os primeiros automóveis e caminhões; as contas bancárias; a liderança política³⁵³.

É por isso que não se modificaram significativamente as produções artesanal e agrícola, com trabalho familiar e técnicas rudimentares, no território da Colônia Silveira Martins, entre 1878 e 1950: as determinações foram econômicas, políticas e culturais. Foram sociais e territoriais e condicionaram a permanência da produção familiar, material e ideologicamente; mantiveram as trocas, a distribuição e o consumo com pequena intensidade, momentos que, simultaneamente, condicionaram a sobrevivência da produção familiar rudimentar com uma divisão entre os trabalhos *espíritual* e *manual* bastante

³⁵² Furtado se refere à lógica da produção capitalista clássica, assim como Marx, porém, pensamos que isto não invalida nosso raciocínio, porque, como já insistimos, abordamos um *capitalismo sem capitalistas*, em que os agentes sociais estão envolvidos por esta lógica mesmo sem a generalização da produção genuinamente capitalista.

³⁵³ “A forma de utilização do excedente de produção e a posição social do grupo que dele se apropria constituem elementos básicos do processo social que engendra o desenvolvimento.” (Furtado, 1986, p.117).

simples; a permanência da subordinação e da exploração; do mando político da classe hegemônica e de aspectos culturais herdados da Itália.

A transferência de sobretrabalho não impede que os agricultores e os artesãos familiares que conseguem re-produzir-se como tal, continuem produzindo, porque não têm, em sua maioria, como mostramos em Saquet (1996), consciência de que são subordinados e explorados e porque estão sujeitos à lógica do capital que os remete constantemente à ciranda mercantil. E é por isso, em termos gerais, que os donos e produtores não acumulam capital familiar: porque sua lógica não é especificamente capitalista e porque são agentes sociais dominados, sujeitados e explorados brutalmente.

Enfim, sucintamente, o que determinou o ritmo lento de desenvolvimento econômico artesanal, sem *crescimento cumulativo*, foi o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de trabalho familiar e sua lógica (ideário), a subordinação e a exploração dos produtores imediatos, a questão política local e a concorrência mercantil e industrial. Por isso não se deu o *espírito burguês*, empreendedor. Não aconteceu o salto familiar → empresarial porque não se generalizou a produção genuinamente capitalista.

Dessa forma, a tendência à homogeneização na Colônia Silveira Martins sob a lógica do capital funda-se, contraditoriamente, nas desigualdades e diferenças territoriais e nas relações sociais, re-produzidas. A re-territorialização constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territórios, resultado e condição dos processos sociais, marcados pelo movimento de re-produção das relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas redes de circulação e comunicação. São as relações de complementaridade e reciprocidade que dão a concretude ao concreto. Como, “nada mais concreto do que o abstrato” (Silva, 1997, p.2), nada mais abstrato do que o concreto. O real é dado pelas relações. Assim, como o abstrato substantiva o concreto e este aquele, o heterogêneo consubstancia o homogêneo e este, paradoxalmente, confere o concreto ao heterogêneo, às desigualdades e diferenças, aos tempos e aos territórios e são estes últimos que caracterizam e determinam o ritmo de desenvolvimento na Colônia Silveira Martins.

Nesse movimento, o “problema” principal não está na produção, mas na apropriação do resultado da produção, que é igualmente contraditória e desigual. Muitos produzem muito, mas se apropriam de muito ...pouco! Aliás, essa é a contradição fundamental: a produção é social mas a apropriação da riqueza é privada e é dessa contradição interna que o capitalismo se renova tornando-se cada vez mais forte. Na Colônia Silveira Martins, como em outros lugares, a vida cotidiana dos homens, por isso, é permeada

pela riqueza e pela pobreza, numa contínua luta de dominação e submissão no movimento de re-produção das territorialidades.

Os comerciantes, como já destacamos, conseguem acumular algum capital. São os *homens de negócios* no território da Colônia Silveira Martins; a personificação do capital; manipulam e monopolizam o circuito mercantil graças ao relativo isolamento desse território e ao seu conhecimento dos mecanismos de sujeição dos produtores diretos; suas *cadernetas* e *livros caixas* são instrumentos de controle e subordinação alheia; são mediadores na sujeição e dominação das relações de produção não caracteristicamente capitalistas produzidas no final do século XIX com a re-territorialização italiana. São intermediários nas relações sociais, mercantis entre os produtores imediatos e os demais revendedores, tanto dos excedentes agrícolas como dos “secos e molhados” e instrumentos de trabalho. Eles ganham re-vendendo os produtos agrícolas e re-vendendo os *secos e molhados* e os instrumentos de trabalho; ganham também emprestando e guardando dinheiro. Complementam-se mutuamente, produtores diretos e comerciantes, numa relação de dominação e subordinação. Está, aí, o *diabo* na Colônia Silveira Martins, que Saquet (1993 e 1994) já chamara a atenção.

A territorialidade de cada comerciante é uma rede de relações, interligando indivíduos. É o poder sendo exercido. Mas essa territorialidade extrapola essa relação e envolve territórios no espaço, complexificando sua rede de controle *do e no* espaço da produção. O negociante des-re-territorializa, criando *novos* limites e relações. São territórios superpostos, heterogêneos e descontínuos, mas também são contínuos e interligados com outras redes e territórios de escala maior e movidos pela lógica do capital e, simultaneamente, pela lógica da dominação social, política, em que a dimensão cultural é envolvida pelos fluxos mercantis. Os laços identitários são elementos para a viabilização de uns pelos outros na disputa pelo mesmo mercado. A descontinuidade, a conexão são a ordem na aparente desordem da dinâmica econômica, em que os negociantes estão intimamente ligados ao *campo de forças* da classe política hegemônica que, lentamente, comanda, controla e envolve os territórios identitários produzidos pelos italianos e seus descendentes e os territórios cristalizados pelos artesãos.

O negociante é o agente da subordinação ao capital comercial, movido pela lógica da acumulação de sobretrabalho. Quer dizer, o produtor agrícola e o artesão trabalham para-si e sua família, mas também para outros, apesar de aparecerem na relação como autônomos e independentes. Após a colheita e na troca dos produtos artesanais, no produto e no dinheiro entregue ao comerciante para saldar as dívidas, materializa-se a

transferência do trabalho excedente da família produtora, apropriado por terceiros, o que dificulta ou impede a conquista de melhorias sociais. Contraditoriamente, as produções agrícola e artesanal excedentes, remuneraram os agentes dos capitais comercial, industrial e financeiro, ausentes da produção direta. É na esfera da circulação que se materializa, na abstração do momento da troca, a re-produção capitalista do capital, a partir do excedente familiar e das demais mercadorias comercializadas.

O produtor artesão é sufocado por seu próprio criador, o movimento de expansão do capitalismo no Brasil, proeminentemente *agroexportador* até 1930 e *urbano-industrial* a partir daí, em ambos, privilegiando alguns lugares, setores e grupos sociais em detrimento de outros. A produção para o mercado interno, de uma forma ou outra, sempre esteve subordinada às políticas de produção para o mercado externo e de industrialização. Re-produzida, a agricultura familiar produz alimentos e matérias-primas, mas os artesãos, também agricultores familiares, são progressivamente absorvidos pela dinâmica capitalista (grandes empresas).

Enquanto mudanças profundas acontecem em outros lugares do Brasil, a partir da crise de 1929 e das mudanças que a acompanham na política econômica no país, na Colônia Silveira Martins, os agentes sociais artesãos e produtores agrícolas permanecem com ritmo predominantemente lento, lutando para sobreviver em suas atividades diárias, com as mesmas relações de produção do início da colonização e com poucas mudanças nas forças produtivas.

“Todos os lugares existem em relação com um tempo do Mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do Mundo.” (Santos, 1997, p.111).

A cada instante histórico e geográfico, as relações entre o *todo* e as *partes* dão-se desigualmente, combinando-se em cada lugar diferentemente e produzindo as singularidades, o *ser* histórico e geográfico, as territorialidades cotidianas. Aquele *tempo rápido*, proposto coerentemente por Santos (1997), não se manifesta em todo território brasileiro nem envolve toda a sociedade no mesmo momento e na mesma intensidade, mas envolve os lugares em instantes e intensidades distintas, o que resulta em variadas combinações em cada lugar. Os tempos na Colônia Silveira Martins e no Rio Grande do Sul são desiguais, heterogêneos. As temporalidades e os territórios são múltiplos e

sobrepostos, determinados pelas forças do local e por forças externas ligadas às dinâmicas econômica, política e cultural nos níveis nacional e internacional. Se o mundo é o que somos, somos o que o mundo é; a história do mundo é a história dos lugares e a história dos lugares é a história do mundo.

A re-territorialização na Colônia Silveira Martins, significa, simultaneamente, apropriação de sobretrabalho pelos agentes do capital, que envolvem a cultura italiana. E é por isso que os agentes do capital intimamente integrados ao Estado, promovem a des-territorialização nessa e noutras colônias agrícolas, inserindo ao circuito do capital novas forças mercantis. É um movimento contínuo alimentado pela expansão capitalista, nacional e internacionalmente, ou melhor, pela produção e apropriação de trabalho não pago, pela re-produção ampliada do capital; é um movimento constante de re-produção de relações de produção, sejam elas tipicamente capitalistas ou não.

Em nosso entendimento, não é possível conceber esse movimento social sem levar em conta a tríade economia, política e cultura (EPC), trabalhadas concomitantemente e relacionadas mutuamente, mesmo que privilegiando, em cada estudo, uma em detrimento das demais. Haesbaert (1995) já chamara a atenção para a imprudência da separação dessas dimensões.

O processo de apropriação e produção territorial deve ser visto e estudado, para além do domínio ou controle político, para além da apropriação *simbólica, identitária e afetiva* como defende Haesbaert (1997), mas concomitantemente a partir da dinâmica econômica, intimamente articulada ao processo de re-produção da dominação social, em que o Estado e os agentes do capital fundem-se histórica e incessantemente. A apropriação e o controle, as relações simbólicas são, simultaneamente, processos ligados ao capital. E é esta última face referida da territorialização que é negligenciada em alguns estudos, porém, a apropriação, o domínio e a produção do território nos processos sociais não se dão separadamente. Nesse sentido, a definição de territorialidade extrapola as relações do poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em *seus* agentes sociais.

“Entretanto, se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e ‘sem pátria’” (Haesbaert, 1995, p.178 ou 1997, p.116).

É necessário acrescentar que o capital é relação social, é simultaneamente poder e política. Se o poder são relações entre sujeitos como afirma Bobbio (1995); se o poder é antes exercido do que possuído, é um complexo de forças, é multiforme e territorializador. O Estado, articulado ao capital, expropria para explorar, e, também, apropria para explorar. O *enraizamento* e a *coesão* da territorialização são efetivados, paradoxalmente, por contradições internas. Além do mais, é no lugar que o universal manifesta-se e realiza-se; é no lugar que a dinâmica do capital, des-territorializadora por “natureza”, manifesta-se, vem-a-ser e efetiva-se como geradora de sobretrabalho. A apropriação territorial, no Modo Capitalista de Produção, significa, ao mesmo tempo, condição para a apropriação, na circulação, de mais trabalho.

Ou, dito de outra forma, ocorre que, além da característica des-territorializadora do capital, a dinâmica do processo de produção e acumulação de capital também é, sumultânea e contraditoriamente, territorializadora, ou mesmo, enraizadora e cristalizadora de relações sociais no espaço. Assim, as dimensões econômica e (geo)política são as principais condicionantes da re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul no final do século XIX, porém, a objetivação do território tem um caráter cultural (identitário) significativo, e, nessa produção, idéia (*superestrutura*) e matéria (*estrutura*) condicionam-se mutuamente.

Embora privilegiemos a dimensão econômica, histórica e geograficamente contextualizada, salientamos que é necessário superar, como afirma Haesbaert (2002), a dicotomia material/ideal nos estudos do território. Há manifestações territoriais dos processos sociais, no tempo e no espaço, como resultado, no entanto, são, simultaneamente, condição da re-produção social, tanto econômica como política e culturalmente (imbricadas).

Na des-territorialização italiana para o Brasil, os fatores econômicos e políticos também são proeminentes. Por isso, é preciso ir, também, além dos caracteres político e identitário/cultural porque as forças econômicas dinamizam sua produção intimamente articuladas às dimensões política, de domínio e cultural, de simbolismo. Não se pode, e neste ponto concordamos com Haesbaert (1995), definir a des-territorialização sob um ponto de vista puramente econômico. Seria imprudente e incoseqüente fazer o mesmo com a re-territorialização, mas também não podemos desconsiderar a importância da expansão territorial capitalista e concomitante re-produção de capital a partir da própria apropriação territorial, do controle, do enraizamento. A apropriação é econômica, (geo)política e cultural.

Essa é a lógica dominante da re-territorialização italiana na Colônia Silveira Martins, para além das dinâmicas (geo)política e cultural, de limites e fronteiras definidos, da identidade, até porque a re-territorialização é, concomitantemente, des-territorialização, significa dominação e subordinação, fluxos e redes extra e intra-locais, significa desenraizamento, como o próprio Haesbaert (1995 e 1997) menciona quando afirma que o capital tem uma dinâmica des-territorializadora. Mas o capital é des-territorializador porque necessita re-territorializar no mesmo ou em outros lugares, re-produzindo constantemente o movimento no tempo, no espaço e no próprio território.

Os agentes sociais colonizadores re-produzem traços do modo de vida cultural italiano, mas a apropriação e a produção do território na Colônia Silveira Martins dá-se, principalmente, pela dinâmica do capital: institui-se a propriedade privada familiar, os preços, as trocas, a moeda, o consumo, a produção de mercadorias; institui-se a abstração e a concretude do processo mercantil, lenta e progressivamente, na territorialidade cotidiana daqueles indivíduos. Como afirma Sohn-Rethel (1989), a abstração domina em todo o circuito da *forma mercadoria*. Abstrai-se, no mercado, através de atos concretos. É uma abstração concreta em que o homem, enquanto possuidor do valor da mercadoria, também é abstrato. “Enfim, uma sociedade, na qual a circulação de mercadorias forma o nexo das coisas, é uma conexão puramente abstrata, na qual todo concreto se encontra em mãos privadas” (Idem, p.2). Para esse autor, há uma *fisicalidade abstrata da ação da troca*, materializada nas relações mercantis, de forma privada.

No movimento de re-produção de valor, as ações econômicas têm, necessariamente, como afirma Rullani (1997), um enraizamento, uma ligação com o local e, simultaneamente, uma projeção extra-local, uma articulação no mercado. “É claro que o capital em geral se constitui – lógica e historicamente – no âmbito do capitalismo mundial. Mas seria enganoso supor que ele flutua perdido nos espaços, mares e continentes” (Ianni, 1989, p.259). As ações econômicas têm, necessariamente, uma des-territorialização que se re-territorializa constantemente. Os artesãos, mesmo que sutilmente, efetivam seus territórios e os negociantes, concretizam seus domínios mais ampla e intensamente. Somente a territorialização (que gera os territórios) permite o acesso às necessidades, aos desejos, às diferenciações de cada lugar e momento histórico. Repetimos: o enraizamento é econômico, político e cultural.

A re-produção do capital acontece na circulação, no movimento, mas não de forma desarticulada, desligada do território ou dos territórios, em que a (geo)política e a cultura *estão presentes* na dinâmica econômica. A territorialização produz a possibilidade

de inserção e de criação de novas forças mercantis ao processo de re-produção ampliada do capital; permite o acesso às específicas condições de vida e de trabalho, de conhecimentos, de infraestruturas e é através do processo de expansão e diferenciação territorial que o MCP se renova sempre mais forte.

Por isso, tanto a re-territorialização como a des-territorialização italianas abordadas são proeminentemente econômicas e políticas (e a cultura está aí imbricada). No entanto, cabe destacar que estas três dimensões estão no mesmo nível e relacionam-se; há uma reciprocidade entre idéia e matéria. O que pode acontecer, para diferentes situações e contextos, é que ora predomine uma(s) ora outra(s) dimensão(ões) como apontara Haesbaert (2002). O importante é que uma está na outra e complementam-se. Dessa relação, dá-se a territorialização, a des-territorialização e a re-territorialização. O pretérito, o *ser* e o *vir-a-ser* dão-se nesse movimento, cada vez mais veloz, complexo e intenso, sem eliminar o singular de cada lugar, sem anular o território. Esse processo é interconexão entre o singular e o universal, é relação e enraizamento; é território e não-território, simultaneamente.

Para nós, a des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas, como apontamos, pelo tripé EPC, sendo que as redes *estão* e *atuam* em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território.

Assim, o território, ou os territórios, têm uma conotação econômica, política e cultural; a des-territorialização da mesma forma e, assentam-se ambos em múltiplas redes de circulação e comunicação. As redes sustentam a dinâmica *do* e *no* território, interligando-o e garantindo sua interconexão interna.

Desse modo, território e rede condicionam-se reciprocamente. Ambos são relações e movimento e inscrevem-se hierárquica e complementarmente. E são essas redes de circulação e comunicação, de caráter *mais* econômico, em nosso entendimento, que des-fronteirizam um território, pois obedecem à lógica do circuito de re-produção ampliada do capital. Porém, a constante des-territorialização não elimina o território: espaço e não-espaço; território e não-território estão, aí, implícitos e coexistem. Não são excludentes e não se anulam. Os homens apropriam-se do espaço produzindo tempos e territórios, temporalidades e territorialidades, superando o momento imediatamente anterior. O *novo* está no *velho* e este, naquele.

As redes de circulação e comunicação são meios na articulação interna do território e, ao mesmo tempo, interligam-no a outros territórios, tornando o território “inicial/local” um *nó* ou um território articulado a outros territórios.

São os territórios, as múltiplas relações espaço-tempo. Na problemática em questão, o território Silveira Martins, construído com papel relativamente definido no processo de formação do mercado interno brasileiro, é, simultaneamente, um território de territórios, assentado(s) em diferentes redes (de circulação e comunicação) de caráter econômico, político e cultural, onde os agentes sociais produzem mais trabalho e um território no território do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Concomitantemente, o conceito de lugar apresentou-se na nossa investigação como um conceito subsidiário, mas coerente e apropriado para o que nos propuzemos a estudar. Um território pode não ser fronteirizável e espacializado tão facilmente, como na produção e circulação de mercadorias, de informações, através de redes de circulação e comunicação cada vez mais difusas. Por isso, para nós, o lugar é mais do que símbolo, do que afetividade como defende Tuan (1982), é mais do que identidade cultural. Um lugar é o locus de relações diversas, de poder, de dominação e subordinação econômica, política e cultural e admite/permite uma relativização dos limites ou fronteiras.

Assim, pensamos que o lugar deve ser compreendido, além de locus da prática cotidiana, do vivido, como instância de re-produção das relações sociais, do MCP e da sociedade. É no lugar que se manifesta e se efetiva o universal. O lugar contém múltiplas relações e revela-nos os processos sociais mais gerais, os conflitos, os territórios e os tempos, as diferenciações.

Sobre o tempo, cabe-nos salientar que os tempos histórico e das coexistências são indissociáveis. Um não se dá sem sua relação com o outro e vice-versa. Um está no outro e os eventos efetivam-se por sua intersecção, ontem e hoje.

“Na sucessão estou falando de um tempo sincrônico. É preciso conhecer esse tempo para saber o que distingue um tempo do outro, um período do outro. (...) A ordem espacial é a ordem do tempo histórico – um tempo geral – que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular, concreto.” (Santos, 1997a, p.165); “O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências.” (Santos, 1997, p.126). É o tempo histórico, não descolado do tempo da articulação entre diferentes lugares, setores e indivíduos, do tempo em que acontece, no mesmo momento, a objetivação de processos semelhantes ou em ritmos diferenciados, em espaços distintos.

É uma relação complexa da dinâmica territorial, mas que deve ser encarada na busca da compreensão dos processos sociais, do efêmero e do duradouro, dos lugares, pois é nestes que o abstrato se torna concreto, palpável, vivido, ou, é nestes que se efetiva, conforme Milton Santos, o *acontecer*: “O ACONTECER é o TODO tornando-se existência. (...) O TODO se dá realmente, objetivamente, empiricamente através dos acontecimentos particulares que são diferentes.” (Santos, 1997a, p.167). Além de diferentes são desiguais e substantivam-se em relações constantes da *totalidade*, em que o tempo histórico e o tempo das coexistências complementam-se, fundem-se, nutrindo o pretérito, o *ser* e o *vir-a-ser*.

Dessa maneira, pensamos que o estudo do território, ou dos territórios, a partir do processo histórico centrado na periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças territoriais; a partir dos tempos coexistentes (tempos *lento* e *rápido*) e da articulação de escalas de análise, no processo de apropriação e produção do espaço geográfico, com suas devidas adaptações/contextualizações, oferece um caminho fértil na compreensão das múltiplas faces do próprio tempo, do espaço e do território.

Identificamos e compreendemos, na Colônia Silveira Martins, entre 1878 e 1950, em cada fase, elementos e características da dinâmica econômica, desde a apropriação territorial privada familiar, passando pelas oscilações nos preços dos solos rural e urbano, pelo caráter desigual da produção artesanal em que alguns donos conquistam inovações técnicas apesar do ritmo predominantemente lento, pelos territórios dos artesãos, pelo controle dos preços dos produtos primários e das demais mercadorias, pelos meios de circulação e comunicação e constituição de redes internas, pela concentração fundiária, pela concorrência mercantil, pelos territórios dos negociantes e pela concentração do capital comercial, pela progressiva monetarização e complexificação das relações mercantis, pela mobilidade da força de trabalho, pela ideologia do trabalho até a concorrência mercantil externa ao local e a efetivação de algumas redes extra-locais.

Ao mesmo tempo, identificamos e caracterizamos uma questão política centrada no poder de mando da classe latifundiária ligada ao Estado patrimonialista bem como, a objetivação de territórios culturais dos italianos e seus descendentes através dos dialetos, dos laços familiares, da província de origem, de hábitos e costumes diários específicos. Ou seja, são as temporalidades e territorialidades, as desigualdades e diferenças no espaço geográfico.

Assim, cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu *ser outro*. Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território.

Àquela dialética espaço-tempo como referencial de análise e interpretação, podemos acrescentar o território, configurando a relação tridimensional espaço-tempo-território, tanto no (nível do) lugar como entre os lugares, em que os tempos manifestam-se histórica e geograficamente. Somente desse modo poder-se-á apreender as desigualdades e as diferenças em diferentes escalas, como na Colônia Silveira Martins, onde o espaço e o território são produzidos, metamorfoseados socialmente, numa temporalidade particular.

Foi a partir do tempo e do território como conceitos principais conseguimos apreender as desigualdades e diferenças, em que a apropriação e a produção do território e dos territórios nos revelam as singularidades do local articulado ao geral e o movimento de reprodução do modo de vida, do espaço-tempo, mediado pelas forças produtivas, pelas relações de produção e pelo ideário em cada processo histórico e lugar; processo, nesse caso, centrado na lógica das permanências, não submetida à busca constante e veloz de transformações mais significativas na produção. Permanências que pudemos constatar a partir da definição de tempos mais longos, que facilitam a apreensão do tempo lento, das repetições, na aparente desordem do acontecer, do instante.

A definição de tempos mais longos também facilitou a espacialização das coexistências, dos tempos desiguais, tanto no nível do lugar entre as atividades produtivas artesanais, entre os estabelecimentos comerciais e entre os indicadores do desenvolvimento que elegemos, como no nível estadual no que se refere à produção industrial. Sucintamente, constatamos processos semelhantes objetivando-se e manifestando-se ao mesmo tempo em diferentes unidades produtivas e lugares em ritmos desiguais ou semelhantes assim como fenômenos sociais semelhantes concretizando-se em lugares e momentos distintos.

Acreditamos numa abordagem centrada na relação espaço-tempo-território, sendo este último desdobrado na *des-re-territorialização*, com uma lógica assentada nas dimensões econômica, (geo)política e cultural, interligadas e condicionando-se, e, determinando a vida, no tempo, no espaço e no território.

Para os colonizadores, à exceção dos negociantes, o primordial não foi a acumulação de capital familiar, mas a sobrevivência e o caráter simbólico-cultural foi uma estratégia adotada para tal. Aí, a dimensão identitária foi central. Simultaneamente, foram sujeitados, envolvidos pela dinâmica mercantil. Produzem-se, assim, territórios no território, econômicos, políticos e culturais, relacionados entre si e com outros níveis socioespaciais. Apesar do relativo isolamento, a Colônia Silveira Martins não pode ser considerada um território *tradicional* pois, com o passar dos anos, seus agentes sociais relacionam-se de diferentes formas e intensidades, com indivíduos de outros territórios. Lentamente, as redes geográficas de circulação e comunicação foram sendo constituídas e adquirindo maior importância na vida cotidiana dos indivíduos. O território é introversão e, concomitantemente, conexão com outros territórios, é articulação, énexo.

O território *da e na* Colônia Silveira Martins é relativamente isolado, ou seja, está articulado, sem grande intensidade e velocidade, porque na heterogeneidade e multiformidade, nas temporalidades e territorialidades do MCP acontecem diferentes níveis de articulação e integração, *mais* ou *menos* intensos, complexos e velozes, conforme as dinâmicas econômica, política e cultural, especialmente da classe dominante, em cada dialética espaço-tempo.

A interconexão entre os agentes da Colônia Silveira Martins é proeminentemente econômica, interligando diferentes produções e territórios e efetivando uma rede complexa de relações territoriais. É uma articulação centrada nas relações dos comerciantes e nem por isso a dimensão territorial é anulada. As especificidades territoriais de cada lugar são cada vez mais importantes no processo de formação da economia brasileira, integrada ao movimento de internacionalização do capital, em que se intensifica, sobretudo a partir dos anos 1930, a interação entre desigualdades e diferenças, entre múltiplos territórios heterogêneos e sobrepostos. Nesse sentido, a diferenciação territorial torna-se uma variável econômica cada vez mais significativa.

A interconexão territorial, através da ação de diferentes agentes sociais com outros territórios, é uma articulação territorial nutrida por articulações econômicas, políticas e culturais entre as classes sociais e condicionada pelo processo de formação da economia brasileira no movimento internacional de expansão do capitalismo. Por isso, para se compreender o território brasileiro, é necessário apreender as articulações, no tempo e no espaço, entre os diferentes territórios que o substantivam, em que, historicamente, as próprias articulações são determinações sociais e condicionam as territorialidades cotidianas que, simultaneamente, constituem o território brasileiro. Cada território, assim,

deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da integração de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, o tempo lento deve ser estudado como produto das contradições sociais e territoriais. Coexistiram, coexistem e permanecerão coexistindo, no tempo e no espaço, tempos lentos e mais rápidos.

Por fim, conforme Santos (1997a), se *a força dos fracos é o seu tempo lento*, o ritmo lento de mudanças na produção artesanal, na Colônia Silveira Martins, pode permitir aos moradores visualizar e conhecer as alternativas, as sinuosidades, os atalhos do mundo em que vivem. Já os mais ricos, cada vez mais próximos da aceleração na velocidade de suas ações e atividades, podem perder o tempo da afetividade, da harmonia e mesmo da criatividade paulatina.

Esse tempo lento de mudanças pode significar uma possibilidade para se pensar e buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida, sem a racionalidade das grandes iniciativas produtivas industriais. Esse ritmo lento de desenvolvimento é, claramente, um questão econômica, como nossa pesquisa demonstrou, mas também é, simultaneamente, política e cultural, em que os indivíduos são subordinados pela classe dominante e estão impregnados por traços identitários, com valores e vivências que respeitam a lógica da sobrevivência cotidiana, sem curvarem-se diante do ritmo mais acelerado da industrialização mais moderna e veloz. E é a partir do tripé EPC que a busca da melhoria da qualidade de vida deve ser pensada e efetivada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Colônia Silveira Martins tem sua gênese no processo de expansão do Modo Capitalista de Produção e seus aspectos culturais, em que a des-territorialização e a re-territorialização complementam-se constantemente, condicionadas por fatores econômicos, políticos e culturais. O próprio MCP produz e re-produz relações de produção não tipicamente capitalistas.

O processo de re-territorialização italiana, na Colônia Silveira Martins, é constituído e constitui redes, tempos e territórios. Redes de circulação e comunicação, locais e extra-locais; é constituído por um tempo histórico com tempos coexistentes específicos, alguns mais rápidos, mas, predominantemente, lentos. Um território econômico que se desdobra em territórios centrados no poder dos negociantes; um território político a partir do complexo de forças da classe hegemônica e um território cultural sustentado por territórios identitários. Esses tempos e territórios caracterizam e determinam, econômica, política e culturalmente, o ritmo de desenvolvimento econômico artesanal na Colônia Silveira Martins. Nesse movimento do tempo no espaço e deste no tempo, paradoxalmente, o homogêneo substantiva-se pelo heterogêneo, por desigualdades e diferenças que aparecem como homogeneidade num território de tempos e territórios.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de. A apropriação do território no Brasil colonial. In: *Explorações geográficas: percursos no fim do Século*/ Iná E. de Castro, Paulo C. Gomes, Roberto L. Corrêa (orgs.).-RJ: Bertrand Brasil, 1997. p.197-245.

ABREU, Maurício de. Sobre a memória das cidades. *Território*, ano III, n.4, p. 5-26, 1998.

AGOSTINI, Filiberto. Leone Wollemborg (1859-1932), pioniere del credito agrario. In: ZALIN, Giovanni (org.). *Un secolo di cooperazione di credito nel Veneto. Le casse rurali ed artigiane (1883-1983)*. Limena/Padova: Signum, 1985. p.17-40.

ALBAGLI, Sarita. *Globalização e espacialidade: o novo papel do local*. Nota Técnica 04/98. RJ: UFRJ, 1998. (mimeo).

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária. In: *A questão agrária e o capitalismo*. RJ: Paz e Terra, 1986. p.9-40.

ANASTASIA, Bruno e CORÒ, Giancarlo. *Evoluzione di un'economia regionale. Il Nordest dopo il successo*. Portogruaro/VE: Ediciclo, 1996.

ANCARANI, Cav. Umberto. *Monografia sobre a origem da Ex-Colônia italiana de Silveira Martins 1877/1914*. Santa Maria: Revista do Centenário de Santa Maria - Comissão Organizadora, 1914. (sem numeração de páginas).

ANDRADE, Manuel Correia de. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Caminhos e descaminhos da Geografia*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. RJ: Zahar, 1978.

ANTUNES, Duminiense. *Documento histórico do Município de Caxias do Sul - (1875-1950)* - Comemorativo do 75o. aniversário da colonização. Escrito, publicado e organizado por Duminiense P. Antunes. Caxias do Sul, Pref. Municipal, 1950.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RS – Indústria de eletricidade. RJ: IBGE, 1941.

A PARÓQUIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DE NOVA PALMA. Santa Maria: Patronato, 1944.

AZEVEDO, Thales de. A colonização italiana. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. p. 145-154.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no RS*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975.

BAGNASCO, Arnaldo. *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.

BAGNASCO, Arnaldo. *La costruzione sociale del mercato*. Bologna: Il Mulino, 1988.

- BALLETTA Francesco & BIRINDELLI Ana. *Secolo di emigrazione italiana (1876-1976)*. Cur. Rosoli G., Centro Studi Emigrazione, 1978.
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. IN: *A construção do espaço*/Org. Maria Adélia de Souza e Milton Santos. SP: Nobel, 1986. p.1-24.
- BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- BECKER, Olga Maria. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: *Explorações geográficas: percursos no fim do Século*/ Iná E. de Castro, Paulo C. Gomes, Roberto L. Corrêa (Orgs.).-RJ: Bertrand Brasil, 1997. p.319-367.
- BELÉM, J. *História do município de Santa Maria (1797-1933)*. Porto Alegre: Selbach, 1933.
- BELLINASSO, Diác. Severino. *Ivorá – 100 anos de história (1883-1983)*. Santa Maria: Pallotti, 1984.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho*. Porto Alegre, Instituto Histórico e Geográfico do RS. Canoas/RS: La Salle, 1979.
- BERETTA, Pier Luigi. Nota sobre a ocupação rural na antiga área de colonização italiana no RS. *Boletim Geográfico do RS*, ano 20, n. 18. Porto Alegre: Sec. da Agricultura/CEMAPA, 1975. p. 62-79.
- BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do RS*. RJ: IBGE, 1963.
- BERNARDI, Ulderico. L'artigianato nella società del novecento. IN: BERNARDI, U.; RULLANI, E.; LARESE, G. *L'artigianato bellunese nel'900*. Belluno: UAB, 1999. p. 15-28.
- BEVILACQUA, Piero. La "storia economica" e l'economia. In: CIOCCA, P. e TONIOLO, G. *Storia economica d'Italia. Interpretazioni*. Roma-Bari: Laterza, 1999. p.159-196.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. RJ: Paz e Terra, 1995.
- BOLZAN, Nelson. *La America dei sogni: um povo, uma história, uma conquista*. Porto Alegre: Alcance, 1997.
- BOMBASSARO, Pe. Antonio. Ex-Colônia Silveira Martins. In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925) - La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Globo, 1925.p. 328-334.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. RJ: Jorge Zahar Ed., 1988.
- BREITBACH, Áurea. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais. A longa duração, Escritos sobre a História*. SP: Perspectiva, 1978.
- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura – trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BRUNELLO, Piero. Emigranti. IN: LANARO, Silvio. *Storia d'Italia. Le regioni dall'Unità a oggi. Il Veneto*. Torino: Einaudi, 1984. p. 579-634.

- BRUNELLO, Piero. *Pionieri. Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli Ed., 1994.
- BUSANELLO, Pe. Pio José. *A história da nossa gente*. Santa Maria: Palotti, 1952.
- BUSATO, Mons. Humberto. *A Paróquia de São José de Ivorá*. Santa Maria, 1943.
- CAFAGNA, Luciano. *L'industrializzazione italiana; la formazione di una base industriale dell'Italia fra il 1896 e il 1914*. In: Studi Storici, n. 3-4, II, Roma, 1961.
- CAFAGNA, Luciano. Contro tre pregiudizi sulla storia dello sviluppo economico italiano. In: CIOCCA, P. e TONIOLO, G. *Storia economica d'Italia. Interpretazioni*. Roma-Bari: Laterza, 1999. p.297-325.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. SP: Difel, 1977.
- CANO, Wilson. Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929. In: *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. Helena C. de Lorenzo, Wilma P. da Costa (Org.). SP: Edunesp, 1997. p. 235-254.
- CARDOSO, F. Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. SP: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARLEIAL, Liana. A questão regional no Brasil contemporâneo. IN: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.; NABUCO, M. (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. SP: Hucitec/ANPUNR, 1993. p. 35-58.
- CARLESSO, Oscar José. *A sonhada América: os Carlesso em Santa Maria (1877-1988)*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1989.
- CARLOS, Ana Fani. *Espaço e indústria*. SP: Contexto, 1989.
- CARLOS, Ana Fani. *O lugar no/do mundo*. SP: Hucitec, 1996.
- CARVALHO, Manoel Maria de. *Serviços de imigração*. Relatório apresentado ao Império em março de 1886. Rio de Janeiro.
- CASTRONOVO, Valerio. *L'industria italiana dall'ottocento a oggi*. Milano: Mondadori Ed., 1990.
- CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES DA UNIVERSIDADE DE BIRMINGHAM (Org). *Da Ideologia*. RJ: Zahar, 1980.
- CERRETI, Claudio. Spazio e ruolo delle imprese nell'articolazione del territorio italiano. In: SALVATORI, Franco. *Impresa e territorio. Contributi ad una Geografia dell'impresa in Italia*. Bologna: Pàtron, 1993. p.137-160.
- CERRETI, Claudio. Piccole italie. Gli spazi delle imprese artigiane in Italia. In: SALVATORI, Franco. *Impresa e territorio. Contributi....* Bologna: Pàtron, 1993a. p.195-215.
- CERRONI, Umberto. Dinamica politica e modernizzazione in Italia. Tendenze e discrasie prima dell'Unità. In: CIOCCA, P. e TONIOLO, G. *Storia economica d'Italia. Interpretazioni*. Roma-Bari: Laterza, 1999. p. 119-158.
- CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José H. e GANZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 7-28.

- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista. Categorias e Leis da Dialética*. SP: Alfa-Omega, 1982.
- CLAVAL, Paul. *A Nova Geografia*. Coimbra: Almedina, 1982.
- COLOMBO, Angelo. *Arte povera nel Veneto*. Marostica/VI: BPM, 2000.
- COMITATO LOCALE PER IL CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA. Colonia Arroio Grande (Município de Santa Maria). In: *Cinquantenario della colonizzazione* Porto Alegre: Globo, 1925. p. 335-338.
- CONTI, Sergio. *Geografia economica. Teorie e logica della rappresentazione spaziale dell'economia*. Torino: UTET Libreria, 1989.
- CONTI, Sergio e SFORZI, Fabio. Il sistema produttivo italiano. In: COPPOLA, Pasquale (Org.). *Geografia politica delle regioni italiane*. Torino: Einaudi, 1997. p.278-336.
- CORADINI, Odaci. Produtores, Cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, O. e FREDERICQ, A. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*. RJ: Zahar Editores, 1982. p. 11-89.
- CORADINI, Odaci. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: BARREIRA, I. e PALMEIRA, M. *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. SP: Annablume, 1998. p.91-117.
- CORBINO, Epicarmo. *L'economia italiana del 1860 al 1960*. Bologna: Zanichelli, 1962.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M., SOUZA, M. Adélia e SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território. Globalização e Fragmentação*. SP: HUCITEC/ANPUR, 1996. p. 251-256.
- CORRÊA, Roberto L. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, ano IV, n. 6. p. 43-53, 1999.
- CORTE, Pasquale. *Le colonie agricole italiane della Provincia di Rio Grande del Sud del Brasile all'esposizione nazionale di Torino*. Montevideo: Nacion, 1884.
- COSATTINI, Giovanni. *L'emigrazione temporanea del Friuli*. Trieste: DRLASERAFVG, 1983.
- COSTA, Firmino. *Terra de Vila Rica - Contribuição ao estudo da história do Município de Júlio de Castilhos*. Júlio de Castilhos: Pref. Municipal, 1991.
- COSTA, Firmino e PEDRAZZI, Rubens. *São Martinho da Serra – Terra e Gente*. Santa Maria/RS: Home Artes, 1999.
- COSTA, Rovílio e MARCON, Itálico. *Imigração italiana no RS: fontes históricas*. Porto Alegre: EST/UCS, 1988.

CROCETTA, Benvenuto. I municipi dello Stato e le industrie ed i commerci degli italiani e loro discendenti. In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925)*. p. 251-276.

De BONI, Luís e COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 3^a ed. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS; Correio Riograndense, 1984.

De BONI, Luís. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: *RS: Imigração & Colonização*. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Segunda Edição. POA: Mercado Aberto, 1996. p. 234-255.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. RJ: Imago Editora, 1976.

DE ROSA, Gabriele. Mentalità e mutamenti economici nella società veneta. In: LAZZARINI, Antonio. *Trasformazioni economiche e sociali nel Veneto fra XIX e XX secolo*. Vicenza: Istituto per le ricerche di Storia Sociale e di Storia Religiosa, 1984. p. 13-36.

DIAS, Leila C. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. *Anuário de Geociências*, vol. 15, p. 43-53, 1992.

DIAS, Leila C. Redes de informação, grandes organizações e ritmos de modernização. IN: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 1993. *Anais...*, p.53-55;

DIAS, Leila C. Redes: emergência e organização. In: *Geografia: conceitos e temas*/ org. por Iná E. de Castro, Paulo C. da Costa Gomes, Roberto L. Corrêa. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DIDONET, H. *Ivorá – meu torrão (Crônicas)*. Ivorá: CFPS, 1984.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à Nova História*. SP: Ensaio; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

DUARTE, A. Capdeville. Regionalização – considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*, n. 10 (20), p. 5-32, 1980.

DUPUY, Gabriel. Les effets spatiaux des techniques de télécommunications: ouvrons la boîte noire. *Bulletin de L'idade*, n. 7, p.77-83, 1982.

DUPUY, Gabriel. Ville, systèmes et réseaux. *Les Annales de la recherche Urbaine*, n. 23-24, p.231-241, 1984.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. SP: Perspectiva, 1983.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. RJ: Nova Fronteira, 1984.

EGLER, Claudio. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: *Geografia: conceitos e temas*: /org. por Iná E. de Castro, Paulo C. da Costa Gomas, Roberto L. Corrêa. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 207-238.

ESTATUTOS DA LIGA CÍVICA REPUBLICANA DE SILVEIRA MARTINS. Escola typographia Valle Veneto, 1927.

FACCIOLI, Marina. Le relazioni spaziali dell'impresa. Orientamenti di ricerca nella recente letteratura internazionale. In: SALVATORI, Franco. *Impresa e territorio. Contributi ad* Bologna: Pàtron, 1993. p.47-59.

- FACCIOLI, Marina. Impresa e organizzazione del territorio. In: SALVATORI, Franco. *Impresa e territorio. Contributi ad ...* Bologna: Pàtron, 1993a. p.75-104.
- FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, n. 17, p. 14-29, 1993.
- FARIA, Octavio Augusto de. *Esboço econômico do Município de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1919.
- FENOALTEA, Stefano. Lo sviluppo economico dell'Italia nel lungo periodo: riflessioni su tre fallimenti. In: CIOCCA, P. e TONIOLO, G. *Storia economica d'Italia. Interpretazioni*. Roma-Bari: Laterza, 1999. p.3-41.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. RJ: Zahar, 1976.
- FONSECA, Pedro. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: _____ *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 1979. p. 167-177.
- FRANZINA, Emilio. *La grande emigrazione. L'esodo dei rurali dal Veneto durante il secolo XIX*. Venezia: Marsilio, 1976.
- FRANZINA, Emilio. *Il poeta e gli artigiani. Etica del lavoro e mutualismo nel Veneto di metà'800*. Padova: Il Poligrafo, 1988.
- FRANZINA, Emilio. *La transizione dolce. Storie del Veneto tra '800 e '900*. Verona: Cierre Ed., 1990.
- FRANZINA, Emilio. *Storia dell'Emigrazione veneta. Dall'Unità al Fascismo*. Verona: Cierre Edizioni, 1991.
- FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina (1876-1902)*. Verona: Cierre Edizioni, 1994.
- FRIZZO, Leoni M. *Industrialização de Caxias do Sul: da gênese às exportações*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. SP: Ed. Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. SP: Nova Cultural, 1986.
- GALASSO, Giuseppe. Stato nazionale e democrazia latina: il modello italiano. In: CIOCCA, P. e TONIOLO, G. *Storia economica d'Italia. Interpretazioni*. Roma-Bari: Laterza, 1999. p. 327-400.
- GALLO, Alessandro e SPINELLI, Giorgio. Viticoltura, olivicoltura, agrumicoltura nei paesi del Mediterraneo. In: QUERINI, Giulio e TURRI, Enrico. *L'agroindustria nell'area Mediterranea*. Milano: Franco Angeli, 1993. p.79-122.
- GALLO, Alessandro. Ruoli e spazi dell'impresa agricola nel processo di ristrutturazione territoriale dell'economia italiana. In: SALVATORI, Franco. *Impresa e territorio. Contributi ad...* Bologna: Pàtron, 1993a. p. 161-194.

- GALVAN, Cesare. Tecnologia, valor e troca desigual (retomando um artigo de Schoeller). In: *Valor, força de trabalho e acumulação monopolista*. Estudos CEBRAP, 25. RJ: Vozes, p. 166-182.
- GAROFOLI, Gioacchino. *Economia del territorio: trasformazioni economiche e sviluppo regionale*. Milano: Etaslibri, 1992.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIRARDI, Ládio. *Memórias e vivências*. Santa Maria: Palloti, s. d.
- GIRON, Loraine. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Pref. Municipal e UCS; Porto Alegre: EST, 1977.
- GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.47-66.
- GIRON, Loraine & BERGAMASCHI, Heloísa. Magna Itália: colônias e colonos italianos no Brasil. *Cadernos de Pesquisa/UCS*. – v. 6, n. 7 (1998). Caxias do Sul: UCS, 1998. p. 279-318.
- GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivicultor brasileiro*. Porto Alegre: Globo, v. 1, 1940.
- GOBLOT, Jean-Jacques. *O surgimento do pensamento racional e o “milagre grego”*. 1962. (mimeo).
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. SP: USP, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Poder, política e partido*. SP: Brasiliense, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. RJ: Civilização Brasileira, 1995.
- GRANDE ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS – COMEMORATIVO DA 5ª EXPOSIÇÃO AGRO-PASTORIL E INDUSTRIAL, 1937.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras: 1875 – 1900*. Florianópolis: UFSC, 1987.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, nº 16, 1985.
- GUIA ILUSTRADO COMERCIAL, INDUSTRIAL E PROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA: EGIM, 1938.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de Latifúndio*. RJ: Paz e Terra, 1968.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Et. Al. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-206.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. *Território*, ano III, n.4. p.55-72, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. *Religião, identidade e território*. RJ: EdUERJ, 2001. p. 115-144.

HAESBAERT, Rogério. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. RJ: Prog. de Pós-Graduação em Geografia/UFF, 2002.

HARVEY, David. *Justiça social e a cidade*. SP: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, ano II, n. 6. p. 6-35, 1982.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. SP: Loyola, 1993.

HEGEL, G. W. A verdade da certeza de si mesmo. In: _____ *Fenomenologia do Espírito* - Parte I. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1991.

HERÉDIA, Vania B. M. *Processo de industrialização da zona colonial italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do estado do RS*. Caxias do Sul: UDUCS, 1997.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. RJ: Civilização Brasileira, 1972.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. RJ: Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: *Imigração italiana: estudo*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1979. p.11-12.

IANNI, Octávio. *Estado e Capitalismo*. SP: Brasiliense, 1989.

IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. RJ: Civilização Brasileira, 1995.

ISAIA, Antonio. Os sonhos de emancipação e suas frustrações na História de Silveira Martins. *Jornal A Razão*, Santa Maria, 14/4/1987.

JUBILEU DE NOVA PALMA (1919-1944). Santa Maria: Patronato, 1944. (autores anônimos).

KAY, Geoffrey. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Uma análise marxista*. RJ: Civilização Brasileira, 1977.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. RJ: Paz e Terra, 1989.

KOSMINSKY, E. e ANDRADE, Margarida. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. SP: Hucitec, 1996. p.51-70.

LAGEMANN, Eugenio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Segius. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 114-134.

LANARO, Silvio. *Società e ideologie nel Veneto rurale (1866-1898)*. Roma: Ed. di Storia e Letteratura, 1976.

- LANDO, Aldair e BARROS, Eliane. Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 9-46.
- LAYTANO, Dante de. O italiano e seus descendentes no RS. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no RS*. Porto Alegre: Globo, 1950. p.329-354.
- LAZZARINI, Antonio. *Campagne venete ed emigrazione di massa (1866-1900)*. Vicenza: Istituto per le ricerche di Storia Sociale e di Storia Religiosa, 1981.
- LAZZARINI, Antonio. L'Agricoltura veneta nell'Ottocento e il processo di meccanizzazione. In: *Scienze e tecniche agrarie nel Veneto dell'Ottocento*. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettera ed Arti, 1992. p. 31-112.
- LAZZAROTTO, Danilo. *História do RS*. Porto Alegre: Sulina, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O homem e a Sociedade).
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal. Lógica dialética*. RJ: Civilização Brasileira, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. SP: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. SP: Moraes, 1991a.
- LENIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. SP: Abril Cultural, 1982.
- LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. SP: Hucitec, 1983.
- LENIN, Vladimir. *Aos pobres do campo*. SP: Acadêmica, 1988.
- LINS, Hoyêdo. *A geografia da produção industrial: alguns aspectos teórico-metodológicos*. Florianópolis/UFSC. (dat.).
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. SP: Nobel, 1988.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres. Problemas da industrialização no terceiro mundo*. SP: Nobel, 1989.
- LORENZATTO, Antonio. *Os vênnetos, nossos antepassados*. Porto Alegre: EST, 1998.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MAINARDI, Geraldo. *Os Mainardi no RS*. Porto Alegre: EST, 1999.
- MALESANI, Emilio. *L'Emigrazione italiana nel Brasile meridionale e i suoi problemi*. Bologna: Arti Grafiche, 1952.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no RS – implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: IEL/Grafosul/DAC/SEC, 1975.

- MANFROI, Olívio. Italianos no RS. In: *A presença italiana no Brasil*. Vol I/Org. Luís A de Boni [et al.] – POA: EST, 1987.p.169-186.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (Orgs.). *História econômica do Brasil Contemporâneo*. SP: Hucitec, 1997. p.147-166.
- MARCUZZO, Pe. Clementino. *Centenário de Vale Veronês*. Santa Maria: Palloti, 1982.
- MARIN, Elizara. Descendentes italianas: oração, festa e trabalho. In: MARIN, Jérri. (org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 25-55.
- MARIN, Jérri. “Ora et labora”: o projeto de restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS.
- MARIN, Jérri. Combatendo nos exércitos de Deus: as Associações Devocionais e o projeto de romanização da Igreja Católica. In: MARIN, Jérri (org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 74-94.
- MARIN, Joel. O integralismo na ex-Colônia italiana de Silveira Martins. In: MARIN, Jérri (org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 110-117.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. SP: Livraria Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho*. SP: Hucitec, 1978. p.IX-XVIII.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. SP: Hucitec, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990a.
- MARTINS, José de Souza. O cerco: capital e propriedade familiar no Sul. In: _____ *Expropriação e violência. A questão política no campo*. SP: Hucitec, 1991. p.85-94.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. SP: Hucitec, 1994.
- MARX, Karl. Introdução. In: _____ *Contribuição à Crítica da Economia Política*. SP: Martins Fontes, 1983. p. 200-231.
- MARX, Karl. *Manuscritos: economia y filosofía*. Traducción, introducción y notas de Francisco R. Llorente. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O CAPITAL – Resultados do processo de produção imediata*. SP: Moraes, s.d.
- MARX, Karl. *GRUNDRISSE - Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política*. 1857/58 (Vol. I e II). Trad. de Wenceslao Roces. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- MARX, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, vols. I e II. RJ: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, Karl. *Miseria della filosofia*. Roma: Riuniti, 1998.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. SP: Hucitec, 1991.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *La concezione materialistica della storia*. Roma: Editori Riuniti, 1998.
- MELO, Jayro. Ideologia e poder. In: _____ (org.). *Região, cidade e poder*. P. Prudente: GAsPERR, 1996. p. 127-142.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. RJ: Zahar, 1972.
- MILONE, Paulo C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: *Manual de economia* /André K. Montoro Filho ... /et al./; Organizadores Diva B. Pinho, Marco A. S. de Vasconcellos. SP: Saraiva, 1998.
- MORAES, Antonio C. Robert. *Geografia. Pequena História Crítica*. SP: Hucitec, 1985.
- MORAES, Antonio C. Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. SP: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antonio e COSTA, Wanderley da. *Geografia crítica. A valorização do espaço*. SP: Hucitec, 1987.
- MORELLI, Paola. Spazio economico e spazio d'impresa in Italia. Alcune riflessioni sui recenti orientamenti di letture. In: SALVATORI, Franco. *Impresa e territorio...* Bologna: Pàtron, 1993. p.61-74.
- MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José & Gonzaga, Sergius. *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 91-113.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 358-402.
- NEUHAUS, Paulo. A inflação brasileira em perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Economia*, RJ, 32 (2): 293-315, 1978.
- NICOLAS, Daniel. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, M. e outros (orgs.). *Território. Globalização e fragmentação*. SP: Hucitec/ANPUR, 1996. p. 85-101.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo – compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton. *Novos rumos da geografia brasileira*. SP: Hucitec, 1982. p. 66-110.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. SP: Ática, 1987.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. SP: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. RJ: Graal, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 6ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1993.
- OTH, Valère. O desenvolvimento: indicadores e tentativa de avaliação. *Revista de Geografia*, v. 14, p.79-114, 1997.
- PASSERINI, Luisa. *Storia orale, vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.

- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75^o aniversário da colonização italiana no RS*. Porto Alegre: Globo, 1950. p.33-64.
- PESAVENTO, Sandra. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PESAVENTO, Sandra. *História do RS*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- PESAVENTO, Sandra. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a idéia da indústria. *Análise Econômica*, ano 4, n. 7, p. 3-20, 1986.
- PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política Rio-grandense. In: *RS: Imigração & Colonização*. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Segunda Edição. POA: Mercado Aberto, 1996. p. 156-194.
- PETRONE, Pasquale. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. In: De Boni, Luís (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. I. Porto Alegre: EST, 1987.p.489-507.
- PICCOLO, Helga. A política Rio-grandense no Império. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. 2^a ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 93-118.
- PIMENTEL, Fortunato. *Efemérides Históricas e Econômicas de Júlio de Castilhos*. J. de Castilhos: Democracia, 1952.
- PIOVESAN, Rosemar de Fátima. Educação e Imigração: a história da escola entre os imigrantes italianos, Quarta Colônia. In: MARIN, Jérri (org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 95-109.
- PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. *Experimental*, n.2, p.11-24,1997.
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. SP: Brasiliense, 1986.
- QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RABUSKE, Artur. *Os inícios da colonização italiana em escritos de Jesuítas alemães*. Caxias do Sul, UCS, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia S. L. de Brindes, 1978.
- RAFFESTIN, Claude. L'evoluzione storica della territorialità in Svizzera. In: RACINE, J. B. e outros. *Territorialità e paradigma centro-periferia. La svizzera e la Padania*. Milano: Unicopli, 1978. p.11-26.
- RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, Angelo. *Regione e regionalizzazione*. Milano: Franco Angeli, 1984. p.69-82.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. SP: Ática, 1993.

REICHEL, Heloísa. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 255-275.

ROCHA, Lilian. *O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária*. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o RS* (Vol. I e II). Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTHWELL, Stuart C. *The old italian colonial zone of Rio Grande do Sul, Brazil*. Porto Alegre: UFRGS, MCMLIX.

ROVERATO, Giorgio. La terza regione industriale. In: LANARO, Silvio. *Storia d'Italia. Le regioni dall'Unità a oggi. Il Veneto*. Torino: Einaudi, 1984. p.163-230.

ROVERATO, Giorgio. *L'industria nel Veneto: storia economica di un "caso" regionale*. Padova: Esedra, 1996.

RULLANI, Enzo. Più locale e più globale: verso una economia postfordista del territorio. In: BRAMANTI, A. e MAGGIONI, M. *La dinamica dei sistemi produttivi territoriali: teorie, tecniche, politiche*. Milano: Franco Angeli, 1997. p. 85-111.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no RS. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana...*p.75-104.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALGADO, Fernando C. F. *As Colônias Bastos e Pedrinhas (Estudo comparativo de Geografia Agrária)*. P. Prudente, 1971. Tese (Doutorado), FFCL, UNESP.

SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: EST, 1986.

SANTIN, Silvino. Os imigrantes italianos na Serra de São Martinho. In: *A presença italiana no Brasil*. Vol I. Porto Alegre: EST, 1987.p.251-268.

SANTIN, Silvino. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: *A presença italiana no Brasil: vol II/Org. Luis A de Boni [et al.]* – Porto Alegre;Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.p.447-461.

SANTIN, Silvino. Sonhos diferenciados ou desfeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no RS. In: MARIN, Jérri (org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 11-24.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. In: *O Estado e o trabalhador rural*; Contexto: Revista quadrimestral, no. 4, Nov/1977. SP: Hucitec, 1976. p. 31-43.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. SP: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M. et ali. *O novo mapa do mundo – Fim de século e Globalização*. SP: Hucitec/ANPUR, 1993.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. SP: Hucitec, 1996.

- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. SP: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico científico informacional*. SP: Hucitec, 1997a.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*, ano IV, n. 6, p. 5-20, 1999.
- SAQUET, Marcos A. O diabo na Ex-4a. Colônia. *Revista Perspectiva*, ano 17 – n. 58, p. 47-62, 1993.
- SAQUET, Marcos A. O diabo na Ex-4a. Colônia: Algumas considerações teórico-metodológicas. *Revista Perspectiva*, ano 18 - n. 62, p. 67-78, 1994.
- SAQUET, Marcos A. A produção social do espaço geográfico - algumas considerações. *Revista CEPEDAL*, nº. 02, ano II, p.7-14, 1995.
- SAQUET, Marcos A. *A construção do espaço em Nova Palma (RS)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SAQUET, Marcos A. Agricultura familiar: elementos teóricos de abordagem. *Revista Faz Ciência*, ano I - nº. I, p.90-98, 1997.
- SAQUET, Marcos A. Colônia Silveira Martins/RS: gênese e desenvolvimento. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 19/20, p.59-77, 1997a.
- SAQUET, Marcos. Mundialização e Globalização. *Formação*, n.5, p.75-77, 1998.
- SAQUET, Marcos. Alguns aspectos da formação econômica da ex-Colônia Silveira Martins (1878-1925). In: MARIN, Jéri (org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 56-73.
- SAQUET, Marcos. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Edson; SOUZA, Álvaro e MAGNONI Jr., Lourenço. *Paisagem, território, região. Em busca da identidade*. Cascavel: Edunioeste, 2000. p.103-114.
- SAQUET, Marcos. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- SEABRA, Manoel & GOLDENSTEIN, Léa. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Depto. de Geografia*, n. 1, p. 21-47, 1982.
- SERENI, Emilio. *Capitalismo e mercato nazionale in Italia*. Roma: Riuniti, 1966.
- SERENI, Emílio. *Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Torino: Einaudi, 1968.
- SERENI, Emilio. *Storia del paesaggio agrario italiano*. Roma-Bari: Laterza, 1979.
- SÉRIES ESTATÍSTICAS RETROSPECTIVAS, volumes 1 e 2. RJ: IBGE, 1986.
- SEVERINO, Antonio. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos. In: _____ *Metodologia do trabalho científico*. SP: Cortez Moraes, 1979. p.51-66.
- SHANIN, Theodor. *Naturaleza y logica de la economia campesina*. Barcelona: Anagrama, 1976.

- SHANIN, Theodor. *Chayanov e a questão do campesinato*. Porto Alegre: PGSR/UFRGS, 1989 (dat.);
- SILVA, Armando C. da. *Conceito de cultura (software)*. SP, 1997. (mimeo).
- SILVA, Lenyra Rique da. *O espaço da pequena produção em Maxaranguape (RN)*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- SILVA, Lenyra Rique da. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. SP: Contexto, 1991.
- SILVA, Ligia Maria. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio e Szmreczányi (Org.). *História econômica da Primeira República*. SP: Hucitec/FAPESP, 1996. p.157-169.
- SILVA, Maria A. Moraes. (Org.). *Cadernos de campo*. Ano 1, n. 1. Araraquara: F.C.L./UNESP/PGS, 1994.
- SIMÕES, Ruth Mattos. Produção de uva no RS. *RBG*, ano 14, n. 4, p.472-485, 1952.
- SINGER, Paul. Porto Alegre. In: _____ *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. SP: Companhia Editora Nacional, 1977. p.141-198.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. SP: Brasiliense, 1987.
- SITTA, Pietro. Emigrazione e popolazione rurale in Italia. In: *L'Italia agricola alla fine del secolo XIX-Esposizione universale di Parigi del 1900*. Roma: Unione Cooperativa Ed., 1901.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. RJ: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. RJ: Jorge Zahar, 1993.
- SOHN-RETHEL, Alfred. Geistige und koerperliche arbeit. Zur theorie der gesellschaftlichen synthesis (trabalho espiritual e corporal. Para a teoria da síntese social). Trad.: Cesare Galvan. *Rev. U. Erg. Neuauflage*. Weinheim VCH. Acta Humaniora, 1989.
- SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*. Bologna: Il Mulino, 1979.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. RJ: Guanabara, 1986.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Et. Al. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, ano II, n. 3, p.13-35, 1997.
- SPONCHIADO, Padre Luis. *A colonização de Ivorá*. Nova Palma, s/d, (dat.).
- SPONCHIADO, Padre Luis. *Crônicas da colonização*, números 1-148; Jornais Voz do Planalto e O Imigrante, entre 1970 e 1988.
- SPONCHIADO, Padre Luis. *A imigração italiana em geral e da Colônia Dona Francisca (RS) em particular*. Nova Palma: 1975, (dat.).

SPONCHIADO, Padre Luis. *Nova Palma de ontem e de hoje*. Nova Palma/RS: Prefeitura Municipal, 1977 (dat.).

SPONCHIADO, Pe. Luís. A anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: *A presença italiana no Brasil*: vol II/Org. Luís A. de Boni [et al.]. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 425-446.

SPONCHIADO, Pe. Luís. A anágrafe de Nova Palma e os Núcleos da Ex-Colônia Silveira Martins. In: *A presença italiana no Brasil*: vol III/Org. Luís A. de Boni [et al.]. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p.148-167.

SPOSITO, Eliseu. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas, USP.

SPOSITO, Eliseu. Fluxos e localização industrial. In: MELO, Jayro G. (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente, SP: GASPERR, 1996. p.69-96.

SPOSITO, Eliseu. A crise paradigmática e a crítica do conhecimento geográfico. *Revista de Geografia*, v. 14, p. 141-151, 1997.

SPOSITO, Eliseu e outros. *Dissertação, tese e metodologia*. P. Prudente: UNESP, 1998. (mimeo).
SPOSITO, Eliseu. Território, logística e mundialização do capital. In: Sposito, E. S., Org. *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999a, p. 99-113.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. SP: Contexto, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro (org.). *Região, cidade e poder*. P. Prudente, SP: GASPERR, 1996. p. 111-126.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: Sposito, E. S., Org. *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999, p. 13-29.

STATUTO DELL'ASSOCIAZIONE DI MUTUO SOCCORSO FRA GLI OPERAI ITALIANI DI SILVEIRA MARTINS. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Schuldt, 1897.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.
STORIA DI NOVO TREVISO (1885-1897). Arquivo Paroquial de São Marcos de Novo Treviso (s/d).

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. SP: Hucitec, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Cantineiros e colonos. A indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: *RS: Imigração & Colonização*. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Segunda Edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 135-155.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Matuchos. Exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993.

THIOLLENT, Michel. A falsa neutralidade das enquetes sociológicas. In: _____ . *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. SP: Pólis, 1980. p.41-77.

TRENTO, Angelo. *Là dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*. Padova: Antenore, 1984.

- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano Rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 119-191.
- TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. SP: Atlas, 1990.
- TUAN, Y. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. SP: Difel, 1982. p. 143-164.
- VAGAGGINI, Vincenzo. **Sistema economico e agire territoriale**. Milano: Franco Angeli, 1990.
- VALLEGA, Adalberto. **Regione e territorio**. Milano: Mursia, 1976.
- VALVERDE, Orlando. Escursão à região colonial antiga do RS. In: **Álbum comemorativo...**p.265-278.
- VARGAS, Milton et al. Conclusões. In: **Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**/Shozo Motoyama Coord.-SP: Ed. UNESP: CEETPS, 1994. p. 191-205.
- VASCONCELOS, Pedro de. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. V Simpósio Nacional de Geografia Urbana. **Anais ...** Salvador, 1997. (mimeo).
- VASCONCELOS, Pedro de. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**/ Iná E. de Castro, Paulo C. Gomes, Roberto L. Corrêa (Orgs.).-RJ: Bertrand Brasil, 1997a.p.247-278.
- VASQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Praxis**. RJ: Paz e Terra, 1990.
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme. In: **A questão agrária e o capitalismo**. RJ: Paz e Terra, 1986. p.41-179.
- VERONA, Antonio. Um destino comum: imigrantes operários e camponeses vênetsos – A vinda dos têxteis de Schio para São Paulo, em 1891. **História**, vol. 13, p. 29-50, 1994.
- VERSIANI, Flávio. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, Sérgio e SZMREZÁNY, Tamás (Org.). **História econômica da Primeira República**. SP: Hucitec/FAPESP, 1996. p. 189-213.
- VIEIRA, Eurípedes. **Geografia econômica do RS**/ Euripedes Vieira e Susana Rangel. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto,1993.
- WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. **RBG**, ano XVII, n.4, p. 389-422, 1955.
- WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **RBG**, v. 50, n. especial, T. 1, p. 201-266, 1988.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. SP: Pioneira; Brasília, D. Federal: Ed. UnB, 1981.
- ZALIN, Giovanni. **Trasformazioni economiche e movimenti sociali nella Venezia tral'Unità e il fascismo**. Verona: Libreria Universitaria, 1983.
- ZALIN, Giovanni. **Fattori di localizzazione e industrie nel Veneto (1848-1914)**. Archivio Veneto, Serie V, Vol. CXXVIII, 1987.

ZALIN, Giovanni. Cultura idraulica e interventi reali su lagune, litorali e fiumi della Venezia tra Sette e Novecento. Brevi interrelazioni. In: *Scienze e tecniche agrarie nel Veneto dell'Ottocento*. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 1992. p. 209-243.

ZAMORANI, Arturo e PASINI, Gabriella. Le industrie agrarie di trasformazione: il caso dell'enologia. In: *Scienze e tecniche agrarie nel Veneto dell'Ottocento*. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 1992. p. 311-323.

ARQUIVOS E INSTITUTOS DE PESQUISA

- 1) Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos: Arquivo Passivo; Lançamento Estatístico de Impostos e Taxas, exercício de 1950.
- 2) Arquivo particular do Dr. Firmino Costa: Relatórios dos intendentos municipais de Júlio de Castilhos: 1905, 1912, 1923, 1929, 1930, 1933, 1939 e 1944.
- 3) Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: Livros 13, 49, 169 e 30: Lançamentos das casas comerciais, fábricas, oficinas e indústrias consideradas permanentes nos exercícios de 1899, 1915, 1937 e 1908; correspondências recebidas e expedidas entre a prefeitura municipal de Santa Maria e a sub-intendência de Silveira Martins: 1884, 1890, 1891, 1892, 1895, 1896, 1914, 1922, 1924, 1929, 1944, 1938, 1948 e 1950.
- 4) Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS (CPG): genealogias, cronologia, cadernetas, livros caixas, obras bibliográficas, títulos de propriedade dos lotes etc.
- 5) Cartórios Cíveis de Nova Palma, Silveira Martins e Ivorá.
- 6) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Códices C51, C094, C204, C029, C252, C157, C276; SA 234, SA 075, SA 049, SA 050, SA 214, SA 282, SA 251, SA 258, SA 273 e SA 309; Mapoteca.
- 7) Museu e Arquivo de Vale Vêneto.
- 8) Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul: Lançamentos dos impostos municipais entre 1916 e 1951 - livros n. 19, 22, 33, 39, 62.
- 9) Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti – Venezia.
- 10) Centro Interuniversitário di Studi Veneti – Venezia.
- 11) Museo etnografico di Cesiomaggiore - Belluno.

LEGISLAÇÃO

- 1) Decreto n. 3.784 que aprova o Regulamento de janeiro de 1867.
- 2) BRASIL. Coleção das Leis do Império. Tipografia Nacional, 1949. Tomo 10, parte 1.
- 3) RIO GRANDE DO SUL. Terras Públicas, Colonização e Florestas do Estado. Lei n. 28 de 5/10/1899. Porto Alegre: Oficinas Typograficas d'A Federação, 1900.
- 4) RIO GRANDE DO SUL. Legislação das Terras Públicas. Porto Alegre: Secretaria de Agricultura, 1961 (Lei n. 601, de 18/9/1850; Decreto n. 1318, de 30/01/1854).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BL – Belluno
 CPG – Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS
 EPC – Economia, Política e Cultura
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 MCP – Modo Capitalista de Produção
 MN – Mântova
 PD – Pádova
 PDE - Pordenone
 RNE – Reggio Nell'Emilia
 TN – Trento
 TV – Treviso
 UD- Údine; VE – Veneza; VI – Vicenza; VR – Verona.

ANEXOS

Anexo n. 1

Anexo n. 2

Anexo n. 3

A territorialização dos italianos na Colônia Silveira Martins: principais grupos sociais na primeira apropriação.

Desenho original de medição dos lotes rurais, em 1885, do engenheiro José Siqueira Couto. Produção temática de Marcos Aurelio Saquet (1885-1891).

Anexo n. 4

A vila de Silveira Martins em 1911.

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG).

Anexo n. 5

A vila de Nova Palma em 1935.

Fonte: CPG.

Anexo n. 6

Usina Franciscana – Nova Palma – anos 1930.
Fonte: CPG – Nova Palma/RS.

Anexo n. 7

Um automóvel em Nova Palma – anos 1920.
Fonte: CPG – Nova Palma/RS.

Anexo n. 8

Moinho Rossato – Linha Uma – Nova Palma.
Fonte: foto do autor.

Anexo n. 9

Ferraria Scapin – cidade de Nova Palma.
Fonte: foto do autor.

Anexo n. 10

“Fábrica” de calçados Zasso – cidade de Nova Palma.
Fonte: foto do autor.

Anexo n. 11

Residência da família Rossato – Linha do Soturno – Nova Palma.
Fonte: foto do autor.